

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GIOVANNI PANDO BUENO

Visualidade e memória:

Disputas políticas e construção do passado na Roma dos tempos de
César e Augusto

Versão Corrigida

São Paulo

2023

GIOVANNI PANDO BUENO

Visualidade e memória:

Disputas políticas e construção do passado na Roma dos tempos de César e Augusto

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Giovanni Pando Bueno****Data da defesa: 24/05/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcelo Aparecido Rede**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/06/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B928v Bueno, Giovanni Pando
 Visualidade e memória: Disputas políticas e
 construção do passado na Roma dos tempos de César e
 Augusto / Giovanni Pando Bueno; orientador Marcelo
 Rede - São Paulo, 2023.
 252 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Cultura material. 2. Imagem. 3. Memória social.
4. Hegemonia. 5. Roma. I. Rede, Marcelo, orient. II.
Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: BUENO, Giovanni Pando

Título: Visualidade e memória

Subtítulo: Disputas políticas e construção do passado na Roma dos tempos de César e Augusto

Área de concentração: História Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Data da Defesa: 24/05/2023

Resultado: Aprovado

Banca Examinadora

Professor(a) Doutor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor(a) Doutor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor(a) Doutor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

A todos que amo.

AGRADECIMENTOS

Este mestrado não foi conduzido em circunstâncias favoráveis. As adversidades impostas pelo contexto pandêmico, somadas à ausência de políticas sanitárias e aos ataques desferidos pelo antigo governo federal contra a produção científica e a educação no geral, tolheram o curso saudável de realização da pesquisa e atrasaram sua conclusão. Entretanto, neste início de 2023 esta dissertação finalmente se conclui – e se o faz é porque houve o amparo vital de tantos colegas, amigos e familiares que estiveram presentes ao longo dos últimos tempestuosos anos. Impossível exagerar minha gratidão a todos que me ajudaram, direta e indiretamente, neste período.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Marcia. Pessoa de imensa coragem, mostrou-me resiliência diante das aflições da vida, especialmente no último ano. A ela devo tudo, pelo carinho, ânimo e hombridade que me deu.

Agradeço ao meu pai, Eduardo, pelo suporte e aceitação das escolhas que fiz em minha formação.

À minha irmã, Paolla, cuja tenra idade trouxe frescor aos ares de casa e que me faz, a cada dia, uma pessoa melhor.

À minha avó, Shirley, minha segunda mãe, pela minha criação e por todo amor e sabedoria que oferece.

À minha avó, Cristina, por ter despertado em mim ainda durante a infância o gosto pelos livros e pelas artes, e pelas aulas de francês durante o início de minha formação.

Aos avôs, José e Oscar, e bisavós, Mayda e Cristina, que vi partir e carrego em meu coração por todo amor e carinho que me deram.

À minha namorada, Julia, que tanto amo e que me deu enorme suporte quando os dissabores da vida acadêmica se fizeram sentir.

Aos meus amigos de infância, Eduardo, Lucca e Daniel, pela amizade sólida que perdura e amadurece a cada ano. Agradeço também pela companhia na viagem a Roma, fundamental à consolidação da minha paixão por história antiga.

Aos meus amigos de graduação, André e Lobo, pelo apoio e companheirismo ao longo da formação universitária.

Aos meus professores de escola, Roberto, por ter despertado em mim o interesse em história, Flávia, por tê-lo consolidado, e Vanderley, pelo amor em lecionar.

Ao meu primo, Eduardo, que me abriu as portas do mundo profissional e é o exemplo de acadêmico que gostaria de ser.

A todos os membros do Laboratório do Antigo Oriente Próximo, pelas indicações, conselhos e acolhimento que gentilmente me ofereceram. Em especial, agradeço ao Leandro, que muito me ajuda desde a escrita do projeto, e à Anita, pelos conselhos e auxílio que me dá.

À minha professora e amiga querida, Maria Aparecida de Oliveira Silva, pelas aulas de latim e orientação em questões acadêmicas e da vida.

À minha professora, Priscila, pelas aulas de francês e amizade durante tantos anos.

Aos professores da minha banca de Qualificação, Julio Cesar Magalhães de Oliveira e Fábio Duarte Joly, cujos conselhos e críticas tanto me ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à professora Sarah Fernandes Lino de Azevedo, pelas indicações feitas ao longo do estágio PAE.

Aos professores da minha banca de Defesa, Carlos Augusto Ribeiro Machado, Fábio Duarte Joly e Rafael Scopacasa, pelas leituras atentas e avaliações meticulosas da dissertação que permitiram a elaboração desta versão corrigida e pelo incentivo à continuidade da pesquisa em um futuro doutorado.

Ao meu orientador, Marcelo Rede, pela enorme ajuda, pareceres sempre precisos e disponibilidade, das reuniões aos empréstimos de livros, que me oferece desde a Iniciação Científica. Encontrá-lo na Piazza Navona em outubro do ano passado foi um pertinente e belo encerramento aos seis anos de orientação em história romana.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo financiamento de minha pesquisa através da bolsa PROEX (processo 88887.499498/2020-00) em seus seis meses iniciais. E agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento concedido através do processo nº 2020/03091-0 nos dezenove meses seguintes, com a aprovação da renovação emergencial da bolsa. Sem ambos os suportes financeiros, esta pesquisa não poderia ser realizada.

As guerras, sobre o Emátio chão, mais que civis
e a lei, cantamos, dada ao crime, e o povo altivo
que ao ventre seu voltou a destra vencedora,
e hostes irmãs, e, à ruína do pacto regente,
o combate violento de um mundo caduco
por um nefas total, e estandartes adversos
serem águias iguais, que tanto reina o ferro!
(Luc. 1.1-7)*.

Pax Romana

La notte dell'ultima battaglia
Ottaviano acende le truppe
con un falò di profezie:
Roma amazzone seduta sullo scudo,
vittoria voluta dagli dei,
un bimbo nel coro dell'Ara Pacis
girotondo di strade, acquedotti, il ritorno.

Poi Virgilio arruolato con Enea,
Venere nutrice, *pietas* concorde
e buoi al pascolo, tori aggiogati
a stagioni che sembravano perse
come nei versi di Orazio.
(CAVALLI, 2009, p. 49).

* Tradução de Brunno V. G. Vieira (2011, p. 75, 77).

RESUMO

BUENO, Giovanni Pando. **Visualidade e memória: Disputas políticas e construção do passado na Roma dos tempos de César e Augusto**. 2023. 252 f. Dissertação (Mestrado, programa de História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O objetivo desta pesquisa é examinar a construção da memória relacionada ao conflito sócio-político a partir da visualidade em Roma durante o período comumente tratado como transição da República para o Império (mais precisamente, do estopim da guerra civil entre César e Pompeu em 49 a.C. à ascensão do Principado de Augusto nos anos 20 a.C.). Interessa-nos as dinâmicas daquilo que chamamos de *memória em conflito*, ou seja, os usos do passado feitos para instigar ou superar as disputas de poder em curso durante os anos de instabilidade política. Para fazê-lo, recorreremos à categoria gramsciana de *hegemonia* como instrumento analítico, na intenção de reestabelecer os vínculos entre a memória coletiva e as bases materiais da vida social, uma vez que a estrutura hierárquica da sociedade romana delimita, também, as possibilidades de relações simbólicas entre as classes, dentre as quais encontra-se a organização do passado enquanto configuração memorial. Dentro do quadro da ideologia hegemônica, podemos, por um lado, vislumbrar como grupos dominados se apropriavam criativamente desta ideologia para recordar o passado; por outro, conseguimos compreender melhor a natureza da crise tardo-republicana, em que, para rememorar seus conflitos intestinos, os membros da classe hegemônica recorriam à mesma ideologia dominante que sustentava suas posições, produzindo contradições internas. As dinâmicas da *memória em conflito* mobilizaram, dentre outros meios, a dimensão imagética. Selecionamos, *grosso modo*, três conjuntos distintos de documentação: a numismática, a estatuária e a espacialidade (no caso, as reformas transcorridas no Fórum). Considerando uma perspectiva atenta à materialidade desses suportes, compete-nos destrinchar as formas específicas em que essa visualidade participou da disputa pelo passado, recordou ou esqueceu eventos para promover a paz e acomodou no plano das tradições as posições políticas dos líderes que centralizaram o poder da *res publica* naqueles anos, isto é, César e Augusto.

Palavras-Chave: Roma. Memória social. Conflitos políticos. Hegemonia. República tardia. Moedas. Estátuas. Fórum.

ABSTRACT

BUENO, Giovanni Pando. **Visuality and memory: Political disputes and construction of the past in Rome in the ages of Caesar and Augustus.** 2023. 252 f. Dissertação (Mestrado, programa de História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This research aims to examine the construction of memory related to socio-political conflict through visibility in Rome during the period commonly treated as transition from the Republic to the Empire (more precisely, from the outbreak of the civil war between Caesar and Pompey in 49 B.C. to the rise of the Principate of Augustus during the '20s B.C.). We are interested in the dynamics of what we call *memory in conflict*, that is, the usages of the past made to instigate or overcome the ongoing power struggles of the years of political instability. To do so, we resort to the Gramscian category of *hegemony* as an analytical instrument, in the intention of reestablishing the links between collective memory and the material basis of social life, once the hierarchical structure of Roman society delimits, also, the possibilities of symbolic relations between classes, among which is the organization of the past as a memorial configuration. Within the framework of hegemonic ideology, we can, on the one hand, glimpse how dominated groups creatively appropriated this ideology to remember the past; on the other, we can better comprehend the nature of the late Republic's crisis, in which, to recall their internal conflicts, members of the hegemonic class resorted to the same dominant ideology that supported their positions, producing internal contradictions. The dynamics of *memory in conflict* mobilized, among other means, the dimension of images. We selected, roughly, three distinct sets of documentation: numismatics, statuary and spatiality (in this case, the reforms carried out in the Forum). Considering a perspective which is attentive to the materiality of these supports, it is up to us to unravel the specific ways in which this visibility participated in the dispute over the past, remembered or forgot events to promote peace and accommodated in the terms of traditions the political positions of the leaders who centralized the power of the *res publica* in those years, that is, Caesar and Augustus.

Keywords: Rome. Social memory. Political conflicts. Hegemony. Late Republic. Coins. Statues. Forum.

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 1.1 – Pirâmide de Céstio.....	70
Imagem 1.2 – Mausoléu de Cecília Metela.....	70
Imagem 1.3 – Busto em mármore de Pompeu, o Grande, localizado no Museo Archeologico Nazionale di Venezia.....	73
Imagem 1.4 – Busto em mármore de Pompeu, o Grande, localizado no Ny Carlsberg Glyptotek de Copenhague.....	73
Imagem 2.1 – Reconstituição da planta do Capitólio e Fórum entre os anos 240 e 82 a.C.....	87
Imagem 3.1 – Denário de prata de César cunhado na África Proconsular (RRC 458/1).....	124
Imagem 3.2 – Entrada principal de <i>Ara Pacis Augustae</i>	125
Imagem 3.3 – Reconstituição da planta da área Capitolina, diante do templo de Júpiter Optimus Maximus, entre 240 a.C. e 14 d.C.....	129
Imagem 3.4 – Relevo triunfal em terracota.....	130
Imagem 3.5 – Face do altar da <i>Gens Augusta</i>	145
Imagem 3.6 – Pintura mural de Pompeia.....	145
Imagem 3.7 – Painel figurado da parte superior esquerda da face oeste de <i>Ara Pacis</i> , com o Lupercal.....	147
Imagem 3.8 – Painel figurado da parte superior direita da face oeste de <i>Ara Pacis</i> , com o sacrifício de Eneias.....	147
Imagem 4.1 – Mapa topográfico de Roma nos tempos de Augusto.....	154
Imagem 4.2 – Reconstituição da planta <i>Comitium</i> segundo Coarelli.....	159
Imagem 4.3 – Reconstituição da planta do <i>Comitium</i> (213 – 117 a.C.).....	160
Imagem 4.4 – Reconstituição da planta do <i>Comitium</i> (117 – 52 a.C.).....	168
Imagem 4.5 – Reconstituição da planta do <i>Comitium</i> (51 – 36 a.C.).....	172
Imagem 4.6 A – Reconstituição dos <i>Rostra Caesaris</i> (45 – 44 a.C.).....	174
Imagem 4.6 B – Reconstituição dos <i>Rostra Augusti</i> (13 a.C.).....	174
Imagem 4.7 – Reconstituição dos <i>Rostra</i> tardo-republicanos de Einar Gjerstad.....	175
Imagem 4.8 – Foto atual da Cúria.....	175
Imagem 4.9 – Reconstituição da Cúria Júlia (44 – 29 a.C.).....	176
Imagem 4.10 – Reconstituição da planta do <i>Comitium</i> (30 a.C. – 14 d.C.).....	179
Imagem 4.11 – Planta do Fórum Romano depois das intervenções de César e Augusto.....	195
Imagem 4.12 – Ruínas do Fórum Romano nos dias de hoje.....	196
Imagem 4.13 – Reconstituição da planta do Templo do Divino Júlio.....	198
Imagem 4.14 – Reconstituição da fachada do Templo do Divino Júlio.....	199
Imagem 4.15 – Êxedra no pódio do Templo do Divino Júlio.....	200
Imagem 4.16 – Restos do altar no interior da êxedra.....	200
Figura 1 – Denário de prata de César (RRC 443/1).....	227
Figura 2 – Denário de prata de Saserna (RRC 448/3).....	228
Figura 3 – Denário de prata de Palicano (RRC 473/1).....	229
Figura 4 – Quinário de prata de Buca (RRC 480/24).....	230
Figura 5 – Denário de prata de Macer (RRC 480/21).....	231
Figura 6 – Denário de prata de Macer (RRC 480/22).....	232
Figura 7 – Denário de prata de Otávio (RRC 490/1).....	233
Figura 8 – Áureo de Bruto e Costa (RRC 506/1).....	234
Figura 9 – Denário de prata de Bruto e Cestiano (RRC 508/3).....	235

Figura 10 – Denário de prata de Longo (RRC 494/41).....	236
Figura 11 – Quinário de prata de Otávio e Marco Antônio (RRC 529/4b).....	237
Figura 12 – Denário de prata de Otávio (RRC 540/2).....	238
Figura 13 – Denário de prata de Otávio (RIC 545).....	239
Figura 14 – Áureo de Otávio.....	240
Figura 15 – Denário de Augusto e Floro (RIC 310).....	241
Figura 16 – Denário de Augusto e Turpiliano (RIC 299).....	242
Figura 17 – Denário de Augusto e Lêntulo (RIC 415).....	243
Figura 18.1 – Augusto da Via Labicana.....	245
Figura 18.2 – Cabeça de Augusto da Via Labicana.....	246
Figura 19.1 – Augusto de Prima Porta.....	248
Figura 19.2 – Cabeça e braço de Augusto de Prima Porta.....	249
Figura 19.3 – Cupido aos pés de Augusto de Prima Porta.....	249
Figura 19.4 – Couraça de Augusto de Prima Porta.....	250
Figura 19.5 – Parte superior da couraça de Augusto de Prima Porta.....	250
Figura 19.6 – Parte central da couraça de Augusto de Prima Porta.....	251
Figura 19.7 – Lateral esquerda da couraça de Augusto de Prima Porta.....	251
Figura 19.8 – Lateral direita da couraça de Augusto de Prima Porta.....	252
Figura 19.9 – Detalhe da lateral direita da couraça de Augusto de Prima Porta.....	252

ABREVIACÕES

- a.C. – antes de Cristo
Ael. – *Aelius* (Élio, em SHA, *Scriptores Historiae Augustae*, ou *História Augusta*)
Aen. – *Aeneis* (*Eneida*, de Virgílio)*
Amic. – *De amicitia* (*Da amizade*, de Cícero)
Ant. Rom. – *Antiquitates Romanae* (*Antiguidades Romanas*, de Dionísio de Halicarnasso)
Att. – *Epistulae ad Atticum* (*Cartas a Ático*, de Cícero)
Aug. – *Divus Augustus* (*Divino Augusto*, de Suetônio)
B Civ. – *Bella ciuilia* (*Guerras Civis*, de Apiano)
BCiv. – *Bellum Ciuile* (*A Guerra Civil*, de César)
d.C. – depois de Cristo
De arch. – *De architectura* (*Tratado de Arquitetura*, de Vitruvius)
Dio Cass. – Dio Cássio
Div. – *De diuinatione* (*Da divinação*, de Cícero)
Epod. – *Epodi* (*Epodos*, de Horácio)
Fast. – *Fasti* (*Fastos*, de Ovídio)
Flac. – *Pro Flacco* (*Discurso em defesa de Flaco*, de Cícero)
HN – *Naturalis historia* (*História Natural*, de Plínio, o Velho)
Iul. – *Divus Iulius* (*Divino Júlio*, de Suetônio)
Ling. – *De lingua Latina* (*Da língua latina*, de Varrão)
Luc. – Lucano
Mil. – *Pro Milone* (*Discurso em defesa de Milão*, de Cícero)**
Off. – *De officiis* (*Dos deveres*, de Cícero)
Phil. – *Philippicae* (*Filípicas*, de Cícero)
Prop. – Propércio
Q – *Quaderni del carcere* (*Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci)***
Rep. – *De republica* (*Da República*, de Cícero)
RG – *Res Gestae Diui Augusti* (*Os Feitos do Divino Augusto*, de Augusto)
RIC – *Roman Imperial Coinage*****
RRC – *Roman Republican Coinage*
Rust. – *De re rustica* (*Das coisas do campo*, de Varrão)
Suet. – Suetônio
Vit. – *Uitae Parallelae* (*Vidas Paralelas*, de Plutarco)
Caes. – *Caesar* (César, biografia de Plutarco em *Vit.*)
Brut. – *Brutus* (*Bruto*, biografia de Plutarco em *Vit.*)
C. Gracch. – *Gaius Gracchus* (*Caio Graco*, biografia de Plutarco em *Vit.*)
Rom. – *Romulus* (*Rômulo*, biografia de Plutarco em *Vit.*)
Sull. – *Sulla* (*Sila*, biografia de Plutarco em *Vit.*)

* As abreviações de obras clássicas (em itálico) e nomes de autores antigos seguem as indicações do *Oxford Classical Dictionary*, 4ª edição. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/page/3993>. Acesso 17 jan. 2023.

** No caso da obra consultada, trata-se dos comentários de Ascônio sobre este discurso de Cícero.

*** Cujas numeração segue a edição crítica do Instituto Gramsci, organizada por Valentino Guerratana, pela editora Einaudi de Turim (1975).

**** Sobre RIC e RRC, conferir nota 230 do Apêndice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – ROMA COMPÓSITA: OS MUITOS PASSADOS DE UM PRESENTE CONTURBADO.....	27
1.1 O pano de fundo historiográfico: das distintas interpretações sobre o fim da República e início do Império.....	27
1.2 As bases materiais da pesquisa.....	39
1.2.1 Hegemonia: conceitualização e aplicabilidade.....	42
1.3 Entre República e Principado: uma longa crise hegemônica.....	47
1.4 Disputas pelo passado na crise: memória, esquecimento e conflito.....	58
1.5 Dinâmicas da visualidade na crise.....	67
1.5.1 Repertório visual e estilo: relações comunicativas e contextuais.....	69
1.5.2 Memória, imagem e materialidade: abordagem metodológica.....	78
CAPÍTULO 2 – A MEMÓRIA PELAS MOEDAS E AS MOEDAS PELA MEMÓRIA. 86	
2.1 Os louros ingratos da guerra civil.....	91
2.2 Negociando em moedas.....	99
2.3 Idos de Março: luto e luta.....	106
2.4 Restauração através da unificação: o novo passado do Principado.....	114
CAPÍTULO 3 – ANCESTRALIDADE, MEMÓRIA CULTURAL E ESTÁTUAS: MODELOS À REFUNDAÇÃO DE ROMA.....	122
3.1 <i>Parens patriae</i> : César em Rômulo.....	128
3.2 <i>Pater patriae</i> : Eneias em Augusto.....	137
CAPÍTULO 4 – RECORDANDO ATRAVÉS DO FÓRUM ROMANO.....	152
4.1 Fórum como organismo.....	153
4.2 Desmembrando o <i>Comitium</i> para preservar a <i>res publica</i>	158
4.3 <i>Não hesites lembrá-lo</i> : a divinização de César, da memória orgânica da plebe à hegemonia.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICE: CATÁLOGO DOCUMENTAL.....	225

INTRODUÇÃO

Este livro não trata apenas da história da República Tardia, mas também das distorções da história perpetradas por escritores que normalmente subestimam a importância dos interesses materiais, e cujos tabus ideológicos sobre as realidades das classes sociais embotam a percepção do passado (PARENTI, 2005, p. 12).

Michael Parenti não é classicista, mas em seu livro acerca das implicações políticas envolvendo o assassinato de Júlio César lança uma luz que há algum tempo foi difícil de ser encontrada brilhando nas produções acadêmicas interessadas em História Antiga, no geral, e na história de Roma, em particular: a luz do materialismo histórico. A obra supracitada foi referência fundamental à presente dissertação, não como fonte direta de informações que poderiam ser instrumentalizadas nas reflexões que serão aqui formuladas, afinal, sendo um cientista político, as preocupações de Parenti ao investigar esse recorte da história romana são outras, às vezes escapando do rigor historiográfico que tanto nos norteia – embora seja preciso reconhecer o trabalho do historiador em tantas passagens. Na realidade, a referência constituída por Parenti encontra-se bem sintetizada na citação acima, retirada logo da Introdução de *O assassinato de Júlio César: uma história popular da Roma Antiga*. Trata-se da ênfase à dimensão material, aquela que fundamenta a reprodução social e que ainda assim foi tão negligenciada de uns tempos para cá. Não espere ver outra citação direta de Parenti ao longo dos próximos capítulos, mas sua provocação foi o pontapé para iniciar a dissertação.

De fato, tendo por objetivo central investigar as relações entre a construção da memória social e os conflitos sócio-políticos em curso durante um período que boa parte da historiografia tradicional convencionou periodizar como fim da República e início do Império (mais precisamente, nosso recorte vai da guerra civil entre César e Pompeu à ascensão de Augusto), o problema teórico enfrentado nesta pesquisa desdobrava-se em duas facetas. Por um lado, se seguíssemos as linhas mais ortodoxas do marxismo, sentiríamos falta de alguns bons capítulos iniciais voltados à história econômica, interessados nas relações de produção em Roma e nas mudanças pelas quais estas estavam passando ao longo dos últimos séculos da Era Comum. Seria preciso, em primeiro lugar, detalhar as diferentes formas de exploração do trabalho, a estrutura de classes assentada nessa produção, os processos de concentração fundiária e

ampliação da mão de obra escrava durante a expansão romana pelo Mediterrâneo e outros condicionantes econômicos para, só então, poder vislumbrar os componentes do mundo do espírito – como a memória.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

O materialismo histórico dialético de Marx foi – e ainda é – uma poderosa arma contra o idealismo, já que faz o estudo das formas políticas, jurídicas, intelectuais, éticas, enfim, de tudo o que compõe a superestrutura, passar necessariamente pela compreensão anterior das relações produtivas de classe. Diz o próprio Marx no excerto acima que o plano das ideias não faz o homem ser o que é, mas é sua inserção social no mundo produtivo que estabelece as diferentes possibilidades do pensamento humano, as quais não poderiam brotar autonomamente. Tal postulação de suma relevância foi transposta em um formato rígido pelos historiadores que primeiro assim a reconheceram. Retomaremos este ponto no Capítulo 1, mas a título de introdução ao tema, a historiografia marxista do final do século XIX e início do XX, em certa medida, fomentou análises consideradas, hoje, economicistas, para as quais a estrutura econômica condiciona mecanicamente todos os elementos da superestrutura.

Com certo grau de razão, isso rendeu acaloradas críticas ao marxismo estruturalista na segunda metade do século XX¹, claro, sintonizadas ao contexto político do pós-guerra, o que pôde ter influenciado na pouca difusão de certas obras do gênero produzidas na União Soviética e dedicadas ao estudo da transição da República para o Principado. Foi o caso de *Prinzipat Augusta*, de Nikolaj Aleksandrovič Maškin, densa pesquisa escrita em 1949 e publicada em dois volumes na Alemanha e Itália durante os anos 1950 (EDMONDSON, 2009, p. 20). O nome de Maškin não constará na relação das obras mais influentes interessadas na compreensão daquele período histórico que elaboramos para o primeiro capítulo, justamente por ser pouco referenciado nas historiografias europeia e norte-americana, às quais estamos ainda impreterivelmente sujeitos. Mesmo assim, há de se reconhecer a crítica de Maškin (2018, p. 51-

¹ Para citar um exemplo do mundo anglófono, vemos na segunda metade dos anos 1950 a fundação de revistas acadêmicas de cunho socialista, mas críticas ao dito economicismo e revisionistas da ortodoxia marxista. É o caso da *New Reasoner*, fundada por Edward P. Thompson e John Saville em 1957, ou então da *New Left Review*, de 1960, que contava com a participação de Stuart Hall e Raymond Williams. Naqueles anos, o Partido Comunista da Grã-Bretanha, que até então congregava todos esses nomes, vivia uma crise interna diante das denúncias dos crimes de Stalin e da postura assumida pela União Soviética diante das revoltas que ocorreram na Hungria em 1956 (MUSSI; GOÉS, 2016, p. 279-280).

68) às abordagens formalistas que ainda predominavam nos anos 1940 entre autores ocidentais, voltadas à história constitucional que zelava mais pela descrição jurídica dos excepcionais poderes acumulados por Augusto que pelo embasado entendimento da situação social das classes naquela conjuntura. Uma contribuição, portanto, que poderia ter impactado os estudos sobre o Principado feitos na Europa daquela época, não fosse o inoportuno cenário geopolítico.

Por outro lado, o problema teórico com que nos deparamos tem uma segunda faceta, justamente a do idealismo. Utilizando a terminologia marxista, nosso tema de análise, isto é, a memória social, pertence à ordem da superestrutura, ao plano simbólico. Se não a chumbarmos na materialidade, ela alça voo a qualquer lugar que o pesquisador quiser levá-la. Idealizada, a memória torna-se, por exemplo, o cimento que dá liga ao tecido social (HINARD, 2005, p. 252); ou então o elixir que jorra das camadas mais abastadas através de seu capital simbólico e precipita sobre as de baixo, em um processo normativo que coliga a sociedade na medida em que disciplina e integra seus membros, criando uma comunidade de memória uniforme (HÖLKESKAMP, 2016, p. 23, 32). Tais percepções falham em reconhecer que, apesar de uma sociedade poder compartilhar referências a um passado comum, tradições e lugares de memória coletivos, isso não significa que todos se recordarão deste passado da mesma forma. Afinal, memória não é depósito de passado (MENESES, 1992, p. 10-11), mas matéria plástica submetida aos interesses colocados no tempo presente e, logo, configura-se pela forma narrativa e modela-se de acordo com os recursos fornecidos por tal configuração, como os da seleção, manipulação e esquecimento (RICOEUR, 2018, p. 98).

O problema do idealismo é menos o de reconhecer as propriedades da memória, como a plasticidade, e mais o de desconsiderar a dimensão material e todos os antagonismos que ela produz. Não se atentar a isso implica pintar um modelo social isento de contradições, ao qual todos os indivíduos vivem em comunhão de pensamento e, assim, a memória coletiva construída só poderia ser uniformizante. Dito a partir de outro ângulo, cai-se na armadilha da ideologia dominante, marcadamente dissimulada e inconfessa, que faz interesses particulares parecerem universais. Marx e Engels, em uma passagem bem conhecida de *A Ideologia Alemã* (2007, p. 47), já foram certeiros no desarme deste ardil: “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. Ora, se a memória sujeita-se aos interesses presentes e estes são formados de acordo com demandas materiais e simbólicas das classes (portanto, trata-se de interesses antagônicos), a memória social não só é múltipla, como também faz-se em uma lógica conflitiva.

Logo, deve-se considerar que a memória, além de dar liga, pode cindir o tecido social, confrontar no passado as disputas em curso no presente, minar a concordância interna de dado grupo. Sem essa perspectiva, ficamos no escuro ao estudar a construção da memória durante a República tardia, momento de grandes tensões internas em Roma, marcado por guerras civis, proscricções, execuções públicas de cidadãos por seus conterrâneos e concentração inédita de poderes. Como pontua Alain Gowing (2005, p. 18), períodos de intensa convulsão política são marcados por densos processos de rememoração, nos quais são realizados esforços profundos empenhados em reformular a memória social e promover o esquecimento de certos elementos. Desconsiderar os conflitos materiais e, por conseguinte, a dinâmica de memória em conflito resultada disso, impede-nos de lidar de modo profundo com a passagem da República para o Principado em Roma.

Este recorte de transição política – *grosso modo*, entre o século I a.C. e início do I d.C. – foi um dos mais conturbados períodos da história romana antiga. Na realidade, segundo Jurgen von Ungern-Sternberg (2004, p. 92), as tensões sociais remontam ao final do século II a.C., quando a proposta dos tribunos Tibério e Caio Graco de distribuição das terras públicas entre a plebe (além de outros projetos populares) foi frustrada pela perseguição política de parte da aristocracia que se orquestrou contra eles, culminando na morte dos dois irmãos e na cisão crescente da sociedade romana a partir de então. A partir disso, começam a surgir, entre os membros da classe dominante romana, dois grupos opostos: um mais vinculado ao apoio popular, cuja prática de ação política será denominada de *uia popularis*, e outro defensor da tradicional proeminência da aristocracia senatorial no Estado romano, cujos membros eram conhecidos por *optimates*².

Desde então, o clima conflituoso só se agravou. Ao longo do século I a.C., Roma assistiu a uma série de guerras civis, iniciadas oficialmente pelos generais Mário e Sila. As instituições republicanas, nesse contexto, se desgastaram. Com o Tribunato da Plebe cada vez mais perseguido pelos *optimates* e o Senado, ora incapaz de contornar a instabilidade social, ora consentindo às perseguições, emergiram no cenário político generais detentores de poderes extraordinários jamais antes vistos na Roma republicana: Sila em 82 a.C. torna-se um poderoso ditador; Pompeu em 67 a.C. passa a exercer um *imperium* que se estendia a toda orla

² Vale mencionar que o espectro político era, na verdade, bem mais complexo do que a divisão maniqueísta plebe/aristocracia pode aparentar, pois tanto os populares quanto os defensores do poder aristocrático possuíam diferenciações internas – um exemplo significativo na elite são as marcantes diferenças entre a Ordem Senatorial e a Ordem Equestre (UNGERN-STENBERG, 2004, p. 96-97). Além disso, *populares* e *optimates* correspondem a dois grupos que se desenvolveram no seio da aristocracia, o que significa que as demais classes sociais romanas não se orientavam necessariamente por essa divisão – a plebe urbana, por exemplo, não era uniformemente sensível à ideologia *popularis* (COURRIER, 2014, p. 569).

mediterrânea dominada pelos romanos; e, finalmente, ocorrera a forjadura dos Triunviratos, o primeiro em 60 a.C. e o segundo em 43 a.C. (UNGERN-STENBERG, 2004, p. 99-101).

Constituído por três generais que objetivavam restaurar a ordem social e estabilizar a *Urbs*, os dois Triunviratos – o Primeiro formado por Marco Licínio Crasso, Pompeu, o Grande, e Júlio César, e o Segundo integrado por Marco Antônio, Otávio e Lépido – possuíam uma distribuição interna de poderes que, segundo Fergus Millar (2002, p. 243), não é muito clara para os historiadores, afinal poucos autores antigos trataram diretamente dessa questão³. Embora respeitassem a autoridade senatorial, os Triunviratos foram caracterizados na história de Roma como períodos marcados pela “violência, ilegalidade e exercício arbitrário de poder” (MILLAR, 2002, p. 242).

Ambos os Triunviratos não perduraram por muito tempo e desfizeram-se em novas guerras civis. Contudo, dos Triunviratos fracassados despontaram duas figuras políticas que clamavam para si uma parcela significativa do poder de Roma – César, no primeiro caso, e Otávio, no segundo. O primeiro, na lógica da *uia popularis*, após derrotar seus inimigos manteve-se no poder até os Idos de Março de 44 a.C., quando foi assassinado em uma conspiração por um grupo de senadores denominados *Libertadores*. O segundo, por sua vez, estabeleceu-se no poder como o primeiro *princeps* de Roma, dando início ao período político que a historiografia consagrou como Principado, transfigurado anos mais tarde em Império.

Para Karl Galinsky (1998, p. 45-46), desde a consolidação do Segundo Triunvirato em 43 a.C., uma boa parcela da população da *Urbs* associava o desgaste da República à crise dos tradicionais valores ancestrais de Roma, o chamado *mos maiorum*, cuja restauração seria peça chave para estabilizar a *res publica* e reestabelecer a paz. A partir de 31 a.C., após a derrota de Marco Antônio na Batalha de Áccio, Augusto levantará progressivamente a bandeira de uma *res publica restituta*, consolidando-se no cenário político sem, contudo, criar um novo cargo institucional para si. Erich Gruen (2007, p. 42-43) chama atenção ao fato de que, apesar da *tribunicia potestas* e *maius imperium*⁴, Augusto permanecia como um sujeito privado, sem ocupar nenhuma posição política oficial dentro dos quadros institucionais republicanos.

É nesse contexto de violências intestinas e transformações sócio-políticas, aqui bastante resumido, que a memória atribuirá sentido ao passado. Ingenuidade seria pensar que ela passaria

³ Segundo o autor, para o funcionamento institucional do Triunvirato devemos recorrer a Apiano de Alexandria (especialmente o livro 4 de *Guerras Civis*) e Dio Cássio (livros 46 e 47 de *História Romana*), dois autores tardios, respectivamente dos séculos II e III d.C. (MILLAR, 2002, p. 243-244).

⁴ Dois poderes concedidos ao *princeps* pelo Senado: *tribunicia potestas* lhe conferia o poder vitalício de um tribuno da plebe, enquanto *maius imperium* era uma autoridade militar estendida a todas as províncias, que superava inclusive o poder bélico dos governadores locais (GRUEN, 2007, p. 36).

incólume pelos conflitos presentes, homogênea aos mais diversos estratos sociais e promotora unicamente da integração social. Nos tempos do Primeiro Triunvirato, por exemplo, as cisões memoriais eram claras: enquanto Pompeu falhava em se aproximar das camadas mais populares de Roma, a plebe se identificava fortemente com César, que por sua vez mobilizava a memória dos Graco e de Mario (YAVETZ, 1969, p. 49-51). Aliás, ao reivindicar estas figuras da *uia popularis*, César desafiava abertamente as sanções memórias de Sila, cuja ditadura havia conduzido uma ampla proscrição responsável por banir as imagens e a memória de opositores, como Mario⁵ (FLOWER, 2006, p. 104-106). As disputas pelo passado eram constantes e não havia o menor consenso de uma memória comum válida para toda a *Urbs*. Uma das maiores preocupações do Principado de Augusto, nesse sentido, estava relacionada à organização do passado, em parte para obliterar as lembranças de discórdia dos últimos anos, em parte visando legitimar no terreno das tradições a posição do *princeps* na *res publica*. Gowing (2005, p. 19-21) afirma que não houve precedentes em Roma que tivessem celebrado tanto o passado quanto na Era Augustana, que resgatou várias celebrações do passado mítico da *Urbs* para se afirmar como continuidade e comparou Augusto aos grandes heróis romanos pregressos.

Não há como negar que o recorte histórico é riquíssimo ao estudo da memória, mas como abordá-la de forma a considerar seu vínculo indissociável com os conflitos materiais, sem fetichizá-la como fator superestrutural de consentimento? Foi então que Antonio Gramsci veio em nosso auxílio. A recepção dos escritos deixados pelo filósofo e comunista sardo desenvolveu-se aos poucos no pós-guerra, muito ligada no início aos estudos culturais na Inglaterra dos anos 1960, tendo Raymond Williams como um nome de peso, e alastrando-se ao campo historiográfico dos estudos pós-coloniais indianos entre os anos 1970 e 1980, com o grupo dos *Subaltern Studies* no qual Ranajit Guha se destaca (MUSSI; GOÉS, 2016, p. 272-279, 294-302). Foi justamente a partir de 1980 que a obra gramsciana se disseminou amplamente em diferentes áreas das Humanidades, chegando ao âmbito, inclusive, dos estudos clássicos: historiadores como Robert Morstein-Marx, Joy Connolly e Peter W. Rose referenciam o filósofo italiano e mobilizam categorias oriundas de seu pensamento, em especial a de *hegemonia*, para investigar problemáticas do mundo greco-romano (ZUCCHETTI, 2021, p. 23-25). Não devemos deixar de mencionar também a recente publicação de Emilio Zucchetti

⁵ Um passado que havia sido forçadamente relegado ao esquecimento estava agora em disputa e sendo vivificado por César, através da restauração de estátuas de Mario pela *Urbs* e do aparecimento de máscaras em cera dele e de seus parentes no funeral de Julia, tia de César e esposa de Mario, o que gerou alvoroço nas multidões que não saudavam a memória daquele general desde seu falecimento em 86 a.C. (FLOWER, 2006, p. 105).

e Anna Maria Cimino, *Antonio Gramsci and the Ancient World*, de 2021, que congrega textos de historiadores interessados em pensar o mundo antigo a partir do prisma gramsciano.

Assim como para a maioria desses historiadores, para nós a categoria de *hegemonia* foi fundamental. Conforme será exposto em detalhes no primeiro capítulo, tal conceito nos ajuda a pensar as relações ideológicas e simbólicas entre classes dentro de uma estrutura de poder, não de forma monolítica e impositiva (vetorizada de cima para baixo), mas de forma pluridirecional, em que a ideologia dominante só se faz assim pela capacidade apropriativa que oferece aos grupos excluídos do poder político/material. Quer dizer, a classe dominante age pela conjuração da coerção e também da direção, pois é reconhecida como tal através do consentimento dado pelas demais classes que se apropriam ativamente de sua ideologia, reproduzindo-a (e, logo, endossando o lugar ocupado pela classe hegemônica) e alterando-a de acordo com sua práxis, com o conhecimento orgânico desenvolvido a partir de sua experiência. Enfim, diz Zucchetti (2021, p. 26), a hegemonia de uma classe constrói-se pela formação de um bloco histórico, isto é, a unidade que ela foi capaz de forjar entre estrutura e superestrutura. A memória, lida por essa ótica, é reintegrada à totalidade social, da materialidade e da ideologia.

A leitura das relações hegemônicas também oxigena as interpretações sobre a crise da República. Falaremos ao longo dos capítulos de uma *crise de hegemonia* de longa duração⁶ (detalhada melhor no Capítulo 1), desencadeada pelas mudanças materiais vividas por Roma no decorrer de sua expansão que se chocaram com a estrutura política da *res publica* historicamente moldada para acomodar uma classe dominante, a qual se viu em desequilíbrio interno e passou a disputar entre seus próprios quadros a estrutura política que lhe era comum. Isso exigiu reformas à *res publica*, como bem demonstra Flower (2010, p. 117-118), mas que tinham limites que não poderiam ser ultrapassados, afinal esbarravam na condição hegemônica da classe que usufruía desta estrutura. Tal crise, interna ao grupo hegemônico, interferiu no modo como este grupo tecia sua memória coletiva e mobilizava os meios comuns de recordação

⁶ Estamos cientes, no entanto, de linhas interpretativas que contestam a aplicação do conceito de crise para o recorte que vai de 133 a 27 a.C. Por exemplo, em *Roman republics*, de Harriet Flower (2010), a autora revisita o tema da crise e propõe uma nova periodização, considerando que *crise* compreende um momento específico, definido, um ponto de virada, o que problematiza o recorte historiográfico tradicional da crise republicana como um período de mais de um século. Para Flower (2010, p. IX-X, 80-81), deve-se avaliar os episódios de violência que relampejaram ao longo desses anos em suas particularidades, bem como considerar as reformas implementadas visando solucioná-los, e não os enquadrar em um padrão generalizado válido por mais de cem anos. De fato, quando nos utilizamos de conceitos, como o de crise, para pensar um contexto histórico, fazemos deste um recorte a ser lido pela lente da crise, o que condiciona a análise historiográfica a procurar pela instabilidade e projetá-la a todo o período. Nesta pesquisa, por crise de hegemonia não compreendemos apenas os períodos de intensa violência, que seriam os momentos nos quais as contradições estavam mais tensionadas e, portanto, faziam-se mais evidentes, e sim o descompasso subterrâneo entre as condições materiais do império nascente e a estrutura política de classes que reproduzia uma hierarquia específica, a chamada *res publica*, cujas bases assentaram a classe hegemônica em um período de condições materiais distintas.

do passado, que acabaram se tornando armas de disputa. Enfim, também a noção de crise hegemônica nos ajuda a pensar as fraturas no tecido memorial romano durante o século I a.C.

Interessados nas relações entre a construção da memória e os conflitos sócio-políticos internos de Roma nas últimas décadas da Era Comum, mais precisamente no recorte que vai da guerra civil entre Pompeu e César, passando pela Ditadura Perpétua deste último e pela formação do Segundo Triunvirato, até chegar à ascensão do Principado de Augusto, resta agora introduzir a base empírica a partir da qual se desenvolverá nosso estudo. O corpo documental que será aqui analisado é constituído por fontes materiais, afinal, uma das principais dimensões que essa turbulenta disputa memorial tardo-republicana mobilizou foi a imagética. Investigar as disputas memoriais a partir da visualidade é um caminho não apenas plausível, como também necessário.

Conforme demonstrou Paul Zanker (2008, p. 31-39), Roma assistia a uma sobrecarga de imagens durante a República Tardia, promovida por líderes políticos e indivíduos privados que, através da emissão monetária, ereção de estátuas e construção de suntuosas obras públicas, disputavam a visualidade para reivindicarem a memória de suas respectivas *gentes*. A produção imagética daquele momento, mais que meramente estampar cenas do passado para ilustrar a memória compartilhada pelos sujeitos que a promoveram, atuava como agente da memória. Eric Orlin (2016, p. 116-117) enfatiza que esses artefatos não portam uma memória apriorística ou pré-concebida que é ativada na mente dos indivíduos toda vez que entram em contato com os mesmos; pelo contrário, a iconografia e a cultura material participam ativamente do processo de construção memorial, servindo como lugar e ao mesmo tempo construtor da memória.

Nesse sentido, a fim de estudar a organização da memória através da visualidade, foi preciso levar em consideração estudos recentes que estão sendo produzidos sobre teoria da imagem e agência material, procurando superar leituras ultrapassadas que tendiam a depreciar as potencialidades de produção de conhecimento histórico a partir do documento iconográfico. Parte dessa limitação foi herdada daquilo que conhecemos por História da Arte. Segundo Georges Didi-Huberman (2017, p. 41-48), esse campo do saber foi regido por uma dura ortodoxia metodológica que restringia a análise da imagem ao que ele chama de *visível* (2017, p. 20-21), ou seja, aquilo que se dá a ver ao espectador, as formas e os detalhes representacionais que são legíveis e passíveis de classificação terminológica aos olhos do historiador da arte. Ao fazê-lo, ignorava-se o que vai além do visível, por ele denominado *visual* (2017, p. 24-25): as

implicações sensoriais da imagem, sua materialidade, toda carga emocional e memorial que ela coloca em jogo ao se relacionar com determinado espectador.

Da mesma forma que a História da Arte, a historiografia negligenciou por muito tempo as faculdades visuais e a capacidade epistemológica da documentação iconográfica – e ainda o faz em muitos casos. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2012, p. 251), desde as mudanças introduzidas pela Escola dos Annales, a historiografia passou a reconhecer o potencial cognitivo das imagens. Todavia, não lhes oferecia um trato metodológico digno de tal condição, vide a formação logocêntrica da disciplina que ora reduzia a imagem a um papel ilustrativo e comprobatório de fontes textuais, ora a traduzia em modelo verbal, analisando-a como se sua natureza fosse textual – o que a torna um receptáculo de informações exógenas construídas *a priori* e nela depositadas. Portanto, tivemos de realizar o exercício da “desdocumentalização” (MENESES, 2012, p. 254-255), ou seja, reverter a posição documental do artefato e buscar reinseri-lo em seu contexto original. Assim, por um lado, pudemos compreender a particularização de determinados repertórios iconográficos e estilísticos em contextos específicos, que se apropriavam de imagens ou motivos em ampla circulação oriundos da esfera hegemônica para atender a interesses particulares, no esforço memorial da disputa pelo passado. Por outro, e para tanto foi fundamental a obra de Andrew Jones, *Memory and Material Culture* (2007), tal reinserção permitiu esmiuçar as relações entre tempo e materialidade nas imagens, cujas condições de visibilidade e presença implicavam na percepção de passado e, assim, participavam do processo de construção da memória.

Podemos sintetizar nosso corpo documental em três conjuntos de fontes: moedas, estátuas e o Fórum Romano. Por se tratar de uma reunião eclética e carregada de particularidades, acabamos dedicando um capítulo para cada conjunto, concentrando as questões específicas relacionadas à materialidade de cada tipo de fonte em partes próprias da dissertação. Desse modo, não trabalhamos com uma noção *lato sensu* de imagem, que poderia tornar-se abstrata e desconsiderar as peculiaridades das condições de visibilidade. Além do mais, este corpo documental múltiplo reflete nosso interesse pela totalidade da esfera visual, cuja reprodução estava integrada à estrutura hegemônica e, com isso, participava em suas diversas frações do litígio memorial. Cada tipo de fonte envolvia-se em redes próprias de circulação e sociabilidade, entrando em contato com grupos sociais diversos que integravam as relações de hegemonia, compondo-as ou reproduzindo-as, e experienciavam sua crise interna nos últimos anos da Era Comum, que se fazia sentir e era também engendrada pela produção imagética. É dessa perspectiva holística que advém o desejo pela análise de fontes tão diversas.

A princípio, nossa intenção era trabalhar com mais conjuntos de fontes, como os camafeus da casa imperial, os altares dos Lares patrocinados por libertos e mais espaços da cidade de Roma (tais como o norte do Campo de Marte e os Fóruns imperiais de César e Augusto). Contudo, os limites práticos impostos pela pesquisa de Mestrado contiveram nossa abrangência, que se reduziu aos três tipos de fonte supracitados. Também recorreremos tantas vezes ao longo dos capítulos a fontes textuais, tais como Apiano, Cícero, Dio Cássio, Dionísio de Halicarnasso, Júlio César, Ovídio, Plínio, Plutarco, Suetônio, Virgílio e outros, todos referenciados no final da dissertação, bem como as traduções de suas obras que foram consultadas. O apelo aos textos antigos deu-se especialmente quando eram úteis para responder questões relativas à visualidade, afinal, privilegiar a documentação material não implica em ignorar a textual. Procuramos nos aproximar daquilo que Meneses (2003, p. 28) chamou de *História Visual*, uma história produzida a partir de qualquer documento, mas que objetiva examinar a dimensão visual da sociedade em questão.

Das moedas, selecionamos dezessete exemplares, dentre os quais denários, quinários e áureos, a maioria cunhada em Roma e batida entre 49 e 12 a.C. – a elas, dedicamos o **Capítulo 2**. Em relação às estátuas, alguns entraves devem ser desde já mencionados. Nossa intenção em relação a este segundo conjunto era realizar uma análise comparativa entre estátuas de César e Augusto expostas em Roma. No entanto, não restou nenhum resquício físico das estátuas romanas de César, das quais temos conhecimento apenas pela documentação escrita. Assim, tivemos acesso às descrições das características físicas e da recepção dessas estátuas unicamente pelos relatos de Cícero, Dio Cássio, Plutarco e Suetônio, o que limitou de certa forma o trabalho sobre as condições materiais e espaciais. Optamos então, no **Capítulo 3**, por analisar as diferenças na abordagem da ancestralidade e nas escolhas de envolvimento com os mitos fundacionais de Roma por parte de César, em quatro estátuas erigidas nos últimos dois anos de sua vida e referenciadas pelos antigos, e por parte de Augusto, em duas estátuas esculpidas no apogeu de seu Principado.

Para ambos os capítulos, organizamos um catálogo documental alocado ao final desta dissertação – no **Apêndice** – e que contém algumas informações básicas (como datação, local de origem, material e técnica, dimensões, descrições e localização atual) e fotografias das moedas do segundo capítulo e das duas estátuas de Augusto analisadas no terceiro capítulo, na intenção de detalhar os documentos materiais que tivemos acesso. Por fins organizacionais, denominamos (nas legendas) as fotografias presentes no Apêndice de *Figuras* e as numeramos de acordo com as fichas catalográficas correspondentes, para diferenciar das ilustrações presentes no corpo dos quatro capítulos, nomeadas nas legendas por *Imagens*. As *Imagens*

correspondem a fontes visuais secundárias, que acabamos referenciando ao longo da redação e nos ajudam a contextualizar ou esclarecer problemas colocados pela investigação das fontes principais.

No caso do **Capítulo 4**, porém, as *Imagens* se confundem com as fontes principais, pois aqui estamos interessados nas mudanças transcorridas no Fórum Romano (no caso, nas extremidades norte e sul da praça) durante o recorte que vai das reformas de Sila no fim dos anos 80 a.C., passando pelas de César em 40 e chegando nas de Augusto já como *princeps*. Para tanto, apelamos às reconstituições de plantas das áreas do Fórum compiladas no segundo volume de *The Atlas of Ancient Rome* (2017), obra monumental editada por Andrea Carandini e Paolo Carafa em 2012, que por seu turno baseia-se na conjugação e cruzamento exaustivo de informações diversas, de relatórios arqueológicos atualizados dedicados à delimitação e datação estratigráfica à reconstituição a partir de vestígios arqueológicos, comparação com outras fontes e textos antigos. Contando com a contribuição de inúmeros pesquisadores, italianos e estrangeiros, tal obra moderniza a *Forma Urbis Romae* de Rodolfo Lanciani (1893 – 1901) com todo o avanço nos estudos arqueológicos que tivemos de lá para cá: das reconstituições do espaço da *Urbs* antiga que temos, esta é e será por muitos anos a mais acurada. Neste último capítulo, acabamos nos baseando principalmente nessas reconstituições, que foram nele estampadas e legendadas como *Imagens*.

Por fim, cabe resumir brevemente a estrutura da dissertação, arquitetada em quatro capítulos mais a presente Introdução, as Considerações Finais e o Apêndice que contém o catálogo documental correspondente aos capítulos segundo e terceiro.

O Capítulo 1 concentra toda a discussão teórica que nos serviu de base a três objetivos principais: localizar nossa pesquisa dentro do campo historiográfico interessado neste recorte histórico; fundamentar as categorias analíticas que serão instrumentalizadas para pensar a história política e a memória social deste recorte; e organizar a metodologia de análise das fontes visuais. Seu primeiro tópico traz uma síntese das principais obras historiográficas, do século XIX até hoje, dedicadas à interpretação da transição da República ao Império – um texto introdutório que serve tanto para situar as tendências atuais de pesquisa, nas quais estamos inseridos, em um contexto historiográfico maior, quanto para acorrer aos futuros leitores em formação que eventualmente terão contato com este material. A seguir, apresentamos Gramsci e sua categoria de hegemonia, que orientará a leitura política feita nos demais capítulos. No terceiro tópico, aplicamos o pensamento gramsciano para propor a hipótese de uma crise de

hegemonia na Roma do século I a.C. – aqui, avaliamos os limites e as vantagens do uso da teoria gramsciana enquanto ferramenta analítica para pensar as transformações políticas romanas. No quarto, abordamos a memória social, elencando suas características e refletindo sobre suas relações com a crise hegemônica romana, para circunscrever nosso interesse no que chamamos de *memória em conflito*, isto é, nas relações entre a significação do passado e os conflitos políticos presentes resultados da dita crise. No quinto e último, apresentamos questões relativas ao estudo da documentação visual romana e ordenamos nossa metodologia de análise.

Já os demais capítulos estão voltados à análise documental propriamente, separados pelo tipo de fonte a que cada um se dedica, como foi dito há pouco. O Capítulo 2 investiga a documentação numismática a partir de quatro temas relacionados à *memória em conflito*. O primeiro é a recordação da guerra civil: veremos como as moedas apagam deliberadamente a natureza doméstica destes conflitos, ou então os recordam como guerras contra povos estrangeiros. O segundo é o da negociação de interesses intra-hegemônicos através das imagens monetárias, que fazem apelos por meio da figuração do passado visando obter vantagens no presente. O terceiro é a vivência do luto provocado pela morte de César através da iconografia numismática e a recordação dos Idos por parte dos cesaricidas. E o quarto é a contribuição das moedas para o discurso da restauração republicana promovido por Augusto.

No Capítulo 3, estamos interessados na memória cultural, aquela que recorre ao passado mais primevo relativo às origens e fundações, promovida pela estatuária cesariana e augustana. Como dissemos, foi preciso perscrutar a documentação escrita para tratar das estátuas de César erguidas em Roma (uma em 46 e outras três em 45 a.C.). Se por um lado perdemos a possibilidade do contato direto com sua materialidade, por outro ficamos sabendo da recepção – geralmente negativa – dessas estátuas por meio dos textos antigos. Quanto à estatuária augustana, analisamos Prima Porta e sua estátua como pontífice da Via Labicana. A partir de comparações, observamos as diferenças quanto às tradições que cada pai da pátria buscou evocar em suas estátuas (César apelando a Rômulo, Augusto a Eneias) e a forma específica como se aproximaram e se associaram ao passado fundacional.

Finalmente, o Capítulo 4 aborda o Fórum Romano enquanto *organismo*, no sentido gramsciano da palavra. Dada a importância capital deste espaço na vida política de Roma, que deu matéria à *res publica*, e que só é assim por agrupar diferentes parcelas sociais e indicar seus papéis dentro da estrutura hierárquica republicana, lemos o Fórum como um organismo, que constrói o consenso mediante o atrito e a participação assimétrica das partes ali praticada. Por esse prisma, nos dedicamos a compreender o impacto sobre a memória social que as reformas implementadas em duas áreas específicas da praça geraram. A primeira é o Comício, na lateral

norte, que abrigava os prédios das principais instituições republicanas e foi amplamente transformado desde Sila até Augusto. O segundo é a lateral sul da praça, que se tornou um lugar de memória caro à plebe urbana desde o funeral de César em 44 a.C. e foi sendo fagocitado pelo grupo hegemônico conforme o Principado Augustano se consolidava.

CAPÍTULO 1

ROMA COMPÓSITA: OS MUITOS PASSADOS DE UM PRESENTE CONTURBADO

Seria difícil mensurar a quantidade de obras dedicadas a compreender a passagem da República romana para o Principado no final do primeiro século antes da Era Comum. A produção historiográfica é realmente colossal e aumenta a cada ano com as contribuições de novos pesquisadores. Apesar disso, as problemáticas investigadas não se exaurem nunca: novos enfoques teóricos, novas abordagens metodológicas e novas questões colocadas oxigenam e trazem novamente à baila esse recorte histórico já tão frequentado. É claro que algumas produções despontam em meio a tamanha abundância, destacando-se em suas interpretações a ponto de fazer escola ao influenciar as pesquisas de toda uma geração de historiadores.

Esta dissertação insere-se no vasto oceano de investigações que banha a história dessa passagem da antiga Roma. Destarte, antes de adentrarmos propriamente no objeto que se pretende aqui investigar, faz-se necessária uma menção, ainda que breve, das principais produções historiográficas voltadas para este período. Não de todas elas, obviamente, mas das mais ilustres que ainda reverberam – explícita ou implicitamente – nos estudos atuais. A posição paradigmática que determinados nomes assumiram torna incontornável o diálogo com eles. E mesmo que a seguinte dissertação não tome por problema as mesmas questões com que tais autores lidaram, consideramos justo principiar fazendo alusão a eles. Justo e necessário, pois alguns pontos são tão nevrálgicos que se torna imprescindível ao pesquisador posicionar-se. Em um segundo momento, portanto, tomaremos partido no debate.

1.1. O pano de fundo historiográfico: das distintas interpretações sobre o fim da República e início do Império

Balanços de estudos que tratam desse período são bastante habituais, de modo que a seleção e o encadeamento dos principais autores que faremos aqui para compor o pano de fundo das grandes obras historiográficas seguem sumariamente aquilo que foi convencionado por uma série de autores norteados, por sua vez, pelo grau de impacto que tais produções tiveram ao

longo dos anos⁷. Nesse sentido, devemos mencionar primeiramente um historiador germânico cuja pesquisa marcou o século XIX e início do XX. Theodor Mommsen, em sua monumental *Römische Geschichte*, escrita em cinco volumes entre 1854 e 1856 – e que lhe rendeu, aliás, o Nobel de Literatura em 1902 –, realiza uma análise centrada principalmente nos aspectos jurídicos da política romana, fazendo do direito público e das formalidades legais um espelho do funcionamento da sociedade romana durante a República.

O quinto volume da *Römische Geschichte* encerra-se antes do assassinato de César. O Principado de Augusto só seria abordado pelo autor anos mais tarde com o livro *Römisches Staatsrecht*, publicado em partes entre 1871 e 1888. Neste último, a abordagem formalista de Mommsen, isto é, institucional e jurídica, é empregada para entender o papel constitucional do novo *princeps* em meio às instituições republicanas, o que levou o autor a propor a hipótese de uma diarquia na qual Augusto e Senado dividiriam entre si o poder político (EDMONDSON, 2009, p. 14). Seja tratando da crise republicana, seja da ascensão de Augusto, a unidade da obra de Mommsen se dá entorno da jurisdição romana. Esta “cultura jurídica” que tudo normatiza, como bem observa Fabio Favarsani (2013, p. 101), garantiu estabilidade às instituições republicanas mesmo durante o Principado, o que tece mais continuidades que rupturas entre República e Império.

A visão de Mommsen possui sua própria historicidade, afinal o tempo presente influencia o trabalho do historiador. Como diria Marc Bloch (2001, p. 66): “[...] o erudito que não tem gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez [...] o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador”. Assim, Mommsen, escrevendo em uma Alemanha em vias de unificação, tem uma perspectiva que modela seu objeto segundo os mais prementes anseios de sua realidade política, quer dizer, uma determinação constitucional clara e um Estado funcional pleno, essencialmente regido por parâmetros legais em que a esfera jurídica transcreve em linguagem racional o funcionamento da esfera social.

Além do apego jurídico-institucional, o entorno de Mommsen o levou a introduzir no estudo da ascensão do governo augustano um conceito que, de certa forma, perdura até os dias de hoje sob novos enquadramentos (DUPLÁ, 2007, p. 187): a ideia de *revolução*. O entendimento de revolução na primeira metade do século XIX estava ancorado na experiência francesa de 1789, na subsequente expansão napoleônica e, principalmente, no turbulento ano de 1848. Antonio Duplá afirma que, embora não seja diretamente problematizado no conjunto

⁷ Nós nos basearemos aqui principalmente nos balanços de dois autores, Jonathan Edmondson (2009) e Antonio Duplá (2007), cujas sínteses são atualizadas.

da obra, o termo “revolução” em Mommsen é atravessado por uma visão liberal que, mesmo que não veja com bons olhos o poder da tradicional aristocracia senatorial, também embute fortes críticas ao poder nas mãos da plebe, cujo descontrole levaria à tirania (DUPLÁ, 2007, p. 188). Mommsen (2009, p. 460) chega a caracterizar o partido popular, mirando principalmente em seu núcleo duro composto de plebeus urbanos expropriados, de “comunistas daquela época”. Além dos anacronismos, marca presença também uma visão esvaziada da luta política:

O partido popular romano fora impulsionado em progressão gradual da reforma à revolução, da revolução à anarquia, da anarquia à guerra contra a propriedade; eles celebraram entre si a memória do reinado de terror e agora adornavam o túmulo de Catilina, como outrora o fizeram com os dos Graco, com flores e guirlandas; colocaram-se sob a bandeira de César, porque esperavam que ele fizesse por eles o que Catilina não tinha conseguido [...] (MOMMSEN, 2009, p. 459, tradução nossa).

O trecho acima exemplifica essa perspectiva: os partidos dos *populares* e dos *optimates*⁸ são entendidos como unidades autônomas, ou seja, desprendidos de seu contexto social de classe. Assim, ao embalá-los em uma roupagem formal, *populares* e *optimates* tornam-se dois grupos capazes de formular projetos distintos e internamente coesos que se enfrentam no plano das instituições políticas ou então, e isso marcaria a crise da República⁹, fazem política por outros meios, extrapolando para a esfera militar. Essa leitura é acompanhada pela superestimação das grandes personalidades, como os irmãos Graco, Catilina, César, Augusto, etc., cuja capacidade de mobilização e de contorno dos distúrbios sociais (especialmente por parte de Augusto) foi o único freio possível para a revolução em curso travada pelos *populares* contra a propriedade. Duplá (2007, p. 188) conclui que, em Mommsen, o protagonismo da história concentra-se nos partidos e nas grandes lideranças.

Embora as hipóteses levantadas por Mommsen tenham sido bastante criticadas, como, por exemplo, a da diarquia durante o Principado, sua abordagem geral fez escola: nomes como Eduard Meyer na Alemanha, Emilio Betti na Itália e Hugh Last na Inglaterra produziram, entre final do século XIX e princípio do XX, importantes obras calcadas no estudo das formas jurídicas romanas (EDMONDSON, 2009, p. 15-16). A primeira reação importante a tal modelo interpretativo veio com o historiador neozelandês Ronald Syme em sua obra *The Roman*

⁸ Vale mencionar, inclusive, que o uso da palavra “partido” para designar os dois grupos políticos em confronto naquele momento, embora apareça em algumas fontes por *partes*, também carrega consigo um forte anacronismo, pois Mommsen emprega muitas vezes este termo dentro de uma noção moderna de organização partidária – algo muito distante da realidade histórica destes dois grupos (YAKOBSON, 2017, p. 1, 3).

⁹ Apenas para nos situarmos, já que ela reaparecerá muitas vezes nesta dissertação, costuma-se datar a *crise da República* entre 133 a.C., com o assassinato do tribuno Tibério Graco, e 30 a.C., com a morte de Marco Antônio no Egito. Alguns autores, porém, seguem uma marcação ligeiramente diferente. Harriet Flower (2010, p. 72-75, 100-101), por exemplo, considera o ponto de virada para o início da crise a introdução do voto secreto, que começa a ser estabelecido em 139 a.C. e é ampliado ao longo da década de 130.

Revolution, publicada em 1939. Syme se afasta da visão formalista pelo viés da prosopografia¹⁰, estando atento aos membros da aristocracia romana, aos cargos públicos por eles ocupados e, principalmente, às suas conexões com os demais aristocratas através das relações familiares – daí a importância das listas de cônsules e tabelas genealógicas presentes ao longo do livro.

Vemos aqui sintetizada uma das maiores contribuições de Syme:

Mas não basta redimir Augusto do panegírico e reavivar o testemunho da causa vencida. Isso simplesmente substituiria uma forma biográfica por outra. Na pior das hipóteses, a biografia é rasa e esquemática: na melhor, muitas vezes fica perplexa com as discórdias ocultas da natureza humana. [...] Por mais talentoso e poderoso que ele fosse, o estadista romano não pôde ficar sozinho, sem aliados, sem seguidores. [...] Na verdade, um termo pressupõe o outro. A carreira do líder revolucionário é fantástica e irreal quando narrada sem alguma indicação da composição da facção que ele liderou, da personalidade, ações e influência do primeiro entre seus partidários. (SYME, 1939, p. 7, tradução nossa).

Pelo método prosopográfico, abre-se o leque de personalidades envolvidas nas transformações históricas, reconhecendo que os grandes líderes, sozinhos, não teriam feito o que fizeram. Augusto, assim, passa a ser pintado como o líder de uma facção aristocrática estruturada através de novos arranjos familiares e concessões de cargos (SYME, 1939, p. 340). Isso abala um dos pontos fulcrais da perspectiva de Mommsen que atribuiu de forma desequilibrada e providencial o protagonismo político aos grandes dirigentes. Ao criticá-lo, Syme se afasta de leituras mais biográficas que, como ele diz acima, caem muitas vezes em tom panegírico sobre o indivíduo estudado – e a recusa de uma obra edificante sobre Augusto era, na época deste autor, um forte ato político.

É preciso lembrar que Syme escreve *The Roman Revolution* em uma Europa que vivia a ascensão do nazifascismo¹¹. Em tal contexto, a figura de Augusto era referenciada em tons elogiosos ao se traçar paralelos entre *princeps* e os líderes alemão e italiano. Jonathan Edmondson chama atenção principalmente para o caso da Itália, cujo nacionalismo fascista encorajava Mussolini a se colocar publicamente como um novo Augusto e, com isso, estimular uma série de produções acadêmicas relativas ao Principado (EDMONDSON, 2009, p. 18-19). No ano de 1937 comemorava-se o aniversário de dois mil anos do nascimento do primeiro imperador romano, o que serviu de respaldo para se promover uma grandiosa exposição, a *Mostra Augustea della Romanità*. No ano seguinte, foi incentivada a publicação da obra

¹⁰ A prosopografia aplicada sobre o final da República romana, no entanto, não é mérito de Syme (EDMONDSON, 2009, p. 16-17). O autor deve muito, e ele próprio o reconhece no Prefácio de seu livro (SYME, 1939, p. VIII), aos levantamentos de membros da aristocracia romana feitos por três alemães do início do século XX – Friedrich Münzer, Edmund Groag e Arthur Stein – para a produção de obras enciclopédicas que foram consultadas por Syme.

¹¹ O livro, vale dizer, é publicado no dia 7 de setembro, uma semana após a eclosão da Segunda Guerra Mundial (EDMONDSON, 2009, p. 16).

intitulada *Augustus: Studi in occasione del bimillenario augusteo*, que continha as contribuições de uma série de pesquisadores italianos de peso. Por fim, nos âmbitos arqueológico e urbanístico, destacam-se as escavações e restauração de *Ara Pacis Augustae*, o isolamento do Mausoléu de Augusto para a construção da *Piazza Augusto Imperatore* (quase uma vitrine à memória da Roma idealizada pelo fascismo) e a abertura da *Via dell'Impero*, que rasgava a área dos fóruns imperiais para conectar o Coliseu ao *Palazzo Venezia*, sede do governo do Duce (SILVA, 2018, p. 150-151, 159-160).

Incorporar o papel da oligarquia nas transformações políticas de Roma, o que diluía a excepcionalidade de Augusto, e enfatizar a imagem tirânica do *princeps* significava, neste contexto histórico sombrio, afrontar um projeto político. Mas mais do que isso, é preciso compreender que os assaltos ao poder de Mussolini na Itália e de Franco na Espanha, bem como a escalada de Hitler à chancelaria alemã, colocaram em xeque a até então crível estabilidade constitucional das nações modernas. As autocracias do século XX revelaram ao mundo explicitamente a natureza extrajurídica do poder, para a qual as normas legais eram parte de um protocolo manobrável. E isso foi crucial para a derrubada da abordagem formalista de Mommsen. Como explica Favarsani (2013, p. 102), os mecanismos jurídicos deram lugar ao estudo do funcionamento concreto da política imperial, em que as relações entre os grupos oligárquicos valiam muito mais que qualquer legitimidade legal de fachada. Disso resultará o paradigma da ruptura: se em Mommsen havia mais continuidades entre República e Império, a partir de Syme a ideia de uma ruptura bem demarcada começa a ser gestada¹².

Além disso, embora tenha sido Mommsen aquele que introduzira a noção de revolução na Roma daquele período, foi em *The Roman Revolution* que o termo ganhou maior repercussão. O suposto processo revolucionário conduzido nos últimos anos da República segue, em Syme (1939, p. 2), com uma conotação pejorativa, associado ao desgaste causado pelos conflitos bélicos e consumado na perda da liberdade graças ao estabelecimento de um governo despótico, no qual as velhas famílias aristocráticas buscaram reorganizar seus vínculos e relações políticas em torno do poder centralizado do novo *princeps*. É muito importante notar, e isso embasará as principais críticas a Syme, que essa visão política se configura como um exercício circunscrito às elites de Roma. Se este autor abriu o leque de personalidades

¹² Favarsani (2013, p. 103) aponta que a tradição da ruptura permanece, de certa forma, até os dias de hoje. Autores como Moses Finley (em *Politics in the Ancient World* de 1983) e Wallace-Hadrill (em *Rome's Cultural Revolution* de 2008), embora não empreendam uma análise prosopográfica, reproduzem a concepção da ruptura como algo real e perceptível à época para todas as esferas sociais.

históricas, indo além dos grandes nomes, não o abriu até o fim, pois negligenciou o papel histórico das outras classes sociais, de Roma e das províncias.

Syme nega a dimensão social dos conflitos políticos (DUPLÁ, 2007, p. 189) e compreende que o monopólio dos cargos e do exercício político pelas famílias mais poderosas através de suas redes de clientela é um fato autônomo, que independe do resto da sociedade. Com essa postura, descarta o lugar na história ocupado pelas demais classes sociais. Passivamente, estes grupos ficam sujeitos à manipulação e aos caprichos das elites (SYME, 1939, p. 2), o que desvincula seus interesses reais – materiais – de suas manifestações públicas, expressas seja cotidianamente, nas assembleias, seja nos momentos de revolta. O exercício do poder é então reduzido a meras manobras dos abastados¹³.

O leque social só se abrirá definitivamente anos mais tarde. No pós-guerra, precisamente a partir dos anos 1960, a prosopografia e mais amplamente a atenção centrada nas elites começaram a sofrer uma série de críticas por parte de alguns autores, sendo o principal deles¹⁴ um pupilo de Syme, o historiador de origem escocesa Fergus Millar, que conduziu a abertura de novos horizontes. Sua obra é vasta, tanto em sentido temporal – a publicação de uma série de ensaios importantes está dispersa ao longo dos anos 1960, 70, 80 e 90, tendo sido compilada a partir de 2002 em um conjunto de três volumes intitulado *Rome, the Greek World, and the East*, editado por Hannah M. Cotton e Guy M. Rogers, além de livros como *The Crowd in Rome in the Late Republic*, de 1998 –, quanto em termos de recortes estudados – além de suas pesquisas iniciais sobre o fim da República e o Principado Augustano, Millar se dedicou no final da carreira ao estudo do Oriente Próximo durante a Antiguidade Tardia.

Orientando de Syme, Millar reconhece a influência de seu mestre em dois aspectos. O primeiro é o olhar atento ao vocabulário das fontes empregado para expressar opiniões sobre o

¹³ O impacto epistemológico da desconsideração das dinâmicas de conflito fora das elites é enorme na obra de Syme, pois vai além da ausência de outros grupos sociais na narrativa do recorte. A centralização excessiva da atenção nas relações inter-aristocráticas desmantelou a explicação do próprio processo histórico. Christopher Smith (2021, p. 222, 234) resgata a crítica de Arnaldo Momigliano (1940, p. 78) a Syme, feita em uma edição do JRS de 1940, que acusa a obra do neozelandês de ser um belo relato de como a República em Roma foi substituída, família a família, aristocrata a aristocrata, pelo Principado, mas que não se detém no porquê de tal mudança.

¹⁴ Embora o impacto de Millar tenha gerado mais debate, seríamos injustos se não mencionássemos aqui seu colega Peter A. Brunt. Seus estudos, dentre os quais *Social Conflicts in the Roman Republic* de 1971 se destaca, conduzem a importante tarefa de entender a transição da República para o Império dentro de um quadro de longa duração, no qual se considera o peso de aspectos sociais e econômicos como as mutações produtivas gestadas ao longo da expansão romana pelo Mediterrâneo para a ulterior transformação política. Aliás, os dois primeiros capítulos da obra supracitada tratam da expansão e economia romanas, antes de adentrar propriamente nos conflitos sociais delas resultantes. Embora Millar tenha tecido uma ou outra crítica a Brunt em relação à importância que este último atribuiu ao Senado durante os períodos trado-republicano e augustano (MILLAR, 2002, p. 163-164, 352-359), ambos os autores concordam que a prosopografia é insuficiente, uma vez que as conexões familiares ocorrem dentro de um quadro social e material condicionante, bem como reconhecem a importância das classes subalternas na história da crise da República (EDMONDSON, 2009, p. 20-22).

panorama político estabelecido. O segundo remete à ampliação do “elenco de personagens” envolvidos na chamada Revolução Romana (MILLAR, 2002, p. 13), que Syme aplica sobre a *nobilitas*, enquanto Millar – muito embasado na visão democrática que Políbio nutria sobre as instituições republicanas (DAVID, 2014, p. 42) – vai além ao incluir a plebe urbana e os demais cidadãos das cidades itálicas. Ao contrário da de seu orientador, a perspectiva de Millar é democratizante ao defender que a centralidade do sistema político republicano estava no *populus romanus*, da mesma forma que a construção da posição política de Augusto deveu demasiadamente à aprovação, via votação, da concessão de poderes pelo povo de Roma (EDMONDSON, 2009, p. 21-22). Assim, diz o autor:

Usando “democracia” em um sentido estritamente neutro, é inegável que a constituição da República Romana foi a de uma democracia direta. Em primeiro lugar, em Roma, todos os cargos eram conferidos por eleição nas assembleias. Nossas fontes refletem repetidamente a concepção de que o cargo era um benefício (*beneficium*) conferido pelo povo romano, algo que deveria ser pedido ao povo [...]. (MILLAR, 2002, p. 165, tradução nossa).

Como exposto acima, Millar não hesita em utilizar o termo “democracia” em um sentido que ele adjetiva como “neutro”, embora dentro de uma lógica quase a-histórica, para definir a constituição da República Romana. Seu argumento é que a palavra “oligarquia”, tão utilizada por muitos autores para caracterizar o sistema político romano, é um tanto contraditória. Em primeiro lugar, porque uma oligarquia pressupõe como norma a estabilidade no exercício do poder nas mãos de poucos, enquanto a violência generalizada seria a exceção; no entanto, pelo menos desde as mortes de Tibério e Caio Graco no final do século II a.C., a norma era o conflito, enquanto o exercício autônomo e estável do poder pelo Senado foi a exceção (MILLAR, 2002, p. 164-165).

Em segundo lugar, todo o funcionamento do regime republicano estava fundado em assembleias¹⁵, transcorridas ao ar livre e à vista de todos, nas quais o conjunto amplo de cidadãos participava e votava¹⁶. E em terceiro lugar, a terminologia legal utilizada

¹⁵ Além das *contiones*, reuniões cujo objetivo era estabelecer o contato dos magistrados com o povo através da apresentação de leis e medidas a serem votadas nas assembleias. Assim sendo, a dependência dos votos populares refutaria a existência de uma real oligarquia (MILLAR, 2002, p. 164-165).

¹⁶ Alexander Yakobson, em um ensaio de imensa importância para este debate (1992, p. 32-52), parte dessa chave de análise para investigar o funcionamento das Assembleias das Centúrias – *comitia centuriata* –, as mais importantes das assembleias que elegiam os principais magistrados (cônsules, pretores e censores) e cuja imagem difundida é a de uma assembleia dominada pelos grupos mais ricos, uma vez que se organizava em cinco classes hierarquicamente estruturadas que ditavam a ordem da votação, a qual por sua vez encerrava-se no momento em que se obtivesse a maioria absoluta de votos do total de 193 centúrias. Yakobson demonstra que a influência da plebe nas eleições dos *comitia centuriata* era real, já que não era tão incomum que a última classe desse o voto de Minerva, o que impelia muitos candidatos a distribuírem generosas benesses – *largitiones*, na forma de grãos e festas –, ao povo, mesmo não estando em momentos de eleição, pois contavam com o apoio popular para se elegerem.

(destaquemos, por exemplo, a ênfase no *Populus* da sigla SPQR), bem como um conjunto de práticas ligado à expansão militar romana (o desfile e a apresentação de butins ao povo após uma conquista, ou mesmo as leis de distribuição de grãos e os debates acerca da situação agrária da plebe) evidenciavam a soberania popular (MILLAR, 2002, p. 165-168). Diante de tal conjuntura, era de se esperar que o povo participasse ativamente da Revolução Romana e da ascensão de Augusto.

A relevância do elemento popular em Millar fomentou um debate que perdura até os dias de hoje acerca da real constituição do sistema político republicano, se mais democrática ou mais oligárquica, de maneira que se tornou incontornável passar por seus estudos, seja para endossá-los, seja para criticá-los. E as discordâncias produzidas foram muitas. Duplá menciona as críticas formuladas por um grupo mais recente de pesquisadores alemães – do qual falaremos em detalhes ao final deste tópico –, que acusa Millar de formalismo, já que ele se apega muito ao funcionamento das instituições políticas, às discussões e aprovações de leis e à terminologia oficial do Estado romano para defender a soberania popular em um sistema rígido de normas e procedimentos jurídicos, negligenciando uma série de práticas centradas na *nobilitas* e em seu *mos maiorum* (DUPLÁ, 2007, p. 192-193).

Chegamos, finalmente, ao último momento historiográfico destacado aqui. Trata-se das pesquisas mais recentes, influenciadas pela Nova História Cultural que já vinha lançando suas bases desde os anos 1960 e 1970. No quadro geral da mudança de paradigmas historiográficos, destaca Sandra Pesavento (2012, p. 20-22), encontram-se o neomarxismo inglês, que criticava o viés economicista e propunha uma análise empírica atenta aos hábitos e valores dos grupos subalternos, e a escola dos *Annales* em sua terceira geração, que passou a se dedicar à história das mentalidades, interessada pelo domínio cultural e pela dimensão simbólica. Nesse contexto, o estudo da política tornou-se indissociável do âmbito cultural. Com a chamada Nova História Política, corrente oriunda da história cultural, o imaginário, a representação e a produção e recepção de discursos fazem-se relevantes à compreensão daquilo que é político (PESAVENTO, 2012, p. 61).

Assim, as análises sobre a crise da República realizadas a partir dos anos 1980 passam a incorporar aspectos culturais da sociedade romana que agora se tornam medulares à compreensão das transformações políticas. Uma consequência direta dessa nova tendência foi a ampliação da esfera documental. Edmondson detalha a inclinação de muitos historiadores a integrar em suas análises fontes de natureza poética (como Virgílio, Horácio, Ovídio, Propércio, etc.) e documentos materiais e visuais (templos, altares, estátuas, moedas, etc.), algo que, de fato, já ocorria, mas de maneira bastante periférica – os capítulos que tratavam da arte ou poesia

augustanas eram praticamente isolados em apêndices deslocados do cerne das obras (EDMONDSON, 2009, p. 22-23).

É preciso fazer menção a duas grandes exposições organizadas na mesma década, uma em 1981 no Museu Britânico de Londres intitulada *The Image of Augustus*, e outra de maior porte realizada em Berlim no ano de 1988 no contexto da conferência quinquenal da *Associazione Internazionale di Archeologia Classica* (EDMONDSON, 2009, p. 23). Essas duas exposições tiveram um forte impacto na produção acadêmica, especialmente pelo envolvimento em ambas do historiador da arte alemão Paul Zanker, cuja obra *Augustus und die Macht der Bilder*, de 1987, realizou a monumental empreitada de contar a história do Principado a partir das mais diversas fontes imagéticas.

Tal livro, que teve rápida repercussão no mundo anglófono, é até hoje a maior referência para o estudo da visualidade do período de Augusto – embora não tenha surgido isoladamente, já que outros autores como Erika Simon, Tonio Hölscher, Filippo Coarelli, Eugenio La Rocca e Pierre Gros escreveram na mesma época (EDMONDSON, 2009, p. 24). Zanker, juntamente com Claude Nicolet, cujo livro *L'inventaire du monde: géographie et politique aux origines de l'Empire romain* de 1988 investiga o papel da organização do espaço imperial romano para a consolidação do regime de Augusto, abriram novos horizontes documentais. Ambos convidaram as novas pesquisas a repensar o arcabouço temático, espacial e geográfico quando lidassem com a transição da República para o Império ((EDMONDSON, 2009, p. 25). Vale mencionar, por último, os livros *Augustan Culture*, de Karl Galinsky, publicado em 1998, e *Rome's Cultural Revolution*, de Andrew Wallace-Hadrill, datado de 2008, obras mais recentes de grande relevância nos estudos culturais e políticos e que seguem a lógica do cruzamento de fontes para o estudo daquele período.

Ademais, a releitura do político pelo cultural abriu espaço para referenciais teóricos e epistemológicos novos que formularam severas críticas à interpretação democratizante de Millar, conduzindo o entendimento do funcionamento dos regimes republicano e imperial a caminhos até então inéditos. O novo direcionamento, cujos primeiros expoentes foram de origem alemã, propõe uma abordagem semiótica calcada no conceito bourdieusiano de capital simbólico¹⁷ para entender o exercício político (DUPLÁ, 2007, p. 194). Nomes como Karl-J. Hölkeskamp, Egon Flaig e Martin Jehne se destacaram neste grupo como os primeiros a darem uma guinada nas investigações em direção aos meios de expressão simbólica e performática do poder, como cerimônias e rituais, o que fez da comunicação um ato político.

¹⁷ Ver como exemplo a obra de Hölkeskamp (2010, p. 107-124).

Essa nova perspectiva faz parte de uma ampla mudança de paradigma, segundo a qual a política - ou o agir político - deixa de ser representada como um “ato ou processo unidimensional em que se ordena, comanda e decide a partir de cima”, passando a ser entendida como “ação comunicativa” no sentido mais amplo do termo. Desse modo, a dimensão da interação política entre governantes e governados, magistrados e cidadãos, atores e destinatários, classes dirigentes e amplas camadas sociais encontra-se no centro das atenções; esta “interação”, com a reciprocidade que ela necessariamente implica, pressupõe, por sua vez, formas de participação também por parte dos destinatários das decisões políticas. Essa participação certamente não assumia a forma de uma “participação igualitária” plenamente desenvolvida (do ponto de vista histórico-empírico isso quase nunca acontece); entretanto (ou precisamente por tal razão) ela deve ser investigada em suas várias configurações, gradações e formas institucionais culturalmente específicas. (HÖLKESKAMP; BALBIANI, 2006, p. 321-322, tradução nossa).

No excerto acima, Hölkeskamp critica a visão institucional da política para a qual as decisões seriam tomadas a partir de um centro juridicamente circunscrito e colocadas em prática, de modo unidirecional, ao resto da sociedade. A ação monocrática do poder dá lugar a uma política que se desdobra enquanto “agir comunicativo”, ou seja, faz da comunicação uma relação política. Como ela pressupõe uma dinâmica interativa, em que duas ou mais partes precisam interagir para que o vínculo entre elas seja significativo e possa haver alguma troca de informações, a comunicação entendida como fenômeno político pode ser algo fecundo à pesquisa. Evita-se, com isso, o engessamento do formalismo ao considerar as interações sociais para além daquelas consagradas pela estrutura institucional.

A relação dialógica entre partes distintas e assimétricas coloca em foco a interação dos envolvidos, forjando a percepção de reciprocidade e participação, ainda que esta última se expresse de maneiras diferentes às partes relacionadas. Nessa perspectiva, a realidade política se apresenta de modo ritualizado, por meio do qual se encena a tessitura de vínculos mútuos entre todos os participantes. Através de um vasto e criativo repertório gestual, comportamental, discursivo e cerimonioso, amarra-se o tecido social com laços de palavras e imagens, cabendo aos participantes, sensibilizados com tamanho envolvimento, responderem com aceitação à ordem constituída (HÖLKESKAMP; BALBIANI, 2006, p. 322). Assim, fica claro como o princípio democratizante de Millar não encontra espaço nesses estudos, para os quais o Senado detém todo o poder no momento em que orchestra a comunicação da política com seu código ético de valores, o *mos maiorum* (HÖLKESKAMP, 2010, p. 26-27).

O léxico desses autores é recheado de palavras oriundas do mundo do teatro. Aliás, o início do texto citado acima já deixa clara a influência do *performative turn*, para o qual o mundo, ou boa parte dele, é representação, símbolo, performance, palco (HÖLKESKAMP; BALBIANI, 2006, p. 319). Estamos aqui ilustrando essa nova tendência a partir de Hölkeskamp, mas poderíamos também exemplificar com outros autores. M. Jehne (2013), por exemplo,

escreveu um capítulo para o livro *Community and Communication: Oratory and Politics in Republican Rome* cujo título já é, por si só, bastante sugestivo: *Feeding the Plebs with Words: The Significance of Senatorial Public Oratory in the Small World of Roman Politics*. Nele, Jehne (2013, p. 61) busca compreender as reais intenções da plebe ao participar das *contiones*. O autor conclui que, muito mais que ganhos materiais, nessa cerimônia interativa a massa plebeia era sagrada pela honra e pelo status do pertencimento à *res publica*, podendo sentir sua *auctoritas* como unidade coletiva, enquanto o orador era recompensado com a emoção da experiência de ser ouvido pela multidão.

A contribuição da abordagem semiótica não pode ser minimizada. Ela dá vazão à incorporação de novos objetos de estudo e corpos documentais, como cerimônias, práticas comportamentais e imagens, dentro de um arcabouço teórico mais fluido que amplia a concepção política para novos terrenos, como a esfera discursiva. Temos aqui a possibilidade de compreender de modo mais refinado a complexidade do processo de transição entre República e Império sem estarmos presos a questões de ordem jurídica. É muito mais frutífero, por exemplo, entender o papel de Augusto por essa via que tentar enquadrá-lo dentro de uma moldura institucional, uma vez que durante boa parte de seu governo, especialmente após 23 a.C., ele fora um *priuatus*, ou seja, um cidadão que não ocupava nenhuma magistratura ou cargo público oficial, porém sagrado com *potestates* excepcionais e portador de imensa *auctoritas* (GALINSKY, 1998, p. 10-13). Como reafirmar tal autoridade moral, legalmente não definida, senão por um aparato simbólico e comunicativo?

No entanto, trabalhar unicamente com as premissas teóricas colocadas por esta escola pode ser problemático. Pois a atenção exclusiva ao âmbito discursivo nos faz cair em um novo reducionismo, afinal, há uma enorme diferença entre fazer da comunicação um ato político e fazer da política uma relação comunicativa. Tomar a questão por encerrada ao se dedicar apenas ao aspecto simbólico do poder, sem problematizá-lo à luz de questões materiais, interesses díspares e disputas, despoja a política de seu cerne conflitivo, ou seja, da relação de forças que primeiro a estrutura. O estudo dos últimos anos da República, momento em que guerras foram travadas no seio da mesma sociedade, cidadãos executados tiveram seus corpos exibidos publicamente na *Urbs* e a desconfiança se alastrou em relação àqueles que teoricamente detinham capital simbólico em Roma¹⁸, demanda um prisma interpretativo que pense a política

¹⁸ Harriet Flower (2010, p. 97-114) exemplifica bem a falta de credibilidade vivida pela *nobilitas* romana no que tange às questões imperiais de defesa das fronteiras e rebeliões provinciais. As constantes derrotas romanas durante Terceira Guerra Celtibérica (143-133 a.C.), a fria recepção em Roma do general vitorioso Cipião Emiliano após o assassinato de Tibério Graco, o exílio de Opímio, as revoltas de escravos na Sicília contidas a duras penas, os constantes ataques dos cimbros e teutões e a humilhante derrota em Aráusio em 105 a.C., a troca de comando na

para além de uma relação dialógica. Em outras palavras, é inegável que haja um ritual político, mas que não totaliza o ser político.

Antonio Duplá é bastante crítico a essa tendência. Ele afirma (2007, p. 194-196) que muitos dos autores que trabalham nesta via negam a verdadeira dimensão política ao tratá-la como dramaturgia, representação e encenação do consenso social, o que levaria a um novo formalismo a-histórico. A crítica é importante e deve ser mantida, mas é preciso considerar que nem todos os autores são cegos à realidade concreta a ponto de tratar tudo como consenso. Alguns, como Egon Flaig (1994), embora pesquisem dentro da chave da comunicação, são mais sensíveis aos problemas de ordem material que norteiam a ação política. Assim, por exemplo, apesar de tratar os comícios como “órgãos de consenso”¹⁹, as *contiones*, os *ludi* e o espaço das ruas são vistos por Flaig (1994, p. 17-25) como lugares de politização da plebe, que pode ali comunicar seu desacordo e até, desde que bem organizada, alcançar certa autonomia frente à influência aristocrática. Mesmo que aqui o ato de se expressar ainda seja visto como paradigma político, essa visão abre espaço à possibilidade do dissenso.

Ainda assim, devemos muito a tais autores, principalmente por valorizarem o estudo de um tema que também nos interessa: a memória social²⁰. Entendida por eles como elemento comum e homogeneizador da sociedade, a memória passa a ser investigada dentro da lógica do consenso. Hölkeskamp (2016, p. 23-28), por exemplo, foca sua atenção nos aspectos normativos da memória, mobilizados com a finalidade de legitimar o presente de forma consensual, e na estrutura comunicativa (algo que engloba desde monumentos dispostos de modo a criar uma topografia memorial em Roma, até cerimônias, como o triunfo militar) erguida para disseminar a memória e garantir a identidade do conjunto cívico. Outro historiador, o francês François Hinard (2005, p. 252), também seguindo tal abordagem, trata a memória como o “cimento” unificador de toda a comunidade romana, fundada em valores comuns e emanada das classes dirigentes e reproduzida pelos de baixo.

A presente dissertação, por sua vez, aborda a memória de forma distinta de tais autores. Para nós, ela está longe de ser um epifenômeno simbólico e se funda, antes de mais nada, na realidade concreta e nas disputas materiais dos distintos grupos que conviviam em Roma,

Guerra de Jugurta (112-106 a.C.), a comissão Mamiliana em 109 a.C., a Guerra Social (91-88 a.C.), as provocações de Mitrídates IV do Ponto, o desastre de Crasso na Partia em 53 a.C. são alguns dos vários exemplos da incapacidade republicana de responder aos problemas colocados por um império de grandes dimensões. Um dos resultados foi justamente a perda de confiança e credibilidade em alguns líderes políticos e, principalmente, em relação ao conjunto da *nobilitas* representado pelo Senado.

¹⁹ Em que a plebe nada intervém na política real, apenas escolhe magistrados entre um conjunto bastante restrito e homogêneo de aristocratas ou responde quase sempre positivamente às propostas de leis colocadas (FLAIG, 1994, p. 14-16).

²⁰ Para os termos “memória social” e “memória coletiva”, conferir nota 37.

portanto se fazendo plural e catalizadora de dissidências. Mas voltaremos a conceituá-la em detalhes mais à frente, pois antes precisamos fazer algumas considerações preliminares.

1.2. As bases materiais da pesquisa

Neste segundo tópico, buscaremos esclarecer algumas premissas que se farão presentes ao longo de toda a dissertação e que, dada a inescapável inserção de nosso tema nas atuais correntes de estudo mencionadas há pouco, intentam posicionar nosso entendimento nos debates por elas levantados. É importante enfatizar que não temos a pretensão de nos alongarmos em uma crítica detalhada, que esmiúce em toda a sua complexidade as bases teóricas sobre as quais se assentam os estudos dos quais discordamos e estabeleça uma comparação aprofundada com nossas orientações – exercício importantíssimo, vale dizer, mas para outro momento, já que nosso foco agora é outro. Aqui, trataremos apenas daquilo que consideramos necessário para introduzir a questão da memória. Para tanto, comecemos então assumindo uma perspectiva que compartilha referenciais com o materialismo histórico.

O marxismo como corrente teórica da historiografia, e em particular da História Antiga, foi largamente semeado com a consolidação da Revolução Russa e viu seu ápice, em países do mundo ocidental como França e Itália, entre os anos 1960 e 1980. Historiadores como Geoffrey de Ste. Croix e Andrea Carandini foram nomes de peso do marxismo na História Antiga Clássica ocidental, interessados nas dinâmicas da luta de classes (no caso do primeiro) e no desenvolvimento tecnológico (no caso do segundo) para explicar as transformações históricas do mundo greco-romano (GUARINELLO, 2013, p. 32-35). Tão grande era a influência de tal corrente no Pós-Guerra que mesmo autores não marxistas, como Moses Finley, operavam através de práticas comuns aos historiadores marxistas, como a marcação clara e explícita das bases teóricas pressupostas em suas interpretações (GUARINELLO, 2013, p. 35).

Mas o materialismo histórico foi impactado negativamente com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. A já mencionada Nova História que se ergueu com o *cultural turn* no contexto do pós-modernismo levou ao que Guarinello (2013, p. 43) chamou de “culturalização da História Antiga”, ou seja, ao crescente interesse pelos fluidos conflitos de identidade no mundo antigo, à valorização do local em detrimento do todo e ao deslocamento de interesses dos centros imperiais, como Atenas e Roma, para o mundo provincial periférico. Essas novas perspectivas perduram sólidas atualmente. No entanto, hoje, no início da segunda década do século XXI, estamos assistindo ao gradual reflorescer do materialismo nos estudos dos historiadores – um novo processo que já é digno de nota.

Devido aos movimentos antiglobalização e como reação ao impacto da crise econômica global do início do milênio (VLASSOPOULOS, 2018, p. 210), além da nova onda de esquerda e dos protestos em resposta às desastrosas políticas neoliberais no caso latino-americano, o recente fortalecimento do marxismo mostra que ele não se esgotou e ainda pode trazer muitas contribuições às análises historiográficas, como pretendemos logo demonstrar no nosso caso. Embora, é preciso que se diga, nossa pesquisa não zele em sua inteireza pela pureza da abordagem materialista, muito menos trabalhe apenas com autores alinhados a tal perspectiva. Aqui, nós dividimos elementos em comum com o materialismo, o que não sinaliza em absoluto algum tipo de receio em mexer no vespeiro do marxismo, muito pelo contrário. Expliquemos.

Uma das maiores e mais positivas contribuições da abordagem materialista, destacada por Kostas Vlassopoulos (2018, p. 216) e aqui reconhecida, é a sua capacidade de pensar grande, ou seja, de propor uma análise holística, interessada em estudar a sociedade enquanto totalidade na lógica das articulações estabelecidas entre estrutura produtiva e os elementos que compõe a dita superestrutura, em oposição à compartimentação tipicamente pós-moderna que isola os diferentes componentes da estrutura social. A metanarrativa é, portanto, uma característica marxista fundamental que deve ser incentivada, e é justamente ela que estamos impossibilitados de alcançar. Falta fôlego, dentro das dimensões que enquadram uma dissertação de mestrado, para traçar uma metanarrativa coerente, mesmo que este fosse o objetivo. Nosso recorte focado no tema da memória, muito embora busque tratá-la à luz de questões levantadas pelo materialismo, passa ao largo de tamanha pretensão.

Além disso, é importante frisar que quando falamos em marxismo não temos em mente o marxismo estruturalista. As críticas levantadas por Edward P. Thompson (1981) ao materialismo mecanicista (tendo em mente a obra de Althusser) são aqui endossadas. Não trataremos de resgatar a rígida forma estrutura de sua prisão epistemológica, forma esta concebida *a priori* como uma máquina na qual o motor econômico determina o movimento de todas as demais engrenagens ideológicas (da religião, da moral, da memória., etc.). Uma forma, portanto, que se encaixa no recorte temporal ao podar a investigação empírica e que dispensa aquilo que Thompson chamou de “experiência” (1981, p. 184-185). A consideração desta última, a reinserção do homem na história, nos leva a abandonar o determinismo economicista que inocula a esfera ideológica nos homens, então passivos receptores da mesma.

O que não significa, Thompson deixa claro, cair em idealismo. O vasto arcabouço ideológico não surge autonomamente pela livre criatividade humana, mas conjuntamente às condições materiais em uma complexa rede de relações, e é vivido – experimentado – da mesma

forma que tais condições, de modo que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (THOMPSON, 1981, p. 189-190). Assim, os valores, os símbolos, as formas religiosas ou artísticas, a memória social, enfim, tudo aquilo que pertence ao ideológico não é puramente pensado, mas sim vivido, e surge dentro de um vínculo indissociável à vida material (THOMPSON, 1981, p. 194). A colocação em prática desta visão, segundo Vlassopoulos (2018, p. 210-211, 227), é imprescindível para que tanto o marxismo quanto a História Antiga se renovem mutuamente, afastando-se das premissas a-históricas de outrora em função de um historicismo menos estrutural e mais processual.

Estabelecidos os limites da nossa base materialista, falta agora justificar sua escolha. Frente ao crescente interesse pelo estudo da memória²¹, muito concentrado nas mãos dos autores da nova escola alemã e de outros pesquisadores que compartilham suas abordagens teóricas, o materialismo é um forte remédio capaz de enfrentar a “semiologização” da memória promovida por tal corrente. Não para arrancar da memória sua dimensão simbólica, mas para alargar seus horizontes com a inclusão das bases materiais e da dinâmica conflitiva. A necessária crítica desses autores ao modelo de Millar – cuja problemática leitura constitucional flerta com tipos ideais, como reconhece o próprio Hölkeskamp (2010, p. 12) – os levaram a um problema de fundo tão grande quanto, ou seja, a redução da política à comunicação de trocas simbólicas.

Com essa premissa, o idealismo ganha asas. Patina-se desembaraçadamente sobre convenções simbólicas, ritos forjados ao bel-prazer das elites e assumidos consensualmente por uma plebe que se dá por satisfeita, que “havia tomado por seus os valores da aristocracia dominante”, nas palavras de Hinard (2005, p. 252), ou que se alimentava da sensação proporcionada por fazer parte de uma coletividade em assembleia, no modelo de Jehne (2013, p. 61). Nesses termos, as forças constitutivas da memória social, todos os interesses das mais complexas ordens que organizam a significação do passado compartilhado por uma dada coletividade, se esvaem em um epifenômeno desconexo da realidade. A memória aqui transborda de cima e penetra nas camadas abaixo, tendo seu papel reduzido ao de cola

²¹ Fenômeno não restrito à História Antiga. Em seu balanço histórico, Patrick Hutton (2016, p. 6-11) demonstra os fatores que explicam o florescer dos estudos acadêmicos sobre memória no final do século XX até os dias de hoje. Em um mundo pós-colonial fragmentado, onde conceitos centralizadores passam a ser questionados e estudos sobre movimentos minoritários ganham cada vez mais destaque, as metanarrativas tiveram sua veracidade relativizada diante da plasticidade da multiplicidade das narrativas, o que abre caminho para as memórias coletivas de grupos diversos se consolidarem como objeto de pesquisa.

homogeneizadora da sociedade. Em resumo, a memória se torna mistificação. Como tal, os estruturalistas a dispensariam por estarem mais preocupados com a análise da estrutura econômica, enquanto aqueles alinhados à abordagem semiótica empreenderiam um enorme esforço para pormenorizá-la, mas sem ir muito além da descrição²².

Como Cristina Rosillo-López (2017, p. 15) bem identifica, falta à nova visão oligárquica dos pesquisadores alemães o reconhecimento dos benefícios concretos obtidos pelo povo, cujo papel de coadjuvante pintado por esta escola contradiz a própria necessidade da elite de tecer alianças com a plebe. Benefícios estes que só existem graças a problemas de ordem material antes colocados, como distribuição de terras, grãos, diminuição de alugueis, dentre vários outros. Por outro lado, não se trata de defenestrar tudo aquilo que é simbólico. A memória social tem, sim, sua dimensão simbólica, mas vinculada à material, e ambas são fundamentais no seu processo de construção, um processo que é matizado, marcado por conflitos e concessões, e é vivido – constitui a experiência histórica, nos termos de Thompson – por todos os grupos e classes da Roma antiga, dos senadores aos escravos.

1.2.1. Hegemonia: conceitualização e aplicabilidade

Para dar corpo conceitual aos nossos referenciais materialistas, resgatamos o filósofo italiano Antonio Gramsci em seus *Quaderni del Carcere*, que segundo James Scott (1985, p. 316-317) foi um dos autores marxistas que mais conseguiu evitar as formas extremas do determinismo econômico ao reconhecer certo grau de autonomia à esfera ideológica – embora Scott desfira algumas críticas a Gramsci. Não se trata, obviamente, de transplantar o léxico gramsciano à revelia, mas de utilizá-lo de forma a dilatar a capacidade analítica a partir das condições histórico-concretas de um caso específico.

Posto isso, trabalharemos principalmente a partir do conceito de *hegemonia*. Sem grandes pormenores, a definição gramsciana de hegemonia consiste no exercício do poder sobre a sociedade concentrado nas mãos de uma classe, algo que se assenta por meio da conjuração do domínio e da direção (*Q 19, 24*; GRAMSCI; COUTINHO, 2011, p. 290). O domínio corresponde à força das armas, garantida através do comando de um aparelho coercitivo assegurado “legalmente” e que age para disciplinar aqueles que contestam o poder instituído

²² Em *Whigs and Hunters*, Thompson (2017, p. 15) empreende uma crítica aos estruturalistas que rotulam de mistificação os componentes da superestrutura e, a seguir, os dispensam. Ironicamente, essa crítica é válida também para os autores que, sem fazer uso do termo “mistificação”, creem na ingenuidade do convencimento através de uma política que se faz por comunicação simbólica. Vale parafrasear Thompson aqui: da mesma forma que um camponês inglês do século XVIII não era tão estúpido a ponto de ser mistificado pelo primeiro homem que colocasse uma peruca, um plebeu romano também não o era diante do primeiro homem que portasse uma *toga candida*.

(*Q 12, 1*; GRAMSCI, 2001, p. 21). Já a direção remete ao consenso “espontâneo” dado pelos demais estratos sociais à classe detentora do poder, baseado no prestígio e na confiança historicamente construídos em torno dela devido ao papel que ocupa no mundo da produção (*Q 12, 1*; GRAMSCI, 2001, p. 21).

O equilíbrio entre domínio e direção reflete uma situação de estabilidade hegemônica. Para além desse cenário, é preciso notar que a direção política se relaciona de formas variadas com a coerção, podendo ser conjugada inclusive contra ela (COSPITO, 2004, p. 89) no caso de um grupo que pretende a hegemonia, mas ainda não a exerça. Assim, para poder alçar-se à hegemonia, uma classe deve primeiro ser dirigente de seus aliados; uma vez no poder, passa também a ser dominante de seus adversários, mas sem deixar de ser dirigente, afinal, a manutenção da hegemonia implica sempre em uma relação pedagógica, ou seja, a classe hegemônica deve disseminar sua ideologia através do controle de um complexo aparelho divulgador (COSPITO; LIGUORI; VOZA, 2017, p. 365-366). Em outras palavras, a hegemonia de uma classe repousa na conexão entre o domínio político-militar e econômico-produtivo e a direção fornecida pelo potencial centralizador de uma unidade ideológica, cuja ação consiste em transformar uma concepção de mundo particular, orgânica à classe dirigente, em universal.

Contudo, apesar de ser a principal e, em cenários de alta estabilidade hegemônica, a mais enraizada, a ideologia hegemônica jamais se faz única em uma sociedade ou conserva em todas as camadas da hierarquia social seu formato mais ortodoxo. Isso porque, explica Gramsci (*Q 11, 12, nota IV*; 1999, p. 103), há uma concepção de mundo particular a cada classe, uma que se origina da práxis social, da ação cotidiana, um conhecimento do mundo que é gestado na medida em que esta classe o transforma. O saldo da coexistência entre a ideologia hegemônica antitética (exógena às classes que não são a dirigente e disseminada pelo aparelho ideológico hegemônico) e um conhecimento singular advindo da práxis é uma consciência contraditória (*Q 11, 12, nota IV*; GRAMSCI, 1999, p. 103). Nesse esquema didático exposto até aqui, há somente duas concepções distintas relacionadas (as ideologias hegemônica e orgânica), muito embora Gramsci reconheça o fato de a realidade concreta das consciências ser muito mais plural, pois compartilha também concepções de mundo de velhas hegemonias, resistentes à supressão, e de outras classes. Há, portanto, uma combinação heteróclita e muitas vezes conflitante de ideologias (ou fragmentos delas) que fazem de nossa personalidade um conjunto ideológico compósito (*Q 11, 12, nota I e IV*; GRAMSCI, 1999, p. 94, 108).

James Scott (1985), partindo da conceptualização gramsciana aqui bastante simplificada, formula algumas críticas que matizam as relações entre consciência e hegemonia. Dentre seus apontamentos, destaca-se a consideração do potencial criativo das classes não-

dirigentes frente à ideologia hegemônica, ou seja, o vetor direcional que faz os elementos desta última chegarem às camadas inferiores da sociedade não se encontra sozinho, já que há também uma ampla possibilidade das camadas subalternas penetrarem na ideologia hegemônica, se apropriando dela a seu favor em um processo reinterpretativo complexo – a mistura das crenças pré-existentes com a visão de mundo dominante é, assim, uma via de mão dupla (SCOTT, 1985, p. 318-322). Nesse sentido, pontua Scott (1985, p. 320), a ideologia hegemônica cumpre muito melhor seu papel unificador dando coesão às classes superiores, próximas à dirigente, que conformando os demais subalternos. Outro ponto importante, sugerido por Gramsci e reiterado por Scott, é o da existência de contradições internas à ideologia hegemônica. Já que esta pretende fazer universais os interesses particulares, ela deve realizar concessões reais às demais classes a fim de convencê-las, promessas que devem ser, pelo menos em parte, cumpridas, caso contrário a ideologia dominante cai em arbitrariedade ao se contradizer – em outras palavras, ela fornece as ferramentas de sua própria crítica (SCOTT, 1985, p. 335-340).

Retomaremos Gramsci e Scott quando for conveniente, pois aqui buscávamos introduzir o conceito primordial a esta pesquisa, o de hegemonia. Primordial, pois trabalhamos com a hipótese de que o fim da República romana e a subsequente ascensão do Principado configurou-se como um tipo de crise de hegemonia de longa duração. Na obra gramsciana, a noção de *crise de hegemonia*, também podendo ser chamada de crise orgânica ou crise de autoridade (COSPITO; LIGUORI; VOZA, 2017, p. 366), aparece para tratar do deslocamento dos grupos sociais de seus respectivos partidos tradicionais, pois os primeiros deixam de reconhecer a representação de seus interesses nos últimos (*Q 13, 23*; GRAMSCI, 2017, p. 60). A classe hegemônica, então, falha em estabelecer seu consenso, deixando de ser dirigente para ser apenas dominante, o que catalisa uma intensa mobilização coletiva das massas fluidificadas que se tornam cada vez mais céticas em relação à antiga ideologia hegemônica (*Q 3, 34*; GRAMSCI; COUTINHO, 2011, p. 291).

A crise de hegemonia é estrutural, não conjuntural, e embora fatores externos possam potencializar seus efeitos, ela é fruto de transformações internas da sociedade (ANTONINI, 2016, p. 167-168). Nela, são desfeitas as relações de organicidade – ou seja, aquelas que estabeleciam um complexo unitário, vital e autônomo – da coletividade social, levando à retração da capacidade transmissiva da ideologia dominante e ao fortalecimento das demais concepções de mundo no vácuo deixado pela concepção hegemônica em recuo. A consequência, então, é o desequilíbrio entre dominação e direção: com a segunda obstaculizada, a primeira se acentua, fazendo com que o grupo dominante tente se manter no poder mediante o uso mais exaltado da violência contra seus adversários (*Q 13, 23*; GRAMSCI, 2017, p. 61).

Apesar da velha hegemonia se encontrar fragilizada, nenhum outro grupo é capaz de construir uma nova devido ao equilíbrio entre as forças de classe²³: tal cenário é aquele descrito por Gramsci em que “o velho morre e o novo não pode nascer” (Q 3, 34; GRAMSCI; COUTINHO, 2011, p. 291).

Nota-se a historicidade da categoria gramsciana de crise de hegemonia, isto é, ela condiz com a experiência contemporânea do início do século XX. É indissociável do pensamento teórico de Antonio Gramsci sua experiência enquanto sujeito histórico, um sardo nascido em uma Itália recém-unificada ainda marcada pelas contradições do *Risorgimento*, que viveu em uma sociedade profundamente católica mergulhada no turbilhão moderno da guerra e da indústria e que assistiu da cadeia ao fortalecimento do regime fascista. Cabe, então, a pergunta: até onde podemos ir na aplicação historiográfica de suas categorias analíticas, em especial as de hegemonia e crise de hegemonia, para entender a transição da República para o Principado na antiga Roma, quase dois mil anos antes da conjuntura histórica vivida e teorizada por Gramsci?

Em primeiro lugar, deve-se verificar que embora não estivesse preocupado com temas da história antiga, Gramsci recorreu algumas vezes a eles ao longo de sua vasta obra, seja por via de debates envolvendo autores contemporâneos dedicados ao mundo antigo, seja através de conhecimentos escolares e relativamente comuns à cultura italiana da época²⁴. Claro que muitas dessas referências ao mundo antigo são equivocadas ou minimamente desprovidas do rigor historiográfico que um especialista teria. Federico Santangelo (2021, p. 231), por exemplo, ao se debruçar sobre o conceito de *cesarismo* nos *Cadernos* com o olhar atento às possíveis contribuições para o entendimento da figura histórica de Júlio César, conclui que a construção de tal categoria pelo comunista italiano tem pouco a dizer diretamente sobre a política romana.

Todavia, mesmo dizendo respeito muito mais às experiências bonapartista e bismarckista, a avaliação de Gramsci sobre o cesarismo no mundo romano abre espaço para possíveis reflexões envolvendo as relações entre Roma e seu império que trazem contribuições novas ao entendimento do final da República (SANTANGELO, 2021, p. 205, 231). Isso porque, para pensar um problema de sua época (a saber, a profunda cisão entre intelectuais e as massas

²³ É em um cenário como esse que o *cesarismo* pode aparecer. Segundo Francesca Antonini (2016, p. 169, 175-181), o cesarismo é o fenômeno político baseado em uma figura carismática que aproveita a situação de equilíbrio de forças e se apoia na mobilização das massas, antes passivas, para chegar ao poder: a princípio, ele pode ajudar o grupo dominante a se manter no poder, mas a fragilidade hegemônica causada pela falta de direção pode levar à ruptura constitucional por parte do representante do cesarismo que passa a concentrar o poder em suas mãos.

²⁴ Mattia Balbo (2021, p. 183, 191-192) menciona o importante esforço de Gramsci, configurado como uma verdadeira contra-história, em enfatizar a descontinuidade entre o Império Romano e a história recente da nação italiana no contexto do projeto educacional fascista, empenhado, por sua vez, em promover o mito da romanidade e demarcar os paralelos entre o *Ventennio* e a antiga Roma.

italianas), Gramsci remonta a um processo de longa duração, iniciado por César, de ampliação do corpo cidadão e integração do mundo imperial que teria dado origem a intelectuais cosmopolitas, muito mais ligados às problemáticas das novas elites supranacionais e distantes de questões mais particulares da Península Itálica (BALBO, 2021, p. 187-188). Esta reflexão, reconhece Mattia Balbo (2021, p. 192-193), apesar das limitações, é uma interpretação original sobre a queda da República que convida historiadores a olharem para o problema histórico por outro ângulo: a inflexão, no final da República, que iniciou o deslocamento da centralidade hegemônica de Roma para as provinciais orientais, o que desbancou intelectuais da velha aristocracia da capital e alavancou a ascensão e centralização política imperial.

Em segundo lugar, mais profícuo que caçar referências diretas a Roma em seus textos, a articulação dos conceitos gramscianos mais fundamentais em um quadro de pesquisa historiográfica é tão possível, abrangente e capaz de dar bons resultados quanto fazê-lo sobre a obra de qualquer outro grande teórico moderno – como Marx, Foucault ou Bourdieu. Isso porque o pensamento de Gramsci, mesmo quando não trata da história antiga, carrega um enorme potencial analítico para complexificar estudos recentes sobre a cultura no mundo antigo, desde que bem instrumentalizado e ciente de suas possibilidades e restrições. A recepção de sua obra pelos historiadores dedicados à Antiguidade tem crescido, e prova disso é a recente publicação da obra organizada por Emilio Zucchetti e Anna Maria Cimino (2021) que reúne artigos de autores interessados desde a Grécia Arcaica até a Antiguidade Tardia, explorando as relações entre as reflexões gramscianas e o classicismo²⁵.

Nesta obra conjunta, além dos textos já mencionados de Balbo e Santangelo focados em temas do final da República, destacamos também dois capítulos que aplicam a noção de hegemonia para entender o Principado. O primeiro, de Christopher Smith (2021), parte do livro de Andrew Wallace-Hadrill (*Rome's Cultural Revolution*) reconhecendo sua importância para os estudos sobre as mudanças nas identidades sociais no fim da República, mas também formula críticas. Segundo Smith (2021, p. 223, 229-231), a conclusão de Wallace-Hadrill sobre o sucesso da moda disseminado em todo o império pela nova conjuntura política falha em reconhecer agências locais. Nesse sentido, uma leitura gramsciana dentro da chave teórica da hegemonia e atenta às particularidades locais poderia contribuir para identificar práticas de intervenção ou mesmo de resistência dentro do discurso hegemônico, que, ao mesmo tempo em

²⁵ Além da publicação conjunta, conferências envolvendo a participação dos autores que contribuíram com capítulos para o livro e outros vêm sendo realizadas em coordenação com a Universidade de Newcastle e o grupo de estudos Gramsci Research Network. Destaca-se a conferência de 2017 homônima ao livro publicado pela Routledge e, mais recentemente, a intitulada *Power, Coercion and Consent: Gramsci's Hegemony and the Roman Republic*, realizada em 2021.

que demarcariam interesses particulares, corroborariam com a nova direção política dada pelo Principado. Para além da ânsia em copiar uma moda pensada dentro de um núcleo dominante, portanto, haveria benefícios próprios e orgânicos de grupos provinciais, subalternos ou da elite não-dinástica na mobilização criativa do discurso hegemônico do novo Principado, o que acaba por corolário também por reforçá-lo.

O outro capítulo, de Jeremy Paterson (2021), está interessado em refletir sobre a validade do conceito de hegemonia para pensar o Principado. Reconhecendo que as relações econômicas não impõem a estrutura social, mas delimitam um leque de possibilidades e limitações dentro do qual tal estrutura pode se desenvolver, Paterson demonstra (2021, p. 257-259) que o êxito do Principado estava na consolidação de sólidas interações e diálogos entre governantes e governados. Nesses termos, o conceito de hegemonia é útil pois evidencia as nuances dessa trama de relações, afinal o consenso que o discurso hegemônico semeia só germina quando é reconhecido e apropriado por quem não compõe a sociedade política. Paterson exemplifica suas afirmações com trechos de Tácito e do evangelista Lucas, mostrando que tais autores não contestavam o poder do imperador, mas que suas críticas eram colocadas dentro do horizonte político em que a autoridade do *princeps* era sempre uma realidade, passível de reprovações, mas jamais descartável (PATERSON, 2021, p. 260-267).

Portanto, Gramsci pode nos ser muito útil para analisar o fim da República e início do Império em Roma. Mais útil ainda para entender as dinâmicas da memória que estavam em jogo durante este recorte. Devemos, agora, esboçar de forma mais detalhada o que entendemos por crise de hegemonia naquele período histórico para, a seguir, falarmos propriamente da memória.

1.3. Entre República e Principado: uma longa crise hegemônica

Preliminarmente, é preciso deixar claro que não tomaremos a crise de hegemonia caracterizada por Gramsci em algumas passagens de seus escritos, como, por exemplo, em *Q 13*, 23²⁶, como referência para identificar as equivalências romanas do mesmo processo. As condições elementares desse tipo de crise descrita por Gramsci (como os partidos políticos dos quais se deslocam suas massas orgânicas por não mais se identificarem com as lideranças dos mesmos, ou a figura carismática que emerge do equilíbrio entre forças durante a instabilidade hegemônica) são marcadamente modernas, sem lastro na antiga Roma. Falamos em crise de hegemonia porque o conceito de hegemonia nos é proveitoso. A noção de crise, empregada aqui

²⁶ Conferir GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 60-71.

em sentido geral e não na definição particular de Gramsci, corresponde ao processo de instabilidade que o poder hegemônico de Roma viveu por mais de um século, levando a mudanças históricas na configuração política daquela sociedade.

Além disso, se a categoria de crise em Gramsci abre espaço à possibilidade de mudança na hegemonia, com um novo grupo sobrepujando o que antes ocupava a posição dominante (como, por exemplo, em um processo revolucionário), esse está longe de ser o caso romano. Não houve uma troca de hegemonias nem uma ruptura forte que reconfigurou a estrutura econômica e sócio-política romana com a emergência de uma nova classe ao poder. Foi antes de tudo uma crise longa que afligiu a mesma classe dominante, iniciada no interior do núcleo hegemônico e que se dilatou ao longo do tempo, criando a necessidade de adaptações para a sua preservação. Logo, é preciso enfatizar desde já que, no debate entre continuidades e rupturas para a compreensão da ascensão imperial, nos situamos no primeiro campo, pois fundamentalmente a mesma classe dominante e as relações produtivas que a mantinham como tal durante a República foram preservadas no Principado graças a rearticulações na configuração política (na ordem da superestrutura, portanto). Por consequência, a noção de revolução, que tanto perpassou e ainda ecoa na historiografia voltada ao período, será por nós evitada.

Isto posto, comecemos, então, a esmiuçar tal crise. Como pontua Cospito (2004, p. 78) parafraseando o próprio Gramsci, a hegemonia de um grupo “é política, mas também e especialmente econômica”, uma vez que o esquema gramsciano dos níveis de consciência política se alicerça preliminarmente na posição ocupada por dada classe na estrutura produtiva. Assim, o primeiro nível, mais elementar, funda as condições materiais comuns da classe; no segundo, seus membros tomam consciência da homogeneidade de seus interesses e forjam laços de solidariedade entre si; e finalmente, em um terceiro momento, o grupo reconhece a necessidade de transformar tais interesses corporativos em interesses também de outras classes, em um projeto político que visa a hegemonia (COSPITO, 2004, p. 77-78). Em linhas gerais, na Roma arcaica, a genericamente chamada *nobilitas*, cuja principal instituição de representação foi o Senado, constituía este grupo que usufruía de condições materiais semelhantes, compartilhava do interesse comum em perpetuá-las e potencializá-las e se estabeleceu hegemonicamente como sociedade política na ordem social denominada *res publica*.

Enquanto estrutura política, a *res publica* possuía diversas particularidades. Uma delas era a previsão da competição que se dava entre os membros da *nobilitas*, ou seja, no seio da própria hegemonia, e se expressava em diversos campos, como no eleitoral, familiar, imagético, etc. Mas tal competição intra-hegemônica não comprometia a hegemonia daquela classe, muito

pelo contrário, era parte estrutural dela, sendo reconhecida e reproduzida inclusive pelos demais estratos sociais – ao participarem, por exemplo, dos comícios eleitorais, recebendo *largitiones* daqueles que disputavam dado cargo²⁷ e elegendo uns em detrimento de outros. Porém, essa estrutura fora forjada em um momento arcaico de Roma, quando a cidade ainda se limitava ao Lácio e as condições materiais que davam liga aos interesses comuns da *nobilitas* eram relativamente equivalentes.

O germe da crise encontra-se no processo da expansão romana, em que riquezas (das mais diversas, como terras, butins, impostos e especialmente escravos) em dimensões cada vez maiores afluem para as mãos da classe dominante de forma desproporcional, minando o equilíbrio material que a amparava. É justamente a impossibilidade de conciliação entre a nova realidade material, que desnivelou economicamente o corpo hegemônico, e a estrutura da *res publica* fundada na competição que desestabilizará, ao longo de décadas, a hegemonia aristocrática. Concomitantemente, a expansão imperialista impactou também as classes não-hegemônicas, fomentando novas possibilidades de enriquecimento nas províncias por parte de grupos não ligados ao patriciado tradicional, a ampliação da escravidão, a concentração fundiária, a proletarização da plebe urbana, o crescimento do conjunto de cidadãos na capital e sua virtual pressão sobre as instituições republicanas. Destarte, todas essas novas variáveis estiveram envolvidas na competição irregular e hipertrofiada entre os *nobiles* por recursos imperiais.

Assim, a crise resultante, que teve sua origem dentro do grupo hegemônico, se difundiu em escalas maiores e se tornou uma crise de longa duração com fases distintas. O primeiro sinal disso foram as múltiplas contradições no interior da *res publica* produzidas pelas mudanças das condições materiais em curso já no século III a.C., quando a expansão romana se projetou em uma dimensão inédita com a conquista da Sicília. Timothy Cornell (1991), embora não trabalhe com a terminologia gramsciana, sintetiza muito bem as contradições que vinham se acumulando. Segundo ele, a República Romana em seu último século reproduzia elementos anacrônicos ao momento, pois eram funcionais a uma cidade-estado de pequenas dimensões. Boa parte da estrutura institucional e administrativa da cidade, suas assembleias, a hierarquização ditada pelo censo, as relações de clientela, etc., estavam calcadas em um passado muito distante de uma cidade pré-imperial e não condiziam com a nova realidade da *Urbs* (CORNELL, 1991, p. 58).

²⁷ Conferir nota 16.

É fato, porém, que a *res publica* estabelecida em 509 a.C. com a queda de Tarquínio e aquela dos Triunviratos do século I a.C. não eram a mesma. O sistema político romano estava, até certo ponto, aberto às mudanças que vinham ocorrendo desde as Guerras Púnicas (FLOWER, 2010, p. 61-64). Harriet Flower (2010), autora interessada nas transformações sofridas pela *res publica* ao longo de seus cinco séculos de duração, enumera uma série de mudanças que foram colocadas em prática visando, *a priori*, o atendimento das novas demandas, mas que catalisariam ainda mais a instabilidade política. Dentre algumas das modificações que revelam uma *res publica* não estática encontram-se o fim da fundação de colônias de cidadãos na Península Itálica em 177, que levaria à crise do acesso à terra e à cidadania, as mudanças no sistema judicial e no calendário, a introdução do voto secreto em 139 e a nova forma de recrutamento de soldados iniciada por Mario (FLOWER, 2010, p. 65-79).

Contudo, a plasticidade do sistema republicano tinha limites. Um deles era precisamente a lógica competitiva da *nobilitas*, cuja superação não era uma questão a ser colocada uma vez que, de tão basilar, suprimi-la significaria dissolver a própria estrutura da *res publica* e, com isso, a hegemonia da classe dominante que se perpetuava através dela. Afinal, a competição envolvia a participação dos grupos externos à sociedade política – logo, seu fim não constrangeria apenas a elite como também afetaria todos os quadros da sociedade romana que respondiam consensualmente àquela direção hegemônica. O problema é que, conforme Roma se expandia e novas riquezas confluíam à capital, mais recursos eram mobilizados na competição política, que foi originalmente arquitetada para opor aristocratas assentados em condições materiais homólogas e dimensionadas a uma cidade-estado, não a um império. Utilizando cada vez mais fortunas para disputarem eleições, as famílias nobres que tiveram melhor acesso aos espólios imperiais puderam ocupar mais magistraturas e, com isso, conduzir novas guerras para concentrar mais riquezas, em um processo crescente que preservou alguns aristocratas no poder em detrimento de outros e fez disparar a concentração de renda. O enriquecimento e a concentração de poder político acirrarão a tensão entre as famílias mais afortunadas, realidade que, diferente do passado, não comportará mais a coexistência entre elas no mesmo plano, elevando a competição ao patamar da guerra civil.

Alexander Yakobson se pergunta (2010) como a população romana via tais conflitos internos da elite, já que era convidada a arbitrá-los. Uma vez que todos os debates eram conduzidos exclusivamente por *nobiles*, mas sempre ocorriam perante o povo, que por seu turno era enaltecido e elogiado vide a dependência dos aristocratas por seus votos em assembleias, o *populus romanus* aprendeu, por um lado, a respeitar a *auctoritas* da elite e sua tradição de poder

e, por outro, a reconhecer sua própria soberania reforçada pelos discursos dos notáveis e pelo seu poder de mediação nas disputas (YAKOBSON, 2010, p. 286, 300). Dessa via de mão dupla advinha o relativo consenso das classes cidadãos não-dominantes ao pacto hegemônico republicano.

O código simbólico que demarcava a hegemonia (as insígnias de poder, a indumentária, a posição elevada dos aristocratas na tribuna que lhes destacava acima do povo, a cadeira curul, os lictores, a exclusividade na tomada da palavra em público, etc.) servia tanto para distinguir a classe dominante das dominadas quanto para munir os *nobiles* em sua disputa interna, pois algumas insígnias detinham mais *auctoritas* que outras e engrandeciam mais os aristocratas que as portavam. Educada dentro deste código, a plebe interiorizou tanto o respeito pela hierarquia quanto o conflito no interior da própria elite (YAKOBSON, 2010, p. 289). Porém, com o expansionismo imperial, conforme a competição se acentuava alimentada pela disputa envolvendo os novos recursos econômicos, mais o povo era convidado a interceder e, assim, com mais força se engajava nos conflitos, afinal se via com a legítima autoridade para fazê-lo.

A política partidária que surge no final do século II a.C. e se desenvolve no I a.C., opondo *populares* a *optimates*, é expressão desse processo. A aristocracia, ou parte dela, reconheceu que as novas condições materiais do império criaram demandas ao *populus* de Roma e passou a colocá-las em pauta para angariar maior apoio popular. Por sua vez, o povo, ávido em ver suas demandas atendidas e acostumado com a lógica conflitiva das elites, aderiu aos novos chamados, aprofundando a cisão dentro do grupo hegemônico. Em síntese, nesse processo violento crescente o povo romano não estava colocando a hegemonia da *nobilitas* em dúvida, mas agindo dentro da lógica hegemônica, o que produziu como corolário a instabilidade de seus próprios quadros de dominação. Em outras palavras, o discurso hegemônico criara as condições de sua própria instabilidade.

Ao demonstrar comoção pela morte de um líder popular, como Saturnino, Mario ou César (às vezes de forma até agressiva como foi no funeral de Clódio, durante o qual o prédio da Cúria foi incendiado), a plebe demonstrava ao mesmo tempo respeito pela aristocracia e pela hierarquia tradicional (YAKOBSON, 2010, p. 287-288), uma vez que tais políticos vinham do cerne da classe hegemônica. Manifestava também sua *libertas*, enfatizada por toda a *nobilitas* em discursos e, assim, reconhecida como autoridade legítima da *res publica*, não como mero recurso retórico de campanha eleitoral. Por fim, manifestava suas próprias reivindicações, porque por mais que a plebe agisse dentro da estrutura hegemônica e respeitasse o poder da aristocracia como um todo, ela reconhecia seus interesses materiais nas propostas de políticos populares – o que explica o fato de Clódio ter recebido uma agitação tão acalorada em seu

funeral e Cícero, por outro lado, cujas cabeça e mãos foram exibidas nos *Rostra* em 43 a.C., não.

Toda a crise transparece mais visivelmente no século I a.C., momento em que Roma foi crivada por episódios atroz. Os conflitos entre cidadãos tornaram-se uma dura realidade aos romanos, fazendo com que a violência passasse a ser objeto de reflexão de muitos autores antigos. Chantal Gabrielli (2018, p. 828-829, 843-849) analisa o emprego da palavra *uis* nos textos da época e a argumentação mobilizada para legitimá-la: nas fontes dos *optimates*, por exemplo, a violência prejudicial à *res publica* (que promovia uma crise qualificada como ética, de decadência moral) é frequentemente atribuída ao lado inimigo, enquanto a violência dos partidários é endossada como gesto último e necessário de salvação política, como o tiranicídio, e embasada na memória de eventos do passado para poder ser justificada. É curioso pensar também, pontua Cornell, que a maior parte dos escritos que tratam do antigo funcionamento da República data do século I a.C. e o faz de modo a destacar a pouca diferença que havia entre as classes sociais, aproximadas por fortes laços verticais de clientela em uma sociedade composta majoritariamente de pequenos camponeses em que mesmo a aristocracia trabalhava a terra²⁸. Enfim, idealizava-se o passado como um período de amplo consenso, uma vez que o presente claramente não o era.

O discurso hegemônico bebia na fonte dessas conjecturas sobre o passado da *Urbs* para fundar o que os antigos romanos chamavam de *mos maiorum*, uma reunião de valores e costumes atribuídos aos antigos ancestrais de Roma que deveria ser reproduzida pela aristocracia no presente e respeitada pelos grupos não dominantes. A flexibilidade desse código de conduta não escrito, porém, fez com que ele fosse conjurado ao mesmo tempo por lados beligerantes opostos durante a situação de crise, o que levava o discurso hegemônico a cair em contradições internas. Um bom exemplo disso foi a lei de reforma agrária defendida pelos irmãos Graco. Em última instância, como afirma Cornell (1991, p. 58-59), a distribuição de terras defendida pelos tribunos seguia os princípios do *mos maiorum*, já que valorava o passado campesino dos pequenos proprietários. Contudo, parte da elite reagiu alegando que as propostas

²⁸ Cornell (1991, p. 55) cita o famoso caso de Lúcio Quíncio Cincinato, tão mencionado pelas fontes tardo-republicanas, que no século IV a.C. fora convocado a assumir a ditadura enquanto arava a terra. Vale mencionar que a ditadura no contexto da República antiga não corresponde às experiências ditatoriais tardo-republicanas, vividas por Sila e César, pois originalmente a instituição era parte regular da *res publica*, só diferindo das demais magistraturas pois um ditador não dividia o cargo com outro ditador (embora possuísse um assistente, um *magister equitum*), era nomeado (e não eleito) e isso somente quando se considerava necessário para a realização de uma tarefa (não obrigatoriamente urgente ou militar) que o magistrado competente a efetuá-la não poderia fazê-lo por algum motivo (CORNELL, 2015, p. 110-118).

levantadas pelos Graco assediavam a *res publica* e feriam o *mos maiorum*, o que ocasionou as mortes de ambos os irmãos.

A partir de então, a incongruência da elite só aumentaria. Um caso bastante significativo foi a aprovação do *senatus consultum ultimum*, manobra jurídica arbitrária do Senado que lhe dava o direito de tratar cidadãos como inimigos do Estado e condená-los à morte sem julgamento, tudo sem regulamentação clara e em nome de um vago ideal de *res publica* (POLO, 2020, p. 218). Depois do suicídio de Caio Graco, o *senatus consultum ultimum* foi usado outras vezes ao longo do século I a.C. pela *nobilitas* contra alguns de seus membros, o que evidencia a fragilidade no interior da hegemonia²⁹.

Aliás, as fontes da época utilizam os termos *dissensio*, *discordia* e *seditio* para definir a natureza dos conflitos, demonstrando que partiam do pressuposto de um grupo político como entidade unitária, como expõe Valentina Arena (2020, p. 103). Além disso, a comemoração da vitória em uma guerra civil gerava certo constrangimento, já que o líder derrotado dividia assentos com o vencedor dentro das mesmas instituições políticas, o que desencadeou estratégias criativas que buscavam evitar o embaraço da contradição – como declarar o derrotado como *hostis*, um inimigo estrangeiro, estranho à comunidade cívica, algo que buscava fazer da *bellum ciuile* uma *bellum externum* (ARENA, 2020, p. 109, 115-117).

Christian Meier (1993, p. 55) descreve toda essa conjuntura em termos de uma crise sem alternativas. Primeiro porque não havia possibilidade, dentro das instituições, a uma real solução que sanasse estruturalmente as insatisfações ou que depusesse os *boni* do seio do sistema político, afinal a *res publica* estava organicamente arquitetada em torno desta classe. E segundo, porque a ordem política não era concebida como um instrumento de classe, uma superestrutura substituível. A *res publica* era o que era, a única realidade política possível, e assim o era pois ao longo de séculos transformou Roma no centro do mundo e fez convergir inumeráveis riquezas àquela sociedade (MEIER, 1993, p. 57-58). Isso confinava as aspirações políticas aos limites da estrutura existente.

Acerca das contradições internas, Meier (1993, p. 59) afirma que foram os efeitos colaterais das ações tomadas por aqueles que buscavam conservar a República, portanto o Senado, que ironicamente a corroeram. A necessária ampliação dos poderes de determinados homens para lidar com grandes problemas externos produziu grandes líderes, que não apenas

²⁹ O conflito se alastrou aos abastados fora do núcleo senatorial a partir das reformas de Caio Graco que promoveram atritos entre o Senado e a ordem equestre. A partir da *lex repetundarum*, segundo a qual os equestres passaram a fornecer juízes responsáveis por julgar denúncias de extorsão e corrupção fora da Península Itálica, tal ordem saiu fortalecida e passou a representar uma ameaça aos senadores que administravam províncias (SOUZA, 2014, p. 162-163).

ameaçavam o equilíbrio entre os *nobiles* como passaram a cooptar interesses de outras classes, o que abria caminho à centralização monárquica. César entra nessa lógica como um grande líder em potencial, no entanto fracassa ao se afastar do Senado, afinal, apesar de acumular poder militar, o ditador não podia se legitimar fora da única ordem política concebível, o sistema republicano: nas palavras de Meier (1993, p. 62), ele possuía “muito poder dentro das circunstâncias, mas pouco sobre as circunstâncias”. A situação com Augusto difere, uma vez que este se compromete à estrutura política e oferece uma alternativa dentro da tradição, ou seja, alinhada à estrutura hegemônica: portanto, “um poder dentro das circunstâncias que se convergiu para um sobre as circunstâncias” são as palavras usadas pelo autor para descrever o período augustano (MEIER, 1993, p. 66-68).

O Principado, cujo início pode ser datado ou após a derrota de Marco Antônio em Áccio no ano de 31 a.C., ou com a concessão do título de *Augustus* a Otávio em 27 a.C., não pode ser, portanto, apartado do contexto precedente. Deve ser entendido à luz da instabilidade hegemônica, como uma nova fase da crise de longa duração. Diz Faversoni (2013, p. 108-109) que a ruptura entre República e Império precisa ser matizada, uma vez que a competição política não foi esvaziada e a disputa por espaços de deliberação continuou com antigos e novos sujeitos políticos. O Principado Augustano não é um período isolado que surge para solucionar os problemas que os romanos da República, carecendo de engenhosidade imaginativa, fracassaram em resolver. Nem Augusto foi o homem providencial profetizado por Júpiter a Vênus, o “César de Troia” como Virgílio pinta na Eneida³⁰, que sozinho reverteu a crise e pôs fim à instabilidade de mais de um século.

Ao longo de seu governo, Augusto se esforçou em legitimar seu posto através do que alguns autores chamam de “ideologia da atemporalidade”³¹, ou seja, disseminando em monumentos, discursos e atos a ideia de que as guerras civis haviam de vez se encerrado. Com a paz, houve a restauração da *res publica* e dos valores ancestrais romanos gestados no passado mítico da *Urbs*, o que inaugurou uma nova Idade de Ouro, um estado de perfeição que dispensava a passagem do tempo (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 3-4). O problema nasce quando essa ideologia não é historicizada e sim reproduzida pela historiografia acriticamente, endossando a noção de que a *Pax Augustana* foi bem sucedida em reestabelecer o consenso perdido há muitos anos. É dever da historiografia estender a perspectiva diacrônica que vinha

³⁰ Em *Aen.* 1, 286. Conferir VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 95.

³¹ O termo é de Philip Hardie, mas é reproduzido em obras de outros pesquisadores (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 3).

sendo empregada para a crise da República também para o Principado, inserindo-o novamente na história, combatendo a teleologia e reconhecendo a complexidade, as ambiguidades, negociações, continuidades, inovações, conflitos e estímulos não-lineares que o atravessaram, bem como diluir a agência histórica entre os diversos atores e grupos sociais para não depositá-la unicamente sobre o *princeps* (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 4-8).

Como afirma Walter Eder (2007, p. 16-17) com precisão, o Principado não deve ser visto de forma retrospectiva como um sistema fechado, mas como um processo multifacetado, cheio de revezes que não estavam dados para aqueles sujeitos. Ao longo de todo o Segundo Triunvirato, as guerras civis permaneceram e Otávio estava longe de promover um discurso conciliatório. Novas proscricções em 43 a.C.³², Filipos em 42, a Campanha da Perúsia entre 41 e 40 a.C., a agressividade dos veteranos de César com relação à demanda por terras na Península Itálica, a crise de abastecimento de grãos com Sexto Pompeu e finalmente Áccio sinalizavam que a estabilidade social era uma realidade longínqua (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 18-21). Mesmo após a conquista do Egito e a consagração do título de Augusto, a posição do *princeps* no sistema político não estava clara, pois tanto a plebe quanto os senadores ainda nutriam desconfianças quanto a sua pessoa.

Foram necessários, conforme demonstra Yzi Yavetz (1969, p. 90-92), dois momentos de negociação e concessão de poder. O primeiro entre 29 e 27 a.C. quando Otávio aboliu as medidas “ilegais” do período triunviral, abdicando dos poderes até então acumulados e mantendo-se apenas como cônsul. Já o segundo data de 23 – aliás, ano da conspiração de Marco Primo e Munera que quase derrubara Augusto do poder, provocando desconforto entre ele e o Senado –, quando o *princeps* renunciou ao consulado para permitir a ascensão ao *cursus honorum* dos demais membros da aristocracia em troca da acumulação de dois poderes, *imperium proconsulare maius e tribunicia potestas*. Isso atendeu, em parte, o interesse dos senadores, ao mesmo tempo em que, seguindo o caminho já trilhado por César, colocou Augusto na posição de único líder da plebe urbana ao portar o poder tribunicio vitalício, indicando que um ataque a sua persona corresponderia a um ataque também à plebe (YAVETZ, 1969, p. 92-95). Tais articulações políticas sustentaram Augusto, mas eram inegavelmente

³² Josiah Osgood (2006, p. 58-60) detalha a sequência de eventos após os Idos de Março que evidenciavam a postura agressiva de Otaviano naquele primeiro momento. Após uma aliança estratégica com o Senado e os cônsules Hircio e Pansa no início de 43 a.C. contra Marco Antônio em Mutina, o jovem Otaviano, com apenas dezenove anos, marchou vitorioso com suas tropas a Roma – cruzando o Rubicão, tal como seu pai o fizera em 49 a.C. –, forçando sua eleição como cônsul em uma escandalosa ruptura com o *cursus honorum* e fazendo aprovar diversas leis que favoreciam suas legiões, além de considerar culpado todo aquele que conspirou pelo assassinato de César. Senado e Otaviano demorariam mais de uma década para acertarem suas diferenças e estabelecerem o vínculo que Meier descreveu.

dependentes da aprovação de outros agentes sociais mediante o atendimento de seus interesses particulares. Não eram, então, arranjos rígidos, afinal novas fissuras se revelariam no decorrer de todo o Alto Império.

A fim de compreender o Principado dentro da longa duração, alguns pesquisadores têm trabalhado com a categoria de República “imperial”³³, formulação que visa dar conta tanto do expansionismo e da centralização de poder durante o século I a.C. quanto das continuidades do discurso republicano ao longo do período imperial. Nessa linha, Philippe Le Doze (2021, p. 118) defende que a restauração da *res publica* promovida por Augusto não foi falaciosa, como um discurso de fachada que visava mascarar suas pretensões monárquicas e enganar a sociedade romana, pois o Principado não se opunha à estrutura republicana. A *res publica* regida pelo SPQR se impunha como uma estrutura primeira vista pelos contemporâneos como uma realidade atemporal, que condicionava o regime político do Principado, definido como um *nouus status* de poder, e não o inverso. Nesse contexto, a figura do *princeps* só poderia existir dentro da *res publica*, afinal sua autoridade (que não estava formalizada em uma magistratura permanente) tinha por finalidade arbitrar a competição aristocrática tipicamente republicana, e assim era preservada e limitada pelas próprias instituições republicanas (LE DOZE, 2021, p. 123, 126).

A resposta à crise representada pela centralidade da figura do imperador não sanou por inteiro as debilidades da hegemonia. Segundo Aloys Winterling (2009), uma vez que a sociedade romana era politicamente integrada, ou seja, a hierarquia social era definida em primeiro lugar pelos cargos magisteriais ocupados por cada *nobilis*³⁴, a manutenção das antigas instituições políticas era imprescindível para a reprodução da própria estrutura social. No entanto, desenvolveu-se durante o século I a.C. uma nova realidade material na qual as forças militares e os recursos econômicos do império foram cada vez mais concentrados, até o ponto de serem praticamente monopolizados pelo que viria a se tornar a figura do imperador. Este novo polo de poder se sobrepôs à *res publica*, e não a substituiu nem se cristalizou em seus quadros institucionais, pois não havia dentro dela espaço para tanto. Isso fez do imperador uma figura usurpadora e ilegítima, já que era incompatível com a ordem sociopolítica e não recebia suas honras pelos procedimentos tradicionais das magistraturas aos quais toda a *nobilitas* estava sujeita (WINTERLING, 2012, p. 10).

³³ Destaca-se aqui o grupo de estudos *Histoire, Archéologie et Littérature des Mondes Anciens* (HALMA) ligado à Universidade de Lille, sob a direção de Stéphane Benoist (BENOIST, 2021).

³⁴ E apenas *nobiles*, pois mesmo que se reproduzisse através dos processos institucionalizados da ordem política, a classe dominante era praticamente hereditária, embora, segundo Winterling, a família fosse de importância secundária devido ao maior valor atribuído ao *cursus honorum* (WINTERLING, 2009, p. 29-30).

Deslocado da estrutura normativa, mas com imenso poder bélico e econômico em mãos³⁵, o imperador teve de recorrer invariavelmente ao Senado para legitimar seu papel, e este, então, lhe concedia honras e poderes republicanos desvinculados de qualquer cargo que estabilizavam a posição do *princeps* a curto prazo. Como a autoridade primeira emanava do Senado, o posto do imperador era em última instância instável, já que estava sempre dependendo das concessões senatoriais, o que abortava a possibilidade de uma monarquia soberana em si mesma e garantia a validade das antigas instituições republicanas (WINTERLING, 2009, p. 44). Contudo, como não se envolvia na escolha do novo imperador (decisão que dependia do *princeps* antecessor, dos soldados e das movimentações dentro da corte imperial), o Senado reforçava sua própria impotência ao conceder títulos e honras ao *princeps*, como se cumprisse um papel servil (WINTERLING, 2009, p. 44-45). Winterling, com isso, demonstra os paradoxos e as contradições do novo Principado que, se por um lado garantiu uma sobrevida à estrutura hegemônica da *nobilitas*, por outro reequacionou o equilíbrio de poder com sua arbitragem.

Vasily Rudich (2005, p. XVIII) define a relação entre o imperador e o Senado como uma “simbiose desigual e estranha que nunca foi claramente definida em termos constitucionais”. O *mos maiorum* e toda a discussão ética que seu discurso promovia continuaram sendo reproduzidos durante o império, já que era a base ideológica da *res publica*, mas na prática a necessidade de bajulação da nova figura do imperador para a obtenção de cargos e magistraturas ia contra os valores de *dignitas* e *libertas* pregados pelo *mos maiorum*. Isso produziu, segundo Rudich (2005, p. XIX-XX), atitudes confusas e uma sensação geral de angústia no plano psicológico da classe dominante. Surge, então, um comportamento dissimulado (RUDICH, 2005, p. XIX-XX), uma conduta marcada pelo fingimento de sentimentos e adulação da casa imperial que visava a obtenção de benesses e a esquiva do ostracismo político.

Nesse cenário, a mudança de imperador era algo extremamente perigoso, pois implicava na construção de novas relações de amizade. Além disso, o próprio imperador não estava livre de ameaças: já que sua posição não era consolidada e dependia das instituições tradicionais, ele estava constantemente sujeito a possíveis conspirações (prova disso foram as deposições de Calígula, Cláudio e Nero durante a dinastia Júlio-Claudiana, bem como o já mencionado

³⁵ E, como dito por Philippe Le Doze e já mencionado antes, com uma autoridade que se mostrou necessária à estabilidade da classe dominante, vide a arbitragem dos conflitos entre os aristocratas. Jeremy Paterson (2021, p. 259) também destaca o papel do imperador como redistribuidor de riquezas dentro do império, já que tinha recursos suficientes para responder a solicitações de grupos inteiros – é o caso da distribuição de grãos à plebe urbana, por exemplo.

complô fracassado de Marco Primo e Munera que Augusto quase sofreu). Logo, o Principado era um regime delicado e bastante instável, um arranjo que ainda vacilava com os efeitos da longa crise de hegemonia.

1.4. Disputas pelo passado na crise: memória, esquecimento e conflito

Foi no contexto dessa longa crise hegemônica que a memória social desenvolveu suas raízes. Seleção, valoração e atribuição de sentido ao passado estavam intimamente ligadas às disputas por interesses materiais e simbólicos salientadas pela crise da *res publica* em curso. É a partir dessa dinâmica, que relaciona a construção da memória à contenda sócio-política, que emerge nosso interesse de estudo: a *memória em conflito*, isto é, a interferência recíproca dos confrontos tardo-republicanos na forma como o passado foi lembrado e a ação da memória na condução destes confrontos. Ao denominá-la assim, consideramos não apenas a memória que recorda eventos específicos de disputa ocorridos no passado romano, mas também a memória que é construída e mobilizada a favor do conflito (pensemos, por exemplo, na memória familiar de uma *gens*, que evoca ancestrais poderosos em uma lógica de competição com outras *gentes*). Além disso, nesta categoria de memória em conflito levamos em conta também os processos de esquecimento, seja o esquecimento promovido pelo conflito (como as proscricções), seja o esquecimento do próprio conflito (como as práticas de clemência de César ou o discurso da *pax* em Augusto).

Antes de escrutinar a memória em conflito, o estudo da memória no geral demanda que postulemos alguns fatores preliminares sobre sua lógica de funcionamento. O primeiro deles é o fato de a memória ser fruto do presente, e não do passado como se poderia pensar à primeira vista. Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 10-11) pontua que, devido a esta característica, a memória se sujeita à dinâmica social do tempo histórico em que é construída, jamais servindo como depósito de elementos do passado. Mesmo que atenda à conjuntura e às demandas do presente, é no passado que a memória busca sua matéria-prima, o conteúdo que saciará os interesses do tempo presente. Diria Jörn Rüsen (2009, p. 165-166) que a memória faz uso prático do passado, mantendo-o vivo e fresco enquanto for relevante no presente, o que resulta em uma relação imediata – de natureza homogênea e teleológica³⁶ – entre as duas temporalidades.

³⁶ Aqui reside a primeira e principal diferença entre memória e história (enquanto disciplina). Para o desenvolvimento do conhecimento histórico, a descontinuidade entre as temporalidades, a alteridade e o estranhamento do passado são necessários para estabelecê-lo como objeto e poder contemplá-lo em suas múltiplas facetas, além da alforria da teleologia promovida pela história mediante a interpretação da mudança (MENESES, 1992, p. 12; RÜSEN, 2009, p. 167-168).

Outro fator relevante é que a interação social e o compartilhamento da memória entre sujeitos implicam em uma dimensão extra-individual da memória³⁷. Rüsen (2009, p. 166-167), se orientando a partir da terminologia formulada por Jan e Aleida Assmann, fala em três modalidades da memória enquanto socialização: a comunicativa, a coletiva e a cultural. Elas estão organizadas em ordem crescente de seletividade e estabilidade, ou seja, quanto mais próximo à memória cultural mais institucionalizada em um sistema fixo na vida cotidiana de um grupo se encontra a memória (RÜSEN, 2009, p. 166-167). Isso porque a memória comunicativa, em um extremo, está relacionada ao passado recente, é revisitada cotidianamente em ambientes informais de comunicação e se encontra vívida na mente de até três gerações, em oposição à cultural, no outro extremo, fundada no passado remoto, nas origens e nos mitos fundacionais, institucionalizada no presente em formatos simbólicos como cerimônias e rituais performáticos imbuídos de uma aura sagrada (ASSMANN, J., 2011, p. 33-39).

Importante ressaltar que a estabilidade da memória cultural se configura mais como uma pretensão à estabilidade, uma vez que a memória enquanto processo está sempre sujeita à mutação, seguindo as marés da conjuntura presente que faz dela matéria plástica, jamais um produto acabado (MENESES, 1992, p. 10). Mesmo assim, independente do grau de institucionalização, a memória socializada em circuitos de comunicação assegura, como afirma Meneses (1992, p. 15), a coesão de dado grupo através da convivência que ela estimula. Nesse sentido, a primeira característica geral da memória que mencionamos, ou seja, a continuidade entre passado e presente, atua a favor da manutenção dos laços sociais, afinal o sentimento de continuidade temporal é inseparável da representação da identidade grupal (CANDAU, 2018, p. 84).

Ao rememorar algo, ao evocar aquele passado que nos é comum e nomear nossa origem no tempo, garantimos a alteridade identitária do grupo (CANDAU, 2018, p. 67-70). É como forma de resistir à ameaça da transformação no decorrer do tempo que a identidade em

³⁷ É preciso, a partir de agora, pontuar um esclarecimento terminológico: o uso dos termos “memória social” e “memória coletiva”, que aparecerão ao longo de toda a dissertação, possui diferenças. Nós nos basearemos nas definições mencionadas por Joël Candau (2018, p. 45-50) para diferenciá-las. Assim, usaremos “memória social” em sentido geral para tratar da memória que não é a individual, que se faz a partir da interação entre indivíduos e se encontra em circuitos de sociabilidade. O emprego *lato sensu* da “memória social” deve muito, pontua Candau, às contribuições de Maurice Halbwachs, que viu no compartilhamento de experiências individuais em quadros sociais a origem da memória. Embora Candau também critique Halbwachs pela atribuição de um determinismo social que moldaria sozinho as memórias individuais, ele reconhece a relevância de seus estudos que foram os primeiros a notar o caráter social da memória. Já “memória coletiva”, por sua vez, será utilizada em casos específicos, em que, sob determinadas condições, há uma pré-disposição entre consciências individuais a se interpenetrarem, a concordarem conjuntamente com a elaboração e a representação de um passado comum. Desse modo, “toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva”, já que a memória coletiva implica no ímpeto das memórias individuais a se relacionarem, a se abrirem reciprocamente a fim de dividirem uma mesma identidade enquanto grupo integrado.

perspectiva temporal nasce. Ela finca o grupo em uma base sólida, cuja consistência advém de uma coerência interior, localizada, nas palavras de Rüsen (2009, p. 173), “no limite entre origem e futuro”, isto é, em uma continuidade temporal que engloba também e inclusive o porvir. Fazendo-o, fronteiras carregadas de valor são trançadas em relação aos “outros”, transformando o ato da lembrança em “uma relação normativa assimétrica” (RÜSEN, 2009, p. 174), o que instrumentaliza a memória para a luta e abre o horizonte dos conflitos.

Pensar essas características próprias da memória social à luz dos instrumentos analíticos fornecidos pelo marxismo gramsciano nos ajuda a enxergar com mais propriedade a relação da memória com a estrutura sócio-política. Muito além de um discurso monolítico a serviço da coesão social, a memória também é fonte de dissenso, catalizadora de conflitos e recurso de negociação entre grupos distintos. A hegemonia interage com a construção da memória em todas as suas escalas, seja no nível horizontal (dentro da própria sociedade política), seja no vertical (na relação com grupos não-hegemônicos). Isso não significa que o grupo hegemônico é bem sucedido ao ditar uma memória única para toda a sociedade, visto que há uma matriz orgânica na memória coletiva de cada classe, advinda de sua própria experiência histórica (sua práxis), que lhe garante particularidades na forma de refletir sobre o passado. No entanto, o quadro hegemônico faz com que as distintas memórias coletivas sejam construídas inescapavelmente dentro de uma mesma estrutura de poder que se organiza a partir das dinâmicas de consenso e coerção. É desse substrato que emerge a memória em conflito, interessada pelo passado na medida em que este atende necessidades sociais em disputa no presente.

Assim, exemplifiquemos agora uma primeira forma assumida pela memória em conflito, a saber, aquela que não representa explicitamente a disputa, mas elementos outros dentro da lógica da disputa. Para tanto, vejamos a construção da memória no interior do núcleo hegemônico de Roma. Antes de um contato mais intenso com o mundo helenístico, portanto antes do século III a.C., a cultura memorial das classes dirigentes era descentralizada, no sentido de que cada *gens* celebrava constantemente seus antepassados em seus respectivos espaços privados, em sua *domus*. Eventualmente, porém, tais memórias familiares extrapolavam para o âmbito público em momentos específicos, como durante a *pompa funebris*, quando o corpo do recém-falecido membro de uma *gens* era velado em uma procissão que ia da *domus*, adentrava o Fórum e chegava aos *Rostra*, juntamente com os membros ainda vivos da família e atores portando máscaras de cera dos antepassados já falecidos.

O ritual da *pompa funebris* era parte do repertório simbólico utilizado na competição entre os membros da aristocracia, prática que fundava as relações internas do grupo hegemônico

desde o início de Roma, porque tal exibição estimulava comparações entre as conquistas das *gentes*. Eram momentos esporádicos, nos quais a memória privada familiar se mesclava com a memória cívica de toda a cidade em um ato triunfalista do passado. Porém, junto à competição, os feitos particulares de cada família eram reivindicados também como sucesso coletivo, afinal era um direito compartilhado por todas as casas aristocráticas e nenhuma reivindicava para si a totalidade do passado da *res publica* (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 13-15).

A partir do século III a.C., porém, esse espaço comum às diferentes famílias começou a ser abalado. Gildenhard, Gotter, Havener e Hodgson (2019, p. 15-18) afirmam que a incorporação de modelos helenísticos de representação do passado (dentre os quais são destacados pelos autores aqueles de natureza textual, como a historiografia) abriria uma arena de disputa aristocrática muito mais acirrada, uma vez que a narrativa historiográfica, por exemplo, rompia com o padrão descentralizado da memória social de outrora. Com isso, surgiu uma visão totalizante do passado, organizada em formato narrativo no qual determinadas *gentes* e personalidades passaram a monopolizar a memória da *res publica* como um todo. Em outras palavras, a equidade entre as memórias familiares foi minada por um suporte partidário e que se pretendia universal ao falar em nome de toda a comunidade cívica (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 15-18). Dessa forma, a ideologia hegemônica (ou, falando de modo grosseiro, a memória hegemônica, já que era terreno comum à elite dirigente) passou a falhar em seu objetivo primeiro, apontado por Scott (1985, p. 320) e mencionado anteriormente: o de unificar e dar coesão à classe dominante.

Poderíamos pensar que o ápice desse processo ocorreu com o Principado, quando a memória de duas famílias específicas fundidas pelo matrimônio de Augusto e Lúvia Drusa e pela adoção de Tibério como sucessor se colocou acima das demais casas de Roma. Por um lado, é verdade que as mudanças que vinham ocorrendo na história familiar durante a crise política abriram espaço para a mitificação dos Júlio-Claudianos, centralizando a memória destas duas *gentes* em Roma e incorporando suas referências privadas ao passado comum da *res publica*. Por outro lado, todavia, mesmo com o peso de um núcleo dinástico e com a ascensão de novas famílias sem grandes linhagens nobres às posições políticas liberadas pela nova conjuntura (que teoricamente não tinham muito a enaltecer), a história familiar floresceu, e não decaiu, durante o governo de Augusto (OSGOOD, 2019, p. 137-138). Josiah Osgood (2019) demonstra a potencialização dos esforços visando a exaltação das memórias de outras famílias a partir do final dos anos 30 a.C. (veja os casos dos mausoléus de Céstio e Cecília Metela,

mencionados à frente – confira as Imagens 1.1 e 1.2), não só daquelas pertencentes à aristocracia, mas também de grupos externos à classe dominante, como libertos³⁸.

Assim, a crise romana difundiu práticas de recordação e exaltação até então exclusivas da elite às camadas não-hegemônicas, o que turvou alguns recursos de distinção hierárquica. E com a competição interna da elite dilatada nos últimos anos da República, houve também a transformação de suportes da memória³⁹ comuns aos membros da sociedade política em instrumentos de ataque que aprofundaram sua cisão interna. Nesse contexto, é bastante significativo pensar nos novos usos dos *Rostra* durante o século I a.C, a tribuna localizada no *Comitium* de onde os magistrados se dirigiam ao povo e onde justamente se encerrava a *pompa funebris* (confira a Imagem 4.7). Afinal, por muito tempo a tribuna foi, segundo Pina Polo (2005, p. 150-151), um enorme centro simbólico e elogioso de toda a aristocracia, recheado de referências às memórias familiares das elites e ao *mos maiorum* que legitimava seu poder. A partir das guerras civis, no entanto, tornou-se o local de exibição dos corpos de perseguidos políticos. Ali foram dependuradas as cabeças dos inimigos de Mário em 86, dos rivais de Sila em 82 e dos proscritos do segundo Triunvirato em 43 (FLOWER, 2006, p. 104). O que era terreno comum da memória hegemônica tornou-se, enfim, palco de sua violência.

A crise de hegemonia foi também, logo, uma crise da memória que se pretendia hegemônica. O derramamento de sangue promovido pelas guerras civis conduzidas até a morte de Marco Antônio colocou em xeque a aspiração a uma memória estável, pois a incerteza dos confrontos tornou a narrativa fluida e imprevisível, à mercê dos vencedores que definiriam quem é tirano e quem é cidadão valoroso, o que é assassinato e o que é tiranicídio, etc. Assim, a memória hegemônica viu sua legitimidade lesada e transformou o passado em fonte de discórdia (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 23).

O engrandecimento de antigos feitos por aristocratas, embora estivesse a serviço da disputa contra outros de sua classe, não necessariamente conjurou passagens de disputas passadas vividas no interior da sociedade romana. Mas havia, também, a forma de memória que o fez: trata-se da memória que representava explicitamente as dissidências da Roma do passado

³⁸ Exemplo disso, segundo o autor, foi a ampliação das *laudationes* com a introdução da prática de inscrevê-las em placas de mármore fixadas em monumentos funerários. Assim, não se precisava mais estar presente no Fórum, durante os ritos fúnebres, para ouvir a *laudatio*, já que agora tal discurso estava materializado nos espaços funerários, o que possibilitou que grupos que não eram da *nobilitas*, e, portanto, estavam impossibilitados de tomar a palavra em público, pudessem também proclamar discursos em memória de seus mortos (OSGOOD, 2019, p. 152-154).

³⁹ Seguindo a terminologia empregada por Meneses (1992, p. 19-20), os suportes seriam os vetores da memória social, como a linguagem, os textos, as cerimônias, os objetos materiais, etc. Os suportes, juntamente com os conteúdos (as representações que se fazem do passado em toda sua morfologia) e os agentes (aqueles que cultivam e vivenciam uma memória, reforçando-se como grupo através dela), constituem os componentes sociais da memória extra-individual.

a partir de interesses dissidentes presentes. É o caso, por exemplo, das recordações promovidas por *populares* e dirigidas à plebe urbana. Cyril Courrier (2014, p. 504-509) afirma que os discursos de políticos *populares* destinados ao povo, como aqueles proferidos por Graco, Mário e Clódio, evocavam lembranças da Roma arcaica associadas à luta plebeia por direitos civis⁴⁰.

Convinha a esta parte da aristocracia reforçar a identidade plebeia ancorada em uma memória do conflito, ou seja, tendo sua origem nas antigas disputas transcorridas entre plebe e patriciado durante o século V a.C. – muito embora o quadro social que compunha a plebe do final da República fosse outro bastante diferente do da plebe arcaica (COURRIER, 2014, p. 507-508). Os plebeus tardios eram impelidos, nesses discursos, a assumirem a herança dos plebeus arcaicos, reivindicando a legitimidade da luta presente nas lutas antigas. Ou seja, essa memória dizia muito mais sobre a aristocracia (COURRIER, 2014, p. 517), particularmente sobre os *populares* em contexto de disputa hegemônica, do que sobre a plebe em si. Esta, por seu turno, se apropriou dessa memória da sua forma, em seus próprios circuitos sociais. Afinal, a memória coletiva possui organicidade e é gestada a partir da experiência concreta da classe que a constrói, de modo a não reproduzir identicamente o discurso difundido pela hegemonia, mas a ressignificá-lo dentro de seu repertório de ação conhecido.

Cabe, então, investigar tais apropriações. Sabemos, por meio de algumas fontes⁴¹, que a plebe deu início a práticas autônomas e espontâneas de culto a determinadas figuras. Foi assim com Caio Graco: para relembrar os feitos do tribuno e burlando as sanções impostas pelos *optimates* à memória de Caio, os plebeus passaram a erigir pequenas estatuetas do falecido, depositadas no local de sua morte, e a ofertar alimentos e sacrifícios como se ele fosse um deus (COURRIER, 2014, p. 518-519). Trata-se de uma prática orgânica da plebe urbana, que toma consciência de seus interesses e constrói sua identidade, realizando seus próprios rituais e

⁴⁰ Reproduzimos alguns exemplos dados pelo autor (COURRIER, 2014, p. 504-509). O primeiro é a simbologia construída em torno do monte Aventino, onde Remo, que passou a ser considerado o filho plebeu de Marte, pretendia fundar a cidade em oposição ao seu irmão Rômulo, decidido a fazê-lo no Palatino, por sua vez o local onde se concentravam as casas das principais famílias aristocráticas no final da República; foi o Aventino também que alguns autores – como Calpúrnio Pisão, Salústio e Tito Lívio – identificaram como o local da segunda secessão da plebe em 449 a.C. Além disso, observamos a utilização do Circo Flamínio por tribunos da plebe como local de propaganda política, uma vez que sua localização estava associada ao primeiro *concilium plebis*, ocorrido em 449 a.C. O templo de Diana, onde Caio Graco se refugiou em 121 a.C. e que também remetia à antiga secessão plebeia, uma vez que lá foi depositada a estela de bronze que portava a inscrição da *Lex Icilia de Aventino publicando* de 456 a.C., que definia o Aventino como *ager publicus* e concedia suas terras à plebe. Por fim, o discurso de Mário, reproduzido por Salústio em *A Guerra de Jugurta* (85.29-37), em que o general conjura a memória dos ancestrais da plebe se referindo a eles como “*maiores uostri*”, os “seus antepassados”, sujeitos valorosos que contribuíram para a glória da *res publica*, em oposição aos antepassados da *nobilitas* indicados como “*maiores eorum*”, os “antepassados deles”, que legaram aos seus descendentes riqueza e glória recebidas, no entanto, sem nenhum mérito.

⁴¹ Dentre outras, citamos aqui Plutarco em sua biografia sobre Caio Graco (18.3) em *Vidas Paralelas*, e Cícero quando menciona a reforma monetária de Gratidiano em *Dos deveres* (*Off.* 3.80).

elegendo seu próprio passado a ser homenageado dentro da lógica do conflito, no momento em que fazê-lo significava afrontar os interesses de alguns senadores⁴² – mas sem se opor à autoridade do Senado enquanto instituição, portanto sem questionar a hierarquia tradicional da classe dirigente. A prática foi reproduzida ao longo do século I a.C. com outras figuras populares caras à plebe, como Mário Gratidiano que, ainda em vida, seria homenageado com estátuas nas esquinas (*compita*) dos bairros (*uici*) romanos, juntamente às estátuas dos *Lares compitales* (POLO, 2000, p. 154-156, 167).

O culto popular a líderes mortos desafiando as políticas de obliteração toca em outra faceta da memória em conflito muito importante: o esquecimento. Faz parte da lógica de funcionamento própria da memória a seleção e o descarte (MENESES, 1992, p. 16) – afinal, se a memória não é um armazém infinito de informações, o esquecimento se faz necessário para sua manutenção. Não obstante, dentro de uma condição social de disputa, o esquecimento, que é natural da memória social, passa a ser também manipulado⁴³, seja para provocar o lado adversário, seja para conciliar interesses díspares e evitar o dissenso.

Durante a crise de hegemonia, encontramos casos de políticas de sanções à memória alheia (*damnatio memoriae*) e esquecimentos forçados, como as proscricções – um esquecimento, logo, que não é natural nem orgânico, ao contrário, é induzido, forçado contra a memória, que se torna uma memória violentada. Consequentemente, é um esquecimento falho, que não se realiza devido à forma artificial e impositiva em que tenta operar. A memória que se objetiva apagar com a *damnatio memoriae*, na terminologia de Assmann, é uma memória comunicativa, ou seja, relacionada ao passado recente, diariamente socializada. Assim sendo, além de não obliterar de fato, o esquecimento forçado instiga a resistência ao apagamento por parte do grupo rival que foi alvo da proscricção: novos símbolos são criados e rememorados com mais ímpeto, desembocando em mais violência e retroalimento mais uma vez o ciclo.

Harriet Flower, em um amplo estudo sobre a mobilização do esquecimento em Roma (2006, p. 67-111), investiga a violenta escalada da luta memorial que promoveu o apagamento cada vez mais aprofundado da memória de determinadas figuras políticas ao longo da crise. A autora começa estabelecendo uma comparação entre as mortes de Tibério Graco, em 131 a.C.,

⁴² Outra passagem curiosa, mencionada por Plutarco na biografia de Caio Graco (17.8-9), é a reação da aristocracia conservadora após a péssima repercussão do assassinato de Caio, que, encabeçada por Opímio, reconstrói o templo da Concórdia em 121 a.C. Tomando este ato por provocação, plebeus respondem gravando sobre a inscrição da dedicatória do templo: “a Discórdia construiu este templo à Concórdia” (COURRIER, 2014, p. 757, tradução nossa).

⁴³ O termo vem de Paul Ricoeur (2018, p. 93-99), que fala em memória e esquecimento manipulados, no sentido daqueles instrumentalizados para fins práticos, colocados a serviço da reivindicação da identidade, pressupondo com isso uma má tolerância com a alteridade, o que incentiva a seletividade da narrativa através da promoção do esquecimento de certos elementos (aqueles que não possuem finalidade prática para a manutenção da identidade).

e Caio Graco, em 121 a.C., e as reações políticas e memoriais desencadeadas em seguida. Segundo ela, o assassinato do primeiro irmão cometido por um *priuatus*, o *pontifex maximus* da época, Cornélio Cipião Násica, embora excepcional⁴⁴ por se tratar da morte de um tribuno em exercício (cujo corpo, vale dizer, fora jogado no Tibre como forma de impedir o funeral, privando a *gens* Semprônia da memória ancestral de Tibério que a *pompa funebris* vivificaria), não teve aprovação senatorial (FLOWER, 2006, p. 70-73). O Senado, ao contrário, visando conter a reação negativa das massas após a morte de Tibério, reagiu consultando os Livros Sibílinos e concluiu que o ocorrido se deveu à ira de Ceres, cujo culto em Enna, na Sicília, havia sido profanado anos antes com uma revolta escrava no local⁴⁵. Essa atitude senatorial, que não condena nenhum dos assassinos e catapulta para a esfera divina a causa da convulsão social, se insere dentro do exercício hegemônico do consenso, pois se afasta das questões partidárias acaloradas e inclina-se em direção à reconciliação (FLOWER, 2006, p. 73-74).

Com Caio Graco, no entanto, a conjuntura tornou-se mais complexa. Em primeiro lugar porque, aqui, o organizador do ataque contra Graco e seus aliados era um magistrado, o cônsul Lúcio Opímio, cuja investida fora aprovada pelo Senado em nome da preservação da República – a *direção* da hegemonia senatorial retraía-se em relação ao *domínio* –, adquirindo a envergadura de uma guerra civil, nas palavras da autora (FLOWER, 2006, p. 76). E em segundo lugar porque, após o suicídio do tribuno diante do massacre iminente, uma série de sanções punitivas foi imposta contra sua memória e de seus seguidores. Além de seus corpos também terem sido arremessados ao Tibre, as mães e irmãs dos falecidos foram proibidas de entrarem em luto, as viúvas ameaçadas de perder seu status social, suas casas foram derrubadas deixando “cicatrices na paisagem urbana”⁴⁶, e ainda Opímio construíra, com a benção do Senado, um novo templo da Concórdia em gesto de reconciliação, mas que foi visto como provocação⁴⁷ – algo que, vale lembrar, era uma prática comum dos generais vencedores de batalhas contra inimigos estrangeiros (FLOWER, 2006, p. 76-79), o que leva à inferência de que a diferenciação identitária entre os grupos da própria Roma estava se acentuando a ponto de se empregar símbolos da luta contra bárbaros nas disputas internas da cidade.

⁴⁴ O assassinato trouxe a violência para a esfera religiosa romana, pois fora justificado por Násica como *consecratio* a Júpiter, na intenção de eliminar um tirano com pretensões monárquicas e baseado na autoridade religiosa de Pontífice Máximo de Roma (FLOWER, 2006, p. 74).

⁴⁵ O Senado enviou, então, uma comitiva, provavelmente em 132 a.C. logo após a vitória romana na Sicília, para restaurar o culto de Ceres, importante deusa para a tradição política da plebe urbana, e aplacar sua fúria. Assim, desviava-se a atenção do conflito interno de Roma para uma vitória em uma província (FLOWER, 2006, p. 72-73).

⁴⁶ No caso da *domus* de Fúlvio Flaco, partidário de Graco, o terreno de sua casa fora deixado vazio por vinte anos até que Lutácio Cátulo, *optimas*, constrísse ali um pórtico em seu nome, preenchendo o vazio da memória do tribuno com sua própria (FLOWER, 2006, p. 77).

⁴⁷ Conferir nota 42.

As proscricções memoriais que se seguiram no século I a.C., a primeira com Sila em 82 a.C. e a segunda em 43 a.C. durante o Segundo Triunvirato, se inserem nessa lógica do esquecimento a favor do conflito. François Hinar fala em um verdadeiro “terror organizado” (2005, p. 247) como política de dominação através das proscricções do final da República. Ao retornar do reino do Ponto e marchar sobre Roma uma segunda vez, Sila elaborou e fixou nos *Rostra* um conjunto de listas com os nomes escritos em vermelho daqueles que seriam mortos – em espetáculos públicos de tortura e execução⁴⁸ –, proscritos, tendo suas propriedades confiscadas, imagens banidas, e até mesmo seus descendentes seriam excluídos da vida pública por duas gerações (FLOWER, 2006, p. 91-92).

Finalmente, além do esquecimento a favor do conflito, foi mobilizado também, a fim de estabilizar novamente a estrutura de poder, o esquecimento do próprio conflito. A intenção aqui é realizar concessões, abrir espaço à negociação do passado dentro do exercício do consenso hegemônico. Nesse caso, o esquecimento se desloca: não recai mais sobre o outro (o outro grupo, o outro líder, os *populares*, os *optimates*, etc.), mas sim sobre o próprio conflito. As sanções contra as imagens e memórias das antigas figuras políticas beligerantes são suprimidas, mas ao mesmo tempo são esvaziadas de seus contextos originais de disputa. Agora, estão banidos os embates, e não os sujeitos envolvidos nestes. A memória cujo conteúdo fora forjado dentro do contexto de dissenso passa a ser obliterada, muito embora os agentes envolvidos nessas disputas voltem à rememoração – o apagamento da conjuntura bélica reifica, portanto, o passado. Em outras palavras, trata-se de um esquecimento implícito, silencioso, dissimulado, agindo dentro da lógica da negociação.

Há um primeiro vislumbre dessa dinâmica nas ações de César. No início da guerra civil, quando as tropas pompeianas foram derrotadas em Farsalos, as estátuas equestres de Sila e Pompeu no Fórum foram derrubadas pela plebe. César ordenou então que estas fossem restauradas assim que retornou à cidade (FLOWER, 2006, p. 106-107). Pode-se concluir que a *clementia Caesaris*, expressa também quando foram restaurados os direitos políticos dos filhos dos proscritos em 49 a.C. (FLOWER, 2006, p. 106), foi uma inovação na dinâmica memorial e teria alguns de seus elementos colocados em prática anos mais tarde quando Augusto estivesse consolidado no poder. Tratando do Principado, Karl Galinsky fala na “criação de novas memórias” (2016, p. 4-5), não no sentido de memórias inventadas a partir do zero, mas da ideia

⁴⁸ Vale mencionar o caso excepcional do sobrinho de Mário, Mário Gratidiano, torturado até a morte por Catilina em cima da tumba de Lutácio Cátulo – que havia se suicidado no governo de Mário – como uma forma de sacrifício humano, tendo sua cabeça sido presenteadada a Sila e as mãos ensanguentadas do executor lavadas em uma bacia na frente do templo de Apolo (FLOWER, 2006, p. 94).

de redirecionar a memória para o resgate de velhos festivais e cultos cívicos já existentes em Roma – cerimônias antigas, vale dizer, oriundas da memória cultural – que evitassem rememorar a turbulenta memória recente.

Da mesma forma, ao se consolidar, Augusto evita, em alguns casos, banir explicitamente a memória de inimigos políticos seus. É o caso de Marco Antônio, que não foi proscrito após ser derrotado em Áccio em 31 a.C.; ao contrário, teve seu nome reinscrito nos *fasti consulares* por ordem do próprio Augusto. Galinsky (2016, p. 5) afirma que o apagamento do antigo triúviro só instigaria a curiosidade dos leitores, enquanto que sua menção por demanda do próprio *princeps* descredibiliza o cenário de conflito que teria oposto Marco Antônio e Augusto outrora. Outro bom exemplo, dado por Eric Orlin (2016, p. 123-124), é a restauração do Templo da Concórdia, que desde Opímio estava associado às provocações e à discórdia – Augusto omite a história anterior do edifício alterando o dia de dedicação e da festa em homenagem à divindade, acrescentando seu epíteto ao templo e modificando toda a iconografia e fachada do prédio, o que rompe radicalmente com o passado de dissenso.

1.5. Dinâmicas da visualidade na crise

Para sintetizar o que dissemos até agora, nosso interesse na memória social romana reside naquilo que chamamos de memória em conflito, categoria que abrange quatro formas: 1) a memória do conflito, que representa em sua narrativa as dissidências do passado; 2) a memória a favor do conflito, que mobiliza recordações dentro de uma lógica conflitiva, interessada na dissidência presente, mas sem necessariamente representar disputas passadas; 3) o esquecimento a favor do conflito, que, assim como a segunda forma, é instrumentalizado dentro de um contexto de disputa, impelindo um processo de apagamento forçado; 4) e o esquecimento do conflito, que visa obliterar da memória o contexto de disputa latente. Todos esses desdobramentos da memória em conflito se desenvolvem dentro de uma estrutura de poder específica e podem ser melhor analisados ao pensarmos as relações entre memória e hegemonia.

Nestas relações, há aquelas de natureza horizontal, ou seja, que edificam a memória coletiva no interior de um mesmo grupo, seja no grupo hegemônico, seja em outros grupos, cujos membros estão organicamente relacionados. E há também as de natureza vertical, que por um lado impõem, a partir de cima, conteúdos e formas de representação do passado às camadas não-hegemônicas, e, por outro, se apropriam criativamente, a partir de baixo, destes mesmos conteúdos impostos pelo discurso hegemônico. No caso específico do nosso recorte, tais interações estavam marcadas por um processo de crise, como já explicitamos no Item 1.2.2., o que teria potencializado o conflito interno na sociedade romana entre os séculos I a.C. e I d.C.

e, com isso, instigado a reformulação da organização do passado em consonância com a nova conjuntura conturbada, levando, pois, à memória em conflito.

Falta, por fim, expor a base empírica desse estudo sobre a memória social. Afinal, esta não se estabelece em abstrato, mas em suportes⁴⁹ compartilhados que criam as condições de sua socialização. Nosso objeto de análise será, então, as imagens, chamadas em conjunto de visualidade. Como se pode notar pelo Apêndice que se encontra no final desta dissertação, o corpus documental a ser estudado é bastante eclético, comportando moedas, estátuas e até conjuntos arquitetônicos com seus edifícios, como o espaço do Fórum. Da mesma forma que os conflitos não se limitavam a uma única arena social, mas atravessavam diversas instâncias da sociedade, a memória em conflito também não se constrói em um único tipo de documento imagético. É válido, ao estudar tal processo abrangente, considerar em nosso léxico aquilo que Meneses chamou de “dimensão visual da sociedade” (2003, p. 28), ou Jérôme Baschet de “universo de imagens” (1996, p. 7-26), já que nossa investigação se debruça não sobre uma amostragem documental de mesma espécie, mas sobre uma problemática visual, a saber, a construção memorial do conflito pelas imagens, questão convidativa à diversidade de meios imagéticos.

Além disso, como as fontes visuais do corpus têm origens diferentes e estavam inseridas em circuitos sociais distintos, a análise torna-se sensível à multiplicidade da memória, uma vez que, se a memória coletiva não é homogênea para todos os membros de uma mesma sociedade, mas está atrelada aos interesses e à experiência de cada grupo, a diversidade documental nos aproxima da diversidade das memórias coletivas. Tal pluralidade não implica, por outro lado, em uma quantidade gigantesca de fontes. Longe de fazer uma análise sistemática, o que lastreou a seleção de fontes do corpus foi justamente sua representatividade para o estudo da memória em conflito. A possibilidade de averiguar a construção, pela visualidade, das quatro formas da memória em conflito há pouco mencionadas foi, logo, nosso critério de triagem.

No último tópico deste capítulo, em primeiro lugar nos dedicaremos a demonstrar, de maneira bastante geral, a interação entre o conflito em Roma e a dimensão visual romana em seus diversos suportes, bem como pontuar algumas considerações sobre apropriação contextual de imagens e repertórios visuais. E finalmente, em um segundo momento, faremos algumas observações teóricas sobre o estudo da memória através da visualidade e sintetizaremos nossa abordagem metodológica.

⁴⁹ O termo ‘suporte’ é empregado aqui, preliminarmente, em sentido geral, como faz Meneses ao falar sobre os componentes sociais da memória (conferir nota 39). Porém, como discutiremos em breve, a noção de ‘suporte’ empregada para descrever a relação da imagem com a memória possui limitações.

1.5.1. Repertório visual e estilo: relações comunicativas e contextuais

A crise hegemônica não afligiu apenas a estabilidade da *nobilitas*, as instituições políticas da *res publica* e as redes de sociabilidade que conectavam os diferentes grupos habitantes da *Urbs*, fazendo da memória social uma memória em conflito. A crise repercutiu, inclusive, no campo imagético. Muitas imagens, desde as menores, como moedas, até as grandes estruturas arquitetônicas erguidas a partir do zero ou restauradas foram confeccionadas dentro da lógica do dissenso. Uma vez colocadas em circulação, as imagens passaram também a alimentar os conflitos em curso, alavancando provocações a determinados grupos e entrando em competição umas com as outras. Portanto, é preciso pontuar desde já a premissa, que será desenvolvida ao longo de todo o texto, de que, se a crise sócio-política afetou a visualidade, a visualidade por seu turno também interferiu na crise, não se limitando a expressá-la.

Um autor que trata desse fenômeno de forma abrangente é Paul Zanker (2008). Qualificando o domínio das imagens daquele período como “contraditório”, Zanker (2008, p. 27-28) afirma que a corrosão do equilíbrio entre as instituições republicanas e o fortalecimento de determinados indivíduos no cenário político levaram à discrepância entre forma e conteúdo nas imagens então produzidas. Assim, por exemplo, se antes a representação imagética de um magistrado trazia signos (como a toga) que demarcavam bem o posto por ele ocupado dentro do sistema republicano, no último século da República novas formas, oriundas do mundo helenístico, foram incorporadas, as quais, todavia, estavam em Roma muito associadas ao poder monárquico e aos valores divinos (ZANKER, 2008, p. 27-28). A discrepância surgiu justamente quando modelos estéticos que destacavam a soberania de determinados indivíduos e a simpatia com que os deuses lhes agraciavam foram aplicados dentro de um sistema de magistraturas, isto é, tais indivíduos eram eleitos para cargos da República e possuíam poderes limitados por uma estrutura política que imputava limites de anualidade e colegialidade.

Destarte, as representações iconográficas não condiziam mais com o discurso hegemônico sustentado na *res publica* de equidade entre a *nobilitas*. Apropriando-se do repertório simbólico helenístico, as novas imagens estavam criando uma linguagem visual conveniente à nova realidade material romana. Se o mérito da tradicional visualidade republicana residia no realce das qualidades comuns da classe dominante e no consequente desembaraço das adversidades, o que abria caminho ao consenso interno desta classe, a iconografia tardo-republicana com seus empréstimos levantinos cada vez mais explícitos atendia àqueles membros da elite hegemônica e de fora dela enriquecidos durante o expansionismo militar pelo Mediterrâneo, portanto dedicada a enfatizar o desequilíbrio inédito

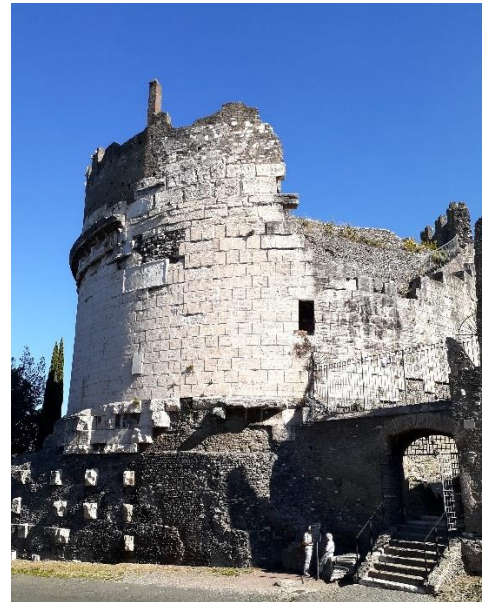
entre os que no passado se consolidaram no topo frisando sua uniformidade interna. Essas contradições são notáveis não só com o engrandecimento pessoal pela via imagética, mas também com o engrandecimento familiar. As alusões a antepassados e aos seus triunfos, que eram comuns, foram associadas ao plano divino pela iconografia em circulação do final da República, e em muitos casos famílias passaram a reivindicar abertamente genealogias divinas. Zanker cita os casos de *monetales* que, usufruindo da possibilidade de eleger imagens a serem estampadas em moedas, referenciavam figuras mitológicas do passado de suas *gentes* em suas cunhagens, descendências de demasiada grandeza que se chocavam com o cargo que eles ocupavam, um dos mais primários do *cursus honorum*⁵⁰.

Imagem 1.1. Pirâmide de Céstio. Localizada no que é hoje a Piazzale Ostiense.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Imagem 1.2. Mausoléu de Cecília Metela. Localizado fora do centro de Roma, na Via Appia Antica, quilômetro 3.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

O mesmo processo pode ser visto em monumentos funerários. Custosas, suntuosas e em locais de destaque, as monumentais tumbas erguidas pela aristocracia buscavam superar umas às outras recorrendo a signos arquitetônicos diversos que chamavam a atenção dos transeuntes. Pensemos na tumba em formato de pirâmide de Caio Céstio Epulão (Imagem 1.1), construída por tal magistrado em Roma em meados do Principado de Augusto e que imitava uma pirâmide

⁵⁰ Zanker (2008, p. 31, 34) cita o denário de C. Mamilius Limetanus (RRC 362/1), de 82 a.C., que estampa seus antepassados Odisseu e o deus Mercúrio (respectivamente, no reverso e no anverso); e o denário de C. Coelius Caldus (RRC 437/2b), de 51 a.C., que traz no anverso seu ancestral de mesmo nome que foi cônsul em 94 a.C., junto com referências às suas vitórias na Hispânia e na Gália, e no reverso uma mesa com signos sacerdotais. Disponíveis em <<http://numismatics.org/crro/id/rrc-362.1>> e <<http://numismatics.org/crro/id/rrc-437.2b>>, respectivamente. Acesso 21 fev. 2022.

núbia, possuindo uma base de 900 m² e algo em torno de 36 m de altura (ZANKER, 2010, p. 53). Deve-se notar também que tais monumentos enalteciam membros da família mesmo que estes não tenham ocupado nenhum cargo político: é o caso do Mausoléu de Cecília Metela (Imagem 1.2), erguido na Via Ápia próximo de Roma por volta do ano 30 a.C. e destinado a uma mulher “cujo único mérito” foi ter sido filha de um poderoso cônsul e esposa do filho de Crasso (ZANKER, 2008, p. 36-37). Assim, a *gens* ganhou um valor em si, voltado aos seus próprios membros que eram glorificados publicamente independente de suas contribuições para a *res publica* – um valor de caráter dinástico, tal como os Júlio-Claudianos passaram a ter a partir de Augusto.

Uma consequência à *Urbs* de todas essas referências iconográficas foi a sobrecarga de imagens. Em primeiro lugar, uma sobrecarga em sentido quantitativo. Algumas fontes⁵¹, por exemplo, afirmam que em 158 a.C. o Fórum estava tão abarrotado de estátuas que os censores tiveram de decretar a retirada de todas aquelas dedicadas por privados, ou seja, as que não foram erguidas ali por ordem do Senado e Povo de Roma. E também uma sobrecarga em sentido qualitativo, pois se cada família despejava em circuitos sociais públicos imagens que faziam alusões a detalhes, eventos e personagens de seus respectivos círculos particulares, muitas que remontavam a épocas antigas, a esfera ampliada de espectadores que tinha acesso a tais ícones pouco compreendia sobre seus significados e, com isso, não se reconhecia neles (ZANKER, 2008, p. 33-34).

Esse processo foi paulatino e pode ser atestado, como já dito, em diferentes meios imagéticos. No caso das cunhagens, por exemplo, notamos que a partir do século II a.C. as menções ao caráter divino da ancestralidade começaram moderadas, com o estabelecimento de conexões quase indiretas entre antepassados e deuses. Assim, em um primeiro momento, as conquistas dos maiores eram evocadas ao lado de referências divinas, como se as primeiras tivessem transcorrido sobre auspícios sagrados. Com o acirramento das disputas políticas – em especial, destaca John Pollini (2012, p. 72), com a *Lex Gabinia Tabellaria*, que introduziu o voto secreto em 139 a.C. e potencializou a competição eleitoral e a autopromoção individual – os vínculos com o divino se aprofundaram. Os ancestrais que antes eram apenas abençoados pelos deuses tornaram-se os próprios deuses, ou então os auspícios eram dirigidos diretamente aos próprios líderes políticos vivos (POLLINI, 2012, p. 72-73), sem que fosse preciso recorrer ao intermédio da ancestralidade. Tal tendência desembocou em um terceiro momento, já nas

⁵¹ Trata-se de uma referência de Plínio, o Velho, em *Naturalis Historia* (34.30) citada por John Pollini (2012, p. 48).

últimas décadas da República, em que as figuras de grandes líderes foram representadas explicitamente como deuses⁵².

A extraordinária representação de líderes vivos nas peças monetárias cunhadas em Roma a partir dos anos 40 a.C. tomou o espaço das referências aos ancestrais e ao passado remoto (ROWAN, 2019, p. 23-24), o que por um lado pôde ter facilitado a inteligibilidade da iconografia, mas de forma alguma resolveu as tensões políticas. Clare Rowan (2019, p. 39-40) afirma que, mesmo se antes alguns romanos já se fizeram representar em moedas, como Tito Quíncio Flaminino e Sila (em retratos indiretos, ou seja, através de alusões a estátuas ou em eventos específicos, como no caso de Sila representado⁵³ na quadriga como triunfador), com Júlio César houve um ponto de inflexão. Tendo seu perfil primeiro estampado em moedas provinciais por volta de 47 e 46 a.C. e, depois, no que viria a ser seus últimos momentos de vida, em moedas batidas em Roma, César abriu um precedente para a representação de lideranças vivas em moedas (ROWAN, 2019, p. 39-40). Com isso, a memória comunicativa tornava-se mais frequente que a cultural nos ícones numismáticos.

Não é coincidência que, paralelo ao processo pelo qual as moedas romanas passavam, na estatuária podemos observar o verismo como estilo preponderante do final da República. Caracterizado por ser realista, não apenas pela representação naturalista, mas por reproduzir em detalhes os traços fisionômicos particulares do indivíduo-modelo, o verismo se difundiu entre a aristocracia romana no mesmo período em que crescia a necessidade de enaltecer a autoimagem. Por caracterizar minuciosamente os aspectos distintivos de alguém, o verismo foi capaz de demarcar as particularidades e a alteridade de cada líder diante de outras figuras políticas em contexto de emulação (ZANKER, 2010, p. 65). Isso teria facilitado a identificação das estátuas exibidas na cidade por um público amplo, ou minimamente possibilitado a diferenciação entre elas.

A singularidade que o verismo buscava destacar, no entanto, não excluía escolhas estilísticas que pontuavam certos elementos de idealização. Aliás, deve-se notar que embora o verismo tenha se popularizado, ele ainda convivía com formas helenísticas, chegando, inclusive, a se combinar com elas. Tomemos brevemente como exemplo os dois bustos em mármore de Pompeu, o Grande, ambos datados do século I d.C. durante a dinastia Júlio-

⁵² Pollini (2012, p. 73) dá o exemplo do denário de Otávio (RIC I, 256), datado entre 32 e 29 a.C., que traz no reverso uma figura nua que apoia seu pé em um globo enquanto segura um *aplustre* com a mão direita e uma lança com a esquerda, cercado pela inscrição CAESAR·DIVI·F (“César, filho do Divino”), uma figura dúbia que confunde Otávio com o próprio deus Netuno. Disponível em <[http://numismatics.org/ocre/id/ric.1\(2\).aug.256](http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.256)>. Acesso 21 fev. 2022.

⁵³ Em RRC 367/1.

Claudiana. Um deles (Imagem 1.3) é uma cópia de um original datado de seu primeiro consulado (70 a.C.), enquanto o outro (Imagem 1.4), encontrado na tumba dos Licínios, reproduz um arquétipo do segundo consulado (55 a.C.) (POLLINI, 2012, p. 51). Os dois bustos compartilham semelhanças entre si que muito provavelmente compunham o verdadeiro semblante de Pompeu: o formato arredondado do rosto, a pequenez dos olhos em proporção à face, as maçãs do rosto levemente salientadas, a forma roliça do nariz, o queixo boleado, etc.

Imagem 1.3. Busto em mármore de Pompeu, o Grande. Atualmente localizado no Museo Archeologico Nazionale de Veneza (Inv. n° 62).



Fonte: Imagem disponível em <https://www.flickr.com/photos/carolemage/22205132751/>. Acesso 08 set. 2021.
© Carole Raddato

Imagem 1.4. Busto em mármore de Pompeu, o Grande. Atualmente localizado no Ny Carlsberg Glyptotek de Copenhague (Inv. n° 733).



Fonte: Imagem disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:05_02_IN_0733_Pompejus_Magnus_front_0.png. Acesso 08 set. 2021.
© Ole Haupt

Porém, há diferenças que constituem idealizações próprias de cada peça. O primeiro busto (1.3) é o mais idealizado, pois, embora retrate um Pompeu jovem (aproximadamente 36 anos de idade quando cônsul pela primeira vez), apresenta mais rugas e vincos de idade que o segundo (1.4), esculpido quando o triúmviro era mais velho (51 anos, aproximadamente), além do olhar elevado e da leve inclinação da cabeça que são marcas de uma famosa escultura de Alexandre, o Grande, de Lísipo (POLLINI, 2012, p. 50-51). O segundo (1.4), por sua vez, ressalta com mais volume um penteado muito associado ao conquistador macedônico – a

anastole, uma elevação das mechas de cabelo na parte superior da testa (ZANKER, 2010, p. 63). Zanker (2010, p. 63) afirma que enquanto o primeiro busto é marcadamente helenístico, o segundo conserva mais a feição própria de Pompeu típica do verismo. Embora seja de se notar que mesmo o verismo abria brechas para idealização quando esta era conveniente ao engrandecimento pessoal – como os paralelos com Alexandre Magno ou o exagero das rugas, algo apreciado em Roma, afinal era um índice de valores como *seueritas*, *grauitas*, *constantia* e *dignitas* que só aqueles mais velhos, com muitas conquistas acumuladas e um bom percurso do *cursus honorum*, poderiam ter (POLLINI, 2012, p. 52).

O helenismo, nesse sentido, marcou forte presença ao longo de todo o período tardo-republicano e também durante o Principado. Desde as Guerras Púnicas, os contatos de Roma com o mundo helenístico foram multiplicados – não que antes eles não existissem, mas agora a expansão militar contribuiu para inserir Roma de forma mais visceral nas redes culturais do Mediterrâneo Oriental⁵⁴. Nesse contexto, o repertório visual que integrava a *koiné* helenística foi sendo mobilizado por Roma, não a partir de tendências de moda que visavam copiar livremente os padrões estéticos orientais, mas segundo interesses próprios que estavam em jogo no interior da sociedade romana, dentre os quais, os beligerantes.

John M. Versluys (2013, p. 429-430) define o processo de apropriação estilística esquematizando-o em dois movimentos: um primeiro de universalização dos elementos estéticos comuns às comunidades que integravam a região influenciada pelo helenismo; e um segundo de particularização das referências dentro de um contexto específico, norteador por interesses locais. Nesse sentido, ao se estudar os diferentes estilos na arte romana, deve-se compreender seu significado contextual, ou seja, o movimento de particularização que conferiu aos estilos novas associações em circunstâncias específicas. Tal perspectiva se opõe, por um lado, à visão (tipicamente oitocentista) de estilo da cultura material enquanto sintoma étnico-cultural⁵⁵, e, por outro, supera a abordagem pós-processualista que, embora reconheça a função social do estilo, ainda o enquadra como índice cultural (VERSLUYS, 2013, p. 432-433).

Tonio Hölscher (2017, p. 13-14), que contribui com essa abordagem ao interpretar a linguagem figurativa romana na chave de um sistema semântico, afirma que é ilusória a unidade

⁵⁴ Segundo Momigliano (1991, p. 17, 24), a incorporação de novas formas culturais se deu de modo ímpar, pois a nova estrutura de poder quebrava a antiga acomodação política que havia entre as grandes cidades-estado e reinos do Levante, de modo não a combater a helenização, mas a inclui-la em uma ordem dominante centrada em Roma.

⁵⁵ Tonio Hölscher (2017, p. 7-10) pontua esse debate, muito influenciado pela História da Arte e hoje até certo ponto já superado, no qual o que estava em pauta era a originalidade da arte romana – sintetizada no termo “romanidade”. Ora a arte romana era desprezada ao ser qualificada como um “estilo imitador”, copiada da arte grega, ora era valorizada ao se buscar isolar a criatividade romana daquilo que fosse grego. As premissas colocadas para tanto eram a espontaneidade, unicidade e autonomia dos estilos, bem como a atenção voltada ao contexto da produção, o que fez da romanização e da helenização processos de aculturação.

estilística de um período histórico. Tal crença desmentida por Hölscher caracterizava a arte do período augustano como uma retomada da forma clássica grega do século V a.C., em contraposição ao período tardo-republicano determinado pelo helenismo. Na verdade, demonstra o autor, vigora uma multiplicidade de estilos não só em uma mesma época, mas inclusive em um mesmo monumento (o exemplo dado por ele é *Ara Pacis Augustae*, com elementos clássicos e helenísticos dividindo espaço em suas imagens), sendo tal pluralismo orientado em primeiro lugar pelo conteúdo: o tema a ser retratado é o que pauta a forma, isto é, o modelo estilístico (HÖLSCHER, 2017, p. 16-18, 49).

O estilo a serviço do conteúdo é capaz de evocar certas associações que o enriquecem. Pensemos na pirâmide de Céstio que, longe de resgatar os sentidos culturais próprios daquela construção na antiga Núbia, atendia na verdade ao interesse daquele magistrado no contexto agonístico de Roma ao buscar se destacar dentre outras tumbas monumentais. Ou mesmo a *anastole* de Pompeu, que remetia muito mais à grandeza militar alexandrina que ao significado primeiro deste penteado na sociedade grega. Versluys (2013, p. 434), recuperando Nicola Terrenato (1998, p. 23), qualifica todo esse processo de apropriação e ressignificação como uma bricolagem cultural, em que são criados novos itens culturais através da refuncionalização de outros já existentes, em uma espécie de colcha de retalhos. Não à toa Zanker (2010, p. 48) reputa o período que vai da crise da República ao Principado de Augusto como o “mais criativo” da arte romana.

A metáfora da colcha de retalhos é muito pertinente também ao falarmos em termos arquiteturais e urbanísticos, pois observamos nesse período profundas mudanças em toda Roma que criaram espaços diversificados dentro da mesma cidade. O ponto de partida para tais transformações poderia estar relacionado, inclusive, a uma sensação generalizada de constrangimento, já que, quando cidades do leste começam a sucumbir diante de seu poderio bélico e cativos passam a desfilar como parte de butins em procissões triunfais, Roma se deu conta de que a capital do império nascente estava longe de se equiparar em beleza e organização às cidades helenísticas. Diane Favro (2010, p. 42) brinca ao dizer que, mesmo que os romanos comemorassem a vitória após a derrota de Felipe V da Macedônia, foram os gregos que reivindicaram a vitória cultural. Dessa forma, visando superar tais defasagens e penetrar no caldo cultural que borbulhava em suas novas províncias, as novas construções da capital trouxeram o ecúmeno para dentro da *Urbs*, algo que Versluys (2013, p. 437-438) sintetiza muito bem ao dizer que “o mundo se tornou romano na condição de Roma se tornar o mundo”.

Ao mesmo tempo, Roma imergia em conflitos. O repertório visual do mundo que se tornava aos poucos provincial foi mobilizado, portanto, dentro do quadro político das disputas.

Além dos exuberantes e novos monumentos rivalizarem entre si, pois estavam destinados a serem panegíricos a seus respectivos elatores, este direcionamento da atenção fez com que fossem ignoradas as obras de menor prestígio ligadas à infraestrutura urbana (FAVRO, 2010, p. 44-45). Em outras palavras, a competição política negligenciou as necessidades pragmáticas de uma cidade que só crescia demograficamente e, conseqüentemente, em demandas. Favro (2010, p. 44-47) enumera alguns dos problemas dessa natureza, como o uso excessivo e não acompanhado de manutenção das estradas, redes de esgoto e aquedutos, a falta de limpeza das ruas, os incêndios recorrentes de edifícios (a maioria em madeira), a insegurança generalizada, enfim, uma série de fatores que fazia predominar medo e confusão entre os romanos.

Além dos problemas infraestruturais latentes, Favro (2010, p. 51, 94-95) caracteriza a imagem urbana de Roma como fragmentada em comparação com as cidades helenísticas do Mediterrâneo Oriental, por sua vez visualmente coesas graças às administrações dinásticas que podiam planejá-las a longo prazo. Assistiu-se nas últimas décadas da República a intervenções arquitetônicas que engrandeciam gerais e batalhas específicas, mas não dialogavam umas com as outras, pelo contrário, alimentavam o caleidoscópio de uma cidade que não se desenvolvia de forma uníssona. Por exemplo, o enorme complexo formado pelo Teatro, Pórtico e Cúria de Pompeu, dedicado em 55 a.C. e com um enorme jardim interno que totalizava uma área de 25912 m² (CARANDINI, 2014, p. 137-140), insere-se nesse contexto. Nele, foram alocadas as estátuas que desfilaram em seu triunfo de 61 a.C., isto é, a do próprio general segurando em mãos a esfera que simbolizava o *oikouménē* e outras quatorze personificações de províncias romanas subjugadas (WEINSTOCK, 1971, p. 51-52), além do templo a Vênus *Victrix* anexo ao teatro e da pintura de Alexandre feita por Nícias que foi trazida ao local (CADARIO, 2006, p. 36). Uma iconografia, logo, que reforçava a qualidade de *imperator* em Pompeu e o colocava ao lado de Alexandre, paradigma de conquistador aos romanos.

Apesar da onipresença de Pompeu e de suas vitórias dentro do vasto complexo, fora de seus muros os generais cantados pelos demais monumentos ao redor do Campo de Marte eram outros e a unidade urbanística da cidade estava longe de ser uma realidade. O mesmo pode ser dito sobre o Fórum de César (erguido, aliás, para competir com Pompeu), que inaugurou um novo paradigma seguido de certa forma por todos os fóruns imperiais subsequentes: uma praça isolada por pórticos, que rompia com a continuidade da textura urbana e seguia um padrão figurativo homogêneo internamente muito destoante daquilo que estava no além-muro (CADARIO, 2006, p. 102-105). Assim, predominava uma homogeneidade de referências e uma coesão imagética dentro desses grandes complexos, mas, segundo Jean-Michel David (2000, p.

61), a unidade semântica de Roma como um todo foi deixada de lado – esta só seria delineada a partir do governo de Augusto.

É justamente no Principado que a fragmentação urbana começou a ser revertida. Se olharmos para as cidades helenísticas, veremos que a coesão das estruturas arquitetônicas articuladoras de uma urbanização uniforme se deveu muito ao fato de que os monarcas – e em última instância a dinastia a qual pertenciam – tiveram não apenas recursos, mas também tempo para forjarem um espaço conectado (FAVRO, 2010, p. 51), algo distante da realidade republicana. Com sua primeira dinastia, Roma passou a experimentar aquilo que o oriente grego já conhecia há muitos anos: uma linguagem visual compartilhada e onipresente, centrada na figura do imperador.

Mas é importante estar atento a dois fatos. O primeiro é que não foi Augusto sozinho a organizar tal empreendimento gigantesco, que comportou não apenas a ereção e o restauro de inúmeros templos, santuários, fóruns, teatros, mas também envolveu a resolução dos problemas de infraestrutura já mencionados (FAVRO, 2007, p. 259), como a frase famosa atribuída a ele por Suetônio pode fazer acreditar⁵⁶. E o segundo é que a *koiné* imperial que se desenvolveu e centralizou a figura do *princeps* na nova visualidade da *Urbs* não foi planejada a partir de um núcleo e imposta às diferentes camadas sociais, visando *a priori* a homogeneidade imagética e o elogio a Augusto. Assim como no caso do repertório helenístico, apropriado e ressignificado de acordo com interesses locais, as novas imagens que traziam a figura do imperador devem também ser entendidas em sua lógica contextual.

Em uma obra recente organizada por Amy Russell e Monica Hellström (2020), as chamadas “imagens imperiais”, ou seja, aquelas que fazem referência direta ao imperador ou a símbolos associados ao seu poder, independente do suporte material, são exploradas enquanto sistema semântico adotado e adaptado para atender interesses diversos de grupos sociais dos mais variados – um estudo, portanto, das dinâmicas sociais que relacionam um conjunto globalizante de imagens a contextos sociais específicos (RUSSELL; HELLSTRÖM, 2020, p. 3-4). Trata-se de uma abordagem interessante que permite refletir sobre a produção de imagens dentro de um quadro hegemônico, pois mesmo que os objetivos na reprodução de imagens imperiais por grupos provinciais ou subalternos estejam menos ligados à pura demonstração de lealdade ou desejo de receber benesses da casa imperial e mais aos seus interesses orgânicos e

⁵⁶ “A tal ponto urbanizou a Cidade, não ornada como convinha à glória do Império e exposta aos incêndios e inundações, que jactou-se com toda justiça: “deixei de mármore a Cidade de tijolos que recebi”. E, de fato, conservou-a segura para o futuro, o quanto pôde ser previsto pela razão humana.” (*Iul.*, 28). Tradução de Antonio da Silveira Mendonça (2007, p. 70).

locais, há uma relação dialógica inevitável com a hegemonia ao fazer uso da imagem do *princeps*.

A agência, em síntese, não se concentra no imperador. Se sua imagem se disseminou no império, desfazendo, de certa forma, aquela fragmentação urbanística que Favro comenta sobre o caso romano, isso se deveu às possibilidades de articulá-la situacionalmente, não à genialidade absoluta de Augusto e à submissão total da sociedade a ele. Mais do que isso, mesmo as construções e monumentos diretamente encomendados pelo *princeps* ou pela casa imperial não eram meros panegíricos ao seu poder. Afinal, depois de anos de intensa crise hegemônica, com seus efeitos ainda latentes na virada do século I d.C., era necessário que os novos arranjos de poder da hegemonia baseassem seu discurso na concessão de interesses.

Nesse cenário, a avaliação da receptividade orientou preliminarmente a atenção de Augusto e daqueles em seu entorno antes de colocarem uma imagem em circulação. A pesquisadora Nandini B. Pandey (2018, p. 4-5) realiza um inovador estudo ao interpretar o poder de Augusto em analogia com os poetas de seu tempo, pois tanto estes quanto o *princeps* estavam sujeitos ao olhar crítico de seus respectivos públicos, ocupando uma posição que era, em parte, cativa do julgamento formulado por terceiros. Por mais que fosse pela iniciativa de Augusto a confecção de dadas imagens, a resposta da audiência diante de tais objetos era o que realmente importava. Isso induzia uma preocupação prévia acerca das possíveis interpretações do público receptor que limitava a liberdade do *princeps*. A casa imperial foi, então, compelida a se sensibilizar com as expectativas de diferentes coletividades, a fim de que fossem devidamente atendidas – nas palavras de Pandey (2018, p. 9-10), a imagem de Augusto difundida com a nova visualidade do Principado era co-construída em “atos comunicativos de diplomacia” que articulavam distintas expectativas do público.

1.5.2. Memória, imagem e materialidade: abordagem metodológica

Até aqui demonstramos, a partir de exemplos retirados do contexto da crise romana, algumas possibilidades do trato da documentação iconográfica sob a luz de paradigmas advindos da semiótica que podem nos ser bastante úteis. Ao lidar com a noção de repertório visual (como a *koiné* helenística ou as imagens imperiais) enquanto complexo articulado que configura um sistema semântico, destaca-se o potencial comunicativo da linguagem figurativa⁵⁷. A comunicação, por seu turno, dá às imagens, ainda que de modo simplificado,

⁵⁷ Há uma importância que não pode ser negada nos estudos da iconografia romana iniciados na década de 1980 por valorizarem, pela lógica da comunicação (a grande referência teórica da época), o estudo das imagens. Zanker encontra-se neste grupo ao enfatizar em sua obra a coerência do programa imagético desenvolvido no período

uma dimensão social, pois pela via da interlocução elas passam a veicular mensagens que são capazes de colocar indivíduos e grupos distintos em interação.

Quando matizamos tal abordagem introduzindo no estudo do repertório visual as dinâmicas de particularização e apropriação contextual, nos tornamos sensíveis à complexidade das relações entre imagens e a estrutura sócio-política. Isso porque, ao fazê-lo, abre-se a perspectiva de novos canais de interlocução. Afinal, se a visualidade como comunicação é terreno comum de diversos estratos sociais e está disponível à apropriação, ela deixa de ser um instrumento exclusivo da classe dominante direcionado aos de baixo para se tornar, dentro das possibilidades e interesses de cada contexto, um instrumento de comunicação amplo, com múltiplos vetores de transmissão.

Todavia, apenas a abordagem semiótica não basta para o estudo das imagens por ignorar algumas faculdades que lhe são próprias e que têm sido destacadas atualmente, muito menos dá conta de compreender a complexidade da relação imagem-memória. Parte considerável de suas limitações é consequência direta da desconsideração da materialidade das imagens. Pensá-las unicamente na lógica da linguagem como veículos de mensagem implica na imputação de um significado apriorístico ao qual as imagens servem apenas de suporte, como convenções simbólicas, algo que torna a dimensão material em que ocorrem dispensável, pois a isenta de qualquer interferência sobre esse significado primeiro. Se assim o fosse, ao estudarmos a memória tomando por fonte a documentação visual, analisaríamos primeiro a construção da memória em si (a partir de outra base empírica, talvez a documentação textual) para, a seguir, averiguar a expressão dessa memória em linguagem imagética – em um estudo assim, as imagens se tornariam ilustrativas.

É verdade que a semiótica sofreu alterações metodológicas ao longo do tempo para ser empregada no estudo das imagens, como aponta Ciro Flamarion Cardoso ao mencionar os esforços de Roland Barthes a partir da publicação de *Retórica da Imagem*, em 1964, e o processo subsequente de passagem da semiótica da comunicação para uma da significação⁵⁸. No entanto, isso não livrou a semiótica de seu problema de fundo. A busca por decifrar a dinâmica interna dos signos cinde a imagem em duas dimensões, uma interna e outra externa, sendo esta última ignorada e, com isso, transformando a imagem em uma entidade isolada, apartada da materialidade que lhe é própria. Este constitui um problema presente também no

augustano. Outro grande autor que se destaca na abordagem das imagens como sistema de linguagem é Tonio Hölscher (HÖLSCHER, 2017, p. 3-6; HEKSTER, 2020, p. 275-276).

⁵⁸ Esse processo assistiu a obra de Ferdinand de Saussure dar lugar à de Charles Sanders Peirce como principal referencial teórico nas pesquisas interessadas em desvendar o código comunicativo interno operante nas mensagens visuais (CARDOSO, 2005, p. 236-245).

método de análise iconográfica proposto por Erwin Panofsky, autor que fez escola e teve sua obra instrumentalizada por muito tempo pela historiografia voltada ao estudo das imagens⁵⁹.

Para superar a lacuna deixada por essas perspectivas deve-se, em primeiro lugar, considerar a imagem enquanto matéria. Encará-la não como possuindo uma base material, apartada de seu ser, mas sendo o que é através dessa base material, pois sua existência se dá pela materialidade – diria Meneses (2012, p. 254) que nem mesmo as “imagens mentais”, formadas no plano onírico ou das recordações, são meras abstrações, já que necessitam do suporte físico para serem concebidas. Diante da aderência existencial da imagem ao objeto ou espaço, o medievalista Jérôme Baschet (1996, p. 4-7) propôs a noção de *imagem-objeto*, que abre a possibilidade de irmos além da leitura interessada naquilo que a imagem representa e simboliza (e, portanto, que precisa ser por nós decifrado) para considerarmos o que a imagem é, os usos práticos de sua materialidade, as interferências do significante sobre o significado, suas relações com o espaço a sua volta, seu valor estético, a presença que é capaz de evocar, etc.

Tal mudança de paradigma convida-nos a pensar também no impacto sensorial das imagens. Hans Belting (2014), historiador da arte, aventou um tratamento antropológico sobre a imagem, não no sentido etnológico do termo, mas em valor amplo que remete à “natureza humana em geral”, justamente porque a imagem possui o corpo humano como lugar por excelência para acontecer, afinal toda a apreensão imagética se dá através de experiências sensoriais, jamais transcendendo o aparato sensorial disponível em nós (BELTING, 2014, p. 10, 22, 80). Segundo Belting (2014, p. 9-25), transcorre um processo que coloca em interação o *corpo*, local onde as imagens ocorrem; o *meio*, a dimensão física das imagens que age sobre o corpo; e a *imagem* finalmente, resultado processual de toda essa interação. Assim, mais do que interdependentes, *corpo-meio-imagem* são indissociáveis, se interceptam, acontecem juntos, o que torna a natureza da imagem medial.

⁵⁹ Erwin Panofsky, justamente pelo sucesso que teve em muitos estudos historiográficos de seu tempo, sucesso este merecido pelo valor de suas inovadoras contribuições à época, é digno de nota. Panofsky, autor alemão da primeira metade do século XX e que esteve ligado à escola de Aby Warburg, sintetizou um método analítico relativamente didático que estava estruturado em três níveis investigativos, interdependentes e dispostos em ordem crescente de complexidade. *Grosso modo*, haveria o primeiro, denominado *pré-iconográfico* ou *natural*, voltado à identificação e enumeração de motivos em sua forma simples, elementar e reconhecível universalmente; o segundo, *iconográfico* propriamente, seria o nível do legível, das convenções pré-estabelecidas, do reconhecimento de temas e conceitos culturalmente acordados que se manifestam através das associações dos elementos “puros” identificados no nível anterior; e finalmente o *iconológico*, mais complexo, dedicado a encontrar o significado intrínseco na imagem, ou seja, uma mentalidade, uma cosmovisão, um *Zeitgeist* proveniente da época em que ela fora produzida (PANOFSKY, 2007, p. 47-64). Dentre as principais críticas que hoje se colocam sobre a obra panofskyana, cita Meneses (2012, p. 245-247), estão o idealismo epistemológico de uma análise que se pretendia universal e, justamente, o logocentrismo, a dependência dos textos para o estudo da imagem que portariam mensagens exógenas e pré-concebidas.

Todas essas avaliações compõem o pano de fundo para a estruturação da nossa metodologia, porque pensar a construção da memória pela visualidade implica na consideração da materialidade. Particularmente caras a esta pesquisa são as reflexões do arqueólogo britânico Andrew Jones (2007). Partindo da constatação de que a cultura material age como vínculo entre ações e eventos passados e o tempo presente, justamente por perdurar fisicamente ao longo dos anos, Jones considera que ela participa ativamente do processo de construção da memória social (JONES, 2007, p. 3, 56-57).

O primeiro ponto a se considerar sobre a relação memória-imagem é aquele, já explicitado no Item 1.3, de que a memória não funciona como um armazém de informações dentro da mente humana. Aliás, Jones (2007, p. 10-11) resgata a obra do epistemólogo Andy Clark para enfatizar o equívoco de descrever o funcionamento da mente dividida entre um ‘interior’ e um ‘exterior’, já que o conhecimento se constrói a partir do envolvimento corporificado com o mundo. Com a memória, portanto, não seria diferente. É através da interação, da experimentação sensorial do entorno, que a memória se forma – já tratamos disso quando abordamos a memória social, mantida funcional pelo compartilhamento entre indivíduos, noção estabelecida desde as contribuições de Maurice Halbwachs⁶⁰. A ideia defendida por Jones (2007, p. 40-41) é a de que a memória social não se constitui apenas no contato com outros indivíduos, mas também no contato com a cultura material. O que não significa, é claro, que a visualidade armazena memória⁶¹.

Para ultrapassar a visão simplista do discurso memorial a ser recuperado nas imagens, Jones recorre à obra de Charles Sanders Peirce, especialmente a uma das três formas do signo que aparece na obra do teórico. O *índice*, que não é produto de convenções culturais ou códigos sociais, mas sim caracterizado como sinal concebido a partir da compreensão pragmática da realidade (como o famoso exemplo da fumaça indicando fogo), é útil pois dá conta da apreensão de marcas do passado deixadas na cultura material (JONES, 2007, p. 18-19). Dessa forma, as imagens, através de sua materialidade, indexam ações passadas em traços físicos perceptíveis que remetem ao contexto original de produção do artefato ou às modificações feitas neste no decorrer do tempo (JONES, 2007, p. 21-22).

É justamente o distanciamento temporal que há entre o índice e o sujeito observador no presente que leva este último a inferir a temporalidade. Em outras palavras, os sinais do passado

⁶⁰ Conferir nota 37.

⁶¹ Salvo em casos específicos, relacionados à mnemotécnica, em que de fato imagens, artefatos e espaços são mobilizados a serviço da arte da memória, ou seja, objetivando o armazenamento e a recuperação idêntica de informações (JONES, 2007, p. 15; ASSMANN, 2016, p. 31-32).

deixados na matéria corporificam o tempo e fazem com que o sujeito, ao percebê-los sensorialmente, experimente algo que é, a princípio, abstrato: a passagem temporal (JONES, 2007, p. 50-51). Ademais, a duração temporal do envolvimento entre sujeito e objeto induz à consciência da temporalidade. Isto é, o tempo de interação de um indivíduo ou grupo com dado artefato, que pode ser efêmero ou longo a depender de vários fatores (como o tipo de material que forma o objeto ou o uso que se faz dele), leva este indivíduo ou grupo a perceber transformações e permanências com o passar do tempo (JONES, 2007, p. 56-57).

A partir da experiência do tempo advém a precipitação da lembrança. É importante frisar que a lembrança não é propriamente a memória na definição de Jones, mas se configura como parte substancial desta. A lembrança decorre do encontro dialógico entre corpo humano e artefato, sendo inferida através do tempo materializado em índice (JONES, 2007, p. 24-26). Portanto, ela não recupera o passado experimentado através dos traços físicos da materialidade, mas o revive, conferindo-lhe uma presença no aqui e no agora. O fato é que tal encontro dialógico, responsável pela precipitação da lembrança, varia de acordo com cada forma de envolvimento entre corpo e artefato (o envolvimento de um sujeito com uma moeda não é o mesmo de um sujeito com um templo, por exemplo). Se existem formas diferentes de se relacionar com a matéria, a cultura material precipita ordens diferentes de lembrança e, portanto, é imprescindível examinar cada caso em suas particularidades, perscrutando as possibilidades de envolvimento físico do corpo com dado tipo de artefato (JONES, 2007, p. 32, 49) para, então, compreender as formas distintas de lembrança que podem ser evocadas.

Finalmente, a partir das lembranças, a memória se desenvolve. Para qualificá-la dentro do modelo peirceano, Jones (2007, p. 42) recorre ao símbolo, oriundo do universo das convenções e do nível do discurso. Se a lembrança se precipita pela prática intersubjetiva do encontro corpo-artefato, a memória a organiza em quadros narrativos, não de forma livre, mas de acordo com a experiência histórico-concreta de cada classe social, seguindo os interesses que lhe são orgânicos e que, ao mesmo tempo, se relacionam com o discurso hegemônico. Um exemplo rápido pode nos ajudar a ilustrar a diferença entre lembrança e memória segundo a categorização de Jones.

Pensemos no altar improvisado erguido pela plebe no Fórum em 44 a.C. após cremar o corpo de Júlio César⁶². O altar, disponível à visão de todos no centro da cidade de Roma, precipitava nos romanos a mesma lembrança: o assassinato do ditador e seu dramático funeral no Fórum, eventos que muitos ali presenciaram pessoalmente ou ouviram dizer. No entanto,

⁶² Trataremos dele em detalhes no Item 4.3.

não se rememorava (no sentido de construir uma memória) tais eventos da mesma forma, pois o afeto da plebe e sua participação ativa na cremação de César a inclinavam a compartilhar uma memória diferente da dos tiranicidas, que participaram da conspiração nos Idos de Março e pressionaram para que os cônsules derrubassem o altar (o que ocorreu um mês após sua ereção). A lembrança, logo, é mais abrangente, convida a sociedade como um todo a reviver seu passado; já a memória tende a particularização, pois é guiada pela experiência singular de cada grupo, seus interesses materiais e afetos compartilhados internamente e seu repertório simbólico próprio.

Tendo isso em vista, estruturamos nossa metodologia. Para fins de exposição, decomparamos a seguir o trato metodológico em quatro esferas de investigação. Recorremos ao termo ‘esfera’ ao invés de ‘nível’ ou ‘etapa’ visando não alinhar hierarquicamente os focos do exercício metodológico em uma disposição crescente e rígida. A divisão em quatro partes nada mais é que um recurso didático utilizado neste capítulo inicial, tendo em vista que tais esferas são interdependentes. Durante a prática de análise nos capítulos 2, 3 e 4, os recursos metodológicos serão manuseados simultaneamente, sem que haja uma distinção clara em etapas ou sejam singularmente nomeados, da mesma forma que não serão conjurados necessariamente na ordem em que aparecem aqui.

A primeira esfera de análise corresponde à investigação das relações temporais envolvendo a fonte em estudo. Trata-se de um exercício que dividiremos grosseiramente em dois momentos. O primeiro é voltado ao tempo enquanto representação iconográfica, isto é, o modo como as imagens mobilizam temas, motivos e repertórios visuais para figurar temporalidades distintas, relacionadas ao passado, presente e futuro. Imagens que evocam cenas de eventos do passado romano, por exemplo, ou que retratam personalidades vivas no momento presente em que foram confeccionadas catalisam um processo de figuração do tempo. Assim, cabe perguntar quais temporalidades uma mesma imagem constrói (se oriundas de um passado longínquo ou recente, se retratam algo em curso no presente, se há um ideal de futuro, ou mesmo se há uma negação do tempo) e o modo como a imagem articula sincronicamente essas diferentes temporalidades.

Já o segundo momento trata do tempo enquanto índice, corporificado na imagem-objeto e sensorialmente apreensível. Neste ponto, é necessário considerar o tempo de vida do artefato, ou seja, momento e contexto de sua produção, bem como as alterações promovidas nele no decorrer dos anos que desencadeiam uma percepção concreta da passagem do tempo. Também é preciso compreender a frequência do envolvimento entre o artefato e os sujeitos, isto é, o ritmo no qual um objeto e um indivíduo se encontram e se relacionam (por exemplo, os soldados

que recebem uma moeda batida por Bruto como pagamento tendem a se envolverem de forma mais efêmera com esta imagem-objeto, enquanto a plebe de Roma possui uma relação cotidiana com os *Rostra* ou o templo do Divino Júlio no Fórum). Logo, trata-se de um exercício que deve considerar as especificidades de cada fonte e de suas inserções em redes de sociabilidade.

A segunda esfera de análise dá continuidade a este exercício, ampliando-o. Trata-se da avaliação da lembrança, no sentido empregado por Jones como encontro dialógico entre corpo e artefato. Para tanto, deve-se sondar a conjuntura deste encontro dentro do contexto de cada fonte: a escala de tamanho da fonte em relação ao corpo humano; as qualidades físicas da materialidade da fonte, como coloração e tipo de material; as condições de visibilidade da fonte (quem a vê, quem não a vê, por quanto tempo a vê, como a vê, se participa ou não de rituais performáticos); a capacidade de circulação da fonte; as relações da fonte com o espaço e com outros artefatos; os usos práticos e cotidianos da fonte⁶³. Tais questionamentos nos ajudam a apurar as possibilidades de lembrança que a interação corpo-artefato pode precipitar, bem como o contexto social específico do qual a fonte fazia parte.

A terceira esfera de análise explora em pormenores este contexto social, objetivando compreender melhor as relações de conflito envolvendo a fonte. Primeiramente, nos atentaremos ao conflito como representação iconográfica, através do retrato de motivos, figuras e passagens que evocam diretamente hostilidade e divergência (de eventos passados ou presentes, mitológicos ou históricos). É verdade, porém, que não são todas as fontes que figuram explicitamente cenas de conflito, o que não significa que as imagens não participassem ativamente das disputas em curso no final da República. Por isso, recorreremos ao conceito de *dinâmica social*, trabalhado por Amy Russell e Monica Hellström, para perscrutar o envolvimento dos artefatos em relações de tensão, seja para provocá-las, seja para amenizá-las.

Através da sondagem da dinâmica social aplicamos a lente da particularização, podendo focar no contexto local do artefato e no seu envolvimento na hierarquia social romana. As questões principais a serem levantadas aqui são sobre o grupo responsável pela confecção da imagem e seu público-alvo, segundo a terminologia de Russell e Hellström (2020, p. 15-16). A quem a imagem se dirige? Como a materialidade, com suas características próprias exploradas na esfera de análise anterior, como condições de visibilidade, influencia nesse direcionamento? Há mais de um público-alvo? Quais as camadas e níveis de especificidade da imagem, no sentido de estar direcionada a um público específico ou portar elementos reconhecíveis por

⁶³ “Usos” entendidos por Baschet (1996, p. 10), ou seja, para além da função primeira pensada para o objeto, considerando o funcionamento que excede a função, os usos não planejados, não abstratamente concebidos, mas relacionados às práticas concretas que um artefato pode desencadear.

outros grupos? Esse público-alvo pode ser uma outra imagem, um objeto ou mesmo um espaço? A imagem estabelece uma relação de conflito com esse público-alvo, e de que natureza é esse conflito (uma competição no interior de um mesmo grupo, uma tensão entre camadas de diferentes posições na hierarquia social, uma negociação interessada em amenizar um conflito ou uma provocação objetivando potencializá-lo)? Essas perguntas nos ajudam a compreender a ação das imagens dentro da estrutura hegemônica de Roma do final da República e início do Principado, pois com elas elucidamos a agência da visualidade sobre a apropriação e adaptação do discurso hegemônico, sobre a prática da coerção e do consenso da classe dominante e sobre as contradições internas da hegemonia.

Por fim, a quarta esfera corresponde à memória propriamente. Partindo do percurso traçado até aqui, podemos analisar a construção daquilo que denominamos no Item 1.3 de memória em conflito em suas quatro formas através da visualidade romana. Primeiro, compreenderemos o papel da representação e da materialização do tempo nas imagens para o estabelecimento do objeto da memória, o passado, e de suas conexões com o presente e o futuro. Segundo, tomaremos as possibilidades de lembranças precipitadas pelas particularidades físicas de cada tipo de fonte para o reavivamento de experiências coletivas, que instituem uma presença nas redes de sociabilidade em que estão inseridas e são apropriadas pela construção memorial de cada grupo.

E terceiro, partindo das dinâmicas sociais, investigaremos o modo como a visualidade antecipa a organização das lembranças que ela própria precipita, a fim de configurá-las dentro um quadro narrativo memorialístico. Tomando a noção de horizonte de expectativas que Pandey (2018, p. 12-13, 39-40) formula, deve-se questionar quais antecipações a imagem faz sobre seu público-alvo e, a partir delas, como articula as lembranças para construir uma memória em conflito: se o passado é evocado para enfrentar tal público-alvo, para realizar conceções ou para esquecer os conflitos em curso durante a crise republicana.

CAPÍTULO 2

A MEMÓRIA PELAS MOEDAS E AS MOEDAS PELA MEMÓRIA

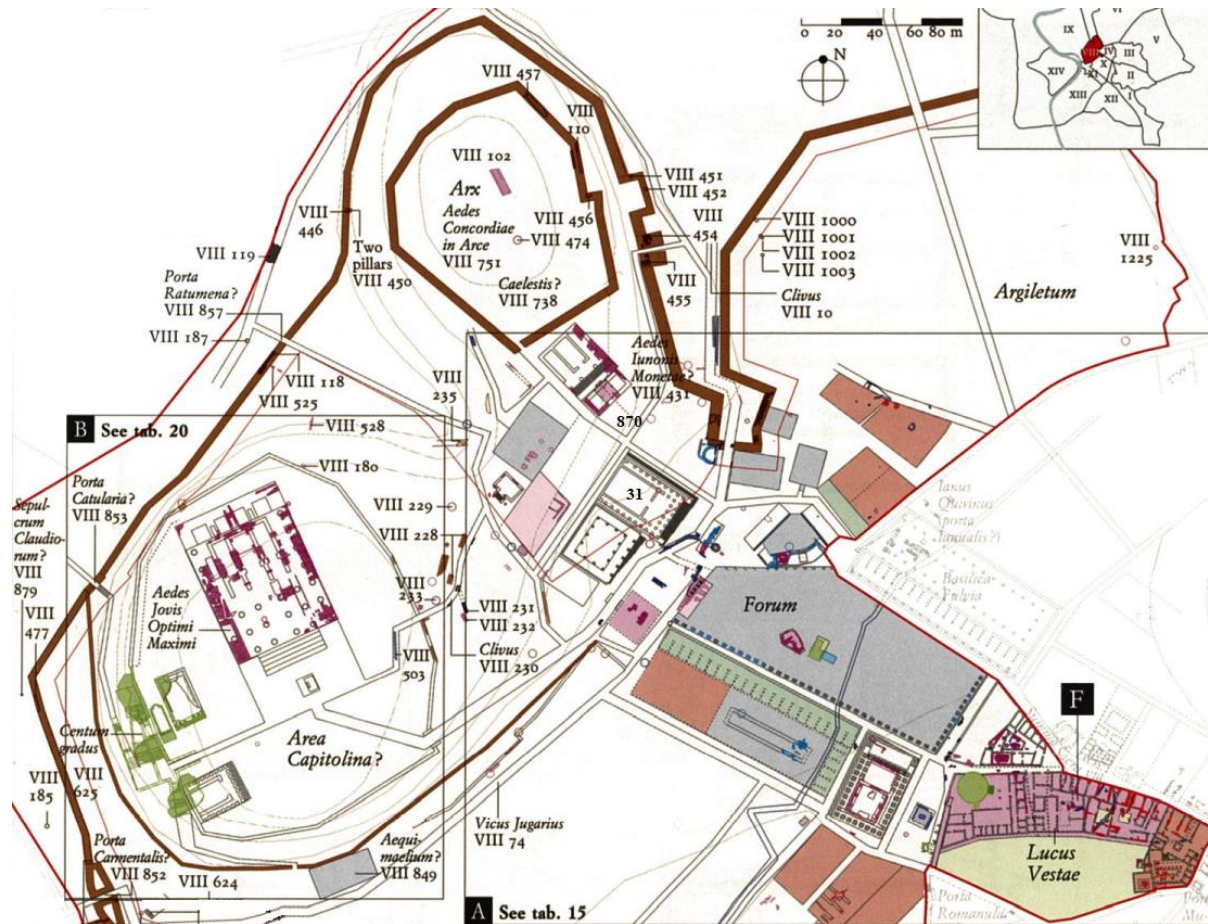
Foi-se o tempo em que a documentação numismática estava limitada a estudos econômicos ou servia como suporte de datação, atendendo a questões de ordem cronológica que algumas investigações se deparavam. Fleur Kemmers e Nanouschka Myrberg (2011) apontam em um artigo a necessidade de estender às moedas os avanços teórico-metodológicos que ocorreram nas últimas décadas dentro dos campos tanto da arqueologia quanto dos estudos da cultura material. Os vários circuitos em que as moedas se inserem ao longo da vida, desde sua cunhagem, circulação, deposição e até recuperação (KEMMERS; MYRBERG, 2011, p. 89-90) demonstram a existência de interações das mais variadas entre a peça monetária e os sujeitos que vão muito além da finalidade econômica-comercial – nesse ponto, a noção de *imagem-objeto* de Jérôme Baschet, mencionada há pouco, encontra um aporte bastante ilustrativo – e que devem ser compreendidas à luz da historicidade de cada contexto sociocultural.

No caso romano, Niels Hannestad (1988, p. 11) deu um passo significativo no campo numismático em 1988 ao interpretar as cunhagens pela chave da propaganda: em uma época sem mídia de massa, as moedas compunham um sistema semântico veiculador de mensagens políticas em larga escala. Há um debate⁶⁴ que problematiza a aplicabilidade do conceito de propaganda, muito particular à Modernidade, para a Antiguidade e que pode nos levar hoje a questionar os pressupostos de Hannestad ao trabalhar as cunhagens enquanto suportes propagandísticos, afinal tal enquadramento as reduz a canais de uma comunicação exógena. Mas a obra desse autor teve sua relevância ao colocar em primeiro plano as relações políticas que envolviam as moedas romanas, um uso além do valor econômico. Gostaríamos, nesta introdução do presente capítulo, de esmiuçar tal dimensão política das cunhagens romanas, em

⁶⁴ Segundo Smith (2021, p. 226-228), que faz referência à obra de Jason Stanley, *How Propaganda Works*, podemos conceber uma propaganda *lato sensu* para o mundo antigo definindo-a como retórica política em parâmetros até certo ponto mais largos e frouxos a fim de não cair em anacronismos e compreendê-la juntamente com o conceito gramsciano de ideologia hegemônica. Tudo isso visando não descartar a noção de propaganda enquanto categoria analítica ao torná-la exclusiva dos Estados ditos sofisticados, ou seja, modernos.

particular a relação entre a memória construída pelas moedas e os conflitos políticos em curso no final da República.

Imagem 2.1. Reconstituição da planta do Capitólio e Fórum entre os anos 240 e 82 a.C. Do Capitólio, vê-se sua elevação principal que abrigava o templo de Júpiter Optimus Maximus à esquerda (inserida no quadrado B da imagem) e a *Arx* na parte superior central. O templo de Juno Moneta (*aedes Iunonis Monetae*) encontra-se no canto superior esquerdo do quadrado A, demarcado com a numeração VIII 431.



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes.** Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 14.

Para tanto, uma primeira questão deve ser levantada: é válido tratar a moeda romana como um agente da memória, no sentido de que ela era capaz de organizar o passado e reproduzi-lo socialmente? No que compete à relação entre moeda e memória, é mais que sugestivo o fato da primeira oficina monetária do período republicano ter sido arquitetada em associação ao templo de Juno Moneta, localizado na *Arx* do monte Capitólio (Imagem 2.1, n.

431)⁶⁵, deusa cujo epíteto remete etimologicamente a Mnemósine, musa da memória⁶⁶ (PAULINO DA SILVA, 2015, p. 86), e que possuiu um papel de destaque na história da República antiga. Conforme narram as lendas, tal epíteto a configurava como “a deusa que adverte” ou “a deusa que faz lembrar”, tendo sido dado a Juno após 390 a.C. quando os gansos que eram criados no recinto sagrado anterior ao templo grasnaram durante a madrugada em que os gauleses invadiram Roma, soando o alarme aos cidadãos que se prontificaram para defender a cidade (GRIMAL, 2005, p. 260). Também é contado que durante a Guerra de Pirro no século III a.C. Juno garantiu ao povo de Roma que não lhe faltaria dinheiro, o que levou os romanos a cunharem suas moedas a partir de então junto ao templo da deusa, cujos auspícios passaram a zelar pelas emissões monetárias (KURY, 2003, p. 1313-1314).

Meadows e Williams (2001, p. 28-30) destacam que o templo de Juno Moneta abrigava em seu interior padrões de medição, como a unidade oficial de medida romana de comprimento – o pé – e algumas medidas de peso, além dos *libri lintei*, pergaminhos de linho que continham o registro cronológico dos magistrados republicanos. Há uma razão de ordem prática que explica o fato dos padrões de medida, principalmente de peso, serem guardados próximo ao local das cunhagens: garantir o controle da quantidade de metais na produção de moedas. Mas qual a relação da emissão monetária com as listas de magistrados? Segundo ambos os autores, além de cuidar da precisão de pesos e medidas, Juno Moneta possuía uma atribuição memorial. A ela caberia garantir a autenticidade do passado, protegendo os registros históricos de Roma em seu interior tal como uma *Mnemosyne* latina e, por consequência, vigiando também as moedas que eram ali batidas e que estampavam em suas faces cenas do passado romano (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 48). Enquanto produto dos auspícios de Juno e fruto de sua responsabilidade, a moeda exprimia então uma dupla confiabilidade, a de seu valor metálico e a de seu registro histórico. Estas eram duas marcas indissociáveis da peça monetária que atestavam sua genuinidade (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 48), configurando-se como condições ontológicas da cunhagem romana.

⁶⁵ Na parte setentrional do Capitólio, separada pelo *Asylum* da meridional na qual se localizava o templo de *Iuppiter Optimus Maximus*, dominava a Cidadela (*Arx*) Capitolina. Esta foi estruturada após a derrubada da casa do cônsul Marco Mânlio Capitolino por decisão senatorial em 384 a.C. após o assédio gaulês a Roma e foi lá que, ainda no século IV a.C., seria erguido o templo de Juno Moneta, depois de ter sido colocado em votação pelo ditador Camilo em 345 a.C. Tito Lívio (6.20.13) atribui a tal localidade a *officina Monetae*, principal oficina responsável pelas cunhagens republicanas, e acredita-se que o templo estaria conectado ao *Aerarium*, o tesouro público localizado no Templo de Saturno (por sua vez na porção noroeste do Fórum), através de uma passagem segura que cruzava o Tabulário (ARATA, 2010; MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 27-28).

⁶⁶ O verbo latino *moneo*, do qual deriva este epíteto de Juno e que dará origem à palavra “moeda”, tem por significado “lembrar”, “advertir”, “avisar”, “alertar”, dentre outros (OXFORD, 1968, p. 1130).

Nesse sentido, a moeda em Roma materializava um ideal de verdade que só o plano divino era capaz de resguardar, de modo que sua reprodução social se amparava na pressuposição desta veracidade. Afora a estreme quantidade de ouro, prata e bronze, tratava-se de uma fidedignidade também e inclusive histórica, tornando a moeda um *monumentum* (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 48-49). Por tal ângulo, a persuasão, como prática da propaganda segundo a leitura de Hannestad, não qualifica bem os intentos da moeda – antes, ela se preocupa em fazer lembrar. Mesmo no final da República e durante o Império quando novas oficinas surgiram fora de Roma, algumas até mesmo itinerantes (pois acompanhavam gerais e tropas em deslocamento pelas províncias), as moedas continuaram a estampar o passado, pois a instigação da lembrança se tornou seu *ethos*. O contexto primeiro de cunhagem no mundo romano, junto ao templo de Juno Moneta, fez das moedas um registro histórico, um “monumento em miniatura” como trata Clare Rowan (2019, p. 2, 4). E como tal, elas inescapavelmente participariam de forma ativa do litígio memorial que se amplificava nos últimos anos da República.

Como se dava a participação da peça monetária nesses conflitos políticos? Aqui é preciso estar atento às dinâmicas sociais próprias das moedas, tal como expusemos na terceira esfera de análise mencionada no capítulo anterior, e indagar o envolvimento particular das cunhagens com a hierarquia social romana para então delimitar o espectro de receptores envolvidos. Assim, de forma bastante geral, deve-se notar a íntima relação entre a moeda e a autoridade política instituída que centralizava sua produção (REBUFFAT, 1996, p. 78-80). Há com isso um constante esforço legitimador mútuo, das moedas para com a autoridade – já que, enquanto circulam por um vasto território, dispersam a iconografia vinculada ao núcleo de poder (CARLAN; FUNARI, 2012, p. 66) – e da autoridade para com as moedas (cujo valor é devedor do poder emissor que ampara sua autenticidade). A moeda, portanto, encerra em si uma estrutura hierárquica complexa, concretiza nas mãos do indivíduo que a porta uma autoridade política e ramifica materialmente o poder central pelo império através de sua circulação cotidiana.

No caso da documentação numismática oriunda do final do período republicano, principalmente a partir da segunda metade do século II a.C., encontramos um cenário riquíssimo tanto no quesito qualitativo, com um aumento expressivo da variedade iconográfica estampada em versos e anversos, quanto no quantitativo, com emissões cada vez maiores e pouco espaçadas – consequência direta das guerras civis (WOLTERS, 2001, p. 582). Como afirma Reinhard Wolters (2001, p. 580), a cunhagem geralmente era promovida em Roma quando surgiam novas despesas a serem pagas, como as militares (o autor sugere que no período

imperial estas constituíam 2/3 de todos os gastos romanos), de modo que a grande maioria das novas moedas que entrava em circulação estava destinada aos *stipendia* dos soldados. Não é de se estranhar que se as emissões cresceram após as Guerras Púnicas, aumentaram ainda mais no século I a.C. com os conflitos internos, ampliando a rede de oficinas e de moedas em uso, especialmente as de prata⁶⁷. O resultado foi uma forte conexão entre comandante e suas tropas sendo firmada pela materialidade das peças monetárias.

Assim, as legiões eram o primeiro público-alvo das novas cunhagens (WOLTERS, 2001, p. 585), mas não foram o único. O processo de circulação fazia as moedas chegarem aos espaços urbanos, às comunidades civis de províncias afastadas, à capital, isso sem mencionar as emissões locais que continuaram existindo e aquelas destinadas à própria população de Roma. Dentre as fontes analisadas nesta pesquisa, as moedas eram as que abarcavam o mais amplo e disperso público e eram capazes de espargir mais largamente a memória do núcleo de poder. Logo, considerando a crise hegemônica interna de Roma, as cunhagens passaram a reproduzir a instabilidade entre um público expandido, isso porque as novas emissões não substituíam as antigas que seguiam circulando⁶⁸, o que fez com que moedas oriundas de facções políticas e temporalidades distintas coexistissem. Ora, se cabia à moeda lembrar e se seu registro histórico era sustido por um ideal de verdade, moedas com memórias conflitantes, frutos de disputas internas à hegemonia, acabavam por potencializar as contradições políticas.

Àquele que se deparasse com moedas antagônicas, escolher um lado não era uma questão completamente subjetiva. Por exemplo, os soldados de César, ao serem pagos ao mesmo tempo com antigas moedas de Pompeu e novas cunhagens de César, não cairiam no dilema de decidir com qual memória se sensibilizariam. Pois apesar das moedas de adversários estarem em circulação, o ineditismo das novas emissões produzia maior impacto na lembrança dos receptores, isso porque, como explica Paulo Martins (2011, p. 151), a lógica da “figuração numismática restringe-se ao momento do *hic et nunc*”, isto é, ela se limita a referenciar algo “próximo e imediato”, um evento recém-acontecido ou algo bastante vívido na memória comunicativa que facilitaria a identificação (PAULINO DA SILVA, 2015, p. 86).

Aliás, o valor da novidade nas moedas estava também relacionado à efemeridade do envolvimento com seus portadores: a moeda é feita para circular, para ser gasta, não sendo de

⁶⁷ Wolters (2001) defende que o *stipendium* na República Tardia se dava notadamente em moedas de prata, como denários. Segundo Crawford, durante a República Arcaica e até por volta de 157 a.C. – momento em que a extração nas minas de prata da Macedônia começa a tomar fôlego – a produção em bronze predominava, com destaque para o asse, que seria então substituída pela prata (CRAWFORD, 1985, p. 72, 143).

⁶⁸ Aliás, é de se considerar que, mesmo com as novas cunhagens, predominavam nos pagamentos dos soldados as antigas moedas em circulação (WOLTERS, 2001, p. 587).

seu feitio persistir por longos anos junto a seu dono. É da brevidade do relacionamento sujeito-objeto que ganha relevância a moeda recém-batida, aquela que ostenta o frescor do passado recente, que instiga a memória comunicativa. Nesse sentido, a lembrança evocada pelas velhas moedas não obstaculizava a lembrança conjurada pelas novas, pelo contrário, atuava como uma lembrança fraca diante de outra forte que estava mais próxima dos receptores. Trata-se de uma dinâmica em rede que depende justamente desta coexistência para instigar o litígio: a vantagem da nova cunhagem se apoiava no desgaste da velha para criar antagonismo, fazendo desta última uma memória a ser combatida. Em outras palavras, de agente da memória, a moeda romana assumia também o papel de agente do conflito de memórias.

Para este capítulo, selecionamos dezesseis moedas em nosso corpo documental e, para analisá-las, estabelecemos por recorte quatro problemáticas envolvendo a memória e a lógica própria de litígio através da qual as cunhagens atuavam. A primeira diz respeito ao problema da rememoração das guerras civis através das moedas, que agem em função da negação do conflito interno; a segunda corresponde ao papel das moedas na negociação de interesses e firmação de alianças durante a crise da República; a terceira investiga a recordação específica dos Idos de Março de 44 a.C.; e a quarta, a nova configuração memorial construída pelas moedas emitidas no Principado Augustano, inseridas no discurso da restauração republicana.

2.1. Os louros ingratos da guerra civil

Foi com um crocodilo estampado em uma série de moedas que Otávio comemorou sua vitória na guerra civil contra Marco Antônio, iniciada em 31 a.C. e findada após a conquista de Alexandria no ano seguinte. Dentre estas cunhagens, batidas um ano após seu retorno triunfante a Roma e das quais são identificadas três diferentes emissões⁶⁹, selecionamos aquela de prata com o capricórnio no anverso (Ficha 13, p. 239), *signum natalis* do futuro imperador. A imagem do crocodilo, inserida entre a inscrição “Egito capturado”, provocou um grande debate entre estudiosos que concordaram, em sua maioria, se tratar de uma redução estereotipada do Egito de Cleópatra VII – aliada de Marco Antônio na guerra civil – à forma de besta selvagem domada por Roma. Jane Draycott (2012, p. 43-44), todavia, escrutinando o uso da figura do animal no contexto egípcio da época, levanta uma hipótese mais plausível.

⁶⁹ Uma primeira emissão deste tipo (RIC 275a) são denários de 28 a.C. cunhados em alguma região da Península Itálica – talvez em Roma, embora seja impossível precisar – que trazem um *lituus* no anverso atrás da cabeça de Otávio e omitem a inscrição DIVI·F (*Diui filius*, “filho do Divino [Júlio]”) que as demais emissões registram junto ao exergo CAESAR·COS·VI (*Caesar consul VI*, “César, cônsul pela sexta vez”), talvez porque o *lituus* já evocava por si só a figura de Júlio César, que foi *Pontifex Maximus*. A segunda emissão (RIC 545) é o denário de nosso catálogo que traz o capricórnio ao invés do *lituus*, provavelmente produzida em Pérgamo. Por fim, a terceira é um áureo de 27 a.C. (RIC 544), bastante semelhante a este segundo modelo (DRAYCOTT, 2012, p. 44).

Segundo a autora, o crocodilo, que nunca fora propriamente utilizado pelos romanos para simbolizar o Egito, era antes um animal bastante caro aos Ptolomeus por fazer parte do mito fundador da dinastia. Durante a satrapia de Ptolemeu I Sóter, futuro monarca, o general macedônico Pérδικas que invadira o Egito objetivando depô-lo sofreu significativas baixas ao tentar cruzar o Nilo, passagem na qual muitos de seus soldados acabaram afogados ou devorados por crocodilos, o que abalou o moral e resultou na morte de Pérδικas em 321 a.C. em uma conspiração interna⁷⁰. A dinastia Ptolomaica, com isso, em várias ocasiões mobilizou a figura do crocodilo como um elemento de resistência a invasões estrangeiras, sendo o deus Sobek um dos mais adorados a partir de então. Nos últimos anos dos Ptolomeus, Cleópatra VII vinha adotando signos tradicionais de antigos governantes ptolomaicos em suas cunhagens e associou em moedas o crocodilo à sua filha Cleópatra Selene, que havia recebido do pai, Marco Antônio, o controle sobre os territórios de Creta e Cirenaica. É nestas províncias que encontramos duas séries de emissões datadas entre 37 e 34 a.C., uma grega e outra latina, que estampam crocodilos em suas faces (DRAYCOTT, 2012, p. 48-51, 55).

Assim, ao conquistar Alexandria em 30 a.C., Otávio se apropria da memória cultural do Egito Ptolomaico e a perverte, colocando o crocodilo, símbolo fundacional de resistência contra forasteiros, ao lado da inscrição “capturado” em atitude de forte cinismo – além de contrapô-lo no anverso à sua marca pessoal, o capricórnio. A análise de Draycott é bastante crível, ainda mais se considerarmos a coexistência das diferentes moedas, das laudatórias em nome de Cleópatra Selene e das vexatórias de Otávio – pode-se inferir que a humilhação se reforçava ainda mais através da comparação. Há, no entanto, uma ausência que é ainda mais notável que a ridicularização da memória egípcia: Marco Antônio. Afinal, embora o conflito tenha se desdobrado também na guerra contra um território estrangeiro que acabou sendo submetido à condição provincial por Roma (HERKLOTZ, 2012, p. 13), tudo se iniciou em uma guerra civil.

Nenhuma referência ao general derrotado, muito menos à dimensão civil do conflito, é feita na moeda. Tal exclusão está em sintonia com a política adotada por Augusto ao longo de seu Principado quanto à memória de Marco Antônio. Após Áccio, Otávio recusou as sanções proscritivas formuladas pelo Senado ao ex-triúmviro e *grosso modo* aplicadas desde o início da crise republicana a quem fosse declarado *hostis*⁷¹, optando muito mais pelo silêncio que pelo ataque. Nas próprias *Res Gestae*, documento datado do final do Principado, Marco Antônio não

⁷⁰ O relato é de Diodoro Sículo (18.34-36), autor do século I a.C. (DRAYCOTT, 2012, p. 53-54).

⁷¹ Como destruição de estátuas, apagamento de inscrições em espaços públicos, decretação de seu aniversário como um dia de mau agouro, banimento do uso de seu *praenomen* – *Marcus* – da *gens Antonii* e a obliteração de seu nome dos *fasti consulares* (FLOWER, 2006, p. 116-117).

só não é citado⁷² como Áccio é mencionada um capítulo antes (*RG* 25.2) de Augusto enumerar suas conquistas de novos territórios e políticas coloniais (*RG* 26 e 27). O Egito, assim, eclipsava a guerra civil e a derrota sofrida por uma facção romana. Aos veteranos que foram pagos com *Aegypto Capta* e aos cidadãos que tiveram acesso a tal cunhagem, a guerra deveria ser lembrada muito mais como um conflito externo que interno.

Evitar enfatizar a vitória na guerra civil, substituindo-a por um triunfo contra forças bárbaras, não foi estratégia exclusiva de Augusto. Nos anos 40 a.C., César experimentou muito bem este desconforto. Em 48 a.C., cunhava-se em Roma uma série de denários sob autoridade de Saserna, moedeiro aliado de Júlio César, que visava dar conta dos recentes assédio e conquista da cidade de Massália, atual Marselha (Ficha 2, p. 228). Como é narrado no segundo livro da *Bellum Ciuile*, forças cesarianas sob o comando do legado Caio Trebônio foram enviadas para cercar Massália (*BCiv.* 2.1.1), que por sua vez tinha se colocado ao lado de Pompeu e era chefiada por Lúcio Domício Enobarbo. Custosamente, como se conta, César ordenou que suas tropas não agissem com violência contra Massália, apesar do desprezo da cidade pelos soldados cesarianos e da longa duração do cerco (*BCiv.* 2.13.3-4). E mesmo depois da traição da cidade, que se fez de rendida para incendiar inesperadamente o armamento de cerco (*BCiv.* 2.14), César teria sido clemente uma segunda vez quando ela finalmente capitulou e Domício Enobarbo fugiu (*BCiv.* 2.22.6). Massália e seus cidadãos foram poupados não apenas no relato bélico, mas também no âmbito memorial.

A cunhagem de Saserna traz em seu reverso a imagem de Diana, deusa patrona de Massália, enquanto o anverso estampa uma mulher gaulesa. Assim, são lembradas pela peça duas conquistas de César, uma de 49 a.C. no contexto da guerra civil e outra dos anos 50 a.C. (mais precisamente, entre 58 e 52), isto é, a dominação da Gália Transalpina. Mas tais vitórias não são lembradas da mesma forma. O modo comumente utilizado para figurar nações estrangeiras que foram subjugadas por Roma é empregado aqui no anverso: exagera-se na alteridade ao destacar características próprias de povos não-romanos, no caso com cabelos compridos e o *carnyx* dos gauleses. Por outro lado, para representar a tomada da cidade romanizada, recorre-se à figura divina de Diana, deusa também cultuada na capital do império, sem a mobilização de estereótipos físicos ou redução da comunidade dominada à figura de um indivíduo feito cativo (ROWAN, 2019, p. 28-29). Seguindo o plano discursivo traçado por César, segundo o qual o Senado, os tribunos e o povo de Roma estavam sendo oprimidos por

⁷² A única menção indireta a ele, reduzido a uma “facção” (*RG* 1.1), está relacionada ao conflito entre os cesarianos envolvendo o controle pela Gália Cisalpina logo após os Idos de Março, no início de 43 a.C. com as batalhas de Mutina e do Fórum dos Galos, e não à guerra do final da década de 30 a.C.

uma “facção minoritária” (*BCiv.* 1.22.5), a tomada de Massália foi quase um ato de *pietas* para com sua deusa patrona, transformando o assédio em libertação desta opressão (ROWAN, 2019, p. 28-29).

Além disso, é importante lembrar do templo de Diana em Roma, no monte Aventino, afinal foi na capital que a moeda de Saserna foi cunhada e seus habitantes talvez tenham sido os primeiros a terem contato com a peça. A tradição⁷³ atribuída a construção deste templo a Sêrvio Túlio, resultado de um acordo entre o sexto rei romano e outros povos do Lácio e destinado à realização de celebrações políticas que visavam resolver conflitos entre Roma e os latinos. Ao público da *Urbs*, era sobre a égide de Diana Aventina que a concórdia entre os membros da mesma comunidade se selava – seja uma liga de vilas do Lácio, seja entre a capital e seu extenso império.

Colocar a Gália ao lado de Massália constrói, também, uma ordem de grandeza. A guerra gaulesa se estendeu por seis anos, foi anterior e promoveu a subjugação de um vasto e novo território. O cerco de Massália dura meses, é um evento recente e resultou no reestabelecimento de um estado anterior à guerra civil em uma cidade específica, agora livre, portanto, do jugo faccionário. O general que libertou Massália no presente é o mesmo que expandiu as fronteiras do império no passado, ou seja, seu histórico militar⁷⁴ impede que contestem sua *dignitas*, que segundo César estava ameaçada por tal facção usurpadora (RAAFLAUB, 2003, p. 41-42). A conjuração da Gália, então, enfatiza que o *imperium* de César é capaz de dobrar estrangeiros, mas ao mesmo tempo pode ser direcionado à disputa interna para devolver Massália à proteção de Diana. Assim, o impacto do confronto doméstico é amortecido quando colocado ao lado da dominação externa.

A guerra contra o Egito/Marco Antônio e o assédio à Massália foram lembrados em cunhagens depois que a vitória já estava concretizada. Mas mesmo antes do resultado do confronto, logo após a declaração da guerra civil, era preciso ter cuidado em representá-la nas peças monetárias. É o caso dos denários de César que retratam um elefante (Ficha 1, p. 226). Trata-se do primeiro denário batido no início do conflito contra Pompeu, a terceira moeda do

⁷³ Especialmente Dionísio de Halicarnasso (*Ant. Rom.* 4.26.1-5). Michel Gras (1987, p. 51-54) contesta esta datação, já que os autores antigos, como Dionísio, afirmam que Sêrvio Túlio inspirou-se no templo de Ártemis em Éfeso que teria uma função semelhante para os povos jônios, como o centro de uma liga política. Porém o templo da cidade da Ásia Menor só teria tal uso a partir do século IV a.C., quase duzentos anos depois de Sêrvio Túlio. Gras afirma que o templo em Roma poderia ter tido tal papel político em algum momento da República.

⁷⁴ Especialmente quando considerado ao lado de Pompeu, que antes das primeiras conquistas de César já havia consolidado sua imagem de grande general.

período republicano em maior número de peças emitidas⁷⁵ e, provavelmente, cunhada com a prata que César confiscou do *aerarium sanctius* em 49 a.C. (NOUSEK, 2008, p. 293). Muito foi discutido⁷⁶ acerca da simbologia do reverso deste denário, com o elefante, a suposta serpente e a inscrição CAESAR, de tal modo que hoje duas hipóteses se destacam. A primeira, sintetizada por David Woods (2009, p. 189-192), recorre a uma interpretação etimológica para entender a relação dos animais com os conflitos de 49 a.C. Apelando a fontes tardias, do século IV d.C.⁷⁷, o autor encontrou uma referência ao nome púnico para elefante (*caesai*) que teria sido dado ao romano que primeiro matara um paquidérmico, dando origem ao cognome *Caesar*, possivelmente algum ancestral do ditador (WOODS, 2009, p. 190).

Por outro lado, Woods afirma que a protuberância que há no dorso da serpente poderia configurar uma espécie de crista. Ao perquirir a Eneida de Virgílio, especificamente a passagem em que as cobras atacam Laocoonte (*Aen.* 2.203-208), nos deparamos com o termo *iubae* para descrever o tipo de nadadeira dorsal que as serpentes possuíam e que as ajudavam a nadar. *Iuba* é o mesmo nome do rei da Numídia, Juba I, que se aliou às forças pompeianas no norte da África e venceu o general cesariano Caio Escríbão Cúrio em agosto de 49 a.C., só sendo derrotado em abril de 46 na Batalha de Tapso. Desse modo, através do jogo palavra-imagem estimulado por tais etimologias, o que se vê figurado seria na verdade César (o elefante) marchando em direção a Juba (a serpente), deslocando mais uma vez o conflito civil para o campo da guerra contra forças estrangeiras (WOODS, 2009, p. 191).

A outra linha interpretativa contesta o argumento etimológico ao questionar a dependência de fontes escritas (e bastante tardias, no caso da interpretação sobre a origem do

⁷⁵ Nousek (2008, p. 293), seguindo as estimativas feitas por Crawford (2008, p. 640-695), calcula aproximadamente 22,5 milhões de moedas desta série batidas, ficando atrás apenas das de Calpúrnio Pisão de 90 a.C. (RRC 340/1) e de Caio Víbio Pansa do mesmo ano (RRC 342/3).

⁷⁶ A lista de interpretações é grande. Linderski (1996) e Crawford (2008) concordam que não se trata de um evento específico, sendo que Crawford (2008, p. 735) fala em termos genéricos de uma “vitória sobre o mal” e Linderski (1996, p. 161-162) que o elefante, representando vitória e força, sinalizava a promessa de César de destruir seus inimigos. Andreas Alföldi (1968, p. 9-18 apud WOODS, 2009, p. 189-190) propôs que o elefante simbolizava César, já a serpente, a África. Por seu turno, Rowan (2019, p. 24-27) sugere que talvez nem seja uma cobra, mas um *carnyx*, devido à estrutura dorsal que o assemelha a um dragão, o que corresponderia assim a mais uma representação da conquista da Gália. Autores do mundo antigo falam em uma relação conflituosa entre ambos os animais, como Plínio, o Velho, que afirmava que na Índia eram travadas batalhas entre elefantes e cobras gigantes (*HN* 8.32). Já Lucrécio retratava elefantes como animais de guerra presentes na Índia (2.537-540), introduzidos pelos fenícios nos campos de batalha (5.1302-1304) e cujas trombas eram mãos na forma de serpente – o epíteto usado por este autor duas vezes é *anguimanus*, traduzido por Gonçalves como “serpimano” (LUCRÉCIO, 2021, p. 123, 471). Segundo Kellum (1994, p. 31), em Roma os elefantes eram associados ao deus Apolo, e tal como este que portava o arco e a lira, os quadrúpedes tinham uma natureza dupla, feroz e pacífica, podendo servirem como bestas de combate ou como signo da concórdia – no período augustano, este último sentido prevalecerá. Sobre Alföldi, conferir ALFÖLDI, Andreás; ALFÖLDY, Géza; BIRLEY, Anthony R. **Bonner Historia-Augusta-Colloquium (1966/1967)**. Bonn, 1968, p. 9-18.

⁷⁷ No caso, os escritos de Élio Esparciano em *Scriptores Historiae Augustae* (*Ael.* 2.3) e os comentários de Mário Sécúrio Honorato sobre a Eneida de Virgílio (em particular, sobre o verso 1.286).

nome de César) e o quão difundidas eram tais referências entre romanos comuns (como a palavra púnica para elefante). Segundo Nousek (2008, p. 299-301), os elefantes eram bem íntimos aos inimigos de César. Primeiro, pois já eram estampados em cunhagens antigas da *gens Caecilia*: os Cecílios Metelos reivindicavam um ancestral que teria capturado 140 elefantes cartagineses durante as Guerras Púnicas e passaram a emitir moedas com elefantes desde 128 a.C.⁷⁸. Muitos membros desta família foram renitentes opositores de César, como o tribuno Lúcio Metelo que resistiu ao confisco do *aerarium sanctius* em 49 a.C., e Metelo Cipião, sogro de Pompeu.

Além dos Cecílios Metelos, o próprio Pompeu buscou se associar a elefantes. Igualando-se a Alexandre Magno, líder macedônico para o qual os elefantes se tornaram signo de conquista, Pompeu trouxe alguns desses animais para Roma em diferentes momentos de sua carreira política. No entanto, acabou vivenciando experiências incômodas com isso. Uma primeira vez em 81 a.C., quando o general comemorava um triunfo bastante controverso e decidiu adentrar em Roma em uma carruagem puxada por quatro elefantes, mas que, devido ao tamanho, não conseguiram passar pelos portões da cidade, o que forçou a interrupção do evento e a substituição por cavalos, segundo Plutarco em *Vitae Parallelae (Pomp. 14)*. E uma segunda vez em 55 a.C., durante o último dia dos jogos de inauguração de seu teatro, nos quais foram exibidos elefantes que abismaram o público não de forma prazerosa, pois os presentes ficaram comovidos diante da condição de cativeiro dos animais, provocando choro generalizado e críticas a Pompeu, como narram Cícero (*Fam. 7.1.3*) e Plínio, o Velho (*HN. 8.7.21*).

A referência aos Metelos e a Pompeu⁷⁹ é ainda reforçada pelo anverso da moeda, no qual se encontram instrumentos cerimoniais utilizados pelo *Pontifex Maximus*, posto ocupado por César desde 63 a.C.: *culullus*, *aspergillum*, *securis* e *apex*. O antecessor de César no sumo sacerdócio foi justamente um membro da *gens Caecilia*, Cecílio Metelo Pio, família a qual já cunhara moedas com signos semelhantes, assim como Pompeu e Fausto Cornélio Sila⁸⁰, filho do antigo ditador e rival de Mário. No entanto, enquanto tais moedas traziam ícones pontuais, relacionados a sacerdócios específicos exercidos por seus emissores – como, por exemplo, o *lituus*, típico dos áugures, ou o *apex*, usado por flâmines –, o denário de César retrata a reunião heterogênea de todos esses símbolos. Tomados em conjunto, a importância deixa de recair sobre

⁷⁸ Ver RRC 262, 263, 269, 369, 374, 459.

⁷⁹ Nousek (2008, p. 301) ainda nos lembra de Lúcio Domício Enobarbo, da *gens Domitia*, que fez forte oposição à manutenção do comando de César na Gália quando cônsul, em 54 a.C., e cujo avô teria liderado um batalhão de elefantes de guerra em sua campanha de pacificação da Gália Transalpina em 121 a.C.

⁸⁰ Para os Metelos, ver RRC 374/2; para Pompeu, ver RRC 402; para Sila e seu filho, ver RRC 359/2 e 426, respectivamente.

o colégio sacerdotal a que cada instrumento remete. O destaque incide agora sobre a acumulação dos signos, em alusão à posição de *Pontifex Maximus* ocupada por César que o colocava acima de todos os sacerdotes, portador da mais notória autoridade religiosa de Roma (MORAWIECKI, 1996, p. 47-48).

O denário, então, fagocita a memória familiar dos adversários de César, seja dos cargos religiosos ocupados por eles e que lhes eram motivo de orgulho, seja da relação de seus ancestrais com elefantes como símbolo de potência, subvertendo a iconografia que antes destacava o oponente de forma a, agora, inferiorizá-lo diante de César (NOUSEK, 2008, p. 299-301-302). A potencial ridicularização de Pompeu parece ser muito verossímil se considerarmos que estes denários foram produzidos em imensa quantidade, certamente circulando em Roma, e a lembrança dos eventos embaraçosos envolvendo Pompeu e os elefantes era muito recente – na época, segundo as descrições de Cícero e Plínio, tinham produzido reações acaloradas. Ao lado das cunhagens apologéticas de Pompeu, que circulavam há um bom tempo, o escárnio produzido pela moeda de César era ainda maior, pois a lembrança inconveniente com os animais estimulava a comparação entre as peças – em um processo semelhante aos denários de Otávio com as moedas de Cleópatra Selene.

É digno notar que Pompeu não foi citado epigráfica ou iconograficamente, nem os Metelos, Sila e Enobarbo. Tais figuras são sugeridas, lembradas de maneira indireta, pois o que auxilia a sua recordação é justamente a convivência com outras moedas emitidas por esses políticos. Se há uma provocação, ela é discreta, dissimulada, feita de forma oblíqua para atingir seu alvo, não aberta ou anunciada. Em certa medida, esse comportamento está presente também nas duas primeiras moedas aqui discutidas: Marco Antônio não foi diretamente atacado, nem mesmo os pompeianos de Massália capitaneados por Domício Enobarbo. Evitar a investida clara a um inimigo romano, todavia, não significa evitar investir. Egito, Gália e possivelmente a Numídia, se considerarmos a leitura da cobra como uma referência a Juba I, acabam cumprindo o papel de bode expiatório para as disputas internas de Roma, como se o conflito fosse sempre catapultado para fora das fronteiras imperiais. No plano memorial, embora existam elementos que apontem para a obliteração da origem do litígio e turvem o grau de envolvimento dos participantes romanos e estrangeiros, não se trata propriamente de um esquecimento total da guerra civil, mas sim de um processo de deslocamento do conflito. Em outras palavras, mesmo que os combates tenham causas internas e envolvam os próprios romanos, a guerra que deve ser lembrada é outra, a externa.

O constrangimento relacionado à guerra civil, que tornava árduo representá-la ou mesmo comemorá-la em caso de vitória, é antes um problema de ordem hegemônica. Como

vimos no capítulo anterior, a cultura política romana era tradicional e hierarquizada, no sentido de que a aristocracia detinha o poder das principais instituições republicanas de modo praticamente hereditário, mas era vital a tal sistema – ao consenso de sua legitimidade – a participação popular que mediava a competição interna da elite⁸¹. Tendo isso em vista, reduzir o adversário político a um inimigo de guerra e fazê-lo dobrar-se, como Roma fazia ao declarar guerra contra povos bárbaros, implicava na quebra da hierarquia que sustentava a hegemonia como um todo. Ou seja, fazer do outro um inimigo desprovido de *auctoritas* colocava em risco sua própria *auctoritas*.

Essa conjuntura delicada é levada em consideração nas cunhagens. A preocupação prévia das autoridades emissoras em turvar a imagem do inimigo interno ou deslocar o foco da adversidade tem em conta a recepção das moedas pelas camadas não-dominantes, cuja participação política era vital à manutenção do próprio grupo hegemônico. Se a contestação feita por um membro da *nobilitas* a outro em iguais condições excedesse a esfera individual e recaísse sobre o quadro institucional que amparava ambos, um perigoso caminho em direção à deslegitimação seria pavimentado. Isto abriria brechas a ataques à própria estrutura hierárquica de Roma que poderia ser colocada em xeque no momento da mediação da competição aristocrática pelas camadas de baixo. O grupo dominante, apesar de se enfrentar internamente, consensualmente não queria comprometer sua própria condição de hegemonia, daí o emprego de estratégias que degredavam os oponentes para fora da esfera da romanidade.

Entretanto, tais recursos não deixavam de ser contraditórios, pois as legiões não eram cegas a quem morria em campo de batalha. Como resultado desse processo, evidencia-se um desequilíbrio entre as noções gramscianas de domínio e direção. Diante do exercício do domínio com a mobilização das armas contra um inimigo doméstico, a direção perdia seu lastro, já que o discurso hegemônico interessado na convocação dos soldados à luta era promovido também pelo lado opositor⁸², igualmente assentado na hegemonia. Tentar resguardar o consenso da direção com um domínio internamente dividido desestabilizava a ideologia hegemônica, que ficava sem saber como lidar direito com o conflito civil. Exemplo deste descompasso é o último denário discutido, que tece provocações à memória familiar dos Metelos e a Pompeu. Tais

⁸¹ Ver o tópico 1.3 e a discussão levantada por Alexander Jakobson (2006) à obra de Karl-J. Hölkamp.

⁸² Claro que há nuances entre os discursos dos lados beligerantes, como bem demonstra Gabrielli (2018) ao estudar o léxico da violência empregado nos textos dos *optimates*, como a noção de tiranicídio, para justificar as mortes dos irmãos Graco e que de certa forma se repete ao longo do século I a.C, como nos Idos de 44 a.C. Já César, em *Bellum Civile*, justifica sua posição defendendo o Senado, o direito de seus membros votarem livremente que estava ameaçado por Pompeu e seu sogro, bem como a liberdade dos tribunos e do povo de Roma, oprimidos por uma “facção minoritária” (*factio paucorum*) (*BCiv.* 1.1.2; 1.2.6; 1.22.5). Mas apesar das diferenças discursivas, ambos os lados compunham o grupo hegemônico e falavam em nome da *res publica* e da defesa dos valores ancestrais.

injúrias eram comuns na tradicional competição republicana entre aristocratas, porém eram mobilizadas em contextos de campanhas eleitorais. No entanto, o que se iniciava em 49 não era a disputa pelo consulado, mas sim era uma guerra civil. Para dizer o mínimo, o incitamento feito por este último denário é desmedido.

Tentou-se contornar a irregular relação entre forma e conteúdo⁸³, no caso das primeiras duas moedas, com a transferência da guerra para o estrangeiro, estratégia identificado por Arena (2020, p. 109-111) como a transformação da *bellum ciuile* em *bellum externum*. Contudo, é preciso que se diga que tal deslocamento não visava convencer os contemporâneos de que não houve guerra civil – negá-la a partir do pressuposto equivocado da ingenuidade coletiva não enganaria ninguém. Como expusemos no início, antes de persuadir, cabe à moeda lembrar. Se é impraticável apagar a guerra doméstica, é possível, devido à plasticidade da memória, diluir o peso dela na lembrança de guerras externas (como no denário da Ficha 2, relembrando por oposição que o *imperium* de César fez da Gália vassala, mas de Massália e sua patrona Diana livres) ou mesmo disputar a causalidade guerra no plano memorial (como na Ficha 13, que faz da guerra iniciada em 31 a.C. essencialmente uma conquista do Egito, sendo que qualquer participação romana no conflito não precisava ser lembrada, já que era irrisória diante da responsabilidade egípcia).

2.2. Negociando em moedas

A moeda, sendo *monumentum*, é também um agente que o grupo hegemônico mobiliza para lidar com seus desacordos intestinos. Torna-se, com isso, um delicado espaço de negociação. O esforço pela conciliação de interesses díspares que as peças numismáticas enredam em si envolvem duas premissas fundamentais. A primeira é a veracidade: como vimos, sob a vigília de Juno Moneta, deusa que também tutela os padrões de medida e os registros magisteriais, as cunhagens são tomadas em Roma como *locus* de verdade. Juno, na condição de divindade, não se enganaria ao permitir que dada lembrança equivocada do passado fosse estampada nas faces das moedas, muito menos agiria de má fé. Por derivação, o artefato monetário imprime a confiabilidade necessária também para assinalar acordos. Isto é, mais que somente divulgar alianças ao amplo público que entrará em contato com as moedas em circulação, as cunhagens firmam tais alianças, efetivam no metal aquilo que foi acordado em palavras, pois agregam a anuição da deusa.

⁸³ Que Zanker (2008, p. 27-28) inferiu para toda a visualidade romana da República Tardia.

A segunda premissa a se considerar é o próprio público receptor, este amplo espectro social que na maioria das vezes (tomando o caso tardo-republicano) se inicia com os legionários e depois se amplifica para as camadas civis e urbanas. Da mesma forma como os discursos públicos eram conduzidos pela aristocracia, mas sempre diante do povo, convidado a intervir especialmente durante o último século da República⁸⁴, o processo político despertado pelas moedas se consumava apenas diante do povo. As emissões estavam previamente atentas à avaliação popular, ao seu julgamento que produziria comentários positivos ou negativos. Desse modo, as moedas, assim como uma *contio* ou comício, ocorriam sempre na presença do *populus romanus*, pois dependiam dele enquanto testemunha das negociações e alianças por elas firmadas.

Sendo assim, a peça monetária poderia triangular exigências a determinados políticos utilizando o público receptor para fazer pressão, potencializando reivindicações. A respeito disso, vejamos o caso do denário do *triumvir monetalis* Lólio Palicano (Ficha 3, p. 229). A *Bellum Ciuile* se inicia com a colocação de um problema relacionado aos tribunos da plebe: César havia enviado, por intermédio do tribuno Caio Escríbônio Curião, uma carta ao Senado para ser lida na sessão inaugural do consulado em primeiro de janeiro de 49 a.C., na qual propunha a renúncia conjunta sua e de Pompeu ao comando proconsular. A duras penas, os tribunos Marco Antônio e Quinto Cássio Longino conseguiram fazer com que ela fosse lida (*BCiv.* 1.1.1). Não apenas os senadores, coagidos por Cecílio Metelo Cipião, optaram pela contraproposta levantada por este último de obrigar César a licenciar suas tropas e de cassar o direito por ele obtido em plebiscito de se candidatar ao consulado mesmo estando ausente da capital (*BCiv.* 1.2.6), como ignoraram o veto tribunício através de um *senatus consultum ultimum*. Isso provocou a fuga dos tribunos para junto de César em Ravena, que discursou a seus soldados afirmando que até mesmo Sila, em sua ditadura, havia respeitado o poder de intercessão tribunícia (*BCiv.* 1.7.3).

Em 49 a.C., logo no início da guerra civil, é vultosa no discurso de César a defesa da *libertas*, em especial relacionada aos tribunos da plebe, tendo em vista a política persecutória que se articulava contra eles (SELLA, 2021, p. 83). Ao chegar em Roma neste mesmo ano com a guerra já declarada, César tomou medidas nesse sentido, restituindo os tribunos cassados

⁸⁴ Além da participação pela via eleitoral, nos comícios, é significativo como as *contiones* no século I a.C. tornaram-se espaços de intromissão deliberativa da audiência. Andrea Angius (2016, p. 42-47) argumenta que, devido ao desgaste sofrido pelo tribunato da plebe, as *contiones*, que antes faziam do povo apenas espectador de uma comunicação quase unilateral, agora transformaram-no em protagonista. Os presentes passaram a formular perguntas aos oradores, a vaiar resoluções que os desagradassem e, até, a impedir a colocação de determinadas leis em votação.

Antônio e Cássio, a pretura de Lépido e favorecendo, em dezembro, o retorno à *Urbs* daqueles que se exilaram na Espanha por conta dos ataques de Pompeu (SELLA, 2021, p. 88). No entanto, conforme seu poder se consolidava após Farsalos e, principalmente, ao receber a ditadura em 46 logo em seguida ao triunfo em Tapso, César começou a se afastar da defesa proclamada à *libertas* tribunícia. Aos poucos, este ideal foi desaparecendo de seus discursos em favor de uma política de clemência, o que segundo Sella (2021, p. 87-88) se deu graças à necessidade de afugentar comparações com o último ditador que a República teve, Sila.

O fato curioso é que foi somente no fim da guerra civil, com a vitória definitiva de Munda em março de 45 a.C., que o Senado votou tanto o título de *liberator* para César quanto a construção de um templo em Roma dedicado à deusa *Libertas* (RAAFLAUB, 2003, p. 58-59). Segundo Raaflaub⁸⁵, neste momento, muito mais centrais a César eram as defesas à *dignitas* e à *clementia*, enquanto a *libertas* ocupou uma posição periférica em seu discurso, presente apenas de modo pontual no início da guerra civil. As honras senatoriais que passaram a relacionar o ditador à liberdade, especula Raaflaub (2003, p. 65-66), se deviam, por um lado, a partidários mais alinhados à agenda popular que almejavam reformas dentro desse espectro e, para tanto, gostariam de reaproximar César mais uma vez desta facção⁸⁶. Por outro, provinham de rivais que não tinham mais forças para fazer uma oposição aberta ao ditador após consecutivas derrotas militares e partiram para uma provocação velada, travestida de elogio, associando César à *libertas* por ele evitada naquele momento. Para o ditador, pior seria recusar a honra, pois assim estaria reconhecendo a própria tirania⁸⁷.

É nesse contexto inoportuno que a moeda de Palicano foi emitida. Sua cunhagem está provavelmente relacionada às reformas promovidas por César no Fórum, iniciadas depois de seu retorno da Hispânia em outubro de 45 a.C. e que, dentre outras mudanças, demoliram os antigos *Rostra*, sobre os quais ainda assolava a imagem deixada pelas intervenções de Sila

⁸⁵ O autor comenta que, tendo César concentrado sua narrativa contra inimigos pessoais que feriram sua *dignitas* e que compunham uma “facção minoritária” (*BCiv.* 1.22.5), e sendo a *libertas* uma reivindicação pública, era incongruente ao ditador mantê-la como um valor de amplo destaque em seu governo. Afinal, César insistiu que sua luta se deu contra rivalidades tópicas, de modo que a proposta de reparação via *clementia*, e não *libertas*, era a proposta mais adequada para lidar com seus inimigos individuais (RAAFLAUB, 2003, p. 61-63).

⁸⁶ Um caso ilustrativo do afastamento de César dos *populares* em prol de um compromisso conciliatório mais abrangente ocorreu em 47 a.C., quando o então tribuno Cornélio Dolabela teria agitado a plebe no Fórum visando a anulação das dívidas que o ditador prometera. Marco Antônio, *magister equitum* que estava presente em Roma naquele momento, mobilizou soldados para acabar com o motim popular. Ao retornar à capital, César substituiu Antônio por Lépido e perdeu Dolabela como forma de compensação simbólica ao *populus*, mas não anulou as dívidas. Mais que um ideal de *libertas*, ele agia em nome da *res publica* (SELLA, 2021, p. 90-91).

⁸⁷ Na documentação numismática, a primeira aparição da deusa *Libertas* se deu em uma moeda de Quinto Cássio Longino de 55 a.C. (RRC 428/2). No ano seguinte, Marco Júnio Bruto emitiria um denário com a deusa no averso e seu suposto ancestral Lúcio Júnio Bruto (RRC 433/1). É válido também notar que, após os Idos de Março, os cesaricidas emitiriam várias moedas com a efígie da *Libertas* (RRC 498 – 508) (RAAFLAUB, 2003, p. 66).

(CADARIO, 2006, p. 52), para a construção de uma nova tribuna⁸⁸. Com isso, a peça associa a deusa *Libertas*, no anverso, com os novos *Rostra* e um *subsellium*⁸⁹ acima, no reverso, ambos signos íntimos ao tribunato da plebe. É significativo lembrar que o pai de Palicano fora tribuno em 71 a.C. e antes lutara pelo fim da legislação silana que restringia o poder tribunício (algo que foi obtido em 70 durante os consulados de Crasso e Pompeu), além de não ter conseguido chegar ao consulado em 66 a.C. graças à oposição dos *optimates* que viam com maus olhos a defesa das leis frumentárias promovida por ele durante a pretura (SELLA, 2021, p. 93).

A moeda dirige um elogio a César que mais incomoda que apraz, fazendo coro com o título de libertador que o Senado lhe havia atribuído naquele ano. Com o *subsellium*, ela relembra o direito que lhe foi concedido em 48 a.C. de se sentar junto aos tribunos, um privilégio que nenhum outro tivera antes (Dio Cass. 42.20.3). Outras moedas com o perfil da *Libertas* foram cunhadas no início da guerra civil: é o caso do denário de Caio Víbio Pansa Cetroniano de 48 a.C., pretor cuja família foi proscrita durante a ditadura de Sila e que, com a promessa de *libertas* de César naquele momento, nutria a expectativa de retorno à vida pública (SELLA, 2021, p. 89-90). O denário de Pansa está mais próximo de ser um legítimo enaltecimento a César, visto que ressoava com seu chamado popular do início dos anos 40. Já o de Palicano carrega um tom provocativo, retomando a ligação de César com o tribunato que foi forte em 49, mas que estava se afrouxando em 45.

Ao mesmo tempo, trata-se de um panegírico público feito diante do *populus romanus*, pois várias moedas deste tipo foram batidas e colocadas em circulação. Não só César é lembrado de suas antigas promessas como o povo também o é, colocando-o em uma situação desconfortável uma vez que não poderia negar o elogio. A tonicidade da pressão feita contra o ditador ganha corpo a medida em que as várias peças deste tipo circulam e são vistas. Assim, Palicano reclama uma política mais popular a César não de forma direta, que poderia ser recusada, mas triangulando suas exigências através do povo – algo que a dinâmica própria de recepção das moedas tornava possível. Fenômeno semelhante pode ser observado no quinário emitido por Lúcio Emílio Buca (Ficha 4, p. 230) em 44 a.C., muito provavelmente pouco depois do assassinato de César em 15 de março⁹⁰.

O tiranicídio gerou repercussões desastrosas e imprevistas aos perpetradores do mesmo, assim chamados Libertadores, e desestabilizou profundamente a conformação política que a

⁸⁸ Acerca destas reformas, ver o Item 4.2.

⁸⁹ Espécie de cadeira rasa ou assento sem encosto utilizado por juízes, advogados e, também, tribunos da plebe. (SARAIVA, 2019, p. 1146).

⁹⁰ Provavelmente, pois tudo indica que Buca teve seu posto de *triumvir monetalis* substituído por Maridiano ainda naquele ano, não muito depois dos Idos (KRAAY, 1954, p. 28).

Ditadura Perpétua estava aos poucos consolidando. De imediato, após Bruto e outros cesaricidas anunciarem o feito⁹¹ e perceberem que seu ato não provocara a reação pretendida nos presentes, teriam se refugiado no Capitólio temendo a ira popular⁹², ao passo que Lépido ocupava o Fórum com tropas e Marco Antônio negociava na sessão senatorial do dia 17, ao lado do sogro do falecido, Lúcio Pisão, a anistia dos assassinos em troca da manutenção dos decretos de César e de um funeral para o mesmo (OSGOOD, 2006, p. 13-14). Segundo Osgood (2006, p. 17-28), baseado na correspondência trocada entre Cícero e Ático entre abril e agosto daquele ano, malgrado a anistia – que, diga-se de passagem, previa o exílio de Bruto e Cássio, os quais acabariam recebendo o comando de Creta e Cirene, respectivamente – e a posição conciliatória de Antônio no início de 44⁹³, prevaleceu por meses um clima de grande apreensão política: os boatos circulavam com mais intensidade, os prodígios registrados foram vários e a incerteza acerca de uma nova guerra civil era aterradora aos romanos, que tinham fresca na memória a experiência com César e Pompeu.

Diante do cenário vacilante e assombrado pela ameaça de um novo conflito doméstico, pairava sobre aqueles que foram avessos a César, participantes da conspiração ou não, o medo de uma vingança capitaneada pelos cesarianos⁹⁴ – sobretudo por parte de Otávio, herdeiro do ditador conforme desejo testamentário; Lépido, cujo gesto de ocupação militar do coração da *Urbs* foi no mínimo intimidador; e até mesmo Marco Antônio, que mesmo apaziguador exercia naquele ano o consulado e poderia, a depender do curso dos eventos, usar o cargo para tanto. Não temos muitas informações a respeito do moedeiro Emílio Buca, embora saibamos por estudos prosopográficos que foi parente de Sila, o que levou alguns autores, como Colin Kraay (1954, p. 28), a considerá-lo um opositor reconciliado⁹⁵ pela política da *clementia Caesaris*,

⁹¹ Plutarco conta que isso se deu no dia seguinte, 16 (*Vit. Caes.* 67.7), mas em nota Mendonça e Fonseca afirmam que já nesse dia os aliados de César, tomando maior controle da situação, teriam impedido o anúncio de Bruto, que mais seguramente ocorrera no mesmo dia do assassinato (PLUTARCO, 2007, p. 259).

⁹² Que veio, especialmente após o funeral. Plutarco (*Vit. Caes.* 68) afirma que a comoção irrompeu após a leitura do testamento de César, que rendera doações aos romanos, e o contato com seu corpo mutilado, fazendo com que muitos fossem às casas dos Libertadores para incendiá-las e provocando a morte de Cina, aliado de César mas confundido com um de seus assassinos, por linchamento. Suetônio (*Iul.* 85.1) também confirma a morte deste aliado, Hélio Cina, cuja cabeça teria sido exposta na ponta de uma lança no Fórum.

⁹³ Cícero, aliás, inicia sua primeira Filípica rasgando elogios à sensatez de Marco Antônio naquele primeiro momento (*Phil.* 1.1-2), que assumiu o papel de negociador junto ao Senado.

⁹⁴ Ela viria quase dois anos depois na forma da proscrição, selando o Segundo Triunvirato.

⁹⁵ Vale mencionar um denário emitido sob sua autoridade (RRC 480/1) bastante controverso entre os numismatas e que serviu de base para essa imagem de Buca. A moeda, cunhada em 44 a.C., traz em seu reverso uma figura masculina seminua e recostada no canto inferior esquerdo observando duas figuras dispostas acima. A figura da esquerda, alada, talvez a deusa Vitória, porta um flagelo ou bastão em mãos. Já a da direita, recostada em um manto, observa o homem deitado. A interpretação que se consolidou, reproduzida inclusive por Crawford (1991, p. 493), afirma se tratar do sonho de Sila, mencionado em Plutarco (*Sull.* 9.4), em que Luna aparecia em sonho para o general em 88 a.C. e lhe entregava um raio para combater seus inimigos, um dia antes de partir para Roma para enfrentar Mario. Uma iconografia deste tipo, batida após os Idos, parece ser bastante provocativa à memória de César. Sugere Kraay (1954, p. 28) que, se tal moeda fora emitida com o ditador ainda vivo, seria uma

mas cuja manutenção no cargo era insustentável após os Idos, daí sua substituição por Maridiano.

Tendo ou não feito oposição a César no início da guerra contra Pompeu ou mesmo antes de 49, a ascendência de Buca já o colocava em uma posição desagradável no clima de tensão política que se formava. Junto dele, muitos afirmavam-se contrários à declaração de uma nova guerra civil. A cunhagem deste quinário, uma das últimas emissões de Buca, se não a última, expressa tal anseio coletivo. Com as mãos entrelaçadas no reverso, a moeda se assemelha a cunhagens antigas de Décimo Júnio Bruto Albino de 48 a.C.⁹⁶ que reclamavam a reconciliação entre César e Pompeu. Já no anverso, pela primeira vez uma moeda estampava a personificação da deusa Paz (ARENA, 2020, p. 118), cuja evocação era reforçada, além da inscrição, também pelas mãos unidas (CORNWELL, 2017, p. 53-54). A noção de *pax*, que se propagará cada vez mais após os Idos e principalmente com a formação do Segundo Triunvirato, é, segundo Arena (2020, p. 120-121), a antítese da *bellum ciuile*. Quer dizer, não a conciliação de interesses díspares em um acordo comum que confortasse de certa maneira as duas partes beligerantes, mas simplesmente a negação do estado de guerra.

A *pax* reconhece a impossibilidade da unidade de intenções e da estabilidade institucional, mas firma o que restou daquele corpo cívico dividido em uma situação de não violência (ARENA, 2020, p. 122). Nesse sentido, o assassinato de César foi uma ferida social que não se cicatrizaria por meio da concórdia de interesses dos lados opostos – tal possibilidade estava descartada e a guerra era iminente. A única reivindicação a ser feita nesse contexto era, então, a da *pax*. O quinário apela, portanto, aos dois lados, cesaricidas e cesarianos, trazendo-os ao terreno comum da negação da violência que seria prejudicial a ambos, sendo essa a única forma naquele momento de abarcá-los em uma mesma moeda – além de resguardar pessoalmente Buca de uma possível reação persecutória. O acordo entre Marco Antônio e Senado elaborado na sessão do dia 17 estava agora firmado no metal, guardado por Juno e disponível para todo o *populus* que tinha acesso ao quinário. Portanto, a autoridade pretendida pela peça monetária, articulada aos planos civil e divino, intentava impedir a quebra daquele frágil pacto de não agressão.

demonstração de clemência da parte de César para com a memória familiar de Buca. Entretanto, outra interpretação mais recente diz ser uma representação do mito da deusa Selene que encontra seu amante Endimião, o que faz da figura alada sua cocheira, Aura. Como tal passagem mitológica era um motivo comum encontrado em sarcófagos romanos, Rowan (2019, p. 38-39) sugere que seja na verdade uma homenagem fúnebre de Buca a César.

⁹⁶ Ver RRC 450/2 e 451/1, esta última cunhada sob a autoridade também de Pansa, cujas imagens dos reversos diferem da de Buca apenas pelo caduceu atrás das mãos.

De fato, a paz não durou muito. Sem considerar o atrito inicial entre os próprios cesarianos na Gália Cisalpina⁹⁷, ocorreu em 43 a.C. a votação da *lex Titia* que oficializou a aliança entre Otávio, Marco Antônio e Lépido na forma do Segundo Triunvirato. Com isso, houve perseguições políticas por meio da *lex Pedia* e de uma segunda grande proscricção, provocando a morte de cerca de 130 senadores e muitos outros cavaleiros (GRIMAL, 2020, p. 29), e em outubro de 42 seria travada a Batalha de Filipos, opondo os líderes cesaricidas Cássio e Bruto ao Triunvirato. No âmbito monetário, o acordo entre os triúnviros foi estampado em um denário de Lúcio Mussídio Longo (Ficha 10, p. 236), semelhante ao quinário de Buca, mas com duas diferenças iconográficas: atrás das mãos entrelaçadas do reverso há um caduceu; e no anverso, ao invés da Paz, está a personificação da deusa Concórdia. Quando a aliança entre tais líderes foi renovada em outubro de 40 a.C. no Pacto de Brundísio⁹⁸, um quinário foi cunhado com as mesmas representações iconográficas, diferindo apenas nas inscrições (Ficha 11, p. 237).

Além de ser um signo próprio de Mercúrio, símbolo da prudência e diligência necessárias ao comércio, o caduceu aparece também como parte do repertório relacionado à Concórdia⁹⁹. Esta deusa, que na mitologia era filha de Vênus e Marte, fruto portanto do equilíbrio entre duas divindades tão adversas (KELLUM, 1994, p. 31), possuía na *Urbs* um templo ao pé do Capitólio (conferir Imagem 2.1, n. 31) dedicado pelo antigo político Marco Fúrio Camilo no contexto do Conflito das Ordens, após o qual patrícios e plebeus se reconciliaram (GRIMAL, 2020, p. 235). Segundo a tese de Arena, o acirramento dos conflitos depois de 44 a.C. fez a *pax* tomar o lugar da *concordia* nas reivindicações políticas feitas em Roma, já que esta última implica no compartilhamento de interesses, na unidade das vontades e na comunhão das partes, tudo o que a profundidade dos impasses impedia¹⁰⁰. Assim, como conceber a conjuração da Concórdia em uma moeda cunhada enquanto concidadãos eram proscritos e tinham suas cabeças exibidas no Fórum, como no caso do denário de Longo e anos

⁹⁷ Conferir páginas 110-111.

⁹⁸ Após Filipos e a derrota dos Libertadores, coube a Otávio a distribuição de terras aos veteranos de César na Península Itálica. Os confiscos foram muito mal vistos pelos proprietários locais e, somados à crise de abastecimento provocada pelo embarco de Sexto Pompeu, contribuíram para abalar a popularidade de Otávio. Aproveitando-se desta situação, o irmão de Marco Antônio, Lúcio, junto com Fúlvia, esposa do triúnviro, organizam uma sublevação: tem-se início a campanha da Perúsia. Otávio reage, mas a guerra – indesejada por veteranos e civis – não se prolonga aos triúnviros, que em outubro de 40 a.C. estabelecem um acordo em Brundísio, renovando a aliança de 43 e prevendo a divisão das províncias romanas entre si (GRIMAL, 2020, p. 32-33).

⁹⁹ Segundo Stevenson (1889, p. 149), teria sido dado à deusa por Apolo em troca da lira.

¹⁰⁰ A autora cita a etimologia fornecida por Varrão (*Ling.* 5.73) para a palavra *concordia*: *cor* (isto é, coração) *congruens* (a junção de *cum* com o verbo *gruo*, indicando a ação de convergir, de mover para), o que remete a uma “convergência dinâmica de sentimentos” (ARENA, 2020, p. 106).

depois em um quinário, quando outros inimigos internos, como Sexto Pompeu, seriam enfrentados em batalha?

Isto se explica porque a concórdia de ambas as moedas não abrange Roma como um todo. Pelo contrário, é excludente, circunscreve um conjunto específico de romanos – os cesarianos. E o faz para provocar um tom ameaçador. Ao rejeitar a estampa monetária da *Pax*, reclina-se à proposta de não violência e à promessa, capitaneada por Marco Antônio em 44, de que uma vingança pela morte de César estava fora de cogitação. A evocação da deusa Concórdia une os triúnviros¹⁰¹ em um estado de ações conjuntas. Se a aliança dos cesarianos era vacilante em 44 e 43 a.C., o que de certo modo agradava o Senado, o denário de Longo demonstra que a partir de agora suas forças serão convergidas contra seus inimigos, e o quinário de 39 a.C. revigora tal iniciativa depois das turbulências internas em Perúcia. Portanto, muito diferente da *pax* globalizante de Buca, que integrava Roma no campo partilhado da abdicação da guerra, vantajosa aos dois lados, a *concordia* de Longo e dos triúnviros era restritiva, pois fazia de um dos lados do conflito o único e sujeitava o outro à supressão. Trata-se, então, de uma concórdia ameaçadora. Anos mais tarde, com Marco Antônio morto, Augusto terá de resgatar a *pax*, pois de fato só ela fornecia o holismo necessário à centralização política.

2.3. Idos de Março: luto e luta

Com o acúmulo de vitórias em Farsalo, Tapso, Munda e em tantas outras batalhas, começaram a minguar os comandantes que ousavam opor legiões contra César e a Ditadura Perpétua aos poucos se consolidava. No campo numismático, com cada vez menos soldados a serem pagos por generais inimigos, as cunhagens que enfrentavam abertamente o ditador diminuíram. Como vimos no item anterior ao analisar o denário de Palicano, caso se pretendesse cobrar algo de César se deveria fazê-lo pela via laudatória. O mesmo valia para opositores, cujas críticas passaram a se travestir de elogio – foi o caso da associação do ditador à *libertas*. Enfim, seja entre aliados, seja entre adversários, César adquiriu centralidade imagética nas cunhagens romanas. Mas essa estabilidade em construção acabou estilhaçando-se em 15 de março de 44 com a conspiração dos Libertadores, cujo impacto turvou toda a conjuntura de então ao desarranjar laços políticos e hierarquias que se acomodaram em torno de César. Inaugurava-se, como já foi dito (OSGOOD, 2006, p. 14-16), um prolongado período de incertezas e também de oportunidades aos que ambicionavam o poder em Roma.

¹⁰¹ É válido lembrar que no mesmo ano do denário de Longo foram cunhadas três séries de áureos que homenageavam os triúnviros. Todas traziam no reverso as mãos entrelaçadas (sem o caduceu), enquanto os aversos estampavam Lépido (no caso da série RRC 494/10), Marco Antônio (RRC 494/11) e Otávio (RRC 494/12).

A confusão daquele tempo fez-se presente também nas cunhagens. De certa forma, a centralidade da figura de César continuou por uns anos, pois dada a sua envergadura política ele não poderia ser simplesmente apagado nem pelo mais ferrenho tiranicida. Aliás, não havia algo novo para substituí-lo. Abriu-se um vácuo que foi preenchido por forças díspares, pulverizadas e em situação de relativo equilíbrio que bloqueava o predomínio de um único projeto político. Como esquecê-lo não era uma opção, seja para cesarianos, seja para cesaricidas, as moedas tiveram de enfrentar um novo processo: transformá-lo em passado. Tal tarefa não era simples nem contemplava um só caminho, pois sujeitar o ditador ao processo de significação memorial implicava nas disputas pela narrativa dos Idos de Março e pela definição de quem fora Caio Júlio César.

Dentre os herdeiros mais plausíveis imediatamente após o tiranicídio, Marco Antônio evidenciava-se. Devia a César boa parte das posições de destaque acumuladas ao longo de seu *cursus honorum* (PAULINO DA SILVA, 2014, p. 58), tendo sido, por exemplo, o primeiro mestre de cavalaria (*magister equitum*) do ditador e eleito cônsul ao seu lado em 44. Além disso, foi responsável pelas cerimônias fúnebres de César no Fórum¹⁰² e, como vimos, se reuniu com o Senado para tomar as primeiras medidas políticas pós-Idos. Segundo Osgood (2006, p. 30), essa posição conciliatória, que por um lado defendeu os veteranos de César e aqueles beneficiados por seus decretos e, por outro, o fez negociar com o Senado abrindo mão de vingança, estava em parte fundamentada no medo de ser o próximo assassinado, receio que só existia graças à proximidade com o falecido e ao hipotético papel de sucessor a ser costurado por ele. Assim sendo, um dos quatriúvros monetários que ainda exercia seu cargo em 44, Públio Sepúlio Macro, talvez como forma de garantir sua posição adquirida durante a Ditadura Perpétua selando uma nova aliança dentro do partido cesariano, realizou as primeiras emissões monetárias depois dos eventos de março nas quais associava César a Antônio.

Não havendo ainda respostas claras acerca das novas figurações de César a serem estampadas nas moedas, Macro evita em uma primeira emissão (Ficha 5, p. 231) representar diretamente o perfil do ditador no anverso, substituindo-o pelo templo da Clemência. A *aedes Clementia Caesaris* foi uma das honras aprovadas pelo Senado em 44 logo após os Idos, como menciona Dio Cássio (44.6.4), e que, apesar de ser citada por outros autores¹⁰³, não há registro

¹⁰² Segundo Suetônio (*Iul.* 84.4), Antônio abriu mão da tradicional *laudatio funebris* como tal, tendo dito apenas algumas palavras, e enviou um arauto para divulgar àqueles presentes as honras senatoriais decididas acerca de César na reunião do dia 17. Já Plutarco (*Vit. Brut.* 20.2-4) afirma que Antônio realizou um elogio fúnebre, depois de ser anunciada a herança de César ao povo (setenta e cinco dracmas a cada romano e a doação dos jardins além do Tibre), no qual exibiu a toga ensanguentada que o ditador usava no momento de sua morte, indicando os furos dos punhais feitos na peça de roupa, o que incendiou a multidão presente.

¹⁰³ Como Plutarco (*Vit. Caes.* 57.4) e Apiano (*B Civ.* 106).

arqueológico de sua construção – daí a relevância da moeda de Macro em ilustrar, ainda que em panoramas arquitetônicos gerais, a forma tetrastila do que seria o templo e com um globo localizado no frontão, símbolo dos domínios romanos e indicação da extensão da clemência cesariana. A escolha deste templo para figurar o anverso referencia, também, o próprio Antônio. Primeiramente devido aos ofícios religiosos por ele exercidos, já que fazia parte dos *Luperci Iulii* (ou *Iuliani*)¹⁰⁴ e, principalmente, tinha sido nomeado sacerdote do culto à Clemência de César (ROWAN, 2019, p. 58). O responsável, portanto, por aquele templo e pelas práticas ali conduzidas era justamente Marco Antônio.

Em segundo lugar, pois assim como César havia colocado em prática uma política de *clementia* para com seus inimigos, Marco Antônio assumia a mesma postura ao perdoar os Libertadores quando negociou com o Senado em 17 de março. Sem citar Antônio iconográfica ou epigraficamente, o denário de Macro faz alusão a ele de modo indireto, colocando-o na mesma esteira do falecido ditador como o garantidor da continuidade da clemência. A conjuração do legado cesariano para apresentar um sucessor também ocorre em uma segunda emissão de Macro (Ficha 6, p. 232), mas desta vez a iconografia é mais excepcional. Pela identificação feita por Crawford (2008, p. 747) e que é seguida por outros autores¹⁰⁵, a figura masculina apresentada de perfil no anverso deste denário corresponderia a Marco Antônio. Em última instância pode até sê-lo, no entanto, não se trata de um reconhecimento óbvio, já que a imagem se faz propositalmente ambígua ao vacilar entre César e Antônio. A começar pelo fato de não trazer nenhuma inscrição que indique o nome ou a magistratura exercida pelo representado – as inscrições do reverso tão pouco ajudam na identificação.

Além disso, foi somente a partir do início de 44 a.C. que o Senado concedeu a César o direito de estampar sua efígie em moedas (CRAWFORD, 2008, p. 94). Durante todo o período republicano pessoas vivas não eram representadas em cunhagens¹⁰⁶. Tal direito era exclusivo do ditador segundo a determinação senatorial e não há registro de que fora transferido para Marco Antônio após os Idos. Finalmente, há um denário (RRC 480/19) identificado com o exergo *Caesar Parens Patriae*, datado de 44 (impossível precisar se anterior ou posterior aos Idos), em que César aparece com a cabeça velada e cercado por dois instrumentos religiosos,

¹⁰⁴ Já havia dois colégios sacerdotais responsáveis pela Lupercália, festival comemorado em 15 de fevereiro, os *Luperci Fabiani* e os *Quintiliani*. Na ditadura de César foi criado um terceiro grupo em sua homenagem, cujo epíteto derivava do *nomen gentile* do ditador, os *Iuliani* (VUKOVIC, 2016).

¹⁰⁵ Como Rowan (2019, p. 58-59).

¹⁰⁶ Na verdade, o aparecimento de César nas moedas foi o culminar de um processo que teve como precedentes Tito Quíncio Flaminino (RRC 548/1) em 196 a.C. e Sila (RRC 367/1) em 82 a.C. Porém, a moeda de Flaminino foi cunhada na Grécia no contexto da vitória romana na Segunda Guerra Macedônica, enquanto a de Sila o retratava em uma quadriga como triunfador. César foi o primeiro a ter moedas cunhadas em Roma com seu perfil quando ainda estava vivo em 44 a.C. (RRC 480/3) (ROWAN, 2019, p. 39-40).

um *lituus* na parte inferior direita e um *apex* na parte esquerda. É uma figura semelhante ao denário de Macro, também com a cabeça velada, um *lituus* e, no lugar do *apex*, um púcaro. A conjugação desses signos figura um sacerdote – e tanto César quanto Antônio foram áugures, sacerdócio indicado pelo *lituus*, aliás este último integrou tal colégio por influência do primeiro (PAULINO DA SILVA, 2014, p. 57). O único elemento em Macro que repele a imagem de César é a barba, símbolo de luto no mundo romano (PAULINO DA SILVA, 2014, p. 57), pois não há sentido uma representação do ditador enlutado por si mesmo. Este traço é o que nos faz por fim admitir ser Antônio.

Por que a moeda construiu tal dubiedade? E mais, por que sobrepôs Antônio a César para distingui-lo unicamente através da marca do luto? Por certo não se trata de uma iconografia audaz, que reclamava presunçosamente a imediata sucessão de César por Antônio, como se o último tomasse de maneira deliberada o lugar do primeiro. Vimos que a atitude do cônsul ordinário remanescente foi conciliatória em relação ao Senado, em parte pela incerteza dos planos que poderiam existir contra ele – e o moedeiro, se buscava lhe dar apoio, deveria estar ciente disso. Dessa forma, a barba é a chave para a compreensão do denário: longe de ser uma promoção política como qualquer outra, esta peça monetária experiencia o luto pela morte de César. Sendo um processo doloroso de reconhecimento da perda através de sua perlaboração, que permite o retorno à vida através da morte, de sua significação enquanto presença de uma ausência (RÜSEN, 2009, p. 201, 204), o luto não se limita ao sofrimento individual, uma vez que socializa a dor pela repetição (ROSA, 2018, p. 295). A perda não digerida na memória coletiva estorva a vivência do presente e a expectativa do futuro, pois o coletivo se encontra fixado em um passado não reconhecido como tal, o que faz do luto necessário para a criação da alteridade temporal, isto é, o discernimento entre passado e presente (ROSA, 2018, p. 296-297) – algo que só é possível através da constante exposição da ferida.

Assim como a representação de Marco Antônio enlutado pela barba, a própria moeda vive o luto porque não foi alforriada daquilo que se transformou em passado (César), uma vez que este não estava organizado como tal. Não havia ainda uma iconografia destinada à nova condição do ditador, *post mortem*, o que obrigou a moeda a recorrer à sua imagem monetária de quando ainda vivia. Estava ainda por desenrolar o processo que transformaria, nas palavras de Rösen (2009, p. 201), o morto em ancestral, imbuído de novos e poderosos contornos. Até lá, era apenas um finado assassinado por seus pares. Por outro lado, com o presente e o futuro embargados pela retumbância molesta do passado, não havia espaço para Marco Antônio se apresentar como si mesmo, alguém próximo de César mas ainda sim um outro, apartado dele, um possível sucessor. O único lugar que lhe cabe é o próprio luto, o que resulta em sua barba.

A ambivalência César/Antônio, aqui mais visível pela personificação, mas presente também no outro denário de Macro com o templo da *Clementia Caesaris*, é então fruto do luto coletivo enfrentado por Roma logo após os Idos.

É pela mesma linha interpretativa que devemos analisar os reversos de ambas as moedas de Macro discutidas até aqui. Entre a inscrição que designa o moedeiro encontra-se um *desultor*, atleta que salta de um cavalo para outro em plena corrida durante volteios que costumavam ocorrer em jogos. *Desultores* apareceram em moedas romanas antigas e estavam geralmente associados à memória familiar dos respectivos moedeiros¹⁰⁷, mas aqui o referenciado principal é César, não Macro. Sendo impossível precisar a quais *ludi o desultor* remete, se a Parília de abril ou os *ludi Victoriae Caesaris* de 44, se é que faz referência a um evento específico (WOYTEK, 2003, p. 425-427), o fato é que volteios, ao lado de espetáculos de outros tipos, possuíam grande apelo popular. Estampar um atleta em uma moeda após os Idos evocava diretamente o papel de evérgeta exercido por César que em vida financiara tantos jogos¹⁰⁸. A imagem do *desultor* e, por derivação, os jogos de circo, visavam sensibilizar a plebe de Roma já que tais espetáculos eram momentos nos quais ela tinha contato direto com o ditador, em que ele se fazia ver por todos os espectadores. Assim, um volteio no reverso presentifica César em vida. O luto a ser enfrentado pela plebe implicava na concepção desta perda: nunca mais César financiaria um espetáculo nem marcaria presença no Circo Máximo.

Transcorrido o momento inicial do trauma, as moedas começam aos poucos a descolar César do momento presente, alocando-o em uma esfera própria do passado. Observa-se o aproveitamento da forma bifacial da moeda para realizar tal destacamento, trazendo o líder emissor ao anverso e isolando a imagem de César no reverso – há cunhagens de Antônio de 43 a.C. que se utilizam deste recurso (RRC 488/1). Nesta época, no entanto, ele assumiu uma posição diferente da apaziguadora em relação ao Senado. No verão de 44 a.C., Antônio reivindicou o comando das Gálias, em especial da Cisalpina, o que lhe fora negado já que esta permanecia sob o controle de um cesaricida, Décimo Bruto. Em represália, marchou para o norte, no inverno daquele ano, com suas legiões para tomar de assalto a província. Se aproveitando do desequilíbrio interno dos cesarianos, o Senado apelou a Otávio, fazendo-o propretor no início de 43 a.C. e enviando-o para combater Antônio ao lado dos cônsules Aulo

¹⁰⁷ Em cunhagens de Quíncio (RRC 297/1) datadas entre 112 e 111 a.C. e de Márcio Censorino (RRC 346/1) de 88 a.C. Esta última, cujo *desultor* se assemelha muito aos dos denários de Macro, remete especificamente à comemoração dos Jogos Apolinários que foram instituídos no século III a.C. após profecias acerca do desempenho romano na Segunda Guerra Púnica feitas pelo sacerdote Márcio, ancestral do moedeiro homônimo (WOYTEK, 2003, p. 425).

¹⁰⁸ Conferir Suetônio (*Iul.* 39).

Hírcio e Víbio Pansa, o que resultou nas Batalhas de Mutina e do Fórum dos Galos (GRIMAL, 2020, p. 26-28; OSGOOD, 2006, p. 47-55). Vale lembrar ainda que a posição de Antônio na herança cesariana tinha sido abalada com a leitura testamentária do ditador, segundo a qual César adotava postumamente seu sobrinho-neto, Caio Otávio, transformando-o em seu principal herdeiro.

O filho de César tinha apenas 18 anos na época da inesperada adoção e, com o *cursus honorum* mal percorrido, teve de amparar-se unicamente na vontade testamentária e na propretura de 43 para afirmar-se politicamente em suas primeiras cunhagens. Em um áureo cunhado na Gália Cisalpina (RRC 490/2), Otávio fez como o denário supracitado de Antônio: estampou sua própria imagem – barbada – no anverso¹⁰⁹ separada da de César, alocada no reverso. Dessa forma, a moeda coligava ambos em um vínculo familiar de herdeiro e ancestral e, através da barba, o luto mostrava seus efeitos ao fazer de César um antecessor, objeto do passado. O curioso, porém, é a sinalização do luto em outro denário (Ficha 7, p. 233), cuja iconografia está muito mais preocupada com as conquistas de Otávio na Gália que com sua linhagem. No reverso, vemos uma estátua equestre sua votada pelo Senado em janeiro de 43 com o exergo S.C., isto é, *senatus consultum*, selo de autoridade da maior instituição republicana (ROWAN, 2019, p. 60-61). Só esta marca já o ancorava na *auctoritas* senatorial – em circunstâncias diversas, isso dispensaria qualquer outro tipo de apoio.

A estátua foi aprovada mediante sua aliança com os senadores para combater as pretensões de Antônio no norte, daí a inscrição que acompanha seu perfil no anverso ser, além do próprio nome, a condição de *imperator*, instituído de uma autoridade militar que lhe foi concedida pelo Senado. Somando estátua e perfil, ambos figurando Otávio, tal moeda é a primeira que retrata a mesma pessoa em suas duas faces (PAULINO DA SILVA, 2013, p. 100). Ou seja, o denário conjura as conquistas excepcionais de Otávio, obtidas através de sua própria iniciativa, para promovê-lo duplamente, enquanto efígie de sua própria persona e simulacro de uma representação escultórica sua. O enaltecimento da imagem de Otávio transcorre com a anuência senatorial e não se apela ao legado de César, pois não foi o apoio de seu pai adotivo que o promoveu nesta vitória. Aliás, vale lembrar que nas Batalhas do Fórum dos Galos e Mutina ele lutou contra um cesariano, Antônio, em defesa de um cesaricida, Décimo Bruto. Mas apesar de tudo isso, ainda aparece barbado. Portanto, mesmo que fosse contraditório, dispensável ou não fizesse sentido dentro do conjunto de referências desta peça, o luto era

¹⁰⁹ Com inscrições que demarcavam, além da ascendência por meio do nome *Caesar*, posições por ele mesmo ocupadas, como o consulado que obteve em 43 ao retornar a Roma após a campanha militar no norte, o augurato e o pontificado (PAULINO DA SILVA, 2013, p. 99).

incontornável a Otávio no início de sua carreira político-militar. Enquanto filho, ele ainda deveria lamentar a perda de seu pai, por mais que desejasse demarcar seus próprios triunfos. Afinal, as emissões estavam destinadas ao pagamento de soldados que, em sua maioria, eram veteranos de César. No caso desta moeda, a presença do luto era obrigatória.

Os Idos também tiveram de receber uma significação memorial por parte de seus promotores. No segundo semestre de 44, ao invés de partirem para as províncias que lhes foram designadas para cumprir o exílio velado, Bruto e Cássio dirigem-se a Macedônia e Síria com a finalidade de iniciar o recrutamento de tropas (OSGOOD, 2006, p. 41). Os dois principais líderes da conspiração sabiam que o enfrentamento com cesarianos se desenhava no horizonte e começaram a bater moedas para pagar seus soldados, das quais selecionamos duas de Marco Júnio Bruto. A primeira é um áureo (Ficha 8, p. 234) que se apropria da forma desenvolvida por Antônio e Otávio, ou seja, estampa a própria efígie em uma das faces e a do ancestral na outra. No lugar de César, porém, o ancestral representado no anverso é Lúcio Júnio Bruto, figura mitológica da República Arcaica responsável pela deposição do rei Tarquínio, o Soberbo, o que colocou fim à tirania da monarquia e fez dele primeiro cônsul de Roma¹¹⁰. O jovem Bruto já havia cunhado moedas em 54 a.C.¹¹¹ associando-se ao antigo maior, na época em oposição a Pompeu, e também a outro suposto ancestral seu pela via materna, Caio Servílio Aala (MARTIN, 2010, p. 38), por sua vez tiranicida responsável pela execução de Espúrio Mélio no século V a.C.

Tais ancestralidades eram um fator muito importante para Bruto reivindicar a legitimidade do cesaricídio e colocar-se como herdeiro dos libertadores de Roma. Não por acaso Antônio e Otávio desmentiram tal ascendência, associando-o ao contrário a uma estirpe plebeia recente, o que levou a facção republicana a reforçar ainda mais a ligação entre os dois Brutos (MARTIN, 2010, p. 40) – é o caso de Cícero nas *Filípicas*¹¹². Longe de Roma e dependente da fidelidade das tropas, as moedas foram cruciais nessa cruzada memorial. No áureo, as duas efígies localizam-se no interior de coroas cívicas, honra atribuída àqueles que salvaram a vida de outro romano em batalha. No caso, a salvação foi do conjunto de todos os romanos (ROWAN, 2019, p. 68) contra as tiranias de Tarquínio e César. Dessa forma, os dois Brutos

¹¹⁰ É digno de nota que a *gens Iunia* começou a reclamar a ancestralidade do velho Bruto apenas por volta do final do século II a.C. O cônsul Décimo Júnio Bruto Galaico, vencedor de importantes batalhas na Hispânia, era sogro de Caio Graco – Martin (2010, p. 35-36) sugere que a família sofreu pressão por parte dos demais patrícios para repudiar as ações do tribuno, sendo a reivindicação da ancestralidade de Lúcio Bruto uma medida política adotada neste sentido.

¹¹¹ RRC 433/1 e 433/2.

¹¹² Cícero confirma a ligação familiar com o primeiro cônsul não só por parte de Marco Bruto (*Phil.* 1.13, 2.26, 4.7, 10.14) como também de Décimo Bruto, seu primo e governador da Gália Cisalpina (*Phil.* 3.8-11, 6.9, 7.11). (MARTIN, 2010, p. 40).

conectam-se não apenas por pertencerem à mesma *gens*, mas também pela continuidade da política de *libertas*. Ademais, enquanto líder da facção republicana, idealmente Bruto deveria zelar pela tradição numismática de não se retratar em cunhagens, afinal tal prática fora iniciada por César e seguia com Antônio e Otávio (CZARSKI, 2015, p. 253). No entanto, o aparecimento de si dialoga justamente com as cunhagens cesarianas: em tom provocativo, substitui César por Lúcio Bruto e Antônio/Otávio por si mesmo, criando um correspondente republicano às cunhagens que transformaram César em ancestral.

Talvez a mais famosa moeda de Bruto seja um denário que comemora abertamente os Idos de Março (Ficha 9, p. 235). Novamente com a própria efígie em uma das faces, Bruto constrói simbolicamente os Idos na outra: um píleo, gorro utilizado por escravos assim que recebiam a manumissão, encontra-se entre dois punhais virados para baixo, cujas pontas voltam-se para o exergo que nomeia o evento: Idos de Março (CZARSKI, 2015, p. 254). Dio Cássio (47.25.3), ao mencionar a moeda, afirma que os dois punhais referenciam os dois principais cesaricidas, Bruto e Cássio, cuja ação culminou no uso do píleo por Roma, isto é, sua libertação. A referência explícita à conspiração por meio da presença dos punhais relembra a inevitabilidade da violência diante da necessidade maior por liberdade: livrar-se da tirania não é uma condição dada, mas conquistada por meio de um esforço. Bruto e Cássio já o realizaram em parte, nos Idos, mas sepultar as forças herdeiras de César que se preparavam para Filipos era algo ainda a ser concretizado. As tropas são lembradas desta tarefa incompleta: cabe a elas encerrá-la em uma derradeira guerra civil em nome da *libertas* de Roma.

Deve-se notar, por fim, que o jovem Bruto aparece barbado tanto no áureo (Ficha 8) quanto no denário (Ficha 9). É verdade que a barba atua como paralelo iconográfico em relação Lúcio Bruto, portador de uma espessa barba no áureo¹¹³. No entanto, não se pode ignorar que na mesma época a barba estava sempre presente nas cunhagens de Antônio e Otávio, aparecendo até mesmo nas moedas emitidas após a *lex Titia* para selar a união do novo Triunvirato¹¹⁴ – ambos, cada um em uma face, aparecem barbados, como se o luto por César fosse a razão em comum desta união. Enquanto signo do luto, a barba estava em grande evidência nas moedas em circulação após os Idos, o que traga a imagem barbada de Marco Bruto para dentro deste campo de significação. Mas por qual razão Bruto estaria enlutado?

¹¹³ Ele também é retratado barbado nas duas emissões de 54 a.C. já mencionadas, assim como Aala.

¹¹⁴ A barba é constante nas emissões até 42 a.C., ano da Batalha de Filipos. Antônio aparece barbado em RRC 488/1, 488/2 (ambas com César no reverso), 492/1, 493/1 (ambas com Otávio, também barbado, no reverso) e 492/2 (Lépido no reverso, sem barba). Já Otávio, sem mencionar as que já foram citadas neste tópico, aparece barbado em RRC 490/3 (mesmo tipo da Ficha 7) e 490/4 (com César no reverso). Ele voltará a ser representado com barba em 36 a.C., em uma cunhagem exposta na Ficha 12 que faz referência à construção do templo do Divino César, a ser analisada no capítulo quarto.

Uma primeira hipótese sobre o apelo à barba pode ser o tom provocativo às imagens de Antônio e Otávio, assim como o áureo confeccionou: a moeda reproduz elementos semelhantes às aquelas emitidas por seus opositores para se colocar em comparação a elas e, assim, rivalizar. Nessa leitura, perverte-se o sentido da barba como marca do luto e nasce a imagem cínica de um Bruto barbado que não sofre pela perda de ninguém, pelo contrário, comemora a morte do tirano. Já uma segunda hipótese é a extrapolação do luto do nível individual para o coletivo. Da mesma forma que a coroa cívica no áureo honra a salvação não de um romano, mas de todos, o luto de Bruto não é pela morte de César, mas dos romanos que perderam suas vidas nas proscricções de 42 e perderiam na guerra que se aproximava. Vimos no primeiro tópico o constrangimento da comemoração explícita de vitórias em guerras civis, que por consequência fez com que sua representação imagética fosse evitada. Se Bruto alude diretamente os Idos de Março, com toda a violência que o tiranicídio pressupunha, foi preciso atenuar a celebração da morte de concidadãos através da marca do luto, como se o preço da *libertas* fosse, além da guerra, a profunda – mas necessária – dor pela execução de irmãos romanos.

2.4. Restauração através da unificação: o novo passado do Principado

Transcorridos os turbulentos anos do Segundo Triunvirato e derrotado Marco Antônio, começaram a ser erguidas, a partir dos anos 20 a.C., as bases de um discurso de restauração da *res publica* que ganhariam corpo ao longo das décadas do Principado. Vimos no capítulo anterior que este discurso não foi ludibriador, no sentido de que não visava deliberadamente disfarçar a monarquia de Augusto, pois a *res publica* era a única realidade política possível em Roma e atuava como estrutura normativa e integradora da sociedade (LE DOZE, 2021, p. 118; WINTERLING, 2009, p. 29-30). A figura de um *princeps* só poderia existir dentro da *res publica*, não como uma magistratura institucionalmente incorporada, mas enquanto garantidora de sua ordem e dependente da *auctoritas* de seu principal órgão, o Senado. Este discurso não correspondeu, obviamente, a um retorno anacrônico à República dos séculos IV ou III a.C., já que se impunha agora uma nova infraestrutura material assentada em dimensões imperiais, com amplos recursos concentrados nas mãos de algumas famílias – assim, a restauração teve de ser criativa para lidar com tal realidade condicionante. Vimos também que o Principado não se montou imediatamente em 31 a.C. após Áccio, nem em 27 a.C. quando Otávio recebeu o nome de Augusto, muito menos foi imposto pela *domus Augusta* de maneira unidirecional a Roma. Pelo contrário, foi construído paulatinamente através de negociações e concessões e contou com o envolvimento inventivo de agentes sociais externos à corte (YAVETZ, 1969, p. 90-95; PANDEY, 2018, p. 9-10).

É preciso ter isso em mente ao analisar as moedas cunhadas durante o período augustano, afinal a montagem da *res publica restituta* implicava necessariamente em um processo de (re)organização do passado que dependeu, inclusive, das peças numismáticas e sua faculdade de materialização da memória. Uma primeira emissão dedicada a esta temática foi um áureo de Otávio, anterior a Augusto, batido no Oriente (Ficha 14, p. 240). Sendo uma das primeiras moedas pós-Áccio e que, portanto, não precisava mais recorrer às justificativas da guerra civil, a peça se preocupa mais com a posição de Otávio após a submissão do Egito e a morte de Antônio: o que será do filho adotivo de César em Roma agora que a campanha militar, apoiada pelo Senado, havia terminado? Há quinze anos, Otávio também tinha sido aclamado pelos senadores para derrotar Antônio na Gália Cisalpina e, depois de seu sucesso, diante de promessas senatoriais não cumpridas, teve de ocupar o Campo de Marte com suas tropas no verão de 43 a.C. para aprovar leis e se eleger cônsul (OSGOOD, 2006, p. 59-60).

Esta experiência na juventude colocou-o em atenção na conjuntura de 28 a.C., ano em que se desenrolava a abdicação (iniciada em 29 e conduzida até 27) das posições ocupadas, medidas extraordinárias e leis forjadas durante o período triunviral¹¹⁵. Nesse contexto, o áureo tenta figurar uma representação primeira e bastante literal da restituição da República. No reverso, encontra-se estampado um magistrado em exercício: sentado em uma cadeira curul, utilizada por magistrados superiores (SARAIVA, 2019, p. 328) como cônsules; togado, sendo o uso da toga marca da cidadania romana (MARTINS, 2011, p. 147, 192); e erguendo um rolo de pergaminho (*uolumen*), simbolizando o registro das leis, na frente de um receptáculo utilizado para guardá-los (MARTINS, 2011, p. 147). A normalidade da *res publica*, que pressupunha o recuo do Triunvirato e a consequente devolução dos assuntos públicos às funções magisteriais, é visualmente expressa aqui por um magistrado investido de insígnias distintivas e em contato direto com as leis, materializadas no pergaminho – contato esse que foi tolhido pelos triúnviros, cujos poderes acabaram esvaziando o pleno funcionamento das magistraturas republicanas.

A inscrição que circunda a cena, “restituii as leis e os direitos ao Povo Romano”, com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular, somado ao fato de ter sua efígie estampada no anverso e ocupar o consulado em 28 a.C., fazem com que este magistrado seja identificado como sendo o próprio Otávio. Nesse caso, a atitude de erguer o *uolumen* articulada ao verbo

¹¹⁵ Segundo Eder (2007, p. 22-23), formalmente Otávio estava sem a *potestas* de triúnviro desde 32 a.C., bem como Antônio, mas ainda portava o *imperium* que lhe fora concedido para suas campanhas na Ilíria, poder este ao qual não renunciou após finalizá-las em 34 a.C. É apenas a partir da comemoração de seu triunfo triplo em 29 que começa a renúncia oficial das medidas triunvirais, chegando ao fim em janeiro de 27.

*restituo*¹¹⁶ entoa um gesto de renúncia, como se a lei presente no pergaminho estivesse sendo entregue, prestes a ser retirada da mão do cônsul. Assim, a imagem de Otávio é conjurada com a finalidade de se retirar, uma presença que está em processo de se tornar ausência e, então, poder abrir mão das insígnias magisterais com as quais se traveste. Ao mesmo tempo, no entanto, este movimento de retirada é impossível sem Otávio, pois é ele quem o garante através tanto do poder que o sustentou na campanha do Egito, o *imperium* garantido pelo consulado, quanto da herança paterna que fazia dele “filho do Divino” César, como as inscrições do anverso sinalizam. Em outros termos, a moeda apresenta Otávio como indispensável à restauração da *res publica*.

A literalidade deste áureo ao lidar com o tema da restauração, expresso na inscrição e na iconografia, deve-se à forma explícita com que o elucida. Afinal, com o desmonte do Triunvirato em curso e a incerteza da posição senatorial frente ao futuro de Otávio em Roma, era necessário demarcar com clareza a inclinação do ex-triúmviro a favor da *res publica restituta*, bem como assinalar seu papel neste processo. Segundo esta moeda, após décadas de instabilidade, a normalização republicana só seria concebível com a espora de Otávio. Mas não era preciso nomear abertamente a restauração para que ela fosse sugerida. Em 23 a.C. ocorreu uma reacomodação das relações entre *princeps* e *res publica* (YAVETZ, 1969, p. 92-95) através da renúncia ao consulado por parte de Augusto e da consequente liberação da principal magistratura a ser ocupada pela aristocracia, desengasgando o fluxo do *cursus honorum*. Neste novo acordo, medidas importantes também foram tomadas a respeito da produção de moedas: reabriu-se finalmente, depois dos anos triunvirais em que permaneceu fechada, a oficina monetária de Roma, aquela localizada ao lado do templo de Juno Moneta, que voltaria a bater moedas em 19 a.C. (ROWAN, 2020, p. 175-176). A retomada de seu funcionamento trouxe consigo a volta do cargo de triúmviro monetário, um dos primeiros do *cursus honorum* exercido por jovens aristocratas, e o resgate de algo semelhante ao processo republicano de cunhagem, no qual se estampavam signos familiares particulares à *gens* do moedeiro, tipo de iconografia que desde a guerra civil de César e Pompeu deu lugar à representação de eventos mais recentes e imagens de indivíduos vivos (ROWAN, 2020, p. 177).

Dessa forma, as retomadas tanto do processo produtivo de moedas quanto dos motivos pré-guerras civis já apontavam, por si só, a restauração republicana. Ela não precisava mais se autoproclamar, pois a mera existência das novas cunhagens, batidas na clássica oficina de Roma sob autoridade de triúnviros monetários, já fala em nome da *res publica restituta*. Todavia, as

¹¹⁶ Que pode ser traduzido em seu sentido primeiro como “tornar a pôr no seu lugar”, “repor”, “recolocar”, “reintegrar” (SARAIVA, 2019, p. 1033).

temáticas gentílicas das moedas de 19 a.C. em diante e a memória que buscavam edificar foram atravessadas pela presença de Augusto. Conforme argumenta Goldman-Petri (2019, p. 203-204, 215), é bastante problemática a classificação baseada no binário “republicano” e “augustano”, termos utilizados pelos numismatas na qualificação dos tipos de cunhagens datados entre 19 a 12 a.C.¹¹⁷ e que servem para diferir as moedas laudatórias das *gentes* e de seus emissores (as classificadas como “republicanas”) das enaltecidas do *princeps* (as “augustanas”). Isso porque ambos os modelos são indistinguíveis: uma mesma peça é capaz de articular motivos claramente gentílicos e demarcar o prestígio do triúviro monetário responsável pela sua emissão ao mesmo tempo em que centraliza a figura de Augusto em sua iconografia¹¹⁸.

Tal coexistência pode ser atestada nos denários de Lúcio Aquílio Floro, triúviro monetário em 19 ou 18 a.C., dentre os quais selecionamos um (Ficha 15, p. 241). No reverso, além do nome do emissor e do cargo por ele exercido, encontra-se um soldado romano segurando a personificação da Sicília pelo braço, enquanto ela projeta-se caída ao chão. A cena é praticamente idêntica ao reverso de um denário republicano (RRC 401/1) datado de 71 a.C. que foi emitido por um membro da *gens Aquillia*, Mânio Aquílio. Nesta moeda republicana, o moedeiro alude à conquista de seu ancestral homônimo que foi eleito cônsul em 101 a.C. e cuja participação na Guerra Servil (104–100 a.C.) foi crucial para a derrota dos escravos insurgentes da Sicília (ROWAN, 2020, p. 176-177). Dessa forma, Aquílio Floro resgata a autoridade de sua ancestralidade para enaltecer sua própria imagem no presente. Por outro lado, devido à especificidade desta passagem e seu grande recuo temporal, a memória comunicativa dos romanos na época do Principado tornava mais vívida outra lembrança recente associada à Sicília: a derrocada de Sexto Pompeu na Batalha de Nauloco, em 36 a.C., e a reorganização administrada da ilha em moldes provinciais promovida por Augusto na década de 20 (ROWAN, 2020, p. 176-177). Tal experiência contemporânea, vivida pelas gerações que tiveram contato com o denário de Floro, era muito mais clara e reconhecível que aquela de Mânio Aquílio – e a figura de Augusto no anverso ajuda a reforçar tal associação.

O mesmo denário possui, então, camadas de significação que impactam níveis diferentes de audiência. Para Floro, sua *gens* e mesmo algumas outras famílias nobres sensíveis à expressão das histórias familiares, a iconografia remete à particularidade da memória dos Aquílios. Já para o público expandido, para a sociedade romana no geral fora dos círculos

¹¹⁷ Após a retomada das cunhagens na oficina de Roma no ano de 19, houve uma nova interrupção entre 16 e 13, momento no qual Augusto se ausentou da capital, e a produção se encerraria finalmente em 12, só retornando ali no final da dinastia Júlio-Claudiana. (GOLDMAN-PETRI, 2019, p. 200).

¹¹⁸ A pesquisa de Alexa Küter (2014) é pioneira nos estudos recentes sobre a simbiose entre referências augustanas e temas gentílicos nas moedas do Principado.

aristocráticos, a cena indica as ações de Augusto na Sicília. Assim, garante-se a possibilidade de expressão da memória gentílica ao mesmo tempo em que se evita a ininteligibilidade que, como vimos no primeiro capítulo, predominou nas emissões monetárias desde o século II a.C., quando moedeiros passaram a fazer referências específicas ao passado de suas *gentes* que eram pouco conhecidas pelo conjunto maior dos cidadãos romanos (ZANKER, 2008, p. 33-34). A presença do *princeps* garante então a identificação, o reconhecimento do passado por parte dos receptores da moeda. Mais do que isso, o papel de Augusto nas cunhagens foi amalgamar os vários passados romanos que estavam pulverizados em eventos e famílias distintas, fornecendo sua própria imagem como ponto de convergência das memórias coletivas. Esta é a marca que caracteriza a *res publica restituta* do Principado: o passado republicano é reconfigurado através do *princeps* e a memória é restaurada na medida em que se unifica em seu entorno.

Aquílio Floro, Petrônio Turpiliano, Caio Antístio Veto e tantos outros triúnviros monetários do Principado cunharam moedas a partir dessa relação simbiótica com Augusto. Hoje, somos capazes de reconstituir – por meio da prosopografia ou do cruzamento com outras fontes¹¹⁹ – as referências particulares às suas respectivas famílias presentes em muitas cunhagens. Mas em algumas moedas, a reconstituição é inviável devido às escassas informações que temos a respeito dos moedeiros, embora seja possível perceber a conjuração da memória cultural, comum a toda Roma, em associação a Augusto. É o caso do denário de Turpiliano que estampa Tarpeia (Ficha 16, p. 242), virgem vestal que, durante o reinado de Rômulo e a guerra que à época se travava contra os sabinos, permitiu que os inimigos entrassem na Cidadela (*Arx*) Capitolina mediante um pagamento, em claro ato de traição contra Roma. Aliás, seu nome batizou o local do Capitólio no qual os condenados por traição eram arremessados em execuções, diante do templo de Juno (conferir Imagem 2.1, n. 870).

No caso da figuração presente no reverso, vemos Tarpeia soterrada por escudos. Das três versões dadas por Tito Lívio (1.11) acerca da morte da vestal, a estampada na moeda corresponde à segunda, na qual Tarpeia, interessada nos braceletes e anéis de ouro dos sabinos, exigira como recompensa aquilo que eles portavam na mão esquerda, ao que os sabinos responderam empilhando seus escudos sobre ela de modo a esmagá-la. A morte de Tarpeia, que

¹¹⁹ Goldman-Petri (2019, p. 205-209) realiza esse exercício ao analisar as moedas de Caio Antístio Veto, como em um denário de 16 a.C. (RIC 363) em que o triúnviro monetário estampa no reverso o sacrifício de um porco associado à passagem do *foedus Gabinum*. Pelo levantamento de inscrições sepulcrais da *gens Antistia*, nota-se que muitos membros desta reforçavam a identidade da origem latina da família, em especial sua relação com a antiga cidade de *Gabii*, daí a predisposição em representar o momento de consagração da aliança entre Roma e *Gabii*, evento da época de Tarquínio.

já fora representada antes em moedas republicanas¹²⁰, ressoa durante o Principado de Augusto com sua esposa, Lívía, cuja estirpe provinha supostamente de uma linhagem sabina. Mas principalmente relaciona-se com a legislação matrimonial que estava sendo implementada, a qual ditava condutas morais a serem seguidas e o comportamento adequado especialmente para as mulheres romanas, em particular no que tange as questões sobre adultério (ROWAN, 2020, p. 182-183). A memória de Tarpeia – e de seu fim – atua então como um modelo a ser evitado, uma vestal que feriu seu compromisso sagrado e traiu o corpo cidadão de Roma.

Além da memória cultural e gentílica das casas aristocráticas, pode-se observar também triúnviros que figuravam a memória específica da própria *gens Iulia*. Uma das últimas cunhagens feita em Roma no período augustano, antes do fechamento da oficina do templo de Juno em 12 a.C., foi um denário batido por Lúcio Lêntulo (Ficha 17, p. 243) que estampava no reverso um personagem cuja imagem circulou muito durante a época triunviral e que no Principado, especialmente a partir das décadas de 20 e 10 a.C., não tinha mais tanto espaço de representação: César. Aliás, é válido notar neste denário o processo, mencionado no tópico anterior, da transformação da imagem de César em ancestral, afinal o falecido ditador assume aqui dimensões divinas – quase de uma estátua de culto, tendo em vista a diferença de estatura entre ele e Augusto a seu lado. Na verdade, ele deixara de ser um mero antecessor de Augusto para se transformar em deus. É sabido por algumas fontes¹²¹ que em julho de 44, quando se celebrava os *ludi Victoriae Caesaris* organizados por Otávio, um cometa surgiu no céu e permaneceu visível durante sete dias, sendo identificado como um sinal da divinização de César, de sua ascensão apoteótica (ZANKER, 2008, p. 55-56). O Senado oficializou a deificação em janeiro de 42 a.C., levando à promessa de Otávio de erguer no Fórum o templo do Divino Júlio, como vemos no denário da Ficha 12 (e como será discutido no tópico 4.3).

Nandini Pandey (2018, p. 39-43) demonstra em um estudo detalhado que a associação do cometa à deificação de César não foi propagandeada apenas por Otávio, filho adotivo que tinha muito a ganhar com isso tornando-se filho do Divino (*Diui filius*), pois logo após os Idos havia um amplo horizonte de expectativas nutrido por diversas camadas sociais que se dispunham a divinizar o ditador mesmo antes do aparecimento do cometa. Ademais, a pesquisadora argumenta (PANDEY, 2018, p. 47-48) que inicialmente foram os rivais de Otávio, como Antônio¹²², os primeiros a se apropriarem do corpo celeste – transmutado

¹²⁰ Como em RRC 344/2c, datada de 89 a.C., de Quinto Titúrio Sabino, que reivindicava descender do mitológico rei sabino Tito Tácio.

¹²¹ Por exemplo, Suetônio (*Iul.* 88), Plínio, o Velho (*HN* 2.23.94), Dio Cássio (45.7), dentre outros.

¹²² Conferir nota 218.

iconograficamente naquele momento em uma estrela¹²³, o chamado *sidus Iulium* – e estampá-lo em cunhagens¹²⁴. Foi somente com o avanço do Principado que a memória acerca do processo de divinização de César foi remodelada de maneira a dar protagonismo ao *princeps*, e o denário de Lântulo representa bem esse fenômeno. Pois na cena é Augusto, togado e apoiado no *Clipeus Virtutis*¹²⁵, que estende sua mão para depositar o *sidus* no topo da cabeça de César, trajado como um deus. A relação se inverte na moeda: não é mais o Filho do Divino que depende da herança e dos auspícios de seu pai para encontrar espaço no cenário político romano, mas sim o Divino Júlio que tem sua apoteose garantida pelo esforço de seu filho ao encimar a estrela em sua imagem. Nas palavras de Pandey (2018, p. 68, tradução nossa), “o poder está fluindo do *princeps* para seu pai, e não o contrário”. Com isso, Augusto centraliza-se na memória da própria estirpe, monopolizando o passado da deificação de César que originalmente se deu de modo multipolar.

Seja na memória das demais casas aristocráticas, seja na cultural, seja na da própria *gens*, Augusto se destacava. O passado romano que era díspar resguardou sua pluralidade, mas agora estava unido (ROWAN, 2020, p. 181) pela memória comunicativa do Principado, como se o presente fosse capaz de fazer orbitar todas as passagens longínquas da antiga Roma ao redor de si. A força desse presente residia justamente no fato de que o entrelaçamento memorial entre *princeps* e as outras *gentes* na iconografia monetária se deu como um processo capitaneado por agentes destas famílias, externos à casa Júlio-Claudiana. Interessados na demarcação de sua própria posição dentro da *res publica*, os triúnviros monetários não estavam seguindo um ditame monocrático que predefiniria com rigor a imagética a ser estampada nas cunhagens. Ao contrário, de maneira orgânica eles representavam sua memória familiar apropriando-se da imagem augustana e, simultaneamente, contribuindo para desenvolvê-la¹²⁶. Enriquecendo, ampliando e agregando memórias diversas ao repertório iconográfico coligado a Augusto, a ação desses moedeiros contribuiu para a consolidação daquilo que Amy Russell e Monica Hellström (2020) chamaram de *koiné* imperial – isto é, um sistema semântico que tem

¹²³ A respeito da figuração da estrela ao invés do cometa e sua relação com a divinização de César, conferir nota 217.

¹²⁴ Como em RRC 528/2a.

¹²⁵ O Escudo da Virtude foi um escudo honorífico concedido pelo Senado a Augusto em 27 a.C. e depositado na Cúria Júlia. Nele, elencava-se os principais atributos do *princeps* através da inscrição latina: SENATVS POPVLVSQVE ROMANVS IMP * CAESARI * DIVI F * AVGVSTO COS VIII DEDIT CLIPEVM VIRTVTIS CLEMENTIAE IVSTITIAE PIETATIS ERGA DEOS PATRIAMQVE, traduzida por Martins (2011, p. 175-177) como “o Senado e o Povo Romano deram a Augusto César, filho do Divino, VIII cônsul, o escudo de virtude, de clemência, de justiça e de piedade com respeito aos deuses e à pátria”. Hoje há uma cópia em mármore deste artefato localizada no Musée Lapidaire, em Arles, França (GALINSKY, 1998, p. 80-82).

¹²⁶ Como afirma Goldman-Petri (2019, p. 210).

por figura central o imperador (no caso, o *princeps* Augusto), mas que se construiu de maneira fragmentada e que é mobilizado em contextos específicos para atender interesses específicos.

A dinâmica social que mobiliza a *koiné* imperial ao mesmo tempo em que a alimenta é a da aristocracia romana retomando o fluxo do *cursus honorum* em seu ponto de partida, o posto de emissor monetário. Dessa forma, dentro do campo numismático, podemos concluir que a ordem hegemônica republicana encontrou na imagem do *princeps* um plano compartilhado a partir do qual poderia se manter e se reproduzir, um ponto em comum no qual fundamentaria suas memórias e suas imagens, evitando a dispersão das cunhagens de outrora. O discurso ideológico do Principado, afirma Smith (2021, p. 229-230), foi bem sucedido na medida em que criou uma noção de justiça e exatidão para Roma, de certo modo lançando as bases da chamada hegemonia cultural teorizada por Gramsci, e assim pôde atuar como uma arena universal, a planta baixa da superestrutura que não estava em questão, ao contrário, condicionava as questões a serem discutidas. Se antes era Juno Moneta a garantidora da base ontológica da moeda romana, isto é, a veracidade de seu valor e da memória por ela evocada, com a consolidação da *koiné* imperial tal função passou a ser exercida também pela figura do *princeps*, que se tornou o amparo do passado de Roma. Trata-se, enfim, da direção comum que faltou aos quadros políticos da República em seus últimos anos, República esta que se revitalizou dentro de uma nova ordem centralizadora. Em suma, um novo passado teve de ser confeccionado a partir do novo presente, um que fosse, como este último, unificado.

CAPÍTULO 3

ANCESTRALIDADE, MEMÓRIA CULTURAL E ESTÁTUAS: MODELOS À REFUNDAÇÃO DE ROMA

Na escala das memórias sociais mencionada por Rüsen (2009, p. 166-167) e citada no capítulo primeiro, a dita *cultural* é aquela mais resistente às mudanças próprias da dinâmica de compartilhamento do passado. Tal estabilidade é devedora do alto grau de institucionalização que essa forma de memória configura, isto é, sua prática se dá através de rituais recorrentes, geralmente transcorridos em lugares culturalmente significativos para certa coletividade. Como vimos, os responsáveis por sua teorização são Aleida e Jan Assmann que, partindo da contribuição de Maurice Halbwachs acerca da determinação social da memória (condicionada em termos durkheimianos a quadros relacionais de trocas interindividuais), sentiram a necessidade de dar um passo além, reconhecendo que a memória forjada na comunicação é capaz de criar laços profundos de identidade em um fenômeno de cunho fundamentalmente cultural (ASSMANN, 2006, p. 1-4, 8). Nesse sentido, se a memória comunicativa mantém vivo o passado recente, quase presente, e toma forma em circuitos cotidianos de comunicação, a memória cultural bebe na fonte da tradição, um tipo não horizontal de comunicação, mas transmitido de modo vertical por uma vasta cadeia de gerações (ASSMANN, 2006, p. 8).

A memória cultural abre, então, “as profundezas do tempo” (ASSMANN, 2006, p. 24) em um eixo estrutural diacrônico, trazendo ao presente um passado que ninguém vivenciou ou conheceu quem vivenciara, um passado remoto, mítico, fundador, germinal. Daí sua força de conexão social: como se volta ao momento mais primevo do grupo, ela define com clareza um lugar fixo que serve de base à permanência do corpo social ao longo dos anos e à imutabilidade de sua identidade em um campo de simultaneidade cultural que liga dois extremos, o hoje e o recuado ontem. Segundo Aleida Assmann (2011, p. 146-153), a memória cultural opera a partir da interação entre a memória funcional, ou seja, a que vivifica as tradições do passado no presente através de meios simbólicos diversos (cerimônias, calendários, espaços, imagens, etc.), e a memória armazenada (ou cumulativa), isto é, o “depósito de provisões” do passado usado pelas dinâmicas culturais presentes como matéria-prima (ASSMANN, A., 2011, p. 146-151, 153-156). Portanto, a memória cultural realiza-se a partir do exercício da seleção, como um

palimpsesto que raspa o texto original para sobrepor outro. Ela torna funcional apenas parte do armazenamento amorfo do imenso acumulado de passados, cristalizando-a em uma estrutura simbólica.

Em Roma, a memória cultural reproduzia-se de inúmeras maneiras. Elementos do passado remoto abundavam em festividades tradicionais, jogos, procissões, eventos sagrados, monumentos, edifícios, templos, inscrições, estátuas, fontes, rochas, árvores, etc.¹²⁷. No que compete aos mitos de origem, que narravam não somente a criação da *Urbs* mas também a gênese do próprio *populus romanus*, os nomes de dois pais fundadores se destacam: Rômulo e Eneias¹²⁸. O primeiro rei de Roma, filho da vestal de Alba Longa, Réia Sílvia, com o deus Marte, compõe, segundo Cornell (1995, p. 60-63), uma lenda autóctone do Lácio muito antiga. Há vestígios de sua lenda que remontam ao século VI a.C., mas foi na passagem do IV para o III que teria adquirido a versão como a conhecemos hoje. Já Eneias, o sobrevivente troiano do cerco grego, filho de Vênus com o nobre Anquises e que escapara das ruínas de Troia levando consigo sua família e os Penates¹²⁹ em uma longa jornada que culminaria na chegada ao Lácio e na fundação de Lavínio, faz parte de uma lenda originária da Grécia, mas interiorizada em algum momento pelos romanos. Mencionado na *Ilíada*, Eneias apareceu em cunhagens macedônicas do século VI a.C. e já era citado em relatos helênicos¹³⁰ do século V como fundador de Roma. Na Etrúria, dado o contato com o Mediterrâneo Oriental, a figura do troiano já era conhecida no século VI a.C., e, no Lácio, através talvez de Lavínio, o culto a Eneias chegaria em Roma, transfigurando-se em herói fundador (CORNELL, 1995, p. 63-68).

Rômulo e Eneias correspondem certamente a mitos fundacionais originados separadamente no período arcaico. No entanto, durante os anos da República as duas tradições acabaram se misturando (CORNELL, 1995, p. 63): da descendência de Eneias em Lavínio, a partir de seu filho Iulo, ergueu-se Alba Longa, cuja linhagem de reis culminaria em Rômulo. No século I a.C., as duas narrativas já se encontravam de certo modo amalgamadas a ponto de

¹²⁷ Aliás, como relembra Jan Assmann (2006, p. 24-25), Roma foi para Freud o exemplo de palimpsesto empregado para ilustrar, no caso de seu objeto, a memória individual – a cidade das inúmeras camadas de tempo em que o velho e o novo se sobrepõem e se ressignificam.

¹²⁸ Embora também encontremos tradições, introduzidas em Roma talvez entre o final do século IV e início do III a.C., que apontavam para outros nomes, como Evandro, um herói grego da Arcádia estabelecido no Palatino antes mesmo da queda de Troia (CORNELL, 1995, p. 68-69). Sua figura era cultuada junto a Hércules, que na viagem de retorno à Grécia teria matado Caco, o gigante filho de Vulcano que aterrorizava os arredores do Palatino – Evandro, então, instigou a formação de um culto a Hércules *Victor* no local. Uma das fontes que relata tal passagem é Tito Lívio (1.7).

¹²⁹ Divindades protetoras da cidade que tinham seu templo localizado no Monte Vélia, próximo ao Palatino, e assumiam a forma escultórica de dois jovens sentados. Os Penates, assim como os Lares, também eram divindades domésticas, zeladoras do larário da casa (GRIMAL, 2005, p. 364).

¹³⁰ Lê-se Helênico de Lesbos e Damastes de Sigeion (CORNELL, 1995, p. 64).

serem conjuradas juntas na transição da República para o Império. E é especialmente notável o modo como tais figuras lendárias foram lembradas durante a ditadura de César e após a consolidação do Principado de Augusto. Primeiramente, devido ao fato de que a *gens Iulia* reivindicava descender desta antiquíssima estirpe: Iulo teria sido o primeiro membro da família, batizada em sua homenagem. Em segundo lugar, porque é marcante a forma como, ao longo da crise republicana, cada vez mais políticos romanos reclamavam publicamente seus antepassados, cujas virtudes e conquistas pretendiam espelhar. Rômulo e Eneias fizeram parte desse processo, tornando-se paradigmáticos tanto ao ditador quanto ao *princeps*.

Imagem 3.1. Denário de prata de César cunhado na África Proconsular (RRC 458/1). Acervo da American Numismatic Society (nº inv. 1937.158.262).



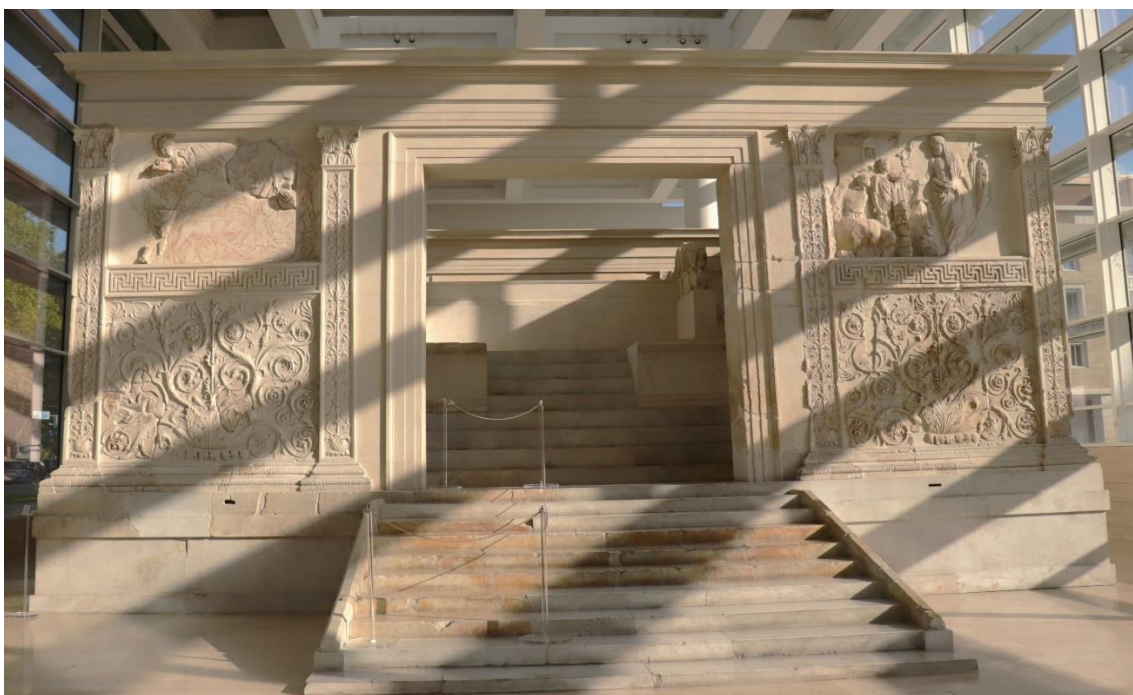
Fonte: Imagem retirada de <http://numismatics.org/collection/1937.158.262>. Acesso 10 jun. 2022.
© ANS 1937.158.262

No âmbito da estatuária, percebe-se uma tendência que aponta, de um lado, para César se associando à memória de Rômulo, enquanto Augusto, por outro, reivindicava mais a de Eneias. Claro que nos programas imagéticos de ambos os líderes existiram referências aos dois mitos. Para citar alguns exemplos, vejamos o denário emitido sob autoridade de César entre 47 e 46 a.C. (Imagem 3.1), uma dentre outras moedas que lembrava a ancestralidade do ditador ao estampar Vênus, no anverso, e Eneias segurando seu pai e o Paládio¹³¹, no reverso. Já na iconografia do Principado, é emblemático o caso de *Ara Pacis*: na lateral oeste das paredes externas (Imagem 3.2), os dois painéis superiores, entre os quais se abre a entrada principal ao altar, figuram as duas lendas. No painel esquerdo (Imagem 3.7), vemos a cena do Lupercal: a

¹³¹ Trata-se de uma estatueta do culto de Pala Atena (*palladium*, figura de Minerva que porta um capacete ático, uma lança na mão direita e um escudo na esquerda). Com a queda de Troia, Eneias escapa carregando seu pai, Anquises, e o *palladium*, estatueta que salvaguardaria o destino de Troia caso fosse preservada dentro de suas muralhas (ROWAN, 2019, p. 30-31; STEVENSON, 1889, p. 595).

loba amamenta os gêmeos Remo e Rômulo enquanto são assistidos por Marte, seu pai biológico, e Fáustulo, o adotivo, sob a sombra da figueira Ruminal¹³². No direito (Imagem 3.8), Eneias, trajado em vestes sacerdotais e auxiliado por dois *camilli* (jovens que ajudavam sacerdotes em sacrifícios), prepara-se para sacrificar uma porca aos Penates no local da fundação de Lavínio (ROSSINI, 2012, p. 30). A imagética augustana é bastante polissêmica e abria espaço à evocação conjunta de ambos os mitos fundantes.

Imagem 3.2. Entrada principal de *Ara Pacis Augustae*, lateral que originalmente era voltada a oeste. Atualmente, localiza-se no Museo dell'Ara Pacis, em Roma.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Além disso, no campo arquitetônico, César erguerá em seu Fórum um templo dedicado à Vênus *Genetrix*, alusão à maternidade da *gens*, enquanto Augusto construirá em seu Fórum um dedicado a Marte *Ultor* (CARANDINI, 2019, p. 134-136, 192-194). Portanto, Eneias e Rômulo são referências memoriais comuns tanto à Ditadura quanto ao Principado, ocupando posições de grande importância na simbologia dos dois governos. Mas ainda assim, quando observamos especificamente as estátuas, notamos uma predominância de Rômulo em César e de Eneias em Augusto. Tal inclinação se reflete, inclusive, no título de *pai da pátria* que ambos

¹³² Há nos resquícios de relevo da árvore vestígios das garras de um pássaro, que em 1938, na restauração do altar promovida no *Ventennio*, foi refeito como uma águia. Hoje, porém, acredita-se que se trate na verdade de um picapau, animal muito cultuado no antigo Lácio, associado ao relâmpago e sagrado ao deus Marte, assim como a loba (ROSSINI, 2012, p. 34).

receberam: César foi honrado como *parens patriae* em sua Ditadura Perpétua, enquanto a Augusto foi concedido a qualificação de *pater patriae* em 2 a.C.

Stevenson afirma que César e seus partidários optam por *parens* para se afastar de Cícero, que em 63 a.C. foi honrado *pater patriae* após denunciar a conspiração de Catilina¹³³. Mas há também nuances relevantes nos termos latinos. Pois enquanto *parens* remete àquele que dá a vida, um progenitor – por isso é sinônimo de *genitor* e pode ser empregado inclusive para designar genericamente a figura materna (OXFORD, 2021, p. 702, 708) –, *pater* congrega a paternidade à autoridade moral, indicando o chefe da família detentor de uma posição de respeito e até divina, e serve inclusive de epíteto para deuses – carrega um valor social, enfim (OXFORD, 2021, p. 702, 708). Em última instância, Rômulo e Eneias foram tanto *parentes* quanto *patres*. Porém, há passagens que destacam mais a qualidade de *parens* em Rômulo enquanto genitor do *populus romanus*, como o rapto das sabinas que visava conferir esposas aos cidadãos de Roma, e há na tradição de Eneias elementos que o enquadram como *pater*, como a proteção que confere a seu filho e pai, este último carregado nas costas durante a fuga da Troia capitulada, bem como sua *pietas* em relação ao divino ao salvar as estatuetas dos Penates e o Paládio.

Acreditamos, então, que o uso de *parens* por César e *pater* por Augusto tem relação também com a memória cultural a qual buscavam se associar. Antes de esmiuçar as diferenças que nortearam a representação dos dois mitos como modelos, devemos nos perguntar o que levou ditador e *princeps* a recorrerem às tradições de fundação para se espelharem, sendo imenso o leque de referências ao passado remoto de Roma que poderia ter sido trazido à luz. A resposta encontra-se na estabilidade que a memória cultural da fundação poderia oferecer à dura instabilidade vivida nos últimos anos da República. Para superar o trauma das guerras civis, das proscricções, da pauperização da plebe, foi preciso retroceder ao ponto mais primevo da memória, ao lugar mais elementar do passado comum àquilo que estava se tornando o maior império do Mediterrâneo. Um momento, portanto, anterior a qualquer dissenso.

Eis a relevância da fundação da *Urbs*: trata-se do terreno comum na memória romana, seja da plebe, do Senado, de cavaleiros, *optimates*, *populares*, partidários e rivais. É uma zona fixa no tempo que a todos abarca e que por ninguém pode ser negada, concedendo permanência

¹³³ Assim como a figura paterna possuía dentro da *domus* romana uma autoridade punitiva, apta a executar subordinados que ferissem de alguma forma o código moral da *res publica*, Cícero teria condenado conspiradores que ameaçavam a ordem institucional romana – exercendo, portanto, seu papel de *pater familias*, mas dentro de maiores dimensões. Como César estava colocando em prática o discurso da *clementia*, teve de se afastar da lembrança coercitiva de Cícero – do *pater* – e apelou a um sinônimo, *parens*. Augusto, por sua vez, rechaça *parens* tendo em vista o desfecho de César e resgata, então, *pater* (STEVENSON, 2000, p. 27-28).

à inconstante conjuntura do presente. A memória cultural da fundação também vem em socorro à hegemonia de Roma, afinal como lidar com o ineditismo dos grandes generais, centralizadores de poderes excepcionais, dentro do quadro institucional republicano? Não havendo magistraturas dilatadas o suficiente para acomodá-los, foi no plano memorial do passado longínquo que se encontrou expressões de suas autoridades, em figuras que já eram amplamente conhecidas e cultuadas em Roma, integravam o discurso hegemônico do nascimento do Estado e assim sendo não poderiam comprometer a estrutura da hegemonia. O motivo da (re)fundação por Rômulo/César e Eneias/Augusto pretendia ancorar na memória cultural a nova realidade política sem colocar em xeque a *res publica*.

Enfim, foi-se buscar no passado de origem o que o presente carecia. Neste capítulo, exploraremos as questões envolvendo as tradições da fundação na estatuária de César e Augusto, a partir de alguns casos selecionados. É possível obter resultados fecundos no estudo da memória cultural a partir deste tipo de documentação. Em sua crítica a Timothy Wiseman¹³⁴, Hölkeskamp defende a capacidade da visualidade na geração de memória, em especial da memória cultural: a ambivalência produzida por um monumento sem o amparo preciso de uma inscrição, que apontasse para o evento primeiro ao qual ele remetia, não o tornava impotente na geração de memória. Pelo contrário, é justamente essa brecha, instigadora de várias interpretações distintas, que estimulava a construção da memória (HÖLKESKAMP, 2014, p. 63-64). Assim, não há uma hierarquia que privilegia a palavra (na forma da tradição oral, das peças teatrais, dos jogos, dos discursos públicos, da declamação de poesia, da atuação de bardos, etc.) em detrimento da imagem, reduzida a um estímulo da memória já em circulação pela língua, mas sim uma interdependência entre verbo e materialidade (HÖLKESKAMP, 2014, p. 70).

No caso das estátuas produzidas nos contextos cesariano e augustano, a materialidade produz um impacto específico no espaço e no tempo. No espaço, porque se insere em locais proeminentes de Roma que já estavam vinculados ao passado longínquo e, assim, relacionados a estes, penetra na memória cultural que era localmente evocada. Na classificação de Hölscher (2018, p. 113-114) acerca dos meios visuais da memória, o local transmite a aura da autenticidade, algo que a estátua, enquanto imagem nova, não possui – ela se apropria, então, da antiguidade do espaço no qual se encontra para reivindicar o passado remoto que busca

¹³⁴ Segundo Wiseman (2014, p. 48-51), seria problemático falar em uma “memória monumental” para esculturas ou lugares da *Urbs*, já que a memória evocada por dados monumentos dependeria muito mais da epigrafia que os acompanhava do que do monumento em si, além do fato de que poucos sabiam ler no mundo antigo. Desse modo, a construção da memória estava muito mais ligada àquilo que era ouvido em cerimônias públicas, *ludi*, peças e pela ação de bardos – a tradição oral, logo, seria mais relevante que a visualidade na geração da memória.

vivificar. E um impacto também no tempo, pois a solidez de sua estrutura enraizada no espaço, suas dimensões que se igualam ou superam o corpo humano e a pedra ou o metal que lhe dão forma clamam pela permanência, pela estabilidade. A estátua, portanto, muito mais que a moeda que atua na lógica do *hic et nunc*, consegue entranhar-se nas profundezas do tempo recuado e dar forma à permanência que a memória cultural tanto almeja.

3.1. *Parens patriae*: César em Rômulo

O estudo das estátuas de César produzidas ao longo de sua vida e destinadas ao espaço da *Urbs* traz consigo algumas limitações. A primeira é de ordem empírica, pois nenhum resquício desses artefatos chegou até nós. Sabemos da existência dessas esculturas, de suas características gerais, dos locais em que foram dispostas e até certo ponto da recepção que tiveram do público por meio da documentação escrita, como Cícero, Plutarco, Suetônio e, sobretudo, Dio Cássio – invariavelmente devemos recorrer a tais autores para tratar deste tema. Ademais, há outro fator acerca da estatuária cesariana que deve ser anunciado de antemão (e que se torna ainda mais saliente quando comparada à augustana): trata-se do pouco tempo que César teve no poder. Antes da guerra civil de 49 a.C., apesar de ter exercido cargos magisteriais e com sua autoridade promovido intervenções imagéticas impactantes em Roma¹³⁵, ou mesmo com a conquista da Gália¹³⁶, César não recebera nenhuma estátua honorífica nos espaços públicos da capital do império, pelo menos nenhuma que fosse digna de menção. Após Farsalos, quando seus partidários passaram a erguer estátuas de maior destaque, ele exercerá um poder centralizado por apenas quatro anos (dos quais quase não se deterá em Roma, afinal outras batalhas decisivas da guerra civil seriam travadas até 45 a.C.). Logo, não houve tempo para o desenvolvimento de um projeto estatuário coerente, como em contrapartida Augusto terá em seus mais de quarenta anos de Principado.

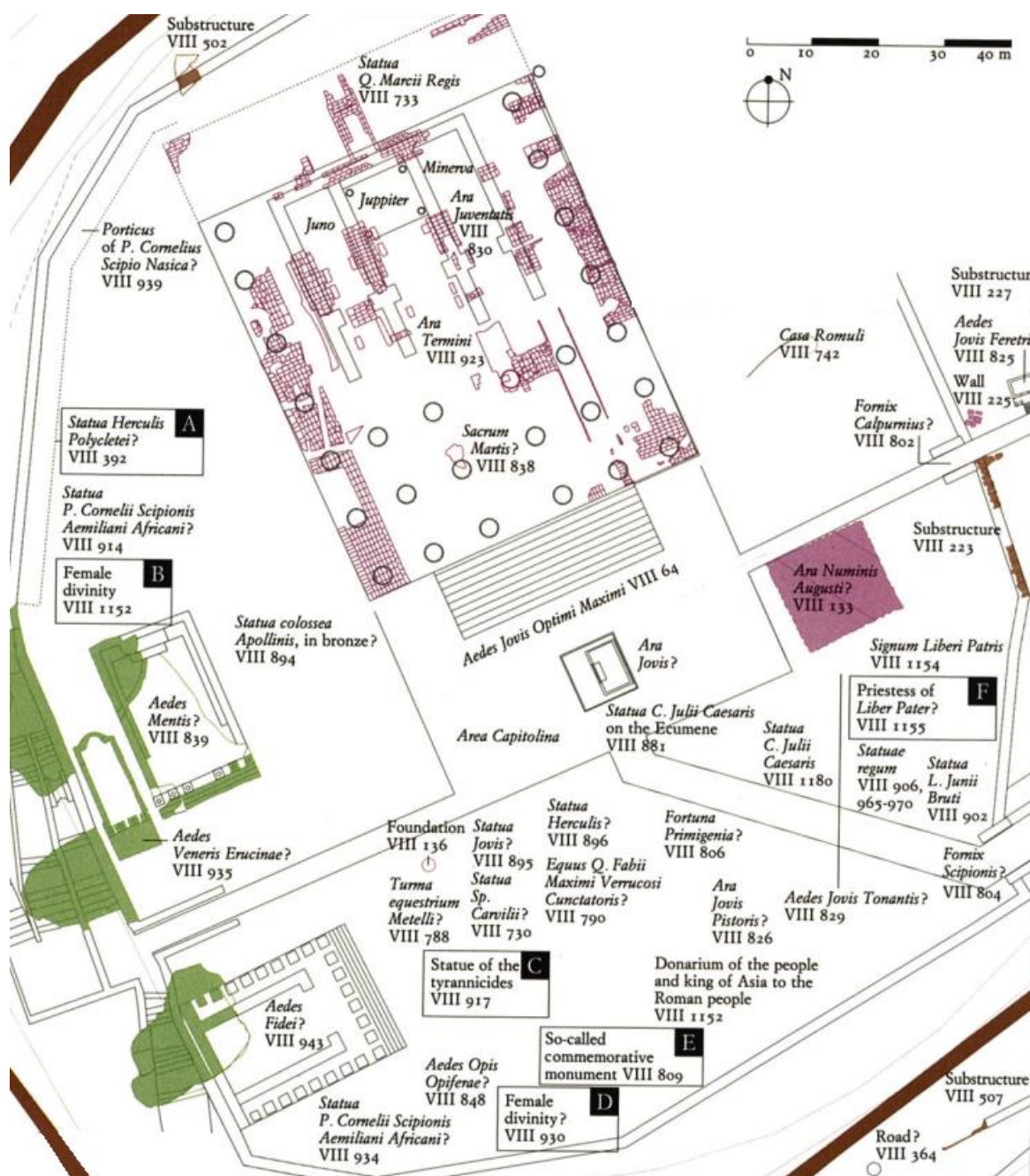
Ainda assim, é possível analisar alguns casos de esculturas erigidas durante a ditadura que podem elucidar um pouco das intenções políticas de César para com a *res publica* (CADARIO, 2006, p. 26). Neste tópico, focaremos em quatro estátuas específicas mencionadas pela documentação textual. A primeira foi erguida na área Capitolina (Imagem 3.3), em frente

¹³⁵ Por exemplo, Plutarco nos conta que César, no início de seu *cursus honorum* – a primeira vez como questor e a segunda como edil –, desafiou as sanções de Sila que ainda estavam valendo ao trazer em plena luz do dia a imagem de Mário para Roma. Em um primeiro momento (*Vit. Caes.* 5.2), no contexto particular do funeral de sua tia, Mário ressurgiu em máscara de cera, causando espanto pois há anos não se via em Roma o rosto do general popular. No segundo (*Vit. Caes.* 6.1-5), mobilizando a *potestas* da edilidade, César encheu o Capitólio com estatuetas de ouro de seu tio. A reação da plebe foi o êxtase coletivo, como se o próprio Mário estivesse ali em pessoa mais uma vez, o que desagradou bastante o Senado ao vilipendiar o esquecimento do general que estava até então em vigor.

¹³⁶ Segundo Weinstock (1971, p. 41), a César não foi concedida nenhuma estátua por sua conquista da Gália.

ao altar de Júpiter diante do templo de Júpiter Optimus Maximus (Imagem 3.3, n. 881), logo após a Batalha de Tapso em 46 a.C. Quem nos fala dela é Dio Cássio em duas passagens: tratava-se uma estátua de bronze, alocada ao lado de uma carruagem votiva, com a inscrição que o qualificava como *hēmítheos* (“semideus”) e que estava ou montada no *oikouménē* (o mundo habitado), segundo a primeira menção (43.14.6), ou tendo-o sob seus pés, conforme a segunda (43.21.2).

Imagem 3.3. Reconstituição da planta da área Capitolina, diante do templo de Júpiter Optimus Maximus, entre 240 a.C. e 14 d.C.



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes.** Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 20.

Há um debate acerca da representação do *oikouménē* neste conjunto escultórico, pois o ecúmeno era retratado de dois modos diferentes em Roma: personificado como uma figura feminina (*Orbis terrarum*) ou em sua forma simbólica de um globo (*sphaera*) (WEINSTOCK, 1971, p. 29). Um relevo em terracota oriundo da Via Cássia (Imagem 3.4)¹³⁷, cuja figura central é tomada como uma plausível representação da dita estátua do Capitólio (POLLINI, 2012, p. 144), retrata César e coloca a seus pés tanto a *sphaera* quanto a figura ajoelhada do *Orbis terrarum*. Compondo a narrativa de um triunfo, o relevo é capaz de reproduzir a estátua capitolina ao lado de mais elementos relacionados ao tema da conquista, como a Vitória alada e o troféu militar (não citados por Dio Cássio e, logo, provavelmente não sendo partes do conjunto escultórico). Na figuração do relevo, a tautologia da dupla representação do ecúmeno é possível, pois reforça a dominação cesariana. Mas qual *oikouménē* era o da descrição de Dio Cássio no Capitólio? Possivelmente a *sphaera*, já que encontramos outras referências iconográficas que trazem o globo sob um dos pés ao mesmo tempo em que seguem o modelo de triunfador representado no relevo, ou seja, seminu e com um braço apoiado em uma lança.

Imagem 3.4. Relevo triunfal em terracota. Atualmente localizado no Museo Nazionale Romano (Inv. n° 124544).



Fonte: POLLINI, John. **From Republic to Empire: Rhetoric, Religion, and Power in the Visual Culture of Ancient Rome.** Norman: University of Oklahoma Press, 2012, p. 144.

© John Pollini, 2012

¹³⁷ Encontrado em 1935 próximo a Roma, o relevo é datado da segunda metade do século I a.C., provavelmente do período cesariano, e possui cerca de 30 cm de altura por 88 de largura. Weinstock conclui que se trata de uma cópia em qualidade inferior (feita em terracota) de um relevo triunfal outro associado a César, que tematiza a vitória do general através da personificação do *Orbis* em posição de subjugação e trajada como uma amazona; a deusa Vitória nos ares coroando o triunfador; um troféu militar com armadura, lanças e escudos entre dois cativos sentados; e muros sendo construídos nas laterais. Encontra-se hoje no acervo do Museo Nazionale Romano (Inv. n° 124544), especificamente na sala de temática “Monete e prezzi a Roma” do Palazzo Massimo (WEINSTOCK, 1971, p. 45-50; ADAM, 1988, p. 46).

Quais são essas referências? Para além de existirem estátuas gregas¹³⁸ assim dispostas, indicando então uma influência helenística, já havia em Roma uma imagem conhecida trajada desta forma: o *Genius Populi Romani* (ZANKER, 2009, p. 289), que aparece de modo semelhante à estátua capitolina na documentação numismática¹³⁹. Genericamente, os gênios eram divindades imanentes aos homens, relacionados à fecundidade e potência geradora da figura masculina, além de seres espirituais ligados à proteção de lugares, o que fazia deles também numes tutelares do espaço doméstico ao lado dos Lares e dos Penates (GRIMAL, 2005, p. 183; KURY, 2003, p. 772; COMMELIN, 2011, p. 175). Fora da esfera individual, o Gênio Público, agregador dos *genii* de todos os cidadãos e protetor da coletividade romana, começou a ser cultuado em Roma justamente na área Capitolina após a derrota de Trébia para Aníbal, em 218 a.C., momento em que a existência do *populus romanus* estava ameaçada. Ao longo da história romana, outras épocas de crise instigaram oferendas ao *Genius Populi Romani* (SAN VICENTE, 2009-2010, p. 82-83) – foi o que ocorreu em 101 a.C. após a derrota dos cimbrós para as tropas de Mário na Batalha de Vercelas, promovendo a emissão de moedas com a imagem do *Genius* como forma de comemorar a salvação de Roma (SAN VICENTE, 2009-2010, p. 85).

Travestida como Gênio e no local associado ao culto desta divindade¹⁴⁰, a estátua capitolina destacava em César sua condição de *parens*, já que o *genius* estava relacionado à força masculina procriadora. Mas o fazia a partir de uma pretensão hegemônica, afinal não se tratava do *genius Caesaris* e sim o do Povo de Roma, o que o colocava como protetor de todo o conjunto cívico da *Urbs* através da sujeição do *oikouménē*. Vemos já nesta estátua, portanto, a aspiração cesariana de abranger a identidade coletiva e convergi-la para si, mas ainda sem mobilizar diretamente a memória cultural da fundação para tanto.

Já há na estátua capitolina, contudo, algumas alusões a Rômulo que podem ser detectadas. Além da proximidade com o templo de Júpiter, cujo sacerdócio (*augurato*) foi exercido pelo primeiro rei de Roma e também por César desde 47 a.C., e da inscrição “semideus” – que César logo mandaria apagar assim que tomasse conhecimento dela (Cass.

¹³⁸ Há, por exemplo, uma conhecida estátua de Alexandre Magno nua e com uma perna erguida (talvez para dar lugar ao globo). Trata-se de Alexandre de Rondanini, atualmente localizada no Glyptothek Munich, na Alemanha (POLLINI, 2012, p. 170-171).

¹³⁹ Como no denário de Públio Cornélio Léntulo Espínter, de 74 a.C. (RRC 397/1), embora aqui, apesar de seminu e com o pé direito apoiado no globo, o *Genius* está sentado em uma cadeira curul, portando uma cornucópia e um cetro, além da Vitória alada que o coroa. Mas existe um caso posterior mais próximo da estátua: um denário de Otávio, datado entre 32 e 29 a.C., em que no reverso o herdeiro de César está nu, erguido, com o pé direito sobre a *sphaera*, apoiando-se com a mão esquerda em uma lança e segurando um *aplustre* com a direita (RIC 256) (ZANKER, 2008, p. 61-63).

¹⁴⁰ Segundo San Vicente (2009-2010, p. 84), além do Capitólio, outro local de culto ao *Genius Populi Romani* era seu templo localizado próximo ao da Concórdia, no Fórum.

Dio 43.21.2) – indicar uma pretensão à divinização, tal como Rômulo experienciara¹⁴¹, a estátua foi dedicada ao lado de uma carruagem votiva, algo que remetia a Rômulo. Em seu segundo triunfo, depois de uma vitória na Caméria, o filho de Marte teria dedicado uma carruagem no Vulcanal (WEINSTOCK, 1971, p. 55-56; CADARIO, 2006, p. 28).

É preciso considerar também que a área Capitolina recebia há séculos, além de consagrações de altares, muitas estátuas honoríficas de lideranças proeminentes (como é possível ver pela Imagem 3.3). Aliás, era prática comum entre os séculos III e II a.C. dedicá-las junto a carruagens votivas, geralmente quando a estátua era a de um triunfador (WEINSTOCK, 1971, p. 56). Nesse sentido, sugere Weinstock (1971, p. 59) que o conjunto formado por César/*oikouménē*/carruagem recriava o momento final do triunfo, no qual o general desce da carruagem na área Capitolina (precisamente a região onde o percurso triunfal terminava) para adentrar o templo de Júpiter. O bronze do conjunto escultórico em questão, então, capturou o ápice da cerimônia triunfal e perpetuou-o no metal, como se todas as vitórias de César fossem garantidas a partir de 46 a.C., a ponto de estar sempre encerrando um triunfo no Capitólio. Dito de outra forma, os triunfos seguiam sendo rituais extraordinários a gerais vitoriosos, menos a César, cuja estátua capitolina fazia-o triunfar todos os dias.

Assim, esta estátua eterniza César como triunfador e o funde à coletividade romana mais pela via do *Genius Populi Romani* que pela ida ao passado remoto, embora insinuações ao primeiro rei já comesçassem a serem feitas: seja dito de passagem que Rômulo era lembrado como rei guerreiro, de forma que uma estátua de César triunfador disposta no Capitólio o enquadrava neste legado. É diferente, entretanto, das outras três estátuas discutidas a seguir, para as quais Rômulo já é uma referência clara. Estas fazem parte de um mesmo conjunto de honras votado a César pelo Senado após a Batalha de Munda, transcorrida no dia 17 de março de 45 a.C. (ZANKER, 2009, p. 292). Dio Cássio menciona na mesma passagem (43.45.3) que uma escultura de César em marfim desfilou em uma procissão entre outras estátuas de deuses durante jogos que estavam sendo realizados no Circo Máximo; outra, contendo a inscrição “ao deus invencível”, foi depositada junto ao templo de Quirino; e uma terceira teria sido integrada ao complexo escultórico das setes estátuas dos reis de Roma (Imagem 3.3, n. 906, 965-970) e do lendário fundador da República, Lúcio Júnio Bruto (Imagem 3.3, n. 902), logo na entrada da área Capitolina (Imagem 3.3, n. 1180). Suetônio (*Iul.* 76.2) cita a que desfilou entre os deuses e a situada entre os reis no mesmo capítulo em que enumera as honras desmedidas de César,

¹⁴¹ No passado mitológico romano, só três figuras, consideradas *a priori* como mortais, foram divinizadas, Hércules, Eneias e Rômulo, e destas apenas o último era autóctone do Lácio, os outros dois seguiam a narrativa apoteótica própria do mundo helenístico (KOORTBOJIAN, 2013, p. 18-20).

justificando sua morte a partir de exemplos de despotismo (*Iul.* 76.1). E Cícero, em suas cartas a Ático, relata seu descontentamento com a estátua de César dividindo o templo de Quirino (*Att.* 12.45.3; 13.28-29.3).

Matteo Cadario (2006, p. 38, 41) defende que a partir de Munda teve início um “programa coerentemente romúleo” na política dos cesarianos para elevar o ditador à posição do primeiro rei, com a intenção clara de celebrá-lo como um refundador de Roma. Começando pelo fato de que, apesar desta batalha ter ocorrido em março, a notícia da vitória foi retardada em trinta e quatro dias a fim de chegar na *Urbs* justamente em 20 de abril, véspera da Parília, na qual se celebrava a fundação de Roma por Rômulo. Foi neste mesmo dia 20 que o Senado votou as honras citadas há pouco, e Cadario (2006, p. 42) afirma que a procissão a qual a estátua de marfim desfilara seria então a *pompa circensis* da Parília, além de ter desfilado uma segunda vez nos *ludi Victoriae Caesaris*, ocorridos do dia 20 a 30 de julho do mesmo ano para celebrar a vitória em Munda, como Cícero relata em uma carta (*Att.* 13.44.1). Na ausência de César, sua efígie marcou presença em Roma durante a celebração da fundação da cidade em um local reservado aos deuses, algo que, apesar de não implicar necessariamente na reivindicação explícita da divinização, tinha um caráter sugestivo, ainda mais considerando a inscrição *hēmítheos* que a estátua capitolina do ano anterior trazia.

Além da Parília, a atribuição do papel de novo fundador a César se realçava com a colocação de uma estátua sua no templo de Quirino. Após ascender aos deuses, Rômulo foi assimilado a Quirino, deus guerreiro de origem sabina e antiquíssimo entre os romanos (GRIMAL, 2005, p. 403), o que fez da veneração a Quirino o culto também ao *parens* fundador. É importante notar nas lendas que narram a apoteose de Rômulo o papel de um ancestral da *gens Iulia* que testemunhara o evento, Próculo Júlio: Tito Lívio em *Ab urbe condita* (1.16), por exemplo, conta que Rômulo descera dos céus para Próculo Júlio, provando sua imortalidade e pedindo a este que contasse aos romanos uma profecia, segundo a qual Roma deveria cultivar a arte da guerra pois, por vontade divina, deveria ser senhora do mundo. Enquanto seu ancestral atestou a apoteose romúlea, César recebeu a honra de ter uma imagem sua coabitando o templo do deificado, o que conecta duplamente a *gens Iulia* à divinização do primeiro rei, uma vez no passado longínquo e outra no presente. Aliás, o templo de Quirino, que sofrera com um incêndio em 49 a.C., estava sendo reinaugurado em 45 a.C. com uma nova estrutura de pórticos sob autoridade de César (CAPANNA, 2017, p. 453). Ao lado da inscrição “ao deus invencível”, que não fica claro na passagem de Dio se se refere a César ou a Quirino (CADARIO, 2006, p. 48), o ditador cumpriu então a profecia romúlea, pois agraciou Roma com muitas vitórias e conquistou o ecúmeno.

Finalmente, a última estátua das honras de abril de 45 a.C. – a que chamou mais atenção, como pontua Zanker (2009, p. 292) – foi colocada entre os reis na entrada da área Capitolina, próxima à oitava estátua, a de Lúcio Bruto (Dio Cass. 43.45.4). Segundo Jane DeRose Evans (1990, p. 100), as estátuas dos sete reis e de Bruto estavam localizadas muito próximas ao templo de Júpiter Optimus Maximus (conferir Imagem 3.3), eram feitas em bronze, em tamanho real e provavelmente continham inscrições nos pedestais que detalhavam os feitos de cada representado (EVANS, 1990, p. 105). A autora também sugere que foram erguidas por volta do ano 280 a.C., quando Roma se aliou a Vulcos e a Tarquínia na guerra contra Pirro, em um momento em que se valorizava as origens latinas da *Urbs* para se contrapor ao mundo grego (EVANS, 1990, p. 101). O Capitólio em si já era um local associado à memória dos reis antes mesmo da ereção desse complexo escultórico, pois lá se localizavam os primeiros santuários romanos erguidos durante a monarquia (EVANS, 1990, p. 102). Com esta nona estátua ali inserida, a imagem de César mergulhava com mais profundidade na memória dos antigos monarcas. Por um lado, próximo a Bruto, que livrara Roma da tirania do último Tarquínio, vinha à tona mais uma vez a relação de César com a *libertas* (CADARIO, 2006, p. 39), sua investida contra a opressão da facção minoritária em prol da emancipação romana que tratamos no primeiro capítulo. Por outro, se a galeria de heróis se iniciava em Rômulo, fechava-se em César, criando um vínculo teleológico entre fundador e refundador – o ditador encerrava no presente aquilo que Rômulo criara no passado, a saber, Roma.

As três estátuas votadas em 45 a.C., cada uma a sua maneira, colocavam César na condição de um novo Rômulo. Soma-se a isto outras honras que também agregavam a César esta posição¹⁴². Todavia, as fontes relatam a repercussão negativa desse paralelo. Por exemplo, Cícero (*Att.* 13.44.1) comemora a notícia dada por Ático de que, quando a estátua de marfim desfilou pela segunda vez em julho nos *ludi Victoriae Caesaris*, o povo que assistia a procissão, escandalizado com a presença de César entre as imagens divinas, recusou-se a aplaudir inclusive a deusa Vitória, que era exibida junta à efígie do ditador. Plutarco (*Vit. Brut.* 9.3) conta que, no pedestal da estátua de Lúcio Bruto (a qual, vale dizer, portava sua espada desembainhada), foram grafadas mensagens que desejavam que o tiranicida estivesse vivo. Já Suetônio (*Iul.* 80.6) afirma que na estátua de César constava o escrito: “Bruto, por expulsar os

¹⁴² Como o direito de oferecer os *spolia opimia* ao templo de Júpiter Ferétrio (Dio Cass. 44.4.3), fundado por Rômulo que ali dedicou os espólios de Cenina, ou o direito de posicionar sua tumba dentro do pomério (Dio Cass. 44.7.1). Ademais, Cícero (*Div.* 2.110), Suetônio (*Iul.* 79.4) e Plutarco (*Vit. Caes.* 60.2) falam que, como constava nos livros sibílicos, os partas – contra os quais César organizava uma campanha em 44 a.C., mas que nunca ocorreu – só seriam derrotados por um rei, o que teria levado o quindécenviro Lúcio Aurélio Cota à pretensão de apresentar ao Senado uma proposta (rechaçada) de conceder a César o título de *rex*.

reis, foi o primeiro a se eleger cônsul; este aqui, por expulsar os cônsules, acabou por se tornar rei” (SUETÔNIO, 2007, p. 115). Até mesmo Catulo (29.5), anos antes da guerra civil e, portanto, das comparações mais explícitas entre o general e o primeiro rei, já satirizava César como um imitador de baixa categoria (ELLIS, 2010, p. 77) qualificando-o como “Rômulo chupador” (CATULO, 1996, p. 86).

A recepção foi de tal modo desfavorável a César que é possível levantar a dúvida se tais honras foram desacertos dos próprios cesarianos ou se se tratava de provocações travestidas de elogio (ZANKER, 2009, p. 295). Sendo impossível chegar na resposta, a questão que então colocamos é o porquê de uma receptividade tão avessa ao paralelo com Rômulo. Apesar da imagem despótica e da pretensa divinização que seus opositores lhe imputavam, o projeto cesariano era mais complexo. Koortbojian (2013, p. 22-24) certifica que, embora fosse cultuado no oriente helenístico como um deus, a realidade romana era diversa, de modo que é impossível precisar se César foi visto em Roma como um deus quando ainda estava vivo – certamente o foi após a morte. O argumento central de Cadario (2006) matiza as estátuas votadas a César, mostrando que todas, além de terem precedentes (e, logo, não serem precisamente inovações audaciosas), visavam na verdade conjugar o ditador à tradição romana em detrimento de seu grande inimigo na guerra civil, Pompeu, que por seu turno vinculava suas conquistas à memória de Alexandre Magno, um estrangeiro. César rechaçou o modelo helenístico a fim de localizar suas honras extraordinárias no passado de Roma. Ao contrário de Pompeu, buscou amparo mais no *mos maiorum* que no oriente grego e encontrou em Rômulo um paradigma a seguir, muito mais íntimo aos romanos (CADARIO, 2006, p. 59-63).

Ainda assim, o romulismo de César produziu o efeito inverso ao esperado. Olivier Hekster, em um artigo dedicado à memória no governo de Augusto (2007), mas cujas reflexões cabem perfeitamente aqui, argumenta que as tradições não são inventadas no vazio ao bel prazer dos líderes romanos interessados em legitimar no passado seu estatuto atual, pois apesar de plástica, a memória não é uma mera ferramenta. Ao contrário, a tradição existente, cotidianamente compartilhada e materialmente experienciada, impõe condicionantes e limitações aos líderes políticos que buscam se beneficiar dela, fazendo-os se adequarem ao repertório conhecido por meio de concessões e reconhecendo impossibilidades de se apoiarem em algumas memórias. Sendo assim, a Rômulo estavam vinculadas tradições que, coligadas à memória comunicativa em circulação nos anos 40 a.C., poderiam ser bem desagradáveis a César. A primeira é a passagem do fratricídio de Remo, que é narrada por alguns autores tardo-

republicanos¹⁴³ como a violência original, fundadora da discórdia na sociedade romana (GABRIELLI, 2018, p. 851). A segunda é a outra versão da morte de Rômulo, não apoteótica: seu assassinato pelas mãos dos senadores¹⁴⁴. Os eventos recentes envolvendo César, como a guerra civil e a oposição senatorial, poderiam instigar na comparação com Rômulo a lembrança dessas passagens ao invés de outras positivas, justamente as quais ele gostaria que fossem recordadas. Dentro da tradição romúlea, portanto, havia brechas que em diálogo com o passado recente deixavam César em uma situação delicada.

Mas além disso, Rômulo estava institucionalmente inserido em Roma. Pois ele não foi apenas o responsável pela fundação da cidade no Palatino com a interpretação de auspícios divinos, foi também o criador da comunidade cívica romana (daí seu lugar de *parens* no passado mítico) e de uma série de instituições administrativas e sagradas que se perpetuara ao longo da República. Mayorgas (2010, p. 94-100) lista algumas das tradições associadas a Rômulo, como a instituição do pomério, os *spolia opimia* no templo de Júpiter Ferétrio, as três tribos, as dez cúrias, até mesmo a criação de algumas leis, além de festividades, como a Parília e a Lupercália, e *mnemotopoi*, tais como a caverna do Lupercal, o *ficus Ruminalis* e a *casa Romuli*. Mesmo que muitas destas fundações tenham se desenvolvido ao longo dos anos e não sejam tão antigas, a memória cultural as atribuía a Rômulo. Este, apesar de rei, acabou fundido na estrutura política da *res publica* com todas as criações que lhe eram atribuídas – Cícero, em *De Re Publica* (2.17), delega a Rômulo as duas maiores pedras fundamentais da República, o Senado e os auspícios (isto é, o ato de interpretá-los, autoridade própria dos áugures).

Em síntese, Roma estava saturada de Rômulo: ele marcava constante presença na paisagem urbana e nos cerimoniais cívicos e religiosos da cidade (MAYORGAS, 2010, p. 105). Era aí que residia o problema. Como vimos no capítulo primeiro, a centralização do poder em curso no século I a.C. não poderia interferir na disposição hierárquica que agregava o corpo aristocrático, ou seja, nos cargos e instituições que davam contorno à *res publica*, afinal, concluiu Winterling (2009, p. 29-30), a sociedade romana estava politicamente integrada neste formato político. Solucionar a principal contradição vivida pela hegemonia romana implicava em encontrar uma acomodação entre a nova realidade material dos grandes generais e a ordem republicana, que deveria permanecer incólume para a reprodução social da elite enquanto tal.

¹⁴³ Como Dionísio de Halicarnasso (*Ant. Rom.* 1.85.4-6, 87.1-2) e Tito Lívio (1.7). Segundo Wiseman (1995, p. 143), ambos os autores se inspiraram na versão da morte de Remo deixada pelos escritos do político popular e historiador Caio Licínio Macer, que fora também tribuno da plebe e favorável à revogação da legislação silana nos anos 70 a.C.

¹⁴⁴ Segundo Poucet (1985, p. 289-290), é difícil precisar qual é a versão mais antiga, mas de qualquer forma predomina o tema do desaparecimento misterioso de Rômulo em ambas. Sobre a versão do assassinato de Rômulo, ver Tito Lívio (1.16), Plutarco (*Vit. Rom.* 27.5-6) e Apiano (*B Civ.* 11.114).

Sendo Rômulo visceral a Roma, imensamente institucionalizado nos quadros representativos da *res publica*, recorrer à sua memória para respaldar o enorme poder acumulado significava buscar um *locus* institucional, dentro da *res publica*, e, assim, desequilibrar a integração social hegemônica. Daí a colisão crítica com os opositores, que viram suas posições ameaçadas apesar da política de clemência e do apelo à tradição latina por parte de César.

Por fim, se a memória cultural referente a este rei mitológico estava profundamente enraizada na *Urbs*, César possuía pouco espaço de manobra ao tentar se associar a ela. Ou seja, ela lhe impunha mais limitações, que lhe obrigavam a fazer concessões, que abria possibilidades de favorecê-lo. A roupagem de Rômulo pela qual César buscava tonificar a própria imagem exigia deste último a capilaridade social, institucional e memorial do primeiro, cobrava uma envergadura que o ditador não teve tempo hábil para desenvolver. A abundância das referências a Rômulo na capital ultrapassava em grandeza qualquer conquista que os cesarianos intentassem qualificar como o legado romúleo de César, o que armava a oposição. Ao se comparar ao primeiro rei, então, César se sujeitou a Rômulo, e não o contrário, o que instigou entre aqueles que viram as estátuas cesarianas uma confrontação desequilibrada para o lado do ditador: ele jamais poderia competir com a aura do passado original, amplamente lembrado e acessado pela audiência romana. Em suma, César saiu prejudicado desta associação, com críticas e embaraços nas costas. A grandeza do passado fagocitou o presente, apequenando-o.

3.2. *Pater patriae*: Eneias em Augusto

[...] julgando alguns convir que fosse chamado Rômulo, como se ele próprio fosse também o fundador da Cidade, prevaleceu que seria preferivelmente chamado Augusto, com um cognome não apenas novo, mas também mais grandioso, pois tanto os locais santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “augustos”, de *auctus*, *aiium gestus* ou *gustus*, como também Ênio ensina em seus escritos: ‘Depois que a famosa Roma foi fundada por um augúrio divino.’ (*Aug.* 7; SUETÔNIO, 2007, p. 56)

Em 27 a.C., dentre as honras dedicadas pelo Senado a Otávio, estava um novo cognome. Este acabou sendo *Augustus*, embora tenha sido sugerido o nome do rei fundador, que foi recusado como Suetônio menciona na passagem acima. O herdeiro de César agia com cautela, tomando as desaprovações sofridas por seu pai como lição na frágil conjuntura política que se desenhava, o que não o impediu, por outro lado, de recorrer ao passado remoto assim como aquele o fizera. No entanto, em Augusto, seriam construídas relações mais íntimas com Eneias que com Rômulo – mesmo que, como dissemos no início, a ideologia do Principado comportaria como referencial caro também o filho de Marte. Veremos agora o modo como o *princeps* se aproximou de Eneias a partir da análise de duas estátuas. Desde já, reiteramos que, se César tivera pouco tempo para aprimorar seu projeto romúleo, Augusto teve décadas de

experimentação para polir sua relação específica com Eneias. Destaca Pollini (2012, p. 166-174) que, carecendo de uma robusta carreira logo no início do Segundo Triunvirato, as primeiras representações do jovem Otávio carregavam traços alexandrinos que deveriam compensar a defasagem bélica em comparação aos demais triúnviros. Já as duas estátuas discutidas a seguir, por seu turno, fazem parte do grupo mais tardio de representações de Augusto – o chamado Tipo V (POLLINI, 2012, p. 174-175) – que claramente se afasta das referências ao rei macedônico. Assim como nos debruçamos em exemplos de estátuas do apogeu político de César, faremos o mesmo no caso de Augusto.

A primeira estátua é aquela nomeada pelo local em que foi encontrada: em Prima Porta, especificamente na Villa de Lúvia¹⁴⁵, norte de Roma (Ficha 19, p. 247). Apesar de datar do início do Principado Tiberiano, crê-se que Prima Porta seja uma cópia em mármore de um original em bronze produzido no contexto de recuperação dos estandartes militares e de liberação dos cativos romanos do Império Parta, em 20 a.C.¹⁴⁶. Há tempos os partas perturbavam as pretensões expansionistas de Roma no leste. A primeira grande – e humilhante – derrota caiu sobre as legiões de Crasso na Batalha de Carras, em 53 a.C., que resultou na morte de 20 mil soldados, no aprisionamento de outros 10 mil e na captura dos estandartes. Com a campanha de César abortada em 44, outras duas também culminariam em fracassos e na perda de mais estandartes, uma em 40 por Lúcio Decídio Saxa e outra em 36 por Ópio Estaciano, ambos sob comando de Marco Antônio (SIMPSON, 2005, p. 82). A retaliação romana pelos traumas causados na Pártia era impacientemente aguardada – uma elegia de Propércio (3.4), por exemplo, dá o tom do apetite por espólios e vingança¹⁴⁷.

Contudo, o afã do eu lírico properciano foi abafado pelo modo como Augusto conduziu a questão. Não houve guerra, mas sim uma negociação ocorrida na Síria que pôs fim, naquele momento, às tensões entre ambos os impérios e que, apesar da resolução diplomática, foi comemorada no final de 19 a.C. como um verdadeiro triunfo (ROSE, 2005, p. 22-23). Assim, o primeiro paralelo com Eneias já se estabelece através do próprio desenrolar dos fatos, já que no lugar do herói guerreiro se impõe o líder pacificador, cauteloso e, acima de tudo, pio, que

¹⁴⁵ Em um local chamado à época de *Gallina Alba*, já que, entre 39 ou 38 a.C., conta-se que enquanto Lúvia visitava a vila uma águia deixou uma galinha branca que portava um ramo de louro no bico cair dos céus, o que foi interpretado como um bom presságio (BARROW, 2018, p. 105).

¹⁴⁶ Há, contudo, quem discorde desta identificação amplamente aceita. Christopher Simpson, em um artigo (2005), levanta contrapontos para sugerir que a couraça não remeteria à paz com a Pártia, mas a outros momentos políticos decisivos do Principado dos anos 10 a.C.

¹⁴⁷ “Guerra o Deus César trama contra os ricos Indos, / quer sulcar com a armada o mar gemífero. / Grandes prêmios, Quirite! Triunfos vêm de longe: / fluirão sob tuas leis Tigre e Eufrates, / tardia vem à verga Ausônia essa província, / troféus Partos virão ao Lácio Jove. / Ide, ide, dai vela aos bélicos navios; / corcéis, trazei o costumeiro espólio! / Eu canto os bons augúrios: vingai Crassos, perdas! / Ide e cuidai da história dos Romanos! / [...]” (Prop. 3.4, 1-10; PROPÉRCIO, 2019, p. 203).

devolveu a Roma os estandartes sagrados depositando-os no templo de Marte Vingador do Capitólio. Sendo fruto deste contexto, Prima Porta tece relações imagéticas entre Augusto e Eneias que podem contribuir para a compreensão da memória cultural na época do Principado. Tal associação já foi notada em estudos mais antigos, como o de Louise Adams Holland (1947, p. 278), que detecta na postura da estátua a pose feita por Eneias em uma passagem da Eneida de Virgílio (12.311-312): sem capacete, com a mão direita erguida desprovida de armas para chamar seus soldados e tentando evitar mais um banho de sangue após o rompimento do pacto com Latino, rei do Lácio. Embora algumas passagens da obra virgiliana nos ajudem, tomar livremente a estátua como referência literal a um excerto do épico reduz o artefato ao texto, negando suas faculdades materiais.

Para evitar tal reducionismo, seguiremos por outro caminho. O primeiro aspecto a se considerar é o quesito estilístico do corpo da estátua. É notável na disposição corporal de Prima Porta a inspiração na famosa estátua de Doríforo¹⁴⁸, do escultor grego clássico Policleto, e acrescenta Pollini (1995, p. 274-275) que, em menor grau, também lhe serviu de modelo uma estátua de Alexandre portando uma lança, feita por Lísipo. No mundo romano, Doríforo era identificado como o herói mitológico Aquiles, do qual Alexandre reivindicava ascendência por via materna (POLLINI, 1995, P. 275), sendo ambos destacados como exímios guerreiros cujas investidas de maior sucesso se concentraram no Levante – Troia no caso de Aquiles e os vastos reinos do Oriente Próximo no de Alexandre. Prima Porta, portanto, se baseia formalmente em Policleto e Lísipo, compartilhando elementos clássicos e helenísticos. Mas não o faz para alinhar mais um general na tradição dos assediadores gregos inaugurada por Aquiles, afinal Augusto provinha de uma linhagem troiana e sua atitude para com os partas, povo de origem persa, não foi de conquista, mas de pacificação. Com o uso do repertório estilístico, a estátua alude, a partir de obras muito conhecidas no mundo latino, o modelo do herói guerreiro helênico para então superá-lo, colocá-lo abaixo em defesa de um novo paradigma de pacificador romano centrado em Augusto, por sua vez inspirado em Eneias.

Isso não implica, por outro lado, no abandono dos valores militares romanos nem na negação das armas. Além da couraça e do *paludamentum*, típico manto militar que aqui envolve sua cintura, a estátua portava originalmente algum objeto na mão esquerda (é possível ver os furos que sustentavam o objeto perdido na Figura 19.6, p. 251). Ao que tudo indica¹⁴⁹, este

¹⁴⁸ Uma das réplicas mais bem conservadas é de Pompeia e hoje se encontra no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles (MANN, n° inv. 6011).

¹⁴⁹ Assim como Doríforo, que traduzido do grego *Doryphóros* literalmente significa “lanceiro” ou “portador da lança”, ostentava uma originalmente, encontramos duas séries de denários emitidas entre 32 e 29 a.C. que estampam Otávio trajado de forma muito parecida com Prima Porta, com o braço direito erguido (na primeira

artefato era uma lança. Segundo Pollini (2012, p. 190), baseado em uma estátua em bronze de Germânico que hoje se encontra no Museu Arqueológico de Amélia¹⁵⁰, muito provavelmente a lança estaria com a lâmina voltada para baixo, gesto que simbolizava paz. Dessa forma, a estátua não deixa de demonstrar força ao segurar a lança como Doríforo e Alexandre, mas o faz de modo invertido para garantir a estabilidade no império, em um programa ideológico denominado por Pollini (2012, p. 181-182) como “paz através da vitória”, isto é, não uma paz ideal, despreendida da realidade e sustentada em si mesma (como a serenidade divina garantida no reinado de Saturno), mas sim uma amparada pelo labor da guerra, pela constante vigilância moral e piedade para com os deuses. Logo, contraposto ao guerreiro grego Aquiles, encontrava-se dentro das muralhas de Troia Eneias, cujo exemplo de esforço objetivando a prosperidade de tempos pacíficos é emulado por Augusto em Prima Porta.

Outrossim, sendo Eneias descendente de Vênus e, por consequência, intimamente avizinado do plano divino, a estátua não poderia deixar de mobilizar elementos que conjurassem a aura sagrada. A principal marca da representação divina na estatuária era a nudez e, apesar de não estar nua, há recursos em Prima Porta que sugerem tal condição. O primeiro é o modo como a couraça se ajusta ao corpo de forma justa, dando relevo aos músculos de Augusto e fazendo despontar, inclusive, seus mamilos e umbigo (BARROW, 2018, p. 95-96). Outro artifício é o paludamento que, ao invés de se acomodar no tronco, preso ao ombro como era comum, se enrola no quadril, aludindo às estátuas seminuas que expõe o tronco e as pernas despidos (BARROW, 2018, p. 96). Finalmente vemos os pés descalços de Augusto, o que era incomum na retratação de generais. Logo, evitando provocá-la de maneira direta, a nudez em Prima Porta é insinuada, o que projeta Augusto em um plano intermediário entre o mortal e o divino, no estado de uma semidivindade. É finalmente a figura do Cupido montada em um golfinho aos seus pés (Figura 19.3, p. 249) que sela a origem sagrada do imperador, afinal o pequeno deus era também filho de Vênus. Mesmo existindo a hipótese de que esta deidade não estava presente na versão original da estátua¹⁵¹, o Cupido gesticulando de modo espelhado a Augusto (com a mão esquerda erguida e a direita retraída) presentifica as origens sagradas da *gens Iulia* na escultura.

ordenando o ataque – RIC 251 – e na segunda em *adlocutio* – RIC 253) e segurando uma lança (ZANKER, 2008, p. 77-78). Além disso, Pollini (2012, p. 189) menciona um relevo pompeiano que traz um rei helenístico em disposição semelhante a Prima Porta, segurando uma lança com a mão esquerda.

¹⁵⁰ N° inv. 50207. Conferir POLLINI, John; GIUMLIA-MAIR, Alessandra. The Statue of Germanicus from Amélia: New Discoveries. In: **American Journal of Archaeology**, v. 123, n. 4, p. 675-686, 2019.

¹⁵¹ Pois o Cupido tem aqui a finalidade prática de sustentar o peso mármore, algo que não seria um problema ao bronze (POLLINI, 2012, p. 187).

Eneias e o princípio dardânio de Roma são evocados ainda na riquíssima iconografia estampada na couraça (Figura 19.4, p. 250). Muita tinta foi e ainda será gasta para descrever e identificar as personagens que se encontram aqui, dada a polissemia da cena. O fato é que não estamos diante de um evento específico, mas de um plano mitológico que conclama referências espaciais e temporais para unir atemporalmente o império. Nas laterais flanqueiam duas províncias, personificadas como mulheres sentadas em posição de luto: com o *carnyx*, a Gália encontra-se subjugada à direita (Figura 19.8, p. 252); com a espada embainhada, o que indica certa autonomia em relação a Roma, um reino cliente como a Judeia ou a Armênia (ou mesma a Hispânia que apesar de província viveu intensas revoltas nos anos 20 a.C.) é encarnado na figura da esquerda (Figura 19.7, p. 251) (GALINSKY, 1998, p. 158). Abaixo destes territórios, os deuses patronos de Augusto, Diana (Figura 19.9, p. 252) e Apolo (Figura 19.7, p. 251), que o ajudaram nas vitórias durante a guerra civil (POLLINI, 2012, p. 187), também circundam a orla da couraça. Na parte superior paira a cena que engendra mais movimentação (Figura 19.5, p. 250), pois Sol em sua quadriga avança em direção a Aurora alada que despeja o orvalho contido em sua vasilha enquanto a abóboda celestial é sustentada pelos braços de *Caelus* como um manto.

A alegoria do nascer do dia é completada por uma figura posicionada atrás de Aurora, cujo manto esvoaçante acima de sua cabeça e tocha em mãos a fizeram ser identificada como Luna. Entretanto, sendo o dia que rompe no plano superior da couraça, a presença da lua, ainda que relativamente escondida, é um pouco suspeita. Partindo disso, Galinsky (1998, p. 159) propôs outra leitura: sem descartar os signos lunares da personagem, a polissemia da cena abre a possibilidade de identificarmos Vênus. Não sua versão com atributos maternos, *Genetrix*, própria da *gens Iulia*, mas a forma sideral da deusa, ou seja, a Estrela da Manhã¹⁵², que com sua tocha precede a iluminação do dia. Na jornada de Eneias, e aqui Virgílio pode jogar luz sobre a questão, Vênus intercede junto a Júpiter por seu filho (1.229-253), que por sua vez lhe consola confirmando a profecia de Lavínio (1.257-260), a fundação de Roma (1.275-277), até finalmente a consumação dessa poderosa estirpe com os Júlios e o César de Troia, isto é, Augusto (1.286-288). A partir de então, Vênus auxilia Eneias em seu caminho, que passa a ser “guiado pela deidade materna” (1. 380) na procura da “Itália nativa” (1.382). Em muitas

¹⁵² Há Lúcifer no campo mitológico (assimilado do grego Fósforo ou Heósforo) correspondente à estrela-d’alva, filho de Júpiter com Aurora, responsável por cuidar dos corcéis e do carro de Sol. Entre os astros equivale ao planeta Vênus, que desponta no leste logo antes do nascer do sol e volta a brilhar no oeste durante o poente – quando assume a forma de Vésper, em grego, Héspero (COMMELIN, 2011, p. 92). Contudo, tanto Lúcifer quanto Vésper são divindades masculinas, sendo que a figura atrás de Aurora tem traços femininos (tanto que é comumente identificada como Luna), o que possibilita o reconhecimento do astro de Vênus, sem passar pelo crivo do panteão helênico que atribuiria características masculinas à personagem.

passagens, tal orientação vem da esfera celeste, como quando Palinuro observa os astros (1.515) para traçar o curso e enfim chegar ao Lácio, o que torna as estrelas peça-chave na trajetória de Eneias (BOTHÁ, 1991, p. 22). Ademais, no âmbito imagético, encontramos outras representações de Vênus associada à estrela, como em um denário de César de 45 a.C. (RRC 468/2), indicando o envolvimento da deusa na condução de Eneias através dos astros (PANDEY, 2018, p. 45). Em *Prima Porta*, Vênus com a tocha funde na mesma representação pictórica o zelo da deusa mãe por Augusto e a ajuda sideral que conduziu os últimos troianos em segurança à terra itálica.

O tema do percurso de Eneias, do oriente ilíaco ao ocidente latino, ecoa ainda no centro na couraça (Figura 19.6, p. 251). Embora esta cena faça referência aos eventos de 20 a.C., isto é, à devolução dos estandartes militares pelos partas aos romanos, o faz dentro da dimensão atemporal em que se desenvolvem todas as imagens da couraça. Rose (2005, p. 23) sublinha a inovação iconográfica feita ao personificar a Pártia (à direita) como um homem¹⁵³, afinal o costume era utilizar mulheres na figuração de províncias conquistadas ou em vias de dominação, como vimos nos casos laterais da couraça. Por oposição, a figura romana que recebe o estandarte (à esquerda), comumente tomada como Marte¹⁵⁴, tem atributos femininos: o capacete é ático, usado por amazonas, e não coríntio, como aquele de Marte; há tufos de cabelo que escapam do capacete, lábios carnudos, cintura estreita e quadril largo; e um cão é figurado nos pés, signo comum também das amazonas. Rose (2005, p. 25) então propõe se tratar da personificação da deusa Roma. O contraste de gênero se dilui na condição de igualdade em que Pártia e Roma se encontram, afinal a primeira não se prostra aos pés da segunda, enlutada como as províncias dos flancos, mas ambas se projetam de pé, uma em frente à outra (ROSE, 2005, p. 27).

É aqui que a memória cultural se vivifica. A Pártia, enquanto reino levantino, integrava o repertório oriental desenvolvido por Roma para figurar a alteridade desses povos – o parta de *Prima Porta* pegou emprestado desse repertório seu semblante, sua barba, sua indumentária. Tais características eram também mobilizadas na representação de troianos (ROSE, 2005, p. 34-35), por sua vez ilustrados sempre como homens. A escolha do gênero masculino, a centralidade em detrimento das outras províncias dispostas nos cantos e a igualdade em relação a Roma afasta a Pártia do papel de inimigo subjugado e a aproxima de Troia. Ao trauma das derrotas romanas para os partas, *Prima Porta* respondeu trazendo-os para dentro de seu estimado mito fundante. Assim, o império é usado como fórmula do discurso hegemônico do Principado,

¹⁵³ Ou o rei parta, Fraates IV (BARROW, 2018, p. 94-95).

¹⁵⁴ Também por Rômulo, Eneias, o próprio Augusto ou até mesmo Tibério (BARROW, 2018, p. 94-95).

pois acomoda o *princeps* não somente no centro da conciliação entre partes ocidental e oriental do *orbs*, mas como o responsável por aproximá-las espacial e temporalmente.

Vênus que paira acima com a tocha aparece em dois momentos do dia em locais diferentes do céu: no nascer do sol, surge no leste; no pôr do sol, no oeste. No passado, Eneias guiou-se pela estrela vespertina para chegar ao Lácio; agora, fazendo o caminho inverso, Augusto segue a estrela matutina para chegar ao Oriente. Após séculos de conquistas que resultaram na sujeição de províncias e guerras civis (lembramos da proteção de Apolo e Diana durante estas), Roma se reencontra com suas raízes orientais em estado de paz. O resultado da união do presente ao passado longínquo encerra-se então na negação do tempo, na perpetuação atemporal da pacificação do império. Não por acaso, abaixo da cena central e observando-a, vemos por fim uma divindade feminina (Figura 19.9, p. 252) com sua cornucópia, duas crianças e um tímpano. A imprecisão na identificação desta é proposital, podendo ser tanto *Tellus Italiae* quanto Cibele, deusa mãe da Frígia que também zelou por Eneias (GALINSKY, 1998, p. 160). Vacilando entre ocidente e oriente, a deusa materna garante a prosperidade de Roma através de seu retorno a Troia.

Em suma, Eneias e o mito troiano aparecem muitas vezes em Prima Porta. No entanto, o modelo central permanece sendo Augusto, que não se traveste como Eneias nem ousa ocupar seu lugar. O mesmo ocorre na segunda estátua selecionada, Augusto da Via Labicana (Ficha 18, p. 244). Essa escultura de 12 a.C., cujo modelo seria muito replicado a partir de então¹⁵⁵, advém do contexto em que Augusto assumiu a liderança do colégio sacerdotal dos pontífices, isto é, tornou-se *pontifex maximus*. Lépido, ex-triúmviro que desde 36 a.C. vivia em ostracismo, permaneceu no pontificado máximo até sua morte, quando o *princeps*, que havia rejeitado pedidos anteriores de assumi-lo na época em que seu colega ainda vivia¹⁵⁶, passou então a ocupar o cargo em 6 de março de 12. Apesar da situação de quase exílio de Lépido ter sido provocada pelo próprio Augusto, a espera para tornar-se *pontifex maximus* deveu-se ao zelo pelas tradições religiosas, segundo as quais a titulação só poderia ser assumida com a morte do predecessor, ainda que Augusto, através da influência que exercia em outros sacerdócios, já agisse como pontífice máximo sem ter sido oficializado no cargo (OMENA, 2018, p. 133-134). Augusto já era áugure, *quindecimvir sacris faciundis*, *septemvir epulonum*, *frater arvalis*, *sodalis Titius e fetialis* (BOWERSOCK, 1990, p. 382), e pôde, a partir de 12 a.C., exercer de

¹⁵⁵ Além de outras imagens de Augusto com a cabeça velada, é possível perceber a especialização de escultores na confecção de partes distintas da estátua, isso porque a cabeça, além de ter sido fabricada com um tipo diferente de mármore em relação ao corpo, é ligeiramente menor que este, o que sugere uma produção seriada do modelo da Via Labicana (ZANKER, 2010, p. 68).

¹⁵⁶ Segundo suas próprias *Res Gestae* (10.2).

modo mais autônomo as atividades religiosas da *Urbs*, supervisionando os registros religiosos e os ritos expiatórios, vigiando o cumprimento do calendário religioso e tratando do direito familiar (OMENA, 2018, p. 128), além de nomear e disciplinar membros adicionais do colégio dos pontífices, isto é, os flâmines, o *rex sacrorum* e as vestais (BELTRÃO, 2006, p. 143).

A estátua da Via Labicana é uma das várias que imortalizam a centralidade de Augusto nas atividades religiosas romanas, e o faz como se o *princeps* estivesse conduzindo um ritual. A cabeça era velada com um manto apenas durante cerimônias sagradas, indicando a reverência sacerdotal ao divino. Já as mãos, que não foram conservadas, deveriam portar originalmente instrumentos ritualísticos. Por exemplo, estando o antebraço disposto perpendicularmente em relação ao tronco, Zanker (2010, p. 68) propõe que talvez a mão direita segurasse uma *patena*, um tipo de tigela rasa ou prato usado em libações – geralmente para derramar vinho sobre o altar ou cabeça do sacrifício (FARIA, 2021, p. 708) –, com o intuito de equilibrar o líquido no recipiente para não derramar. Já o que a mão esquerda portava, se é que o fazia, é mais difícil de conjecturar: talvez um *lituus*, semelhante à estátua de culto do Divino Júlio, que em vida também foi sumo pontífice, embora tal instrumento fosse mais íntimo aos áugures; ou então um *uolumen*, um rolo de pergaminho, já que possui atrás de seu pé esquerdo um recipiente utilizado para guardá-los e há outras estátuas de Augusto togado (assim como esta, mas sem a cabeça velada)¹⁵⁷ em que ele segura um *uolumen*, caracterizando-o como orador ou senador (MARTINS, 2011, p. 192).

Independente desses detalhes, o fato é que se trata de um sacerdote em vias de realizar a consagração litúrgica. Sendo os sacrifícios esporádicos, a estátua pereniza no mármore os gestos do procedimento sagrado, fazendo da vigilância dos deveres para com os deuses uma atenção constante de Augusto. Em outros termos, a estátua garante em sua materialidade a eterna piedade do representado, já que conserva no corpo do *princeps* signos que eram apenas ocasionalmente utilizados. Portanto, o principal valor que ganha figuração através da estátua da Via Labicana é a *pietas*. Segundo a definição de Galinsky (1998, p. 86-88), *pietas* corresponde a um valor de cunho cooperativo, pois reporta a responsabilidade social de cumprir os desvelos, em uma primeira escala no cuidado com a família, em uma segunda com a *res publica* e em uma terceira com os deuses. Implica também nas qualidades afetivas e sentimentais do esforço altruísta que objetiva o bem comum. Trata-se, enfim, de uma das principais incumbências do *pater familias*, que capitania sua *domus* e todos aqueles agregados a esta e sujeitos à sua *auctoritas*, além de conduzir o culto doméstico dos deuses tutelares (Penates, Lares e Gênio).

¹⁵⁷ Como as estátuas de Augusto togado da Galleria degli Uffizi, em Florença (n° inv. 76), ou do Museu do Louvre, em Paris (n° inv. MR 100N15).

No passado longínquo, dentre as figuras notabilizadas por sua *pietas*, encontramos o segundo rei romano, Numa Pompílio¹⁵⁸, e Eneias. Dado o afastamento da imagem monárquica por parte de Augusto e das poucas associações a Numa¹⁵⁹, enquanto Eneias foi bastante aludido ao longo de todo o Principado, o paralelo com o troiano era bem mais sugestivo. Eneias foi pio não só por ter se preocupado em resgatar as estatuetas dos cultos domésticos (Penates e Paládio) e levá-las consigo até o Lácio, mas também por salvar sua família da destruição de Troia. Um motivo iconográfico muito difundido em Roma no período augustano era o de Eneias durante a fuga da Troia sitiada carregando nas costas seu pai, Anquises, enquanto levava seu filho criança, Iulo, pela mão. Encontramos tal tema em imagens distintas e em momentos diferentes da consolidação da *gens Iulia* no poder, desde a ditadura de César, como no caso do reverso do denário mencionado há pouco (Imagem 3.1), até durante o declínio da dinastia Júlio-Claudiana, como em um altar cartaginês que data dos anos 60 d.C. (Imagem 3.5) ou em uma pintura mural pompeiana (Imagem 3.6) (GALINSKY, 1998, p. 87; ZANKER, 2008, p. 240). É de se notar também a difusão deste motivo, espargido da capital para localidades outras do império.

Imagem 3.5. Face do altar da *Gens Augusta*. Atualmente localizado no Bardo Museum, em Túnis (Inv. n° 2125).



Fonte: Imagem retirada de https://www.flickr.com/photos/h_savill/4463276786. Acesso 08 jun. 2022.
© h_savill, 2010

Imagem 3.6. Pintura mural de Pompeia.



Fonte: ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 240.
© Zanker, 2008

¹⁵⁸ Em oposição às qualidades bélicas de Rômulo, Numa instituiu várias reformas religiosas e introduziu cultos e sacerdócios em Roma, como conta Cícero (*Rep.* 2.26-27). Ficou marcado, então, como um rei atento às relações entre homens e deuses (OMENA, 2018, p. 133).

¹⁵⁹ As únicas que se destacam são as cunhagens de asses de Calpúrnio Pisão (RIC 390-396), entre 16 e 15 a.C. Mas aqui, a associação entre rei e *princeps* se deve muito mais à iniciativa de Pisão, cuja família se dizia descender de Numa Pompílio e encontrou em Augusto – e na *pietas* do *princeps* – a possibilidade de respaldar sua ancestralidade em emissões monetárias durante o Principado, no fenômeno descrito no tópico 2.4 (GALINSKY, 1998, p. 34-37).

Em ambas as imagens há uma dupla *pietas* representada, pois enquanto Eneias resguarda sua família, Anquises está com a cabeça velada e é o responsável por carregar em mãos as estatuetas dos Penates – pai e filho, por serem *patres*, procedem então em piedade. Assim, Augusto ancora sua própria *pietas* na condição paternal que rodeia o mito de Eneias que, por sua vez, ao salvar os parentes próximos e os deuses tutelares, agia para além de sua própria *domus*, afinal de sua linhagem em Lavínio nasceria Rômulo e, portanto, os romanos. Teleologicamente, resgatar Anquises e Iulo significava garantir a existência do império romano. E os Penates que trouxera ao Lácio seriam cultuados em um santuário público como protetores de Roma, e não meras divindades domésticas. A autoridade do *pater* Eneias expandiu-se, partiu de sua família para recair sobre a esfera alargada da coletividade cívica de Roma. O potencial da tradição de Eneias reside justamente aqui, na capacidade de sintetizar em torno da figura do troiano as três escalas de atuação da *pietas*, familiar, cívica e divina.

Respaldo como estava na memória cultural de Eneias, a posição de Augusto enquanto *pater* invariavelmente se destacava em relação aos demais *patres* da *Urbs*. Por consequência, entraria em curso um processo de intercruzamento entre as esferas privada do *princeps* e pública de Roma. O amálgama entre público e privado começou a se expressar em diversas instâncias¹⁶⁰ – na esfera iconográfica, os relevos já mencionados de *Ara Pacis* são um excelente exemplo. Os dois mitos fundacionais esculpidos logo na entrada do recinto, um ao lado do outro, não deixam de estabelecer comparações entre si. O papel sacerdotal cabe a Eneias (Imagem 3.8), que vela a cabeça e prepara-se para sacrificar (tal como a estátua da Via Labicana), com o intuito de fundar uma cidade, Lavínio. Em contrapartida, Rômulo, que também conduziu um ritual (a leitura dos auspícios pelo voo dos pássaros) para escolher o local da fundação de Roma, não se encontra figurado da mesma forma, mas em tenra idade ao lado de seu gêmeo desfrutando do leite lupino (Imagem 3.7). A quebra do paralelismo imagético é proposital.

¹⁶⁰ Por exemplo, ao assumir o sumo pontificado em 12 a.C., como ditava a tradição, Augusto deveria estabelecer residência na *domus Publica*, situada próximo à *Regia*, entre o templo das virgens vestais e a Via Sacra na região sudeste do Fórum Romano. No entanto, ao invés de transferir sua morada a esta propriedade pública, Augusto tornou público um espaço de sua própria residência no Palatino, dedicando ali um pequeno templo à Vesta Palatina. Por oposição, o *princeps* restaurou o templo dos Lares Públicos, também localizado naquele entroncamento sudeste do Fórum, coligado à *domus Regis sacrorum*, e ofertou aos cuidados das vestais estatuetas dos *Lares Augusti* – cópias, provavelmente, das originais que permaneceram em sua casa no Palatino – que foram alocadas neste templo ao lado dos Lares Públicos. Isso sem mencionar que os *Lares Augusti* seriam, entre 12 e 7 a.C. com a reorganização urbana, cultuados também nas encruzilhadas (*compita*) de Roma por libertos (os chamados *magistri uici*) que eram até então encarregados do culto aos *Lares compitales*. Assim, divindades domésticas do *princeps* passaram a ser cultuadas publicamente, enquanto divindades que tinham seus templos públicos, como Vesta, foram incorporadas à *domus Augusti*, emaranhando as fronteiras entre público e privado (CARANDINI, 2019, p. 189-190, 227; BUENO, 2020, p. 167).

Segundo Wiseman¹⁶¹ (1995), a figura de Remo foi resgatada durante o período augustano, pois sua presença atendia ao discurso da paz e reconciliação que se construía desde a derrota de Marco Antônio, a fim de exorcizar o peso fratricida carregado por Rômulo e, logo, repelir a memória das guerras civis. Assim, *Ara Pacis* recorre a um momento primevo da lenda de Rômulo justamente para incluir Remo e com isso firmar a harmonia no plano memorial que o Principado tanto almejava; por outro lado, sem um Rômulo sacerdote, a piedade de Eneias fica ainda mais em evidência, estimulando a comparação com a piedade de Augusto.

Imagem 3.7. Painel figurado da parte superior esquerda da face oeste de *Ara Pacis*, com o Lupercal.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Imagem 3.8. Painel figurado da parte superior direita da face oeste de *Ara Pacis*, com o sacrifício de Eneias.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Mas o que mais salta aos olhos ao se observar os dois painéis é a própria união dos dois mitos fundantes: à esquerda, o *parens* que deu origem ao povo romano; à direita, o *pater* que garantiu a sobrevivência da *gens Iulia*. O germe da *Urbs* e da família de Augusto se entrelaçam na iconografia do altar da paz (POLLINI, 2012, p. 222-223), demonstrando o apagamento das fronteiras entre público e privado. Tal processo, do qual *Ara Pacis* faz parte, provocou em 29 a.C. a elaboração de um *senatus consultum* que fez com que o Gênio de Augusto passasse a ser cultuado ao lado dos gênios dos *patres familias* nos *lararia* domésticos (MARTINS, 2020, p. 193). Dessa forma, a imagem pública de Augusto penetrou o espaço doméstico das elites romanas, o que, segundo Martins (2020, p. 194), subverteu o espaço da imagem republicana nas casas nobres. O interessante é que a representação do *Genius Augusti* se assemelhava em demasia à estátua de Augusto da Via Laticana, ou seja, velado, togado e portando uma patera na mão direita¹⁶². Diferia apenas nas dimensões, já que a estátua, destinada ao espaço público,

¹⁶¹ Wiseman (1995, p. 144-150) também destaca que a conjugação Remo/Rômulo tinha por correspondente presente a relação Agripa/Augusto.

¹⁶² Conferir a estátua do Gênio de Augusto do início do século I d.C., de 2,47 metros e com uma cornucópia na mão esquerda, atualmente localizada no Museu Pio Clementino do Vaticano (n° inv. 259).

possui 2,17 metros, enquanto as estatuetas dos gênios deveriam ser bem menores para caber nos larários (adaptando-se a uma estatura que variava entre 12 e 20 cm) (MARTINS, 2020, p. 193). A onipresença de Augusto conferida pelas imagens reforçava sua autoridade paterna: com a reprodução da estatuária pública, garantia-se seus encargos cívicos e coletivos; com sua inserção nos lares, estendeu esta autoridade a cada *domus* em específico¹⁶³.

Por fim, deve-se notar que, apesar dos oito anos de diferença que separam Prima Porta (Figura 19.2, p. 249) da estátua da Via Labicana (Figura 18.2, p. 246), os contornos que dão forma à fisionomia de Augusto são *grosso modo* os mesmos¹⁶⁴, sem sinais de envelhecimento, e o mesmo vale para outras estátuas e bustos confeccionados até a morte de Augusto em 14 d.C. – portanto, todas as imagens que compõem o Tipo V de representação do *princeps*. Os traços de ambas as estátuas baseavam-se na feição original de Augusto, no entanto foram arranjados de modo estilizado. Isto é, ao invés de se apegarem rigorosamente a todas as características individuais dele para garantir *fides* à representação (o que implicava na reprodução, inclusive, das rugas de envelhecimento), a idiossincrasia deu lugar a um retrato supraindividual de Augusto, que articulava aspectos ideais (como a eterna jovialidade) para colocar em primeiro plano valores culturais (GALINSKY, 1998, p. 174). Na concepção de Martins (2011, p. 197-201), a representação de Augusto não como *effigies* (que respeita em detalhes a fisionomia do representado, ligada ao verismo republicano) mas como *simulacrum* (que traça formas ideais, desprendido de um modelo a fim de valorizar atributos e competências próprias do representado), evidenciando sua juventude, perenizava a imagem de Augusto com o intuito de conservar sua memória. Percebe-se, portanto, mais uma expressão da negação do tempo, dessa vez através da perpetuação do semblante do *princeps* ao longo de vários anos.

Aliás, o *simulacrum* era a forma empregada para descrever imagens de deuses, que não forneciam referências físicas ao artista. Os *simulacra* de Augusto lhe conferiam um tom divino, que seria de fato explorado somente após 14 d.C. com a oficialização de sua apoteose. Em vida, por outro lado, Augusto rejeitou a divinização na capital do império. Nas duas estátuas aqui analisadas, a aura divina é sugestionada, mas nunca afirmada, pois há elementos que trazem Augusto novamente à mortalidade: se Via Labicana cria um *simulacrum* perene, o faz

¹⁶³ Vale lembrar até mesmo do contexto arqueológico de Prima Porta. Apesar da sua versão original ocupar espaços proeminentes da *Urbs*, a que foi encontrada em 1863 estava em um espaço doméstico, a Villa de Lívica. A colocação desta estátua ali durante o Principado de Tibério, em um local que apesar de privado tinha uma certa abertura que garantia exposição aos espectadores de fora, reforçava à viúva Lívica a legitimidade de sua autoridade e autonomia como *mater patriae* (BARROW, 2018, p. 104-109).

¹⁶⁴ Há, é verdade, traços minimamente distintos entre Vila Labicana e Prima Porta. Destaca Galinsky (1998, p. 175) que o rosto da primeira é ligeiramente mais alongado, os olhos são menores, as orelhas mais salientes, o sulco que dá forma à boca é levemente mais profundo. Mas tais minúcias são muito sutis e não rompem com as formas principais do estilo inaugurado por Prima Porta.

representando Augusto como *pontifex*, não como deus; se Prima Porta alude a nudez divina, não a assume em definitivo, enroupando-o com uma couraça. Transcorre então um jogo de sugestões que brinca com o divino sem declará-lo, que se mostra de forma não peremptória. Essa é a mesma lógica estabelecida por ambas as estátuas quando vinculam Augusto a Eneias: o primeiro nunca ocupa o lugar do segundo, mas se aproxima dele pelas bordas, através de alusões, tornando-o presente por associações, mas sem reclamar a explicitude do troiano fundador.

Mais que isso, a relação entre o período augustano e a memória cultural alicerçada em Eneias é marcadamente dialética, isso porque evoca-se a tradição para, a seguir, fazê-la ceder lugar ao presente. Para o recém-nascido Principado, o retorno a Troia é válido desde que seja criativo, que construa algo novo com sua matéria, não através de uma recriação nostálgica. O distante e teucro passado colore o pano de fundo a partir do qual a *Urbs* avança, assim tem sua relevância na medida em que a Roma atual é capaz de suplantá-lo em grandeza. Dito de outra forma, rememora-se a tradição troiana para que o presente a supere. É por isso que brilha encimada à couraça de Prima Porta a Estrela Matutina: no fundo, é o mesmo brilho que trouxe Eneias ao Lácio, a mesma Vênus de olhar cauteloso sobre seu rebento, mas aquela o fez em sua forma Vespertina, no entardecer da era troiana que jazia abaixo das armas gregas. O brilho que guia Augusto pelo caminho inverso, para fazer as pazes com o oriente parta, é a luz da manhã, da nova era que Roma estava por viver. Em consonância com essa dialética, Virgílio, no último livro da Eneida, atribui à deusa romana da memória, a já mencionada Juno, a seguinte conclusão sobre a herança de Troia diante da indagação de Júpiter:

quando os dois povos – que seja! – se unirem em doces alianças,
unificados passando a viver com os mesmos costumes,
e leis iguais, não permitas que a gente latina se torne
na sua terra troianos, nem teucros se chamem, nem percam
nunca sua fala sonora, os costumes, as vestes nativas.
Eternamente subsistam latinos e reis de Alba Longa.
Cresça a potência romana com base nos ítalos fortes.
Troia acabou; deixa então que com ela seu nome pereça.
(*Aen.* 12.821-828; VIRGÍLIO, 2014, p. 859).

O confronto em curso neste trecho da Eneida é entre os rútuos, povo itálico comandado por Turno, e os troianos de Eneias. A paz e ventura profetizadas por Juno só serão possíveis quando a identidade primeira que os opõe, lê-se Troia, se desfizer para abrir espaço à nova pujança de Roma. Troia deve então ser lembrada para logo em seguida ser esquecida. Eis a diferença fundamental de confrontação com o passado remoto, e por conseguinte com a memória cultural, entre César e Augusto. A Ditadura Perpétua Cesariana mergulhou de modo direto no passado, sendo mais retrospectiva que inovativa, ao fazer César – como vimos a partir

da estatuária – ocupar o lugar de Rômulo, colocando sua imagem nos mesmos espaços sagrados frequentados por Quirino, às vezes tomando seu lugar. Já o Principado Augustano foi menos linear, mais inventivo que retrospectivo, ao trazer o passado para próximo de si sem travestir-se dele. Veja que o papel assumido por Augusto nas duas estátuas é o de cultuador do passado e de suas tradições, não o de cultuado, enquanto estátuas de César desfilaram entre deuses, assumiram formas divinas e habitaram templos. A atitude augustana de reverência se manifesta inclusive no nome assumido por Otávio em 27 a.C.: como vimos pela citação de Suetônio, ele recusou Rômulo, também Eneias nem sequer foi cogitado, tomando então um epíteto novo que não foi usado por nenhum personagem do passado, *Augustus*¹⁶⁵.

Além disso, a inclinação à tradição de Eneias trouxe possibilidades que a tradição ligada a Rômulo não trazia. Pois enquanto o rei fomentava uma memória muito enraizada na *Urbs*, ligada à identidade dos romanos, o troiano, pela sua origem e migração, introduzia cosmopolitismo à memória de Roma e dilatava sua identidade para agregar o império. A lendária origem troiana condizia muito mais com a nova conjuntura político-material de Roma, que naquela altura não era mais só uma cidade, mas dominava toda a orla do Mediterrâneo habitada por inúmeros povos vassalos que, por seu turno, não compartilhavam do mesmo passado e da mesma memória com Roma – Rômulo era, então, uma figura estranha a todos eles. Nos termos de Galinsky (2016, p. 18), como *caput mundi*, coube a Roma adaptar-se para inclui-los, criando um senso de comunidade definido como *pluribus unum*, e Eneias foi peça-chave nesse processo. Afinal, estabilizar a hegemonia pressupunha a recalibração entre o domínio (o uso da força), em intensa aplicação desde os Gracos, e a direção (a recepção da ideologia hegemônica por grupos não-hegemônicos). Eneias não só conciliava a hegemonia em seu interior, já que compunha a memória cultural comum e primeava a todas as famílias patrícias de Roma, como tinha capilaridade também no império, sendo passível de apropriação inclusive por aqueles que não eram romanos (veja o caso do altar cartaginês – Imagem 3.5).

Enfim, se, por um lado, Roma estava impregnada pela memória de Rômulo, que como vimos fazia-se presente na *Urbs* em constantes cerimônias e diversos locais sagrados e inseria-se institucionalmente na *res publica*, Eneias, por outro, era uma figura ausente na materialidade urbana (MAYORGAS, 2010, p. 105). Sem nenhuma festividade associada a ele nos tempos republicanos, nem mesmo *mnemotopoi*, Eneias começou a circular de modo mais conspícuo em Roma apenas no século III a.C. e entre as elites, conhecedoras da literatura grega

¹⁶⁵ Palavra que segundo Martins (2011, p. 15) deriva do verbo latino *augeo*, “fazer crescer” ou “amplificar”, e que era atribuída aos deuses cujos poderes eram capazes de amplificar os bens primordiais dos homens, tal como as colheitas.

(MAYORGAS, 2010, p. 108-109). Nesse sentido, por não estar associado a nenhum cargo, magistratura ou posição institucional, reivindicar a memória de Eneias feria muito menos a disposição hierárquica que reivindicar a de Rômulo. Como uma figura exógena, alheia à estrutura política organizativa da sociedade romana, a *res publica*, conservadora da posição abastada das famílias que desfrutavam de seus cargos, Eneias não representava uma ameaça à forma hegemônica. Aliás, era capaz de se sobrepor a ela sem danificá-la. E como rareavam referências cotidianas ao troiano (imagéticas, espaciais e ritualísticas), a memória cultural associada a ele tinha muito mais maleabilidade. Nos termos dados pelos Assmann, o acesso à memória armazenada de Eneias para torná-la funcional era muito mais livre que com Rômulo. Augusto não inventou livremente a tradição ligada a Eneias, mas pôde reivindicá-la com mais autonomia que César ao se comparar a Rômulo, cuja enorme presença na *Urbs* constrangia os passos do ditador. Aqui, é o presente que fagocita o passado, engrandecendo-se a partir dele.

CAPÍTULO 4

RECORDANDO ATRAVÉS DO FÓRUM ROMANO

Se nos capítulos anteriores nos dedicamos às dinâmicas da memória em conflito promovidas por moedas e estátuas, neste nos ateremos à espacialidade. Como vimos, as moedas estabeleciam uma lógica relacional temporalmente muito transitória com aqueles que as manuseavam, aproveitando-se do ineditismo dos eventos para, no aqui e no agora, envolver-se com sua audiência. As estátuas, por seu turno, dada a sua constituição material, porte e inserção espacial, criavam condições de temporalidade mais duradouras e, por consequência, não dependendo tanto da memória comunicativa gestada no passado recente podiam mirar com maior apetite no passado recuado e na pretensa estabilidade que este poderia prover, daí sua ação potencial de elaboração da memória cultural. Reservamos o último capítulo ao objeto de estudo que, dentro daqueles selecionados pela presente pesquisa, estabelece uma relação temporal de maior longevidade com o público que o experiencia, afinal transcende – ou minimamente tem a pretensão de fazê-lo – em muitos anos o tempo de vida de um indivíduo, podendo atravessar gerações.

A cultura material, ou pelo menos boa parte dela, garante o que Jones (2007, p. 50) chama de “segurança ontológica”, mas é a dimensão espacial que o faz com maior propriedade. Tendo em vista a faculdade da materialidade de indexar o tempo, como vimos no primeiro capítulo, a segurança ontológica compreende a localização dos indivíduos dentro de uma ordem temporal, a possibilidade de se situar nela e organizar, através dela, a passagem do tempo. Se considerarmos o trabalho necessário, os custos, a rigidez dos materiais, as dimensões abrangentes, a convivência frequente e inevitável (pelo menos aos habitantes da *Urbs*), enfim, a perenidade, os complexos espaciais são, se comparados às moedas ou estátuas analisadas nos capítulos anteriores, os que mais estabelecem tal segurança com a audiência receptora. Os locais detêm, então, maior capacidade de materializar o passado, tanto recente quanto recuado, e com isso transmitem com mais organicidade a sensação de autenticidade e estabilidade, como pontua Hölscher (2018, p. 113-114).

Neste capítulo, selecionamos uma localidade da capital imperial para investigar as dinâmicas da memória em conflito durante os períodos de César e Augusto. É verdade que ao longo do século I a.C. toda a *Urbs* assemelhava-se a um canteiro de obras, muito em parte graças às expressivas intervenções arquitetônicas de generais e lideranças que buscavam se autopromover por meio da monumentalidade pública. O cenário pintado por Favro (2010, p. 51, 94-95) de uma Roma cuja imagem urbana já era fragmentada em comparação com as cidades helenísticas do Mediterrâneo Oriental, por sua vez visualmente coesas graças às administrações dinásticas que há anos planejavam-nas a longo prazo, tornava-se ainda mais caleidoscópico ao passo que a centralização política avançava na *res publica* e novas construções eram levantadas, construções essas que engrandeciam determinados nomes, mas não dialogavam entre si. Este desenvolvimento desarmônico fornece-nos uma lista recheada de possibilidades de estudo das mudanças no tecido urbano, de norte a sul, de leste a oeste, daí a necessidade de focar em uma. Elencamos, então, o centro da vida política em Roma que por séculos encarnou a *res publica* e, logo, punha-se no caminho da centralização do poder em curso: o antigo *Forum Romanum*. Especificamente, trataremos das mudanças colocadas em marcha nas regiões noroeste (no *Comitium*) e sudeste (local do templo do Divino Júlio) do Fórum, nas quais as disputas intra-hegemônicas levaram à necessidade de reorganização da disposição dos elementos arquitetônicos ali existentes.

4.1. Fórum como organismo

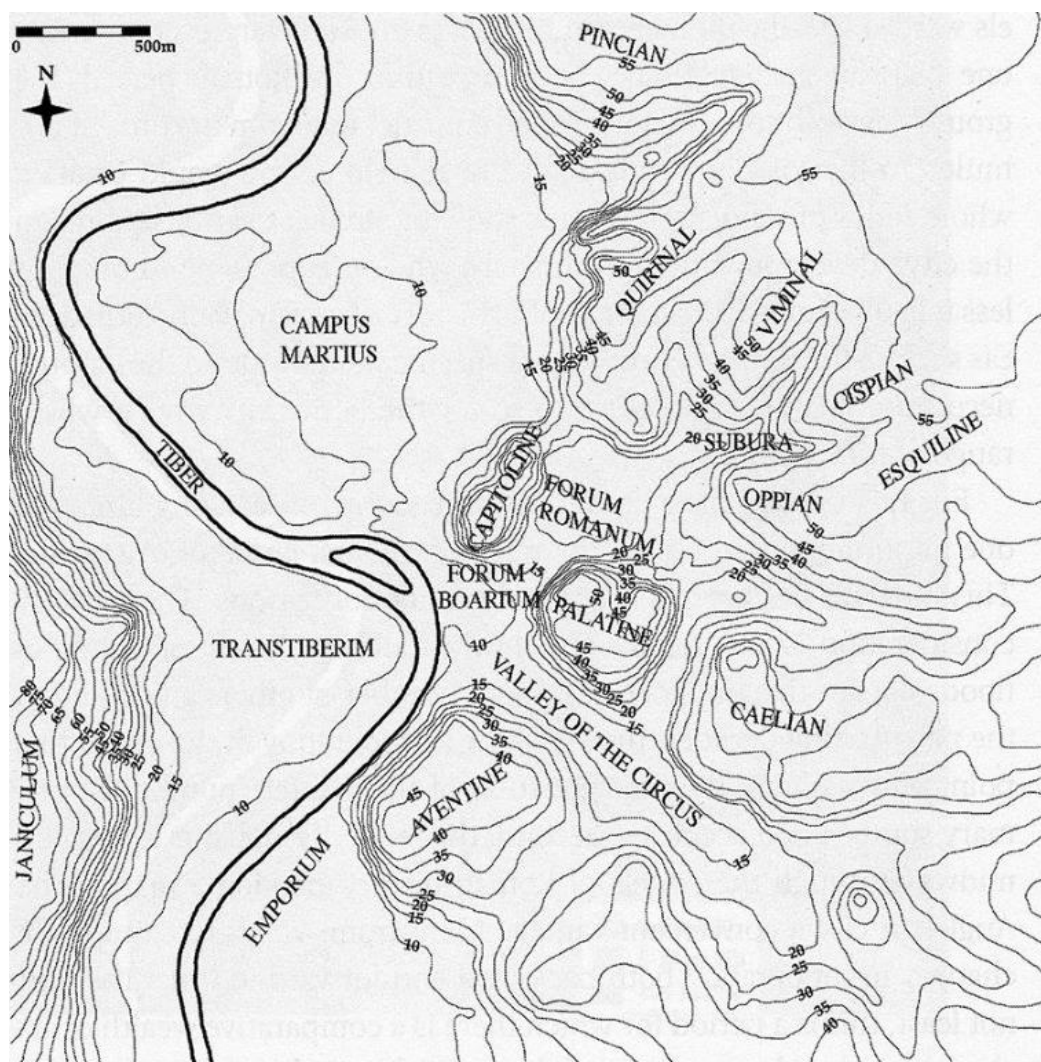
Foi entre os séculos VIII e VII a.C. que o vale situado entre os montes Capitólio e Palatino (Imagem 4.1), ao nordeste da depressão próxima ao Tibre que compunha o Velabro¹⁶⁶, começaria a sentir os incipientes sinais da urbanização com as primeiras construções, como o santuário de Vesta e o Vulcanal (FILIPPI, 2017, p. 150), além da primeira pavimentação em terra batida e das obras de drenagem através da Cloaca Máxima (COARELLI, 2007, p. 44). Este vale pantanoso, até então à margem da ocupação humana na região¹⁶⁷, se tornará, a partir da Monarquia e principalmente durante a República, o coração pulsante de Roma: o *Forum Romanum Magnum*. O espaço palpitará ao longo dos séculos da República com seus

¹⁶⁶ No mapa topográfico de Aldrete (Imagem 4.1), o início da região do Velabro aparece com o nome de *Forum Boarium*.

¹⁶⁷ A depressão, que ia em um contínuo do Velabro, passando pela região do futuro Fórum até a Suburra, e que estava cercada pelas linhas de colinas do Quirinal ao Capitólio (ao norte) e do Esquilino ao Palatino (ao sul), abrigava cursos de água que desaguavam no Tibre, sendo em muitos trechos pantanosa e sujeita a inundações. Daí resulta o fato de a ocupação humana ter se iniciado nas colinas, inicialmente com movimentos sazonais de pastores nômades e depois, no Bronze Médio, com a formação dos primeiros vilarejos. Nos tempos de Augusto, o Velabro já possuía uma certa elevação (entre 10 e 15 metros acima do nível do mar) que impedia as inundações do Tibre tão corriqueiras no passado (conferir Imagem 4.1) (GRANDAZZI, 2010, p. 68, 82-83; ALDRETE, 2006, p. 46).

barulhentos mercados, cambistas, prostitutas, oradores, festividades, jogos, lutas de gladiadores, exposições de animais exóticos, procissões, triunfos, funerais, julgamentos, assembleias eleitorais e legislativas, *contiones* ordinárias e inflamadas, ocupações militares, proscricções, incêndios, etc. Toda a vida que ali circulava demandou ao espaço estruturas que acolhessem essas variadas atividades, de modo que, paulatinamente, com sucessivas construções, demolições e restauros, nascia uma espécie de praça mais ou menos retangular. A geometria perfeita, bem como a harmonia arquitetônica e estilística, não diziam respeito ao Fórum¹⁶⁸ que se fez assim, aos poucos, rasgando-se e remendando-se conforme Roma se transformava. A tecitura da *res publica* traduz-se espacialmente na construção do Fórum.

Imagem 4.1. Mapa topográfico de Roma nos tempos de Augusto.



Fonte: ALDRETE, Gregory S. *Floods of the Tiber in Ancient Rome*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, p. 44.

¹⁶⁸ Embora, como pondera Coarelli (1985, p. 200), isso não implique em uma “anarquia urbanística”, já que o crescimento do Fórum entendido como “espontâneo” e não previamente planejado teve como condicionantes as estruturas preexistentes que foram, desde o século IV a.C., determinando as intervenções sucessivas e o formato da praça.

Proporemos logo de partida a compreensão do Fórum Romano e de seu longo processo de formação como um *organismo*, no sentido gramsciano da palavra. No léxico do pensador italiano, o termo *organismo* é conjurado para descrever órgãos modernos que, obviamente, não possuíam correlatos históricos na antiga Roma: o Estado, a Nação, um partido político, a Igreja Católica, o exército, uma dada classe social, etc. (FROSINI, 2017, p. 589). No entanto, é a forma específica que caracteriza as atividades de todas essas instituições entendidas como organismos, embasada na noção primeira de organicidade própria de um “complexo unitário e vital” (PRESTIPINO, 2017, p. 588), que elucida o funcionamento do Fórum no mundo romano: “um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada” (*Q 15, 13*; GRAMSCI, 2017, p. 336). Já tratamos nos capítulos anteriores, em especial no primeiro, da constituição hegemônica republicana, em que a *nobilitas* concorria entre si pelos postos institucionais, elevando o prestígio de suas respectivas *gentes* e se distinguindo das demais classes sociais através de um rico repertório simbólico, mas o fazia sempre diante do *populus romanus* de forma a conclamá-lo a exercer sua *libertas* e soberania ao votar em assembleias e comparecer em *contiones*. Essa participação conjunta e hierarquizada das diferentes camadas sociais na *res publica*, seguindo a mesma direção política com engajamentos distintos, compunha a disposição hegemônica que moldou o espaço do Fórum para ali se realizar.

O arranjo arquitetônico desenvolvido reproduzia a hierarquia social ao diferenciar espaços internos destinados a determinadas classes, ao mesmo tempo em que as colocava em interação para que participassem ativamente, dentro do papel que lhes cabia, da superestrutura política chamada República. Como um organismo, o Fórum era então experienciado a partir de uma vontade unitária, selada pelo consenso coletivo que a *res publica* conformava com sua direção. Partindo de Morstein-Marx (2004, p. 15-16) que mobiliza o conceito althusseriano de *interpelação* para descrever o processo de atribuição do papel de *populus romanus* à audiência cívica diante de um orador, Amy Russell (2021, p. 19-25) estende tal categoria para compreender a arquitetura do Fórum, que interpelava seus visitantes como sujeitos políticos. Com uma tribuna (*Rostra*) elevada de modo a dar destaque aos que tomavam a palavra – sempre membros da aristocracia – a alguns metros da Cúria, local por excelência das reuniões senatoriais, abria-se entre elas o amplo espaço (chamado de Comício) que abrigava os ouvintes, o *populus*, rebaixado e sem cadeiras para se sentar, mas cuja presença era imprescindível à posição dos aristocratas cuja integração social de base política dependia da aprovação popular. Cada um desses espaços interpelava aqueles que o frequentavam a agir politicamente de acordo

com as atribuições cabíveis de sua classe (proferir um discurso, dividir opiniões entre iguais, ouvir e votar, etc.).

Praticamente a maior parte dos procedimentos políticos formais durante a República se desenvolvia ali¹⁶⁹, dentro dos enquadramentos espaciais que ditavam as possibilidades de ação de cada grupo. Ocorre que, a partir do desequilíbrio interno do grupo hegemônico fruto da concentração desigual dos recursos econômicos e militares, cujas escalas foram amplamente alargadas com a nova dimensão imperial de Roma nos séculos II e I a.C., somado à tensionada situação de luta de classes que essas mesmas condições materiais fomentaram, o Fórum passaria a ser instrumentalizado pelo conflito. Veja que essa lógica de utilização do espaço não desfez as relações orgânicas que o tinham originalmente modelado – aliás, é o oposto, pois foi justamente tal organicidade que convidou o conflito a se realizar (e a se amplificar) dentro dos limites do Fórum, caso contrário o sangue procuraria outros lugares em que a hegemonia fosse reproduzida para ser derramado. Ou seja, o organismo do Fórum permaneceria vivo, mas a potencialização da competição interna dos *nobiles* transformada em disputa e a interiorização desta pelo *populus*, que respondia com respeito à hierarquia (e, logo, aos chamados de luta capitaneados pela aristocracia), desenhará uma conjuntura contraditória do espaço.

Contraditória, pois, por um lado, sua estrutura hierarquizante não foi pervertida ou colocada em questão: os instrumentos viso-espaciais de diferenciação social permaneceram mobilizados e, com isso, a forma hegemônica. Por outro, porém, essa foi a mesma estrutura utilizada nas disputas de nova proporção, tornando-se instrumento de perseguições políticas, intensificação da pressão popular e até execuções, o que ceifava a participação ativa das camadas sociais e a conformidade compartilhada na *res publica*, abalando enfim a vontade unitária que dava liga àquele organismo. A arquitetura hegemônica do Fórum forneceu as armas de sua própria corrosão, já que seus mecanismos de interpelação agora convocavam os sujeitos não apenas a fazer política, mas também a lutar. Dito de outra forma, com o conflito desenrolando-se através dos dispositivos arquitetônicos do próprio Fórum, produzidos a princípio para acomodar a hierarquia conhecida, a hegemonia acabava sendo reafirmada ao mesmo tempo em que se desgastava, em um processo dialético complexo.

Exemplifiquemos. Scott (1985, p. 322-326) nos lembra da diferença, dentro de um quadro hegemônico, entre inevitabilidade e justiça: o que é tomado como inevitável, como uma

¹⁶⁹ Com exceção das Assembleia das Centúrias realizadas no Campo de Marte, em que os cidadãos, hierarquicamente divididos em 193 centúrias, votavam armados, algo que não poderia ocorrer no Fórum já que este situava-se dentro do pomério, e elegiam os principais magistrados, como cônsules, pretores e censores. Conferir nota 16.

estrutura de dominação, dá as condições realistas do que é possível e pode ser colocado em prática para interferir a favor do que é considerado legítimo, legitimidade esta muitas vezes definida também pela própria ideologia hegemônica. Assim, ao ver um magistrado eleito sendo morto e exibido no Fórum, ou então uma magistratura inteira esvaziada (como o tribunato da plebe), o *populus* sente-se na legitimidade, já que foi educado como livre e soberano pela própria classe dirigente, de se apropriar dos meios políticos cabíveis para defender sua posição, meios estes que se encontravam em sua maioria no Fórum, ocupando-o então em revolta.

Isto é expressão da crise sem alternativas que Meier (1993, p. 55) nomeia – e que assolou o coração espacial da *res publica*, seu organismo principal, o Fórum, como um processo erosivo de dentro para fora. Com a crescente centralização política do século I a.C., fruto da crise hegemônica, a problemática do Fórum se colocará aos grandes líderes que, a fim de se afirmarem como tais, tiveram de intervir no centro político da *Urbs*. Não por acaso que, embora tenha sofrido alterações no decorrer de toda a sua história, foi no século I a.C. e principalmente nos períodos de César e Augusto que o Fórum assistiu às reformas mais intensas em seu recinto, das quais trataremos a seguir das transcorridas nas duas extremidades curtas da praça. Tais reformas, contudo, não poderiam arruinar as bases orgânicas daquele espaço, pois se o fizessem a *res publica* também estaria em risco já que o Fórum era sua manifestação concreta. Ilustremos o problema a partir do pensamento gramsciano.

Dando sequência à nota, Gramsci pontua que um organismo deixa de sê-lo quando se torna um fetiche, ou seja, quando seus componentes fundantes não mais se identificam com ele, olham-no com estranhamento como se estivessem diante de um “fantasma do intelecto” (*Q 15*, 13; GRAMSCI, 2017, p. 336-337). Afora casos do que ele chama de “centralismo orgânico”¹⁷⁰, o organismo funcional deve ser regido pelo “consenso ativo e direto” de seus integrantes, que participam dele “ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e tumulto” e constituem uma multiplicidade unificada “através do atrito dos indivíduos” (*Q 15*, 13; GRAMSCI, 2017, p. 338). O Fórum era conduzido nestes termos de envolvimento coletivo, consensual e ao mesmo tempo litigioso, mas no fim da República a hipertrofia do litígio ameaçava o consenso. De que forma, então, foi possível abafar a dimensão do atrito naquele espaço sem esvaziar por completo a participação ativa dos indivíduos? Caso contrário, se a participação fosse defenestrada junto com o atrito, o Fórum seria exaurido, perderia sua razão de ser, suas raízes orgânicas, e se transformaria enfim em um fetiche.

¹⁷⁰ Como a Igreja, na qual vigora o pressuposto de que os governantes, por representarem a totalidade do organismo e, portanto, os interesses dos governados, devem receber destes o consentimento passivo (*Q 15*, 13; GRAMSCI, 2017, p. 337-338).

Nessa empreitada, César e Augusto consideraram um elemento fulcral ao realizarem suas reformas: a memória, em especial a memória do conflito. Tendo mais de 500 anos de história, o Fórum era um acúmulo de temporalidades diversas, e em cada basílica, templo, altar e rocha ali erguidos evocava-se – ou melhor, construía-se a partir – a memória do construtor, de sua *gens* e de sua contribuição ao *mos maiorum* de Roma, muitas vezes através do processo deliberado de monumentalização. Como era cotidianamente frequentado, os romanos encontraram ali um terreno fértil à memória coletiva (PRICE, 2019, p. 189). Favro (1988, p. 18) comenta que circular pelo Fórum equivalia a uma “aula de história republicana”. E da mesma forma como a materialidade de suas construções indexavam temporalidades distintas, passaram a indexar também as marcas dos conflitos ali desenrolados conforme estes aumentavam durante o último século republicano. Foram as lembranças dos massacres, das ocupações, dos atentados aos edifícios do Fórum, enfim, da discórdia que estavam sob a mira dos reformadores.

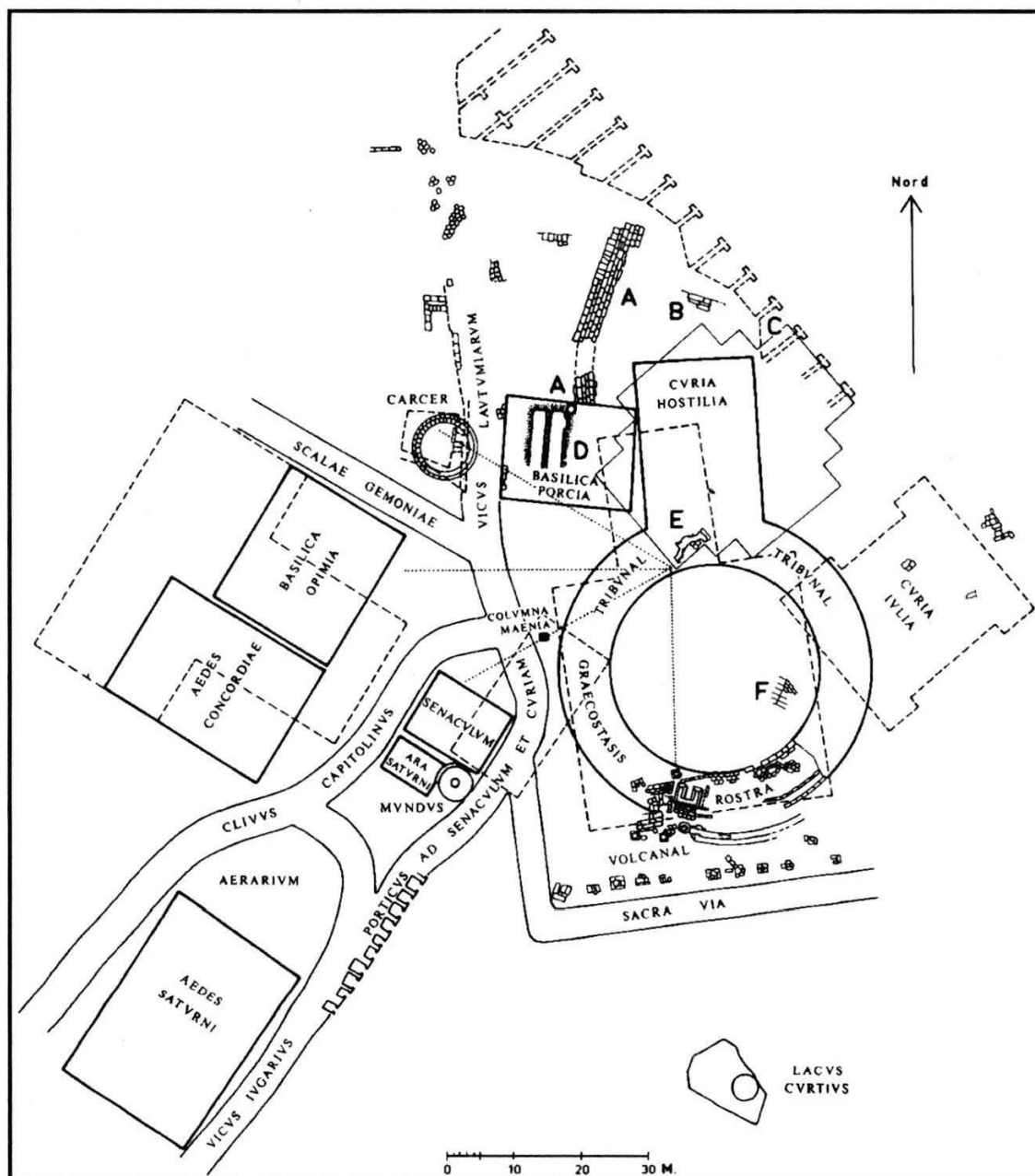
4.2. Desmembrando o *Comitium* para preservar a *res publica*

Se o centro político da *Urbs* era o Fórum, o Comício (em latim, *Comitium*) constituía seu ponto mais nuclear. Tratava-se de um espaço situado no vértice noroeste do Fórum (Imagem 4.3, n. 341), delimitado ao sul pelos *Rostra* (Imagem 4.3, n. 252; Imagem 4.7) e a área do Vulcanal (Imagem 4.3, n. 487), a leste pelo tribunal dos pretores urbanos (Imagem 4.3, n. 261), ao norte pela Cúria Hostília (Imagem 4.3, n. 5) e a oeste pela *Graecostasis* (Imagem 4.3, n. 69). Theodor Mommsen foi o primeiro a localizar este espaço na zona setentrional do Fórum, já que até 1845 pensava-se que estava posicionado na parte sudeste; e na virada do século XIX para o XX uma série de escavações foi realizada na região, dentre as quais se destacam aquelas de Giacomo Boni (COARELLI, 1986, p. 119). De Boni até os anos 1980, os trabalhos arqueológicos permitiram o estabelecimento de oito níveis estratigráficos correspondentes a épocas distintas, sintetizados por Coarelli (1986, p. 120-128), o qual propôs a forma circular do Comício com arquibancadas nas laterais, amplamente aceita a partir de então¹⁷¹ (Imagem 4.2). Descobertas recentes, contudo, refutam a hipótese do formato circular em qualquer nível estratigráfico (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 47-48; POLO, 2005, p. 149-150) e concluem que

¹⁷¹ Segundo Coarelli (1986, p. 148-157), enquanto no terceiro nível (correspondente ao final do século VI a.C. até metade do V) e no quarto (marcado por uma ampliação da área por volta de 338 a.C.) o Comício apresentava um formato quadrangular, no quinto (que vai do fim das Guerras Samnitas em 290 a.C. até as reformas silanas do ano 80 a.C.) ele assume a estrutura circular, quase como um fosso de orquestra, escalonado com arquibancadas nas bordas em que a plebe se sentava para ouvir os oradores.

foi mais provavelmente um espaço aberto de formato quase trapezoidal – considerando como seus limites as estruturas que o rodeavam, citadas acima (Imagem 4.3).

Imagem 4.2. Reconstituição da planta *Comitium* segundo Coarelli.



Fonte: COARELLI, Filippo. *Il foro romano: periodo arcaico* (vol. I). Roma: Quasar, 1986, p. 139.

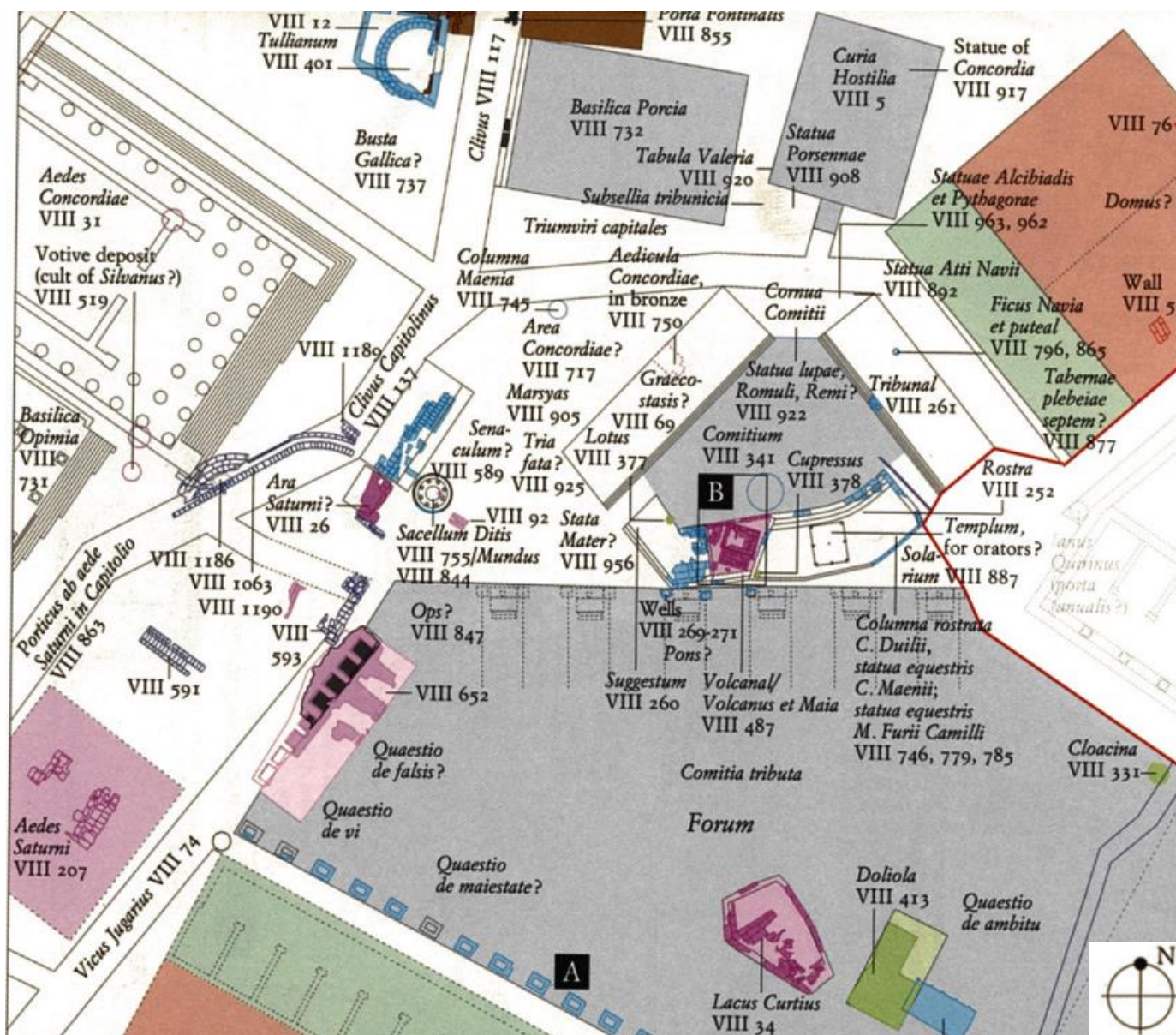


Imagem 4.3. Reconstituição da planta do Comitium. Recortado da planta do Forum Romanum (213 – 117 a.C.).

Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome:** biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes. Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 19.

No Comício, o SPQR se fazia. Até fins do século II a.C. (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 42-45), a plebe se reunia em assembleia dentro daquele espaço e, de costas para a Cúria, ouvia os magistrados e oradores que discursavam nos *Rostra*. A Cúria na retaguarda abrigava o Senado, tendo à sua porta os assentos dos tribunos da plebe (*subsellia*) que ouviam de fora as reuniões até 287 a.C., quando a *lex Hortensia* permitiu que as acompanhassem de dentro mesmo não sendo senadores (THOMMEN, 1995, p. 360). O poder de veto que eventualmente se contrapunha às deliberações senatoriais demandava essa proximidade, da mesma forma que os escritórios dos tribunos (Imagem 4.3, n. 877) – a partir de 184 a.C. (THOMMEN, 1995, p. 360) localizados na Basílica Pórcia (Imagem 4.3, n. 732) – deveriam estar próximos ao que Kondratieff (2009, p. 327-328) chama de “topografia do castigo”, ou seja, no caminho até a prisão Mamertina (atrás da Cúria, no flanco oriental do Capitólio), para que os condenados pudessem recorrer aos tribunos solicitando *auxilium*. Ademais, processos jurídicos desenrolavam-se ali no tribunal do pretor urbano, que também estava sujeito a intervenções dos tribunos (KONDRATIEFF, 2009, p. 329); próximos à coluna Mênica (Imagem 4.3, n. 745), situavam-se os magistrados responsáveis pelas execuções e prisões, os *triumviri capitales* (THOMMEN, 1995, p. 361); e emissários estrangeiros eram recebidos na *Graecostasis* (DAVID, 2000, p. 70). Enfim, conclui Coarelli (2007, p. 54), o Comício refletia a natureza tripartite da constituição romana, com assembleias populares, senadores e magistrados.

Nessa rede de instituições e participações cruzadas, o Comício também foi um espaço de manifestação das memórias coletivas. A começar pela memória da classe hegemônica, que usufruía daquela estrutura como um lugar comum para recordar seus ancestrais. Pina Polo (2005, p. 152-153) exemplifica tal fenômeno com os *Rostra*, tribuna sobre a qual se encerrava a *pomba funebris* com a colocação do corpo do falecido e a partir da qual se declamava um discurso honorífico, a *laudatio funebris*, como se o centro público dos cidadãos romanos se tornasse, por ora, o átrio¹⁷² da casa do defunto, o que demonstra a íntima relação entre a esfera privada das *gentes* e a *res publica*. Da mesma forma que os mortos, as conquistas dos maiores também eram ali cantadas. A tribuna, por exemplo, ganhou seu nome após 338 a.C. quando o então cônsul Caio Mênio Públio fez com que fossem engastados os esporões¹⁷³ dos navios dos

¹⁷² Nas paredes do *atrium*, tipo de vestíbulo da *domus* aristocrática, encontravam-se aberturas, como pequenos armários (*armaria*), nas quais se dispunham máscaras de cera dos ancestrais da família que ali habitava com a finalidade moral e didática de destacar, perante visitantes e os próprios membros da *gens*, a *auctoritas* da família. Sabe-se também, através do relato de Políbio (6.53), que durante funerais e em dias de festas religiosas públicas atores com porte e estatura semelhantes aos parentes falecidos utilizavam essas máscaras e se distribuía no entorno dos *Rostra*, sentando-se em cadeiras de marfim enfileiradas para acompanhar as cerimônias, como se toda a *gens*, inclusive os mortos, estivesse presente (POLLINI, 2012, p. 14-17).

¹⁷³ A palavra utilizada é *rostrum* (no plural, *rostra*), que tem como sentido primeiro “bico [de ave]”, “focinho” ou “ponta”, mas que em sentido figurado é utilizada também para se referir aos esporões de metal que os navios

volscos de Âncio, cuja armada fora derrotada pelo dito cônsul no rio Astura (POLO, 2005, p. 151). Além do Capitólio e do Campo de Marte, o Comício também acolheu muitos monumentos e espólios militares, como a coluna rostral de Caio Duílio (Imagem 4.3, n. 746) erguida após a vitória naval contra Cartago em 260 a.C.; outra coluna semelhante inspirada nesta mais antiga, a de Otávio, foi erguida em 36 a.C. para comemorar a vitória sobre Sexto Pompeu em Nauloco; e mesmo na forma de pinturas, como aquela descrita por Plínio, o Velho (*HN*. 35.7.22), localizada no interior da Cúria e encomendada por Valério Messala, que retratava seu triunfo na batalha de 263 a.C. durante a Primeira Guerra Púnica contra os cartagineses aliados de Hierão, tirano de Siracusa (HÖLKESKAMP, 2016, p. 27, 30).

A lista de exemplos é vasta. O uso memorial do Comício pela *nobilitas* caracteriza aquilo que no primeiro capítulo descrevemos como um quadro descentralizado da memória coletiva (GILDENHARD *et al.*, 2019, p. 13-15), no qual a estrutura cívica era compartilhada pelas *gentes* para reivindicarem publicamente, sobre amplas condições de visibilidade (que extrapolam, inclusive, a classe hegemônica, chegando até grupos subalternos), seus respectivos ancestrais e memórias, fazendo do passado romano uma totalidade compósita. É fato que há uma lógica competitiva que dinamiza tal comportamento, mas os meios cerimoniais e monumentais disponíveis para expressão da memória privada estavam distribuídos aos *nobiles* com relativo equilíbrio, garantindo certa equidade ao grupo hegemônico e abortando qualquer potencial reclamação da totalidade do passado. Aliás, era a própria competição que alimentava a *res publica* e engrandecia o passado comum. Disputar a visualidade do Comício vivificava a memória triunfalista de Roma, tornando funcional¹⁷⁴ o passado plural dos *exempla* das vitórias e das virtudes dos grandes homens, hierarquicamente superiores pela *auctoritas* de seus feitos e origem.

Mas as memórias das *gentes* não se relacionavam apenas entre si, no nível competitivo intra-hegemônico, uma vez que estabeleciam relações verticalizadas com outros grupos de baixo. Assim, o Comício também abrigou monumentos que estavam associados à plebe. É verdade que a *nobilitas* detinha possibilidades de usufruto do espaço muito maiores – privilégios da condição hegemônica. Porém, enquanto segmento central do organismo do Fórum, era necessário não apenas que o Comício dialogasse com grupos de baixo, mas concedesse aberturas à manifestação da memória dessas camadas a fim de que elas se reconhecessem como parte daquele todo. Para citar um primeiro exemplo, é significativa a

portavam em sua proa e eram utilizados como aríete em batalhas, fincando-os nos cascos dos navios inimigos para perfurá-los (FARIA, 2021, p. 877).

¹⁷⁴ No sentido empregado por Aleida Assmann (2011, p. 146-153) de *memória funcional*.

estátua do sátiro Mársias (Imagem 4.3, n. 905) representada com as algemas quebradas, disposta logo atrás da *Graecostasis* na região da *area Concordiae* (Imagem 4.3, n. 717) e que fora erguida no contexto do Conflito das Ordens, evocando a *libertas* da plebe que, naquele contexto, fora isenta da escravidão por dívida¹⁷⁵. Outro caso importante é o templo da Concórdia (Imagem 4.3, n. 31) que fazia fronteira com o Comício a oeste. Também construído na época do Conflito das Ordens, por Camilo em 367 a.C. (LUGLI, 1966, p. 17), foi um local caro à memória da plebe urbana.

Mesmo que não tenha sido ela a responsável por erguer Mársias ou a *aedes Concordiae*, a plebe viu em suas construções o resultado de sua própria soberania, que em lutas passadas conquistou direitos reconhecidos pela aristocracia. Prova desta sensibilidade foi mencionada no primeiro capítulo, quando a plebe reagiu à restauração do templo da Concórdia por Opímio, alzo de Caio Graco, gravando a inscrição “a obra da discórdia produziu este templo à Concórdia” em sua parede, como conta Plutarco (*Vit. C. Gracch.* 17.8-9). Se não houvesse nenhuma identificação, não haveria nenhum tipo de intervenção.

Em suma, é possível notar que as interações político-sociais transcorridas no Comício geravam atrito, seja entre os *patres*, seja entre *patres* e *plebs*, atrito esse que se desdobrava no campo memorial materialmente ali gestado. Sendo a tensão orgânica ao Comício, esperada que se manifestasse, uma memória coletiva de caráter abrangente – que englobava não uma *gens* ou ordem, mas a *ciuitas* como um todo – foi aos poucos desenvolvida e, recorrendo ao passado primevo, associou aquele espaço à resolução de conflitos. Trata-se da passagem do firmamento de paz entre Rômulo e Tito Tácio ao fim da guerra provocada pelo rapto das sabinas, que se desenrolou na área pantanosa do futuro Fórum. Tito Lívio relata (1.13) que, em meio aos coléricos golpes, as esposas raptadas pelos romanos intervieram na batalha, colocando-se entre os dois exércitos beligerantes de sogros e genros e exigindo, caso uma trégua não fosse estabelecida, que redirecionassem a violência contra elas, a causa primeira do enfrentamento. Apiedados pela inesperada reação, ambos os reis decidiram pela paz e união dos dois povos em um único estado de realeza compartilhada e alargaram a cidadania de Roma para incluir os sabinos. Embora esses eventos tenham se desenrolado no Fórum, Lívio não nomeia uma

¹⁷⁵ Morstein-Marx (2004, p. 47-48) rejeita a hipótese de que Mársias tenha sido erigido pelo censor Caio Márcio Rutilo Censorino (que estava entre os primeiros plebeus a ocuparem o augurato e pontificado) em 294 a.C. para comemorar o fim do *nexum*, mas não nega o apelo à memória popular que a estátua conclamava, além de ser na frente dela que transcorriam os processos de litígio entre credores e devedores. Ademais, destaca Fantham (2005, p. 227) que Júlia, filha de Augusto, realizou reuniões noturnas e desordeiras próximas à estátua do sátiro, em gesto de oposição ao pai, já que Mársias estava relacionado à *libertas*.

topografia específica¹⁷⁶ para eles, diferente de Plutarco (*Vit. Rom.* 19.7) que, além de descrever uma narrativa muito semelhante, afirma que tais acordos entre Rômulo e Tácio foram firmados no *Comitium*, cuja etimologia, de acordo com ele, derivaria de *conire* ou *coire*¹⁷⁷.

Segundo essa tradição, o Comício nascera para acolher os povos que desciam das colinas no entorno a fim de se fazerem romanos no vale do Fórum. O papel daquele espaço é, então, duplo: conter em si os conflitos e também resolvê-los por meio do incentivo à comunhão entre as partes. Por outro lado, havia outras tradições antigas que vinculavam o Comício à discórdia insolúvel, como aquela que sinalizava a existência de um lugar funesto (*locus funestus*) abaixo da Pedra Negra (*Lapis Niger*) (Imagem 4.4, n. 500), no lado oeste dos *Rostra* (PRICE, 2019, p. 209). Não há consenso nas fontes sobre quem jazia sob aquela área: Dionísio de Halicarnasso diz em uma passagem (*Ant. Rom.* 1.87.2) que ali o pastor Fáustulo, pai adotivo de Remo e Rômulo, acabou morto colateralmente por se intrometer na briga entre os dois irmãos, sendo enterrado pelo gêmeo vencedor no mesmo local, sob o leão de pedra que havia ao lado dos *Rostra*; já em outra (*Ant. Rom.* 3.1.2) diz que na verdade tratava-se da tumba de Hóstio Hostílio, guerreiro romano morto durante a batalha contra os sabinos; finalmente, considerando as narrativas que descrevem o fim não-apoteótico do primeiro rei¹⁷⁸, assassinado pelos senadores, o local era também associado à morte de Rômulo, como é sugerido no epodo de Horácio (*Epod.* 16.13-14) ou em um excerto de Vérrio Flaco compilado por Pompeu Festo (VÉRRIO FLACO, 2012, p. 405), segundo o qual a Pedra Negra¹⁷⁹ indicaria o local da morte do rei, mas não sua tumba, embora Fáustulo e Quintílio tenham sido ali sepultados. Nesse sentido, existia também uma forte associação do Comício ao comportamento tirânico de Rômulo, especialmente ao fratricídio de Remo, entendido como germe do conflito civil em Roma (PRICE, 2019, p. 210-211).

¹⁷⁶ Com exceção do Lago Cúrcio (*lacus Curtius*) (Imagem 4.3, n. 34), local em que o cavaleiro sabino Métio Cúrcio caiu em batalha e foi definido, após a paz, como um monumento.

¹⁷⁷ O verbo *coeo* e seu arcaísmo *coneo* têm por sentido primeiro “ir juntamente ou em companhia”, “ajuntar-se”, “reunir-se”, além de “cerrar [uma ferida]”, “unir-se”, “fazer uma aliança, sociedade” (SARAIVA, 2019, p. 240, 275).

¹⁷⁸ Ver Tito Lívio (1.16), Plutarco (*Vit. Rom.* 27.5-6) e Apiano (*B Civ.* 11.114).

¹⁷⁹ Independentemente da existência ou não de uma tumba ou de quem estaria ali sepultado, o *Lapis Niger*, que recebeu seu nome pela pavimentação em mármore negro que o revestia, tinha uma forma trapezoidal e revestia uma antiga área sagrada. Quando descoberto em escavações realizadas em 1899, sua forma irregular estendia-se sobre uma área de 4 por 3 metros e cobria um antigo altar em formato de U, tendo por base uma estela cujas laterais abrigam inscrições em grego (mais precisamente, em um alfabeto arcaico que se assemelha ao grego utilizado no sul da Etrúria entre os séculos VII e VI a.C.). No entorno deste altar antigo foram encontrados objetos votivos em bronze, terracota e cerâmica, além de restos de um sacrifício datado do século IV a.C. Por um tempo pensou-se que o *Lapis Niger* cobria o Vulcanal, santuário de Vulcano, mas hoje descarta-se essa possibilidade já que vestígios deste foram encontrados próximos à área do templo da Concórdia. Embora a tradição memorial atribua à Pedra Negra o papel de marco fúnebre, não há evidências de que em tempos remotos aquela área sagrada abrigasse um sepultamento (CLARIDGE, 2010, p. 76-77; MAYORGAS, 2014, p. 45-46; RICHARDSON JR., 1992, p. 267-268).

A coexistência dessas duas tradições, uma que aponta para a concórdia e outra mais desagradável, que expõe a violência original do rei fundador, dá bem o tom do Comício enquanto parte do organismo do Fórum. Era uma área de tensão pré-demilitada e, ao mesmo tempo, de conciliação, que atava em um mesmo corpo cidadão e através do atrito o múltiplo tecido social. Agravada a crise hegemônica no século I a.C., porém, o Comício seria impactado de diversas formas, não sendo mais capaz de conter os conflitos políticos em seus limites. Sem que fosse desfeito, interferências visuais seriam promovidas ali de forma a estreitar as possibilidades da conciliação e, concomitantemente, recrudescer a violência, o que colocava toda aquela área de suma importância à *res publica* em um impasse de caráter dialético: ao mesmo tempo em que não poderia ser desmontada, fecundava a hostilidade que a destruía. Das reformas colocadas ali em marcha, começamos tratando das de Sila no fim dos anos 80 a.C.

Findada a campanha no Levante contra Mitrídates IV do Ponto, Lúcio Cornélio Sila retorna à Península Itálica pondo fim ao domínio dos marianos remanescentes e marchando sobre Roma uma segunda vez em 82 a.C., ano em que é investido com a ditadura. Nesse momento, iniciam-se mudanças legais na *res publica* e reformas no Fórum, dentre as quais se destaca o ampliamiento do prédio da Cúria Hostília (Imagem 4.4, n. 5). A hipótese levantada por Coarelli (1986, p. 157-158) de que a nova Cúria hipertrofiada avançara em direção ao Comício, ocupando a parcela setentrional da praça e reestruturando completamente o espaço, é contestada em pesquisas recentes que questionam a real extensão do edifício silano¹⁸⁰. No entanto, sabe-se que a Cúria Cornélia¹⁸¹ foi construída com um porte maior para acolher um Senado alargado, já que Sila dobrara seus membros de trezentos para seiscentos. Com isso, uma questão a atentar-se corresponde às condições de visibilidade do novo prédio. Desde o século III a.C. as *contiones* aconteciam com o público situado no Fórum, ao sul dos *Rostra*, enquanto as assembleias eleitorais e legislativas permaneciam com os cidadãos votantes alocados no interior do Comício (THOMMEN, 1995, p. 362-363; TAYLOR, 1990, p. 21-23, 108). Em ambos os casos, o olhar da audiência se dirigia à tribuna. Contudo, na segunda metade do século II a.C. ocorreu uma mudança digna de nota aos autores antigos: tribunos da plebe começaram a conduzir as assembleias também fora do Comício, voltando-se para o Fórum.

¹⁸⁰ Um exemplo é Paolo Carafa (1998, p. 151-155 apud KONDRATIEFF, 2009, p. 323). Ele afirma que a nova Cúria, mesmo sendo maior, estava situada no mesmo local da antiga e seguia suas linhas de orientação. Para a referência de Carafa, conferir CARAFA, Paolo. **Il Comizio di Roma dalle origini all'età di Augusto**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1998.

¹⁸¹ A bibliografia costuma utilizar o epíteto *Cornelia* para se referir à Cúria após as reformas silanas dado o nome gentílico de Sila, da *gens Cornelia*. No entanto, afirma Westall, é incerto se ela passou a ser chamada assim na época. De qualquer forma, até a construção da Cúria Júlia a antiga Cúria ainda era referida como *Hostilia* em homenagem ao rei que a construiu, Túlio Hostílio (WESTALL, 1996, p. 112).

É mais provável que o precursor dessa prática tenha sido Caio Licínio Crasso, tribuno em 145 a.C. que, segundo Varrão (*Rust.* 1.2.9), foi o primeiro a fazer o povo ouvir as leis a partir do Fórum. Cícero (*Amic.* 96) diz que a lei proposta por Crasso consistia na transferência das nomeações sacerdotais ao povo, via eleição, lei cujo apelo popular fez o tribuno direcionar-se ao Fórum para submetê-la à votação. Plutarco (*Vit. C. Gracch.* 5.3), por seu turno, afirma que, para aprovar leis de caráter popular que desagradavam o Senado¹⁸², Caio Graco teria sido o primeiro a dar as costas à Cúria e discursar à audiência no Fórum, pois “os oradores deveriam se dirigir ao povo, e não ao Senado”. Tendo isso em vista, é possível inferir que para além da necessidade prática de mais espaço que o Fórum proporcionava¹⁸³ havia também uma significação política por trás do direcionamento dos tribunos que, dando suas costas à casa do Senado, assumiam uma postura provocativa declaradamente popular (THOMMEN, 1995, p. 363). Como resposta, o engrandecimento da Cúria por Sila anos mais tarde adviria como uma reação à prática dos tribunos populares. Acrescida, ela dominava o horizonte atrás da tribuna, impondo-se inescapável à visão daqueles que assistiam o orador e minando a atitude hostil de negligência que tribunos mais ousados tentavam promover. A nova Cúria Cornélia marcava a visão silana de República, com a autoridade senatorial tonificada e alocada no coração da vida política (DAVIES, 2017, p. 206). Tal perspectiva sobre a contenda topográfica encontra ecos no discurso de Cícero sobre Valério Flaco (*Flac.* 57): “a Cúria vigia e assedia os *Rostra* como punidora da temeridade e reguladora do dever”¹⁸⁴.

O impacto sensorial do prédio vigilante soma-se a outra mudança visual ocorrida nos *Rostra* durante a ditadura silana. Houve ali o acréscimo de uma estátua equestre do ditador feita em ouro (Imagem 4.4, n. 725) – não sabemos se acima da tribuna ou muito próxima a ela¹⁸⁵. Mas o abalo maior veio com o silêncio ao qual a tribuna ficou sujeita após a *lex Cornelia de tribunicia potestate*, que esvaziou o tribunato da plebe. Destituído do poder de veto, da possibilidade de reeleição, sendo obrigado a apresentar previamente as propostas de lei ao Senado e, principalmente, excluído do *cursus honorum* – já que agora, uma vez eleitos, os tribunos não poderiam mais se candidatar a nenhuma outra magistratura, tornando o tribunato um posto terminal na carreira política –, o tribunato passou a ser evitado por aristocratas e as

¹⁸² Como a distribuição de terras públicas aos cidadãos sem propriedade, o custeamento público dos recursos necessários aos soldados, a extensão do sufrágio aos aliados itálicos, a diminuição do preço dos grãos e a nomeação de juízes entre equestres (*Vit. C. Gracch.* 5.1).

¹⁸³ A falta de espaço no Comício diante do crescimento do número de cidadãos romanos nos últimos séculos da República fez alguns autores, como Lily Ross Taylor (1990, p. 21-23, 108), concluir ser esta a única razão que explicava o direcionamento dos tribunos do século II a.C. para o Fórum.

¹⁸⁴ “cum specularum atque obsidet rostra vindex temeritatis et moderatrix officii curia” (CÍCERO, 1931, p. 24, linhas 10-12, tradução nossa).

¹⁸⁵ Segundo Cícero (*Phil.* 9.13) e Apiano (*B Civ.* 1.451) (FILIPPI, 2017, p. 166).

contiones tribunícias deixaram de ser regularmente convocadas¹⁸⁶. Como afirma Morstein-Marx (2004, p. 54), os *Rostra* estavam simbolicamente muito atrelados aos tribunos *populares*, especialmente no fim da República, e estabeleciam uma relação “metonímica” com a soberania do *populus romanus*, que foi então enfraquecida pela reforma silana. O silêncio anormal que recaiu naquele lugar por alguns anos (por volta de sete), somado à estátua equestre que ironicamente comemorava o triunfo dos *optimates* sobre a outra facção política, criava um forte paralelo com a intervenção de Opímio no templo da Concórdia em anos anteriores (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 56-57).

Mas talvez a ação de Sila que tenha atingido com mais força a memória coletiva foi a proscricção. François Hinard (1985) realiza um extenso estudo sobre as duas proscricções, a silana de 82 e 81 a.C. e a triunviral de 43 a.C., destacando o formato legal que revestiu tais massacres. Diferente de perseguições anteriores, a de Sila contra os simpatizantes do governo mariano fez uso de recursos legais já conhecidos, a começar pela formulação de um *edictum* oficial que expunha os motivos e as modalidades da ação persecutória, anunciado formalmente em uma *contio* e, finalmente, inscrito em placas de madeira esbranquiçada (*tabulae*) fixadas em toda a *Urbs* que continham também as listas dos proscritos (HINARD, 1985, p. 30-35). O *edictum*, a *contio* e as *tabulae* eram meios formais de divulgação de leis e decisões políticas aplicados na *res publica*. Até mesmo o termo *proscriptio* já era utilizado na língua latina para se referir a comunicados, oficiais ou informais (como anúncios de venda), pregados em locais públicos (HINARD, 1985, p. 17-21). A publicização de determinados avisos já tinha por si só um sentido humilhante, como a divulgação próxima à coluna Mênica da venda de bens confiscados de devedores que não puderam saudar suas dívidas, e em uma sociedade censitária como a romana a exposição do falido aos olhos da multidão exercia uma pressão degradante (HINARD, 1985, p. 22-23), mas Sila eleva a infâmia a novos patamares.

Eram prometidos 12 mil denários (pagos pelos questores com fundos públicos) como recompensa a quem conduzisse um proscrito a seu destino. O condenado era decapitado próximo ao Lago Servílio (*lacus Seruilius*), no Fórum, sem o direito de recorrer em *auxilium*, executado como se não fosse cidadão romano, privado de sepultamento com seu corpo arremessado nas águas do Tibre, seus bens confiscados e, à família, negado o luto e a vida pública (HINARD, 1985, p. 38-52). As cabeças, por sua vez, quando não eram fincadas em lanças (o que ocorreu aos políticos populares mais famosos), eram dependuradas nos *Rostra*: além da amissão do mundo dos mortos, que na crença comum era causada pela mutilação do

¹⁸⁶ Cícero atesta (*Clu.* 110) a repercussão na tribuna desse período de esvaziamento do tribunato (KONDRATIEFF, 2009, p. 334).

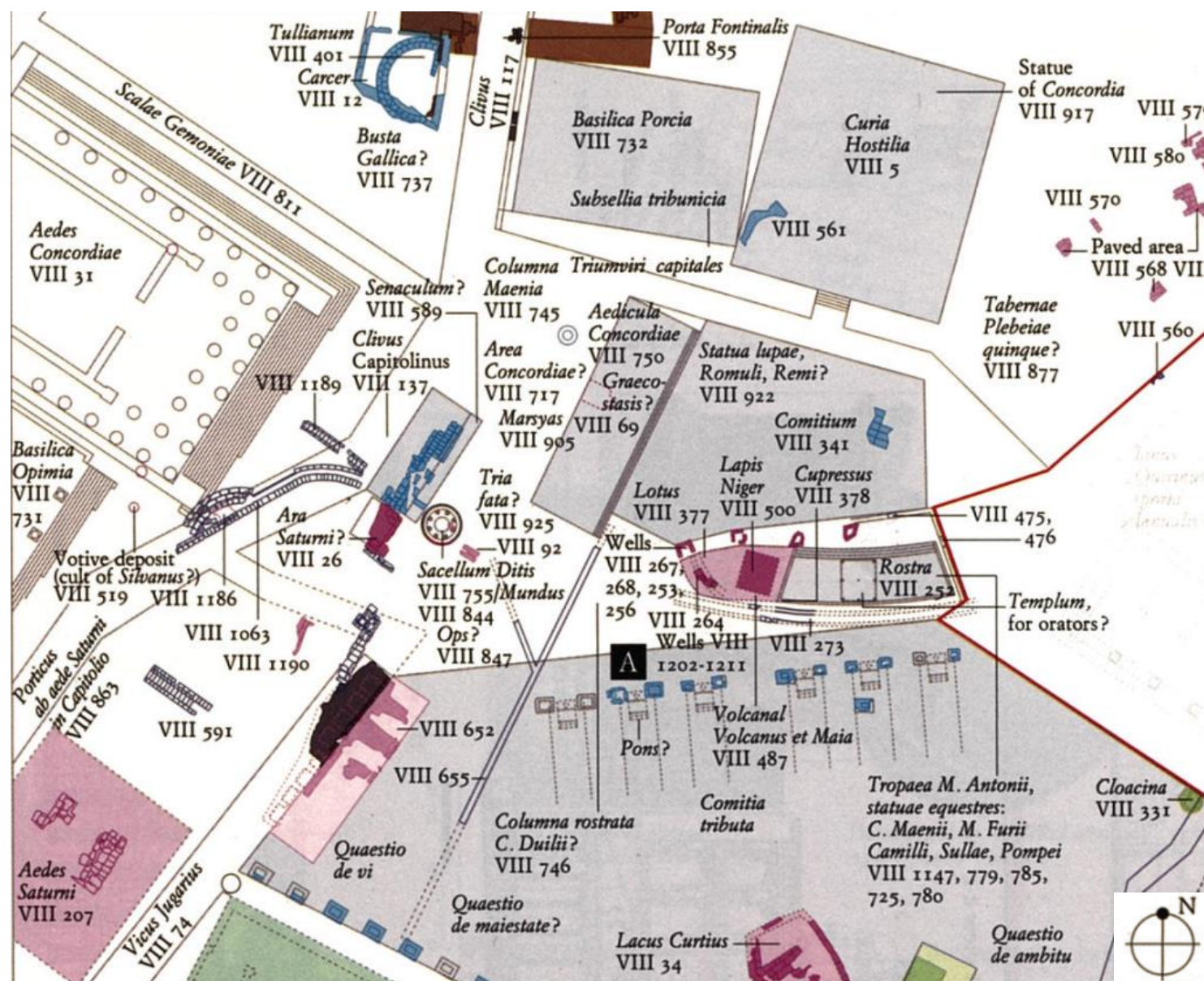


Imagem 4.4. Reconstituição da planta do Comitium. Recortado da planta do Forum Romanum (117 – 52 a.C.).

Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome:** biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes. Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 21.

corpo, os proscritos eram exibidos tais como inimigos de Roma, espólios ao lado da triunfante estátua equestre de Sila (HINARD, 1985, p. 41-42), e dividiam espaço com os esporões dos volscos, na mesma tribuna que outrora exibia a Lei das Doze Tábuas (DAVID, 2000, p. 72) e o Tratado de Cássio (BUENO, 2021, p. 94), velhos símbolos de concórdia. Dessa forma, através de ferramentas legais e da utilização das estruturas republicanas do Comício, a ditadura silana realizou um massacre interno que alienou cidadãos de sua romanidade, no processo já discutido de transformação da *bellum ciuile* em *bellum externum*, e espetacularizou a violência, conclui Hinard (1985, p. 140-143), em uma verdadeira política de terror, já que agora os próprios meios da *res publica* tornavam-se o flagelo de Roma.

Dessa maneira, a taciturnidade dos *Rostra* não se deveu unicamente ao enfraquecimento das *contiones* tribunícias, mas também ao silêncio funesto das cabeças decepadas. Em menos de quarenta anos depois, mais um ditador chegaria ao poder após vencer outra guerra civil. O medo da proscrição que vivia entre as gerações mais velhas retorna, mas Júlio César adotaria a política de clemência para o alívio dos ânimos mais temerosos. A indulgência, no entanto, morreu com o ditador, pois logo que seus herdeiros se reconheceram no acordo triunviral uma nova proscrição seria arquitetada¹⁸⁷. Inspirada fundamentalmente na de Sila, a proscrição de 43 a.C. adotou medidas ainda mais rígidas, pois agora ela contava com uma lista preliminar de nomes notáveis (Cícero encontrava-se nesta) a serem executados em sigilo, antes da divulgação da lista oficial, a fim de facilitar a captura destes inimigos (HINARD, 1985, p. 260-264). Possuía também dispositivos que facilitavam a denúncia e intimidavam qualquer ato de cumplicidade: as recompensas eram maiores e pagas tanto a executores (geralmente legionários) quanto a delatores; houve casos, como o do pretor Lúcio Vílio Annalis (BC 4.18), em que seu filho recebeu os bens confiscados do pai por delatá-lo, o que incentivou denúncias dentro das famílias; os delatores contavam ainda com a garantia do anonimato; e, se com Sila os cúmplices eram apenas executados, com os triúnviros eram incluídos nas listas, sujeitos a todas as punições dos proscritos originais (HINARD, 1985, p. 233-239).

As cabeças também foram colocadas na tribuna, desta vez nos *Rostra Caesaris* (Imagem 4.5, n. 142), construídos no último ano da ditadura de César. Hinard (1985, p. 305-318) depreende então que, para além dos interesses financeiros sobre o confisco de bens dos proscritos, a segunda proscrição foi uma política de terror, como a primeira, mas de forma ainda mais sistemática, que resgatou o pavor do período silano potencializando-o, inoculou dentro

¹⁸⁷ Vale destacar que antes mesmo da oficialização da segunda proscrição, uma lei formulada pelo cônsul Quinto Pédio e aprovada em 43 a.C. (*lex Pedia*) condenava os assassinos de César à morte. Segundo Hinard (1985, p. 293-295), todos os condenados por essa lei tiveram seus nomes nas listas de proscritos.

das *gentes* o medo da delação por um parente, manteve as listas abertas para inibir ajuda aos proscritos e, por fim, acabou tornando-se a declaração de uma nova guerra civil. Oficialmente, ela terminaria somente em 39 a.C. com o Tratado de Miseno, acordado entre os triúnviros e Sexto Pompeu, mas no campo memorial não haveria paz que cicatrizasse as feridas abertas por Sila e aprofundadas por Otávio, Marco Antônio e Lépido. A atrocidade trazida ao Comício foi tamanha que tornou vívida a memória primeva cultivada sobre aquele espaço, que em sua origem foi da violência à reconciliação, em um inusitado evento transcorrido ali em 42 a.C. no auge da perseguição: uma mulher tomou a palavra¹⁸⁸ apelando aos triúnviros.

Trata-se de Hortênsia, filha do velho orador Quinto Hortênsio Hórtalo, já falecido à época. Apiano descreve (*B Civ.* 4.32) que o Triunvirato formulara uma lista de mil e quatrocentas mulheres ricas cujas fortunas seriam taxadas para financiar a guerra que se avizinhava contra os republicanos. Insatisfeitas e vendo frustrada a tentativa de recorrer às mulheres ligadas aos triúnviros (no caso, Fúlvia, esposa de Antônio), essas matronas se dirigem ao Fórum tendo Hortênsia como porta-voz. Ela discursa em público, papel reservado aos homens da aristocracia, queixando-se da taxaço, denunciando a injustiça armada contra elas que já perderam pais, filhos, maridos e irmãos na proscriço e ainda exigindo, caso os triúnviros as considerassem prejudiciais ao seu governo, que as proscressem igualmente. O paralelo com as sabinas é gritante na narrativa de Apiano, pois espelha a guerra civil iminente na guerra civil germinal (PRICE, 2019, p. 207). Diante do tensionamento crescente das relações presentes, recorrer ao passado torna-se um recurso capital para respaldar reações extraordinárias. Assim, dificilmente veríamos em outro contexto a possibilidade de uma mulher assumir o papel de oradora e voltar-se a políticos em exercício. Mas Hortênsia encontra uma brecha para tanto no plano memorial, já que foi no Comício que em tempos remotos matronas sabinas intercederam nas disputas dos homens a elas ligados por laços de parentesco. Nessa perspectiva, sua ação é legítima.

Legítimas também foram as respostas da plebe às reformas silanas no Comício. Courier (2014, p. 569-570) nos atenta aos fatos de que nem a plebe foi uniformemente sensível à ideologia dos *populares*, nem a memória plebeia desta facção coincidia com sua memória

¹⁸⁸ Embora raro, esta não foi a primeira vez em que isso ocorrera na República Tardia. Na verdade, há relatos em que mulheres ou libertos, grupos excluídos dos espaços públicos de prestígio, tomaram a palavra para atestar publicamente alguma alegação, mas sempre em circunstâncias incomuns. Valério Máximo (3.8.6), por exemplo, reconhece que as mulheres não têm relação alguma com as reuniões públicas segundo os costumes ancestrais de Roma, mas afirma que em épocas tempestuosas a tradição pode ser deixada de lado, pois a violência obriga a reformulação das prioridades. Ele cita positivamente o caso de Semprônia, irmã de Tibério e Caio Graco, que testemunhara em um tribunal em defesa da memória de seu primeiro irmão assassinado, defendendo a honra da família (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 40).

acerca dos tribunos, muito embora no final da República os principais líderes *populares* tivessem ocupado o tribunato. As investidas de Sila oprimiram essencialmente uma parcela da *nobilitas*, os *populares*, enfraquecendo a magistratura que eles mais mobilizavam para catalisar seus interesses políticos e perseguindo seus representantes. Nenhum indivíduo da plebe urbana foi proscrito – a proscrição atacou membros da classe hegemônica. Contudo, instruída a respeitar a *auctoritas* dos aristocratas, especialmente daqueles cujos atos colocavam-nos no papel de seus defensores, e vendo-se privada das *contiones*, expressão de sua consciência de grupo dentro do debate político (COURRIER, 2014, p. 569-571), a plebe sentiu em si os ataques silanos. Nesse caso, houve uma identificação com o sofrimento infligido aos *populares* por parte da plebe urbana, que rememoraria a luta histórica contra o patriciado (a qual ecoava no Comício em monumentos datados do Conflito das Ordens) para se opor agora aos *optimates*.

Assim, há sete anos sem *contiones* e pensando com a escassez de alimentos, em 75 a.C. a plebe realizou um motim no qual perseguiu os cônsules pela Via Sacra (KONDRATIEFF, 2009, p. 335). Um deles, Aurélio Cota, além de contar com a ajuda do edil Hortênsio para fornecer cereais a preços baixos aos plebeus, teve de fazer uma importante concessão aos amotinados: apresentar a *lex Aurelia*, lei que retirou o impedimento silano aos tribunos de se candidatarem a magistraturas superiores, reintegrando o tribunato ao *cursus honorum* e consequentemente retomando o hábito regular da *contio*, bem representado à época pelo tribuno Lúcio Quíncio¹⁸⁹. A reação popular contra a memória silana também se manifestou em janeiro de 52 a.C. logo após a morte de Públio Clódio Pulcro que, quando tribuno, instigara gangues a fazerem pressão pela aprovação de leis populares e contra determinados políticos¹⁹⁰. Uma multidão daqueles que apoiavam Clódio conduziu seu corpo à Cúria Cornélia, montou uma pira com as cadeiras, mesas e papéis encontrados no edifício, ateou fogo e improvisou uma cerimônia fúnebre enquanto a casa senatorial fumegava, como contam Dio Cássio (40.49.2-3) e Ascônio (*Mil.* 28-9). O incêndio destruiu também a Basílica Pórcia ao lado, que nunca mais foi reconstruída, diferente da Cúria que ainda naquele ano seria restaurada por Fausto Cornélio Sila, filho do antigo ditador, para reforçar a memória da *gens Cornelia* no prédio senatorial (FILIPPI, 2017, p. 167). Finalmente, vale recordar que em 48 a.C., ao chegarem as notícias na

¹⁸⁹ Aliás, defende Kondratieff (2009, p. 344-347) que foi justamente graças à restauração das *contiones* em 75 a.C. e à consequente intensificação do barulho da multidão próxima do Comício que, por uma questão de ordem prática, foi necessária a transferência do tribunal dos pretores urbanos para a região sudeste do Fórum, levando à construção do *Gradus Aurelii* entre 75 e 74 a.C.

¹⁹⁰ Foi o caso de Cícero, cuja participação ativa na condenação de Catilina levou-o ao enfrentamento com Clódio e seus grupos armados. Caso memorável deste embate foi quando Clódio adquiriu a propriedade de Cícero após seu exílio voluntário, demoliu a casa do orador e mandou erguer no lugar um altar à *Libertas* (FLOWER, 2006, p. 102-103).



Imagem 4.5. Reconstituição da planta do Comitium. Recortado da planta do *Forum Romanum* (51 – 36 a.C.).

Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome:** biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes. Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 26.

Urbs da vitória de César em Farsalos, a estátua equestre de Sila (bem como outra de Pompeu, erguida anos antes) que se encontrava nos *Rostra* foi derrubada pela multidão, segundo Dio Cássio (42.18.2) e Suetônio (*Iul.* 75).

A conformação hegemônica garantiu à plebe estes espaços, nada mais justo em seu ponto de vista que defendê-los. Ao fazê-lo, a plebe não negava a posição histórica que lhe fora designada na hierarquia social romana, nem Hortênsia depravou o papel de matrona ao agir como oradora, pois o Comício e o passado a ele associado autorizavam todas essas intervenções. Por pressupor o enfrentamento político das partes e cultivar a memória do conflito, seja fundacional (Rômulo contra Remo, romanos contra sabinos), seja das ordens, o Comício ensejou a reforma silana, acolheu as proscricções adequadas ao *modus* republicano, bem como viabilizou reações insurgentes. Em outras palavras, a estrutura hegemônica historicamente concretizada junto ao Comício liberou caminho à escalada da violência, tornando dialeticamente o próprio Comício um problema à *res publica*.

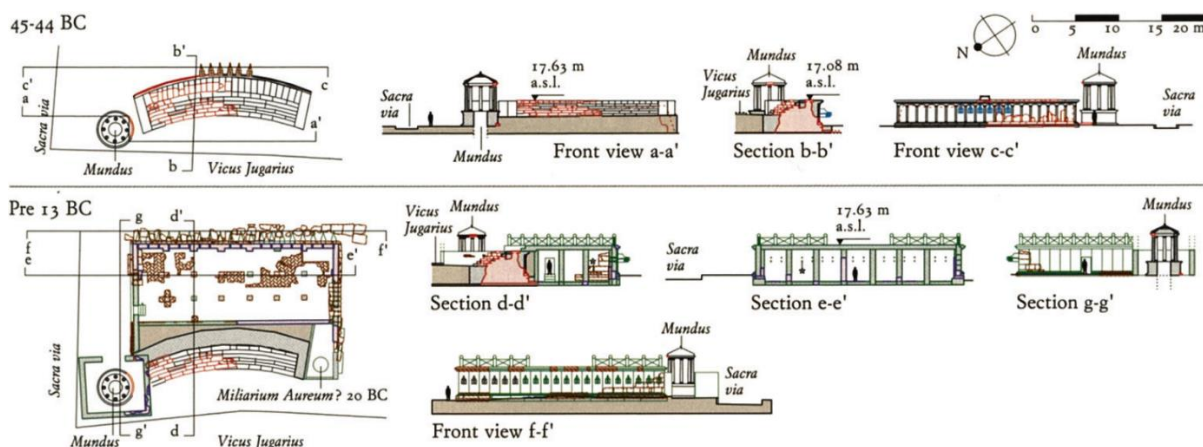
Nota-se o fato de que, ao mesmo tempo em que tais disputas se inflamavam, o Comício entrou em processo gradativo de esvaziamento. Coarelli (1985, p. 163-164) situa entre 160 e 150 a.C. o início de assembleias sendo reunidas no lado oriental do Fórum, diante da tribuna que existia no templo de Castor e Pólux, no interior do qual os senadores também começaram a organizar reuniões já no final do século II a.C. (COARELLI, 1985, p. 199). Soma-se a isto a transferência das atividades jurídicas entre 75 e 74 a.C. para o *Gradus Aurelii*¹⁹¹, arquivancada com tribunal próxima à Régia e ao templo dos Dióscuros, além da própria utilização do espaço do Fórum para receber cidadãos votantes em assembleias (a partir do já mencionado tribuno Crasso). Enfim, concomitante à tormenta, estava em curso a transferência das funções eleitorais e jurídicas do Comício para o Fórum entre o final do século II e início do I a.C. (COARELLI, 1985, p. 199).

É inegável que parte das motivações para tanto se explica pela crescente demanda por espaço, já que a área comicial tinha se tornado pequena aos habitantes de Roma. Mas esta necessidade prática não anula o problema simbólico ao qual o Comício estava sujeito: constituído historicamente como local de conflito e conciliação, no fim da República esta última dimensão estava cada vez mais obstruída. O nível inédito da violência interna impedia o acordo entre as partes e, uma vez insuficiente no cumprimento de sua segunda agenda, a concórdia, o Comício começava a ser abandonado pelas instituições principais que lá se agrupavam. Isso o levará a seu fim, iniciado com César e concluído com Augusto. Na ditadura cesariana, aquele

¹⁹¹ Conferir nota 189.

espaço sofreu uma radical transformação (COARELLI, 1985, p. 233-257), a começar pela destruição da Cúria Cornélia (Imagem 4.5). Entre os anos de 47 e 46 a.C., a sede principal do Senado foi demolida para dar lugar ao templo dedicado à *Felicitas* (Imagem 4.5, n. 566), construção da qual Lépido ficou encarregado (FILIPPI, 2019, p. 111). Dio Cássio sugere (44.5.2) que a real intenção era apagar o nome dos *Cornelii* daquela região, duplamente presente através do pai construtor e filho restaurador, substituindo-o pelo de César com uma nova Cúria, a *Curia Iulia*, embora haja fortes indícios de que esta só começaria a ser construída após os Idos (FILIPPI, 2019, p. 111). Além disso, como aponta Westall (1996, p. 114), o próprio templo da deusa Felicidade já era em si uma provocação a Sila que recebera o agnome de *Felix* pela sua boa fortuna em vida. Mas *Felicitas* nunca viu a conclusão de seu templo no Comício, pois a morte de César interrompeu as obras em curso.

Imagem 4.6. a) Reconstituição dos Rostra Caesaris (45 – 44 a.C.).
b) Reconstituição dos Rostra Augusti (13 a.C.).

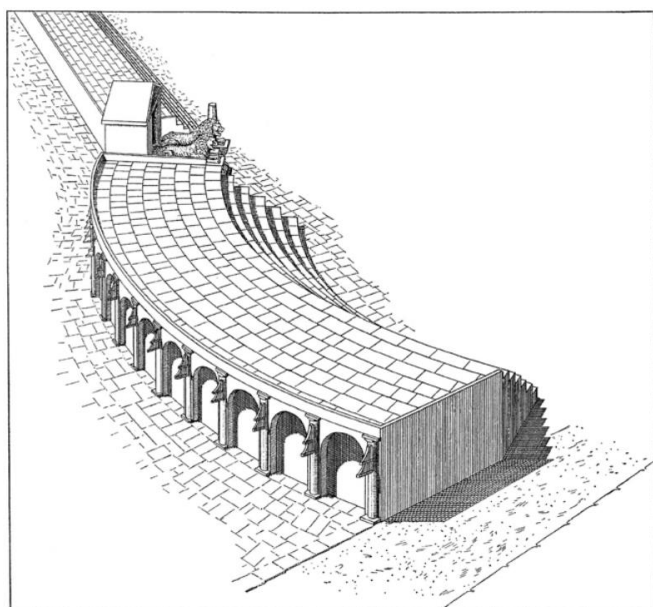


Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes.* Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 27a.

Outrossim, os *Rostra* e a *Graecostasis* também foram derrubados, liberando espaço nas bordas oeste e sul. Enquanto a tribuna dos emissários estrangeiros que limitava o Comício a oeste não seria mais reconstruída, a dos magistrados o foi fora daquela área. Centralizados na lateral curta noroeste do Fórum, diante do encontro dos templos da Concórdia e de Saturno, os novos *Rostra Caesaris* (Imagem 4.5, n. 142; Imagem 4.6 a) começaram a ser construídos provavelmente por volta de 45 a.C. e foram inaugurados em janeiro de 44, recebendo a inscrição do segundo cônsul que à época os dedicou, Marco Antônio (COARELLI, 1985, p. 238-239). Infelizmente, os vestígios arqueológicos da tribuna republicana são escassos para podermos comparar com a nova de César, que grosso modo perduraria (com ampliações e restauros) por todo o Império, mas acredita-se que desde as reformas de Mênio e Camilo em 338 o pódio

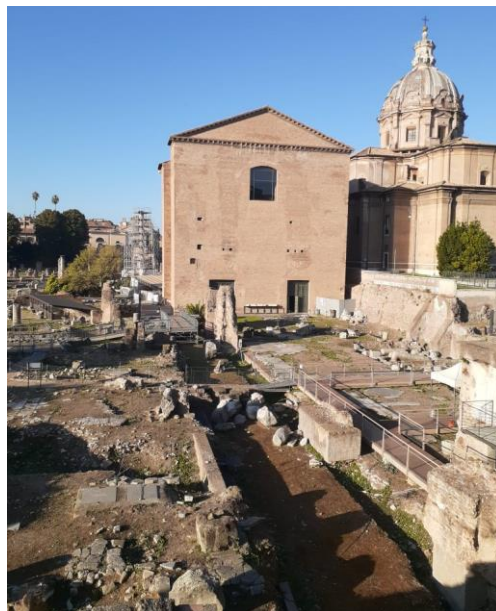
assumiu um formato de hemiciclo (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 42-48), com o lado côncavo voltado para o Comício. Tal formato foi respeitado por César na nova tribuna, cujo comprimento abarcava aproximadamente vinte e três metros e que trouxe, inclusive, os mesmos esporões dos navios volscos que se encontravam na antiga (COARELLI, 1985, p. 242), de modo que, salvo as proporções, as duas tribunas eram relativamente semelhantes. A ilustração de Einar Gjerstad (Imagem 4.7) dos antigos *Rostra* pode nos ajudar a ter um vislumbre do que foram os novos, que agora não estavam adjacentes à Pedra Negra (demarcada na ilustração pela estátua de um leão) e sim ao *Mundus*¹⁹² (Imagem 4.5, n. 25) na lateral norte¹⁹³.

Imagem 4.7. Reconstituição dos *Rostra* tardo-republicanos de Einar Gjerstad.



Fonte: MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 49.

Imagem 4.8. Foto atual da Cúria. Vê-se aqui sua face traseira, alinhada ao que hoje são as ruínas do *Forum Iulium*.



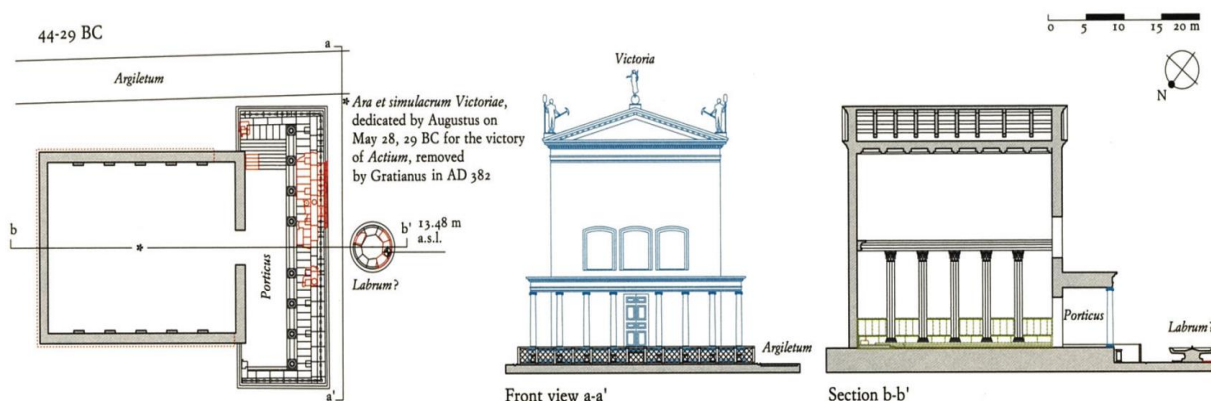
Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

¹⁹² O *Mundus* era um local sagrado dedicado a *Dis Pater* e aos deuses íferos, portanto tratava-se de uma estrutura subterrânea ou que tinha uma parte subterrânea. Plutarco (*Vit. Rom.* 11) conta que ele teria sido escavado em torno do Comício durante o reinado de Rômulo, recebia como sacrifício os frutos das primeiras colheitas do ano e nele foram lançados punhados de terra provenientes da terra natal dos primeiros habitantes de Roma, em uma espécie de ritual de fundação. Também era tido como o ponto mais central da cidade, que serviu de referência, inclusive, para a delimitação dos primeiros limites do pomério. Uma espécie de tampa de poço o cobria e esta era aberta apenas em três dias do ano, considerados nefastos, para condução de rituais – os negócios públicos eram suspensos nesses dias. Ademais, o *Mundus* é em algumas obras – como no *Atlas of Ancient Rome* de Carandini e Carafa (2017) – identificado com o *Umbilicus Urbis*, um cilindro revestido de tijolos com uma base diametral de 4,6 metros ainda visível nas ruínas do Fórum – como se fosse a estrutura superior do *Mundus*. Outros autores, como Richardson (1992, p. 259-260, 404), refutam essa hipótese e defendem que o *Mundus* era originalmente um celeiro arcaico transformado posteriormente em santuário muito provavelmente localizado no Palatino, não no Fórum junto ao *Umbilicus*.

¹⁹³ Vale mencionar outra diferença. A nova pavimentação do Fórum em travertino feita após 47 a.C. incluiu túneis subterrâneos, possivelmente utilizados em dias de jogos de gladiadores, cujos acessos se davam pela face convexa dos *Rostra*, voltada para o Fórum, em entradas localizadas entre os esporões engastados (FILIPPI, 2017, p. 167).

Os novos *Rostra*, afastados do sopé da Cúria, estavam enfim livres da supervisão senatorial (DAVIES, 2017, p. 268). Segundo Coarelli (1985, p. 244), as emissões monetárias de Lólio Palicano em 45 a.C. que estampam os *Rostra* (RRC 473/1; conferir Ficha 3, p. 229) enquadravam-se como motivos da propaganda cesariana. Sugerimos no segundo capítulo, por outro lado, que se tratava mais da ânsia popular de Palicano pressionando César a também reivindicá-la em um momento no qual o ditador inclinava-se mais a favor da clemência para com os derrotados da guerra civil. O fato é que tais emissões fazem referência à nova tribuna, e o fazem de forma a disputá-la como uma conquista popular obtida com as bênçãos de *Libertas*, que descativou o tribunato (representado pelo *subsellium*) do jugo silano imposto à estrutura do Comício desde fins dos anos 80 a.C. – um quinário de Palicano do mesmo ano (RRC 473/3) traz no reverso Vitória em uma biga e, no anverso, a efígie de *Felicitas*, ironizando o *Felix* que teve sua Cúria destruída para dar lugar ao templo desta deusa.

Imagem 4.9. Reconstituição da Cúria Júlia (44 – 29 a.C.).



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome:** biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes. Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 32.

Em paralelo, o Senado mandou erigir nos *Rostra* em 44 a.C. duas estátuas coroadas de César, uma com a *corona ciuica* (honra concedida àqueles que salvaram a vida de um cidadão romano em batalha) e outra com a *obsidionalis* (mérito dos que libertaram uma cidade de um cerco) (CADARIO, 2006, p. 54). Sobre a cabeça do pai da pátria, as coroas tinham seu sentido alargado para remeter à salvação de toda a *res publica* (e não de um único cidadão) e à libertação de Roma do assédio dos *optimates* (CADARIO, 2006, p. 54), imprimindo em César o papel de libertador que ele no fim da vida estava evitando. A obliteração da clamorosa presença de Sila no Comício permitiu que as reformas cesarianas fossem lidas como uma afronta aberta à memória do antigo ditador em prol de um projeto mais popular, como intenta Palicano em suas moedas, ainda mais considerando as estátuas coroadas que foram levantadas por decisão senatorial. César, por seu turno, tomou providências para sublinhar sua política de clemência,

como a restauração das duas estátuas equestres – de Sila e Pompeu – derrubadas dos *Rostra* em 48, que foram erguidas novamente em 44, desta vez nos *Rostra Caesaris* (Cass. Dio 43.49.1; Suet. *Iul.* 75).

Os Idos, contudo, interromperam as reformas de César. Como afirma Liverani (2008, p. 43), a ação do ditador no tecido urbano foi incisiva, por um lado, pois propôs soluções monumentais a estruturas há muito já consolidadas, e fugidia, por outro, já que teve pouco tempo para concretizá-las, com muitas campanhas militares em andamento e sua morte em 44 a.C. Por isso, coube a Otávio tocar as obras iniciadas e consolidar o fim do Comício. Logo em 43 a.C., em decorrência de uma praga que assolava Roma, mas provavelmente visando também retomar sua antiga sede, os senadores exigiram que a antiga Cúria Hostília fosse reconstruída (Dio Cass. 45.17.8). A demanda não seguiu colocada por muito tempo devido, afirma Filippi (2019, p. 111), às rápidas mudanças do cenário político daqueles anos (turbulentos, com as proscricções e Filipos que certamente embaraçaram as decisões senatoriais), e a nova Cúria pôde ter suas obras retomadas em 42.

Em 29 a.C. a Cúria Júlia (Imagem 4.8; Imagem 4.9) seria então dedicada, posicionada mais a nordeste em relação à Cornélia que não mais existia¹⁹⁴ (Imagem 4.10, n. 5). Apesar de ostentar um pequeno pórtico voltado para a antiga área comicial, na nova Cúria estava orientada de acordo com o *Forum Iulium* ao norte, acoplada no canto sul de seu pórtico retangular em uma disposição que a interligava muito mais ao Fórum de César que ao Comício – tal acomodação, Westall diz (1996, p. 114), instigou a leitura do “cativeiro babilônico” ao qual o Senado ficou submetido durante o Principado, sujeito ao governo dinástico e sem a autonomia de outrora. A influência de Otávio nela também se fez presente pela decoração interna e externa, que remetia à vitória em Áccio: nos acrotérios laterais projetavam-se divindades com remos e âncoras, signos navais da batalha marítima, enquanto no principal dominava uma Vitória alada sobre um globo com uma coroa de louros nas mãos (Imagem 4.9)¹⁹⁵; no interior, havia um altar à Vitória e outra estátua da deusa, junto a itens obtidos no butim egípcio (FILIPPI, 2019, p.

¹⁹⁴ Tal hipótese foi sugerida por Coarelli (1985, p. 233-237): enquanto a Cúria Hostília/Cornélia tinha uma orientação norte-sul, localizada no que hoje corresponderia à Igreja de São Lucas e Santa Martina, a Cúria Júlia, cujo prédio coincide com a Cúria Diocleciana (Imagem 4.8), segue um eixo sul-leste e é orientada de acordo com o pórtico do Fórum Júlio. Seguimos aqui tal interpretação, já que nos baseamos nas plantas do recente *Atlas of Ancient Rome* de Carandini e Carafa (2017). Contudo, deve-se mencionar que há autores que discordam dessa localização. Paolo Liverani (2008, p. 44-46), por exemplo, embora reconheça a impossibilidade de precisar com exatidão a antiga Cúria republicana, inclina-se mais à interpretação de que a Cúria Júlia foi erguida ocupando a mesma posição da Hostília/Cornélia.

¹⁹⁵ A evidência principal para tal reconstrução externa é um denário de prata batido entre 29 e 27 a.C. que traz no reverso a fachada da Cúria Júlia (RIC 266).

112). Assim, os senadores eram constantemente lembrados da vitória de Augusto no que seria a última das guerras civis.

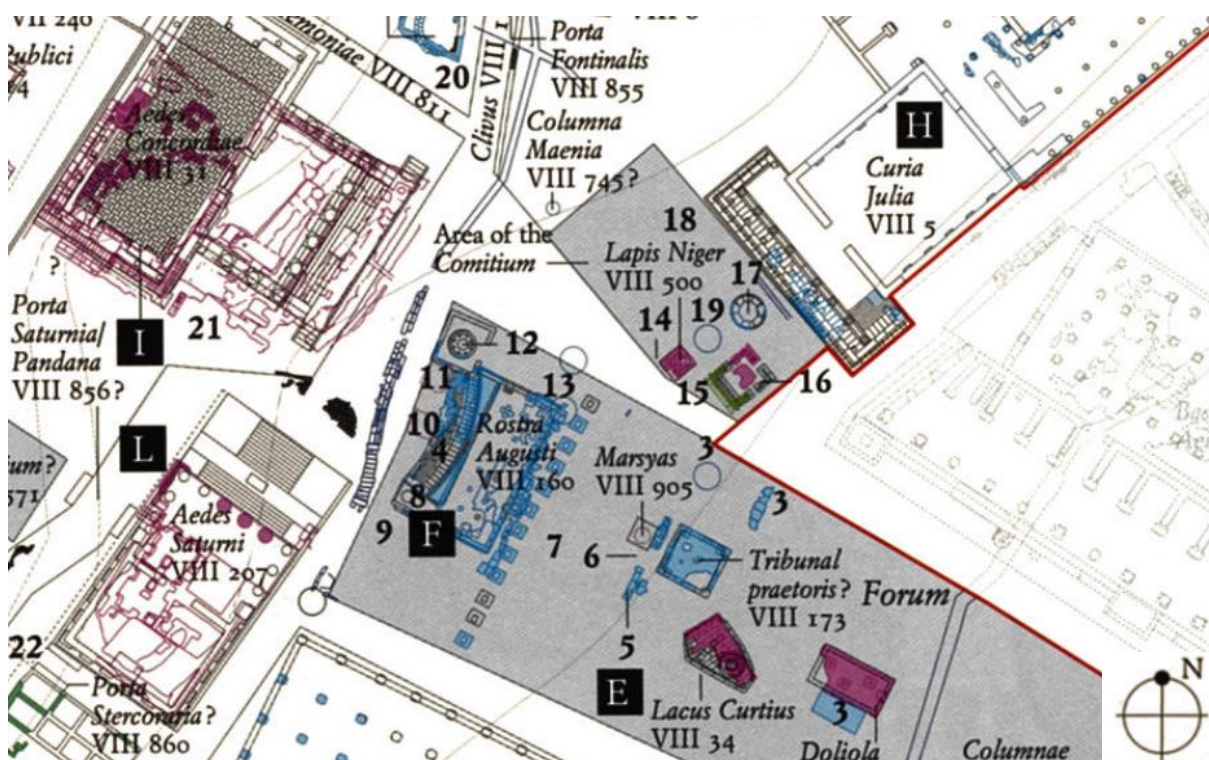
Outra interferência importante ocorreu em 13 a.C. nos *Rostra Caesaris*: uma grande plataforma retangular foi adicionada à frente da tribuna, prolongando cerca de 13 metros sua profundidade e desfazendo o formato em hemicírculo que possuía na parte frontal (Imagem 4.6 b) (FILIPPI, 2019, p. 115). Os novos *Rostra Augusti* eliminaram definitivamente a memória de Antônio cujo nome permanecia inscrito ali desde a inauguração da tribuna em 44 a.C., substituindo-o pelo de Augusto, e, principalmente, ocultaram à visão da audiência a face que entre 43 e 39 expôs as cabeças dos proscritos (FILIPPI, 2019, p. 115). Assim, uma nova estrutura sobrepôs-se à pedra que indexava a lembrança da perseguição política, bloqueando o acesso material ao passado sanguinolento em que Augusto esteve envolvido. Aliás, nesta altura, todos os traços físicos da violência interna que marcaram o Comício foram apagados, porque este estava definitivamente desfeito (Imagem 4.10). Do espaço que noutro tempo amalgamava o SPQR restaram apenas algumas colunas (como a de Mênio) e pequenos locais sacros, como as árvores sagradas, isto é, um cipreste (Imagem 4.10, n. 15), uma árvore de lótus (Imagem 4.10, n. 14) e a figueira Návica/Ruminal¹⁹⁶ (Imagem 4.10, n. 18), o Vulcanal (Imagem 4.10, n. 16) e a Pedra Negra (Imagem 4.10, n. 15) (FILIPPI, 2017, p. 169). Até mesmo a estátua do sátiro Mársias foi transferida para a área do Fórum, posta no lado noroeste de uma estrutura quadrangular próxima ao Lago Cúrcio (Imagem 4.10, n. 34) (FILIPPI, 2017, p. 169).

As grandes estruturas de reunião política estavam enfim desvinculadas do Comício, porém elas ainda existiam. A Cúria comicial foi demolida, mas reergueu-se outra de proporções semelhantes não muito longe dali, filiada a outro lugar (o Fórum cesariano); o mesmo se deu com os *Rostra*, reproduzidos inclusive com os mesmos esporões dos volscos do século IV a.C., mas agora voltados ao Fórum. A destruição dos espaços tradicionais do Comício não implicava, em contrapartida, no fim das instituições republicanas que eles hospedavam, afinal havia diversos lugares da *Urbs* nos quais os senadores podiam se reunir (e já o faziam desde o século II a.C., sem depender exclusivamente da Cúria), assim como magistrados podiam discursar e presidir eleições em outros locais, como na tribuna do templo dos Dióscuros. Logo, indaga-se: se o desmantelamento do Comício não pressupunha o desmantelamento da *res publica*, pois a *Urbs* era capaz de absorver o funcionamento de seus quadros, qual a necessidade de refazer em

¹⁹⁶ Enquanto o cipreste e a árvore de lótus eram árvores sagradas que cresceram próximas ao santuário de Vulcano, o Vulcanal, a figueira Návica cresceu próxima à estátua do águia Ato Návico que se localizava na frente da Cúria Hostília em um local atingido por um raio. Autores como Tácito (*Ann.* 13.58) e Plínio (*HN* 15.77) associam a figueira Návica à figueira Ruminal, aquela sob a qual Remo e Rômulo foram amamentados pela loba até o encontro com Fáustulo, originalmente situada no Palatino (RICHARDSON JR., 1992, p. 150-151, 432).

novos lugares, e de maneira muito similar, as estruturas físicas que dantes se aglutinavam ali? Tal fenômeno esclarece-se considerando a imprescindibilidade da já mencionada *segurança ontológica* que estas estruturas asseveravam. Não bastava que as instituições republicanas continuassem funcionando e se reunindo alhures, pois a *res publica* nunca foi uma entidade metafísica, desprendida da concretude cotidiana e deslocada da ordem temporal. Pelo contrário, ela se forjou na fisicidade do espaço urbano, desenvolveu-se através das alterações na cidade e foi produto do mesmo processo que gerou o Comício, cujos monumentos congregavam diferentes temporalidades. Portanto, a mera existência desta área atestava sensorialmente a construção da *res publica* no tempo, enquanto processo histórico.

Imagem 4.10. Reconstituição da planta do *Comitium*. Recortado da planta do *Forum Romanum* (30 a.C. – 14 d.C.).



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes*. Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 31.

As pedras que ali se erguiam indexavam o passado dos cidadãos romanos que atuaram ao longo dos séculos na construção da *res publica*, certificando aos que as vissem a participação das *gentes* e das ordens na fazedura da conformação política conhecida. O Comício devolvia aos romanos sua própria face, pois reconheciam nele seu papel dentro da ordem maior e o trabalho de seus ancestrais em criá-la, permitindo-lhes que se localizassem no fio temporal. Em outras palavras, o Comício ancorava de modo tangível Roma e sua *res publica* no fluxo do tempo. Eliminá-lo pura e simplesmente, destarte, representava um risco à identidade coletiva,

já que isso embaçaria as fronteiras que delimitaram materialmente quem é quem na República e desbotaria a historicidade desenvolvida no acúmulo, descarte e convivência da materialidade plural. Por outro lado, como vimos, ali o conflito se catalisava cada vez mais sem encontrar vias pelas quais pudesse ser sanado. Não podendo ser extinto nem continuar existindo da forma como estava dado, o Comício teve então de ser desmembrado e seus componentes dispersos, empresa que coube aos grandes líderes do século I a.C. cuja centralidade no cenário político fazia-os esbarrar com aquele problemático canto noroeste do Fórum. A presença tentacular de César e especialmente de Augusto nas questões políticas imputava-lhes o dever da preservação da *res publica* (e, por consequência, do trabalho de todos os romanos que a fizeram durante gerações incontáveis), cumprido, no caso aqui discutido, através da reacomodação dos edifícios comiciais. Reacomodação esta que os isolava, evitando a interação direta do SPQR de outrora, e enxertava entre eles a figura mediadora dos novos *principes*. Assim, não se rompe com o passado indexado pelo Comício, mas o remodela à nova conjuntura de centralização política.

4.3. *Não hesites lembrá-lo: a divinização de César, da memória orgânica da plebe à hegemonia*

Após a morte de Júlio César, um processo popular de construção de memória foi desencadeado na extremidade oposta aos *Rostra*, no outro lado curto do Fórum, que, assim como o Comício, modificado ao passo que a centralização do poder robustecia, seria desviado de seu curso original com a progressiva intromissão de Augusto. Trata-se do lugar em que o corpo do falecido ditador fora cremado por iniciativa das massas presentes no Fórum durante as cerimônias fúnebres, que se tornou em seguida local de culto da plebe e que, finalmente, se modificaria com a ereção do templo do Divino Júlio. Enquanto o Comício agregava um passado muito mais antigo e a multiplicidade de memórias que remetiam a diversas famílias, conquistas militares e disputas de ordens, este novo lugar de memória associado à lateral sudeste do Fórum começaria a se desenvolver somente no passado recente e pela ação de um estrato específico da sociedade romana, a plebe urbana. Apesar destas diferenças, a lógica participativa do Fórum enquanto organismo conectava ambos os casos – seja em um, seja em outro, os romanos estabeleceram vínculos íntimos com aqueles espaços pois reconheciam neles sua participação ativa e direta, anuindo à hierarquia social graças à parcela de envolvimento que lhes era garantida. Tal dinâmica predispôs a plebe a tecer relações com o local em que cremou o corpo de César e a construir a partir dele uma memória que lhe era orgânica. Foi essa relação de organicidade que seria desarmada com o avanço do Principado. Neste tópico, nos dedicaremos a tal transformação.

A participação popular fez-se notável antes mesmo da edificação do novo lugar de memória, no trato dado ao cadáver do ditador. Notável, mas não inédita, pois havia um precedente importante, citado no tópico anterior: Clódio, cujos restos mortais estiveram sujeitos à mesma sorte oito anos antes. O paralelo entre os dois funerais era claro, já que contaram com a iniciativa espontânea da plebe em tomar os corpos de seus líderes, conduzi-los a locais específicos dentro do Fórum e cremá-los ali mesmo, dentro dos limites do pomério¹⁹⁷. Segundo Sumi (2011, p. 208-209), a experiência com Clódio estava vívida na memória popular e serviu

¹⁹⁷ Seletio era o grupo formado pelos romanos que receberam a honra de serem cremados e/ou enterrados dentro do *pomerium*, o limite sagrado da *Urbs*, como foi o caso de um dos primeiros cônsules e heróis fundadores da República, Públio Valério Publícola, cujo funeral fora custeado pelo tesouro público por vontade dos senadores e que teve seu corpo cremado e sepultado aos pés do Monte Vélia – segundo Dionísio de Halicarnasso (*Ant. Rom.* 5.48.3). Se considerarmos o já mencionado *locus funestus* abaixo do *Lapis Niger*, Rômulo, seu pai Fáustulo ou Hóstio Hostílio também receberam esse direito. Sumi (2011, p. 208-209) sugere que, quando Dio Cássio (44.7.1) afirma que o Senado votou a César a honra de posicionar sua tumba dentro do pomério, trava-se de uma justificativa *ex post facto* elaborada após a cremação de seu corpo pelas massas e não propriamente uma honra votada em vida.

de modelo para César, o que transgrediu de certa forma o planejamento das exéquias que contava com uma pira pronta para a cremação montada no Campo de Marte, próxima ao túmulo de sua filha, Júlia¹⁹⁸. Outra semelhança relevante é a ênfase dada pelas fontes à exposição das chagas e à comoção gerada por tal visão. Com Clódio, a multidão tomou a iniciativa de incendiar a Cúria após o discurso inflamado de Rufo e Planco diante do corpo desfalecido exibido nos *Rostra*, comovida pelo que “viu e ouviu”, nas palavras de Dio Cássio (40.49.2); Ascônio, reportando um discurso de Cícero (*Mil.* 28-9), atribui a fala incitante a Planco e Pompeu e destaca a nudez do corpo machucado de Clódio nos *Rostra*, mantida com o objetivo de “exibir as feridas”. No caso de César, embora as narrativas divirjam em alguns detalhes, todas mencionam o papel das chagas na compaixão coletiva.

A mostra do corpo de César é citada nos relatos de Plutarco (*Vit. Caes.* 68.1), segundo o qual a indisciplina e a desordem tornaram-se incontrolláveis ainda durante o transporte do defunto desfigurado pelo Fórum, visível a todos; e de Dio Cássio (44.35.4), que aponta para a imprudência de Marco Antônio ao trazer ao Fórum o corpo ensanguentado de César e com feridas abertas, proferindo em seguida um comovente discurso (44.36-49) que fez a multidão irromper em paixões. No texto de Apiano, o corpo permanece em um esquife disposto nos *Rostra*, mas Antônio, durante sua fala, despe César de sua vestimenta e a estende em mãos para o público, de modo a evidenciar o sangue seco e os buracos das punhaladas (*B Civ.* 2.146); em seguida, uma efígie feita em cera do corpo é erguida e girada através de um singular dispositivo mecânico, revelando os vinte e três golpes desferidos em sua carne (*B Civ.* 2.147). Finalmente, na biografia escrita por Suetônio (*Iul.* 84.1), o que estava à vista era um pequeno templo dourado construído provisoriamente nos *Rostra* à imagem do templo de Vênus Genetrix (do *Forum Iulium*), o qual abrigava um leito de marfim e um troféu que vestia a toga perfurada de César. Em todas essas descrições, o apelo visual à mutilação serviu como elemento retórico de agitação por parte de líderes que capitaneavam a cerimônia, no caso Marco Antônio, e, somado à leitura testamentária¹⁹⁹, instigou a fúria das massas presentes que passaram a agir por conta própria, fazendo com que as lideranças perdessem o controle sobre a situação.

Além da perseguição aos Libertadores, conta-se que tentaram levar o corpo para ser velado no solo sagrado do templo de Júpiter Optimus Maximus²⁰⁰, no Capitólio, ou então para

¹⁹⁸ Como conta Suetônio (*Iul.* 84.1).

¹⁹⁹ A doação do ditador ao povo romano não impactou menos o ânimo das massas. Além da definição de seus herdeiros, legou no testamento os jardins do Tibre ao conjunto do *populus* e trezentos (Suet. *Iul.* 83.4) ou cento e vinte (Cass. Dio 44.35.3) sestércios a cada homem.

²⁰⁰ Segundo Apiano (*B Civ.* 2.148), Suetônio (*Iul.* 84.6) e Dio Cássio (44.50.2).

ser cremado dentro da Cúria de Pompeu²⁰¹, local do tiranicídio, com o intuito de incendiá-la tal como fora feito anos antes com Clódio²⁰², mas sacerdotes e guardas impediram ambas as ações. Foi então que conduziram o corpo até o lado sudeste do Fórum, onde se localizava o *Gradus Aurelii*, e ali improvisaram uma pira com pedaços de madeira, assentos, grades e mesas para enfim cremá-lo²⁰³. A primeira questão que deve ser esclarecida remete a este evento: por que a plebe tomou para si o encargo fúnebre de cremar César, assim como fizera antes com Clódio? Devemos considerar, em primeiro lugar, o fato de que o cerimonial da *pompa funebris* era direito exclusivo das famílias nobres romanas (HÖLKESKAMP, 2006, p. 347-351), compondo parte daquele repertório simbólico que destacava os membros da classe hegemônica aos demais estratos sociais. O funeral dimensionado ao patamar da procissão, o direito de produzir e fazer circular imagens dos maiores já falecidos (*ius imaginum*), bem como a exteriorização no espaço público (com o uso do Fórum, por exemplo) das práticas fúnebres e do luto eram privilégios de poucos, restritos à esfera gentílica de Roma (MARTINS, 2014, p. 89-90).

Em segundo lugar, deve-se levar em conta o impacto simbólico da mutilação corporal para os romanos, prática de humilhação política e de suspensão de direitos religiosos do falecido, privado de uma morte honrosa no momento em que se impedia os ritos sepulcrais (HINARD, 1985, p. 47). A decapitação, por exemplo, além de expressar um ato de vingança contra um inimigo poderoso no qual sua integridade física era deformada, também implicava na obstrução espiritual de sua passagem à coletividade dos manes, já que os devidos compromissos funerários responsáveis por garantir a purificação da casa e a transferência do falecido do mundo dos vivos ao dos mortos eram invalidados (VOISIN, 1984, p. 273-274). Clódio morrerá durante o embate provocado pelo encontro de seus partidários com os de Milão na Via Ápia, enquanto César foi apunhalado na casa senatorial, ambas as mortes não naturais e que por isso já abalavam a condução normativa dos procedimentos funerários. Além disso, nada impedia que fossem degolados por seus inimigos mesmo após a morte, algo que também tinha precedentes. Foi o caso de Mário durante a proscrição silana: o general popular já estava morto há quatro anos quando seus restos mortais foram exumados e sofreram com a excisão do crânio – aliás, isso teria produzido a crença entre os romanos de que a *gens Cornelia* optara pela cremação de seus integrantes para evitar retaliações futuras em seus cadáveres (HINARD, 1985, p. 48).

²⁰¹ Segundo Suetônio (*Iul.* 84.6) e Dio Cássio (44.50.2).

²⁰² Apiano (*B Civ.* 2.147), por seu turno, diz que, embora o corpo de César não tenha sido levado à casa senatorial do Campo de Marte, esta teria sido incendiada enquanto os cesaricidas eram caçados por Roma.

²⁰³ Como descrevem Plutarco (*Vit. Caes.* 68.1) e Apiano (*B Civ.* 2.148).

Soma-se a todos esses fatores a larga experiência anterior das políticas de *damnatio memoriae* promovidas durante os distúrbios internos e guerras civis. Desde Tibério Graco em 133 a.C. era prática comum arremessar nas águas do Tibre os corpos dos opositores mortos em confronto para privar suas respectivas *gentes* dos funerais (FLOWER, 2006, p. 70): isso se deu com ambos os Graco e seus partidários, sendo que no caso de Caio as sanções contra a memória foram ampliadas, com o impedimento inclusive da vivência do luto pelos *Sempronii* e a destruição de sua casa, no intuito de forçar o esquecimento (FLOWER, 2006, p. 76-77). Nos anos seguintes, as punições memoriais escalaram ainda mais. Após o assassinato do tribuno Saturnino em 100 a.C., por exemplo, suas imagens (bustos, estátuas, máscaras, etc.) produzidas postumamente foram oficialmente proibidas de circularem em Roma, o que provocou os exílios de Sexto Tito em 98 e Apuleio Deciano em 97 a.C., o primeiro por possuir em casa um busto do antigo tribuno e o segundo por lamentar publicamente, durante um julgamento, a morte de Saturnino – ambos foram condenados por traição (*maiestas*) em tribunais equestres (FLOWER, 2006, p. 81-85). Em seguida, a prática da *damnatio memoriae* intensificou-se durante as perseguições marianas²⁰⁴ e chegou ao ápice com as já detalhadas proscricções, de Sila e depois triunviral.

Assim, apesar de Marco Antônio ter negociado o cumprimento do funeral de César na reunião senatorial do dia 17 de março, a plebe guardava na lembrança os vários casos de políticos que sofreram com a privação desses ritos e cultivava, como afirma Courier (2014, p. 571-572), maior sensibilidade às figuras cujas memórias foram condenadas ao apagamento oficial. Em outros termos, não faltavam motivos para se desconfiar da promessa dos senadores, afinal o assassinato foi articulado no interior do Senado. Foi justamente visando garantir a César seu direito ao funeral, comum a todos da classe hegemônica, que a plebe age por iniciativa

²⁰⁴ Malgrado as perseguições consumadas por *optimates* terem mais fama e serem mais numerosas, não se pode deixar de citar os massacres conduzidos por *populares*, como aqueles realizados por Caio Mário e Lúcio Cornélio Cina na década de 80 a.C. antes da segunda marcha de Sila sobre Roma. Embora não se revestisse com o formato legal, como foi o caso da proscricção silana, o assédio *popular* também se caracterizou, na visão de Hinard (2005, p. 248-252), como uma política de “terror organizado”. Para o autor, o terror promovido por Mário e Cina começou logo antes de retornarem a Roma, quando bloquearam o porto de Óstia e as redes fluviais de abastecimento da cidade pelo Tibre, restringindo o fornecimento de grãos e obrigando o Senado, pela pressão popular desencadeada, a negociar os termos de rendição com os dois políticos *populares*. Uma vez na *Urbs*, a partir de 87 a.C., execuções foram promovidas e membros decepados de políticos foram exibidos publicamente, como foi o caso da cabeça do cônsul Cneu Otávio – primeiro titular portador de *imperium* morto dessa forma – ostentada nos *Rostra*. Resistindo às execuções, alguns aristocratas cometeram suicídios que chocaram a população da cidade, como os de Lutácio Catulo e Cornélio Mérula. Este último, aliás, por ser sacerdote de Júpiter (*flamen Dialis*), realizou um apelo religioso em seu suicídio: após ter sido eleito cônsul para substituir Cina e acusado por este de usurpação do poder, cortou suas veias e sangrou em cima do altar de Júpiter, no Capitólio, como um ritual de *exsecratio*, que o perpetuou na memória dos *bonni*. Por fim, até mesmo a sinalização de apaziguamento foi marcada por sangue: os escravos que, obedecendo às ordens dos novos dirigentes da cidade, haviam realizado as execuções sumárias dos *optimates* eram agora exterminados por terem assassinado seus antigos senhores, em sinal de trégua aos sobreviventes.

própria na cremação de seus restos mortais, salvaguardando o corpo de um eventual ato de *damnatio memoriae* que o lançasse no Tibre ou infligisse novas mutilações. Desse modo, o ato popular é respaldado pela própria ideologia hegemônica que por séculos propagou às camadas de baixo o exclusivo e distintivo cerimonial fúnebre transcorrido no Fórum como um direito da classe dominante – a plebe apenas procede para assegurá-lo também a César, porque estava familiarizada com figuras políticas que tiveram destinos semelhantes e conservava afetos negativos sobre os casos nos quais o direito ao funeral foi negado. Resgatando as reflexões de Scott (1985, p. 322-326), vê-se aqui não um ato disruptivo, mas amparado em um senso legítimo de justiça, pois em última instância a plebe nada mais fez que fazer valer a ideologia hegemônica.

Da mesma forma, trata-se de uma postura na qual a classe subalterna penetra nas ideias dominantes e fortalece a si mesma (SCOTT, 1985, p. 318-320), dado que a plebe se apropriou de um símbolo hierárquico (as exéquias públicas dos aristocratas) e acabou por reforçar sua própria identidade grupal. Ao cremar o corpo e garantir o funeral, ela pôde se reconhecer no processo póstumo de construção da memória ligada a César e, com isso, moldá-lo como um líder que a representasse, atento à sua carestia. Ao ter controle sobre a memória de César, a plebe adentrava na disputa política que definiria postumamente quem ele fora e qual seu legado a Roma. A participação na fazedura da imagem do ditador tonificava os laços sociais que a interligavam, pois poderia firmar sua identidade coletiva ao redor deste líder comum, mutilado como um mártir por defendê-la. Mais unida e mobilizada, a plebe então fortificava também a defesa de seus interesses materiais nos conturbados e incertos anos de crise política.

Além da cremação, outra questão relevante se coloca, embora seja complicado precisar a esta uma única e acurada resposta: por que aquele local específico do Fórum foi escolhido para cremar César? No caso de Clódio, a escolha da Cúria Cornélia respondia à memória legada por Sila na região do Comício, como vimos no tópico anterior. Com César, a Cúria do Fórum tinha sido demolida anos antes de seu assassinato e a nova, a *Iulia*, tardaria a ficar pronta. No entanto, a Cúria de Pompeu não foi escolhida para acolher a pira improvisada, talvez porque estivesse longe demais do local onde estava exposto o cadáver e a decisão espontânea de cremá-lo demandava celeridade, para evitar que a massa ali presente fosse dispersada. Sumi (2011, p. 209-210) recupera estudos mais antigos, como o de DeWitt (1926), para levantar a hipótese de que o Fórum, embora acolhesse integralmente tanto plebe quanto aristocracia, possuía setores voltados a algumas ordens mais que a outras. Nessa configuração, o lado sudeste da praça teria se associado cada vez mais ao *populus* a partir do século II a.C. com a crescente realização de reuniões (primeiro de comícios, depois de *contiones*) diante da tribuna do templo dos

Dióscuros, envolvendo ali cotidianamente a plebe e desencadeando, enfim, um processo de identificação deste grupo àquele espaço. Dessa forma, a transferência do cadáver de César dos *Rostra* ao templo dos Dióscuros teria sido uma atitude deliberada de ocupar um lugar simbolicamente significativo à plebe (SUMI, 2011, p. 210-211).

Mas o próprio Sumi (2011, p. 217) mostra-se irresoluto quanto a esta possibilidade. Não podemos perder de vista também a própria memória relacionada ao templo dos Dióscuros. Sua construção, que datava do início da República²⁰⁵, estava vinculada à Batalha do Lago Regilo em 496 a.C., quando Roma (cuja República tinha sido recém-proclamada) lutava contra os etruscos e a Liga Latina comandados pelo rei deposto, Tarquínio, o Soberbo. Narram as lendas que as duas divindades irmãs, Castor e Pólux, guerrearam ao lado de Roma nesta batalha e vieram à capital para anunciar a vitória – no local em que pararam para dar de beber a seus cavalos, ou seja, na fonte da ninfa Juturna, é que foi erguido um templo aos dois deuses (GRIMAL, 2005, p. 123). Koortbojian (2013, p. 26, 241) nota que a narrativa de Suetônio acerca do local da cremação de César (*Iul.* 84.6), na qual faz-se menção a duas figuras armadas que emergem da multidão e são as primeiras a atear fogo no corpo, pode sugerir a presença e participação de Castor e Pólux naquele evento. Se César foi morto sob acusações de tirania e de pleitear para si o trono monárquico, a plebe poderia disputar sua memória (e limpá-la destas denúncias) cremando-o diante do templo dos deuses que lutaram contra o retorno do último rei, assim vinculando o ditador para sempre aos Dióscuros que defenderam a República muitos anos antes. Mas esta também corresponde a uma hipótese fraca, já que apenas um autor menciona (e ainda de forma indireta, não declarada) os Castores na descrição do funeral cesariano.

De qualquer forma, independente da escolha do lado sudeste do Fórum ter sido proposital ou não, fato é que ali, nos dias seguintes, um culto popular começaria a ser gestado. Esta prática também não era extraordinária entre os grupos populares de Roma, já que, desde os primeiros conflitos internos do final do século II a.C. que resultaram em ações de *damnatio memoriae*, subalternos passaram a organizar cultos que mantivessem viva a memória das lideranças derrotadas, enfrentando com isso o esforço de obliteração promovido pelo setor hegemônico vitorioso – geralmente ligado aos *optimates* (COURRIER, 2014, p. 591). O primeiro ato autônomo e popular de preservação da memória nesse contexto de crise data provavelmente da morte de Caio Graco, momento no qual foram produzidas pequenas

²⁰⁵ A construção teria sido votada pelo ditador Postúmio Albo Regilense e sua dedicação datava de 484 a.C. A forma atual do templo se deve à última grande restauração promovida por Tibério em 6 d.C., mas o edifício passou por outras ao longo da República – como a de Cecílio Metelo em 117 a.C. feita para comemorar a vitória sobre os dálmatas (LUGLI, 1966, p. 53).

estatuetas de ambos os irmãos que recebiam sacrifícios e assistiam a prostrações diariamente como se se tratassem de imagens divinas, além dos locais de suas mortes serem consagrados com oferendas, geralmente os primeiros frutos de cada estação²⁰⁶. Não se sabe exatamente em que lugar essas estatuetas se localizavam, mas Pina Polo (2020, p. 228) sugere que tenham sido acomodadas junto aos altares dos cruzamentos (*compita*) das ruas romanas, dedicados aos *Lares compitales* presentes em quase todos os *uici*²⁰⁷, e em pequenos altares domésticos (locais, portanto, de circulação cotidiana e sociabilidade das camadas de baixo), atuando de forma apotropaica como protetores da plebe.

Desse modo, se parte da aristocracia (liderada primeiro por Násica contra Tibério, depois por Opímio contra Caio) intencionava, com o descarte dos corpos no rio, solapar a criação de tumbas aos Graco e a eventual conversão destas em lugares de memória, que poderiam tornar-se alvos de peregrinação (POLO, 2020, p. 227), tais anseios foram frustrados pela plebe que trouxe o culto dos falecidos para seus espaços e conduziu-o à sua maneira. Considerando que a preservação da memória dos maiores era prática comum à toda aristocracia dominante, assim como o direito à *pompa funebris*, as investidas de parte dessa mesma aristocracia em obstruí-la produzia uma contradição interna ao discurso hegemônico. Por oposição, a persistência da lembrança de figuras aristocráticas na memória cultivada pela plebe é uma apropriação desta ideologia dominante – uma apropriação criativa, já que insere a prática da recordação nas dinâmicas de sociabilidade tipicamente populares, como os cultos de esquina. Dito de outra forma, o subalterno se arma com as armas fornecidas pela hegemonia.

Aqui, assim como envolvendo-se no funeral, a plebe toma consciência de si mesma enquanto coletividade porque se reconhece na práxis do culto e enxerga sua agência na participação e organização de seus próprios rituais, heróis e história (COURRIER, 2014, p. 519). Ao ser capaz de construir uma memória que lhe é orgânica, ainda que esteja condicionada por uma estrutura hegemônica maior que nunca tira de vista a perspectiva hierárquica, a plebe se fabrica através da tomada de consciência histórica e adentra na disputa memorial em curso durante a crise republicana, combatendo o esquecimento forçado de cima com a insistência da recordação por baixo. Nas palavras de Courier, “é no e pelo conflito que se construía a memória plebeia” (COURRIER, 2014, p. 519). Tal práxis nascida após a morte de Caio Graco seria reproduzida durante todo o século I a.C., como no caso de Mario Gratidiano que, após a pretura de 85 a.C. na qual realizou uma reforma monetária favorável à plebe, foram erigidas estátuas

²⁰⁶ Como conta Plutarco (*Vit. C. Gracch.* 18.2).

²⁰⁷ Apesar do sentido primeiro da palavra *uicus* ser “bairro” ou “rua”, ela se aproxima mais daquilo que entendemos hoje por “quarteirão” no espaço urbano (FARIA, 2021, p. 1063; SARAIVA, 2019, p. 1275).

nas ruas de Roma (provavelmente também nos *compita*) em sua homenagem por iniciativa das tribos, ofertadas junto com incenso e círios²⁰⁸. Diferente dos Graco, Gratidiano obteve essas honras ainda em vida, como se fosse, aos olhos da plebe, um mediador das vontades divinas que poderia protegê-la (POLO, 2000, p. 163-167) – não por acaso foi alvo da proscrição silana em 82 a.C., que reservou a ele uma das piores mortes de então e ordenou a destruição destas imagens²⁰⁹.

O culto popular a César no Fórum fez parte desta longa tradição popular. Para materializá-lo, um monumento foi erguido pela plebe ali, no local das exéquias. Cícero (*Att.* 14.15.1) e Suetônio (*Iul.* 85.2) referem-se a ele como uma coluna, sendo que, segundo este último, tratava-se especificamente de uma coluna maciça de mármore oriundo da Numídia que trazia a inscrição “ao pai da pátria”, próximo a qual realizavam sacrifícios, faziam promessas e solucionavam litígios, tudo em nome de César. Já Dio Cássio (44.51.1-2) e Apiano (*BC* 3.2), por sua vez, falam do monumento como um altar. Para Sumi (2011, p. 212-213), a ambiguidade pode indicar que foram erguidos ambos, altar e coluna, ou a realização de sacrifícios próximo à coluna pode ter feito alguns autores referirem-se vagamente a ela como um altar. As fontes também mencionam um tal de Amácio: chamado de “pseudo-Mario” por Apiano no trecho supracitado, pela reivindicação de ser neto do antigo general *popular* Caio Mario (consequentemente, seria também parente de César), teria sido ele a bancar a ereção do monumento e a clamar pela morte dos Libertadores. Em represália à agitação das massas, foi executado pelos cônsules daquele ano, isto é, Marco Antônio e Dolabela, junto com muitos daqueles que o seguiam e praticavam o culto, que acabaram crucificados ou arremessados da Rocha Tarpeia (*BC* 3.3). Com tal reação, esta primeira fase do culto perdurou pouquíssimo, pois logo na primeira quinzena de abril seus principais organizadores estavam mortos e, no fim do mesmo mês, o próprio monumento, seja ele coluna ou altar, também tinha sido varrido do Fórum (FLOWER, 2006, p. 107-108).

Courrier (2014, p. 592-597) reconstituiu as aparições pregressas de Amácio através das cartas de Cícero e escritos de Valério Máximo – o quanto foi possível fazê-lo dada as condições lacunares das informações. Algumas vezes referido com o nome grego de Herófilo²¹⁰, Amácio reclamava também, por descendência materna, ter por avô o famoso orador Lúcio Licínio

²⁰⁸ Como contam Cícero (*Off.* 3.80-81) e Plínio, o Velho (*HN* 33.46.132).

²⁰⁹ Uma das fontes que descreve a sanguinolenta tortura e execução de Gratidiano é Lucano na *Farsalia* (2.173-187). Depois de ser açoitado, foi levado à tumba de Lutácio Catulo, figura ligada aos *optimates* que se suicidara durante as perseguições marianas em 87 a.C., sobre a qual teria sido imolado, desmembrado ainda vivo (deceparam suas mãos, língua, orelha, nariz e olhos) e finalmente degolado por Catilina tal como uma oferenda em sacrifício (POLO, 2000, p. 156).

²¹⁰ Valério Máximo é quem se refere a ele desta forma: *Herophilus* (9.15.1).

Crasso²¹¹. Já possuía uma notável popularidade pouco tempo antes dos Idos (COURRIER, 2014, p. 592), em grande parte devida à ancestralidade de Mario, tendo sido reconhecido como patrono de muitas colônias de veteranos, municípios e associações de bairro (*collegia*). Sua fama era tamanha que, após a Batalha de Munda em 45 a.C., a efusividade de sua recepção pela multidão em Roma rivalizou com a dada ao verdadeiro triunfador, César, o que teria levado este último a emitir um decreto que banisse Amácio da Península Itálica²¹². O exílio foi transgredido após os Idos e seu nome reapareceu nas cartas de Cícero em 44²¹³. Courier (2014, p. 594-595) conclui que, embora o início do culto seja responsabilidade de Amácio (e não sabemos se este tinha ou não uma origem plebeia), a plebe respondeu positivamente a ele e deu-lhe sequência mesmo depois da morte do patrono. O local de culto, cujo nascimento remetia ao clima sedicioso da indignação popular pela ação dos Libertadores, foi então transformado em um espaço vinculado a assuntos cotidianos que transcorriam sobre o nome de César, como sugere Suetônio (*Iul.* 85.2).

É curioso notar que a morte espetacular de Amácio²¹⁴ teve o consentimento de Marco Antônio, aquele que à época era uma das figuras mais próximas do ditador e visto como seu possível sucessor. A plebe respondeu à execução ocupando o Fórum e exigindo a consagração do altar/coluna, o que fez Antônio enviar tropas para afugentá-la (YAVETZ, 1969, p. 71-72) e finalmente Dolabela ordenar a derrubada do “execrável monumento” (CÍCERO, 2021, p. 53), como adjetiva Cícero (*Phil.* 1.5). Públio Cornélio Dolabela, que durante a ditadura aliara-se a César e fora escolhido por este para ser cônsul sufecto em 44, assumindo o cargo assim que o ditador partisse para a Pártia, com a atitude tomada no final de abril sinalizava ao Senado o afastamento do partido cesariano e uma aproximação dos Libertadores, algo que aprouve muito Cícero (*Att.* 14.15.1; OSGOOD, 2006, p. 34-35). Seja ao braço direito de César, seja àquele que trocara de lado na crise provocada pelos Idos, o culto orgânico da plebe representava uma ameaça. Primeiro porque produzia lideranças estimadas pelo povo, como Amácio, que poderiam concentrar o apoio das massas e, assim, eclipsar Antônio (COURRIER, 2014, p. 596; YAVETZ, 1969, p. 70-72). Segundo porque, com tal culto, a classe hegemônica perdia o controle sobre a memória de César (COURRIER, 2014, p. 597). Neste ponto, os lados adversários da classe dominante concordavam: era preciso reter a gestão memorial na

²¹¹ Cícero (*Att.* 12.49.1) narra a Ático a mensagem que recebeu deste sujeito em maio de 45 a.C., pedindo-lhe auxílio provavelmente sobre a questão do exílio.

²¹² Conta Valério Máximo (9.15.1).

²¹³ Conferir *Att.* 14.1.5; 14.6.1; 14.7.1; 14.8.1.

²¹⁴ Segundo Courier (2014, p. 595-596, nota 651), as palavras escolhidas por Cícero para referir-se ao castigo infligido a Amácio sugerem que, sem nenhum julgamento formal, seu corpo foi arrastado pelas ruas e lançado ao Tibre – tudo isso transcorrido em 13 de abril.

aristocracia, ainda que para uns a memória teria de ser apagada (no caso dos Libertadores, aos quais Dolabela estava pendendo) e para outros deveria ser preservada (como Marco Antônio), mas de forma que fosse ditada de cima, que conservasse nas mãos da classe hegemônica a soberania sobre o passado para evitar eventuais usos subversivos dele vindos de baixo. Afinal, a aristocracia já havia perdido as rédeas sobre as exéquias de César que foram movidas por um grupo muito plural de subalternos²¹⁵, não podendo correr o risco do mesmo se repetir com o processo de divinização.

No entanto, a retaliação consular não foi capaz de extinguir o culto. Ele voltou a ser conjurado e o canto sudeste do Fórum foi reocupado ainda em 44 a.C., mas depois de maio este processo contaria com a presença de Otávio. A plebe passou a se resguardar ao lado desta nova figura política que detinha a legitimidade legada pelo testamento de César, contando com isso para retomar seu culto sem temer um novo massacre. Por sua parte, Otávio, jovem como era e sem vitórias ou cargos exercidos, aproveitou-se do apoio popular ocupando o vácuo de liderança deixado desde abril. Como nota Yavetz (1969, p. 73-74), o caminho para ele na capital estava relativamente livre dada a impopularidade dos cônsules, o que o impulsionou a tomar medidas favoráveis à divinização de seu pai adotivo. Uma delas foi justamente a reconstrução do monumento no Fórum. No trecho de uma carta de Bruto e Cássio preservada por Cícero (*Fam.* 11.2.2) e endereçada a Antônio, escrita no fim de maio, transparece o medo dos exilados com o boato em circulação de que os veteranos de César intencionavam reerguer o altar. Restaurar aquele monumento invalidava o discurso cesaricida, por sua vez embasado na imagem tirânica e ilegítima de César que, logo, deveria permanecer sem nenhuma honra (SUMI, 2011, p. 214-215). No fim do ano, o que era boato se confirma: Cícero narra em uma carta de novembro (*Att.* 16.15.3) que Otávio proferiu em *contio* um inflamado discurso na tribuna do templo dos Dióscuros, diante da plebe urbana e de legiões cesarianas, com sua mão estendida “em direção à estátua”. Acredita-se que Cícero estaria referenciando uma estátua de César disposta no topo da coluna restaurada (SUMI, 2011, p. 216-217) – estátua essa citada também na Segunda Filípica (*Phil.* 2.110), de outubro, reportada por Cícero como *simulacrum*,

²¹⁵ Suetônio (*Iul.* 84.7-8) é o único que nos dá um panorama geral dos presentes durante a cremação de César. Fala em tocadores de flauta e atores, muito provavelmente escravos ou libertos, como aponta Sumi (2011, p. 215-216), que alimentavam a chama com suas vestimentas; veteranos que lançavam armas ao fogo; e mulheres que jogavam na pira seus adereços corporais, os amuletos de seus filhos (*bullae*) e as togas infantis usadas por estes (*praetextae*); além de estrangeiros, logo não cidadãos, como judeus, que por seguidas noites visitaram a pira. Em suma, uma multidão heterogênea de grupos alheios à classe dominante.

ou seja, a imagem já era tratada como a de um deus, talvez por receber oferendas ou assistir práticas sacrificiais²¹⁶.

Se foi por iniciativa dos veteranos, da plebe ou de Otávio que o monumento voltou a ficar de pé, não se sabe. Contudo, invocando-o em seu discurso e fazendo juramentos em seu nome, Otávio reconhecia a importância daquele lugar de memória que nasceu meses antes de sua chegada a Roma e que estava sendo nutrido desde então por plebeus e legionários (KOORTBOJIAN, 2013, p. 27-28; 36-37). Um membro da classe dominante, ainda que jovem, aquiescendo ao culto popular condizia com a prática discursiva dos *nobiles* de reforçar retoricamente a soberania do *populus romanus* (YAKOBSON, 2010, p. 286, 300) – portanto, se o culto carecia ainda do reconhecimento de um aristocrata, portador de *auctoritas*, com Otávio sua genuinidade estava certificada. Enquanto o filho do ditador envolvia-se com as massas, em outubro daquele ano Antônio fez erigir uma estátua de César nos *Rostra*, no lado do Fórum oposto ao monumento popular, que acabou rivalizando com este último (SUMI, 2011, p. 216). O glorificado era o mesmo, mas os processos de glorificação carregavam um espectro de classe que os distinguiam e, dada a perseguição promovida por Antônio no início do ano, os antagonizavam. No norte, a memória cesariana era forjada no formato hegemônico, construída pelo núcleo político através de uma estátua honorífica. No sul, a memória do líder popular tecia-se organicamente ao redor de uma estátua de culto guardada pelos estratos excluídos do poder – claro, uma memória inescapavelmente fundada sobre a estrutura hegemônica, mas imbuída da prática social exógena à classe dominante e que trazia experiências populares de recordação vividas em anos passados.

Nesse momento, Otávio ainda se sujeitava à memória popular, pois projetou-se no cenário político da capital apelando a práticas cujo protagonismo estava nas camadas subalternas. Tal condição de dependência seria paulatinamente revertida ao longo dos anos conforme avançava sobre a memória de seu pai e dava-lhe contornos próprios, que não deixavam de ecoar na experiência primeira da plebe, mas forneciam-lhe cada vez mais autonomia. Um dos marcos fundamentais à construção da memória de César e que impactou sua divinização foi justamente o aparecimento do cometa durante os *ludi Victoriae Caesaris* em julho, tomado como auspício de apoteose. Vimos no Capítulo 2 que o símbolo sideral

²¹⁶ Koortbojian (2013, p. 27-28; 36-37) nos recorda de duas outras estátuas de César que na época poderiam configurar-se como simulacro, logo estátuas de culto: aquela colocada dentro do templo de Quirino em 45 a.C., mencionada no Capítulo 3; e outra em bronze depositada dentro do templo de Vênus Genetrix em algum momento da segunda metade de 44 a.C., citada por Dio Cássio (45.7.1; 47.18.4). Nada exclui também a possibilidade de haver sarcasmo na fala de Cícero ao utilizar o termo *simulacrum*.

(iconograficamente transfigurado em estrela²¹⁷, o *sidus Iulium*) fora mobilizado primeiro por concorrentes de Otávio (PANDEY, 2018, p. 47-48), membros da aristocracia como Antônio e Domício Enobarbo²¹⁸, e em seguida seria disputado também pelo próprio Otávio que reclamava a si o título de *Diui filius*. É importante notar que, seja aos partidários de Antônio, seja a Otávio com sua reivindicação genealógica, o uso do *sidus* aproximou a questão da deificação da aristocracia.

Durante o ano de 44 e até boa parte de 43, a voz mais alta na defesa de um culto a César fazia-se ouvir do Fórum através das camadas populares que lhe engendraram um monumento sob o qual oferendas e pedidos eram feitos. Mesmo no momento do aparecimento do cometa as lideranças cesarianas não o mobilizaram com afinco (as moedas com o *sidus* seriam batidas somente a partir de 40 a.C., por exemplo), talvez porque na época estivessem dedicadas ao estabelecimento de acordos entre si e à luta contra os Libertadores. Passadas as turbulências desses anos iniciais e firmado o Triunvirato, os herdeiros de César puderam se dedicar com mais impassibilidade ao trato do passado e estabelecer ao ditador uma configuração memorial estável e homogênea. Foi então que passaram a reivindicar a divinização com o motivo do *sidus*, o que vinculava intimamente esta pauta aos eventos ocorridos em julho nos jogos fúnebres de César.

A presença cada vez mais abundante da estrela na visualidade romana foi aos poucos tornando-se a razão primeira para a deificação, ocupando o lugar da cremação espontânea, de Amácio e do altar/coluna dedicado “ao pai da pátria”, derrubado e reerguido pela desgraça de Bruto e Cássio. Era como se a possibilidade da apoteose tivesse nascido ali, a partir de julho, o que encobria a experiência anterior do culto popular. Assim, um dos principais efeitos do *sidus* foi transferir a liderança do processo de divinização à classe dominante, que capturou uma reclamação popular para formatá-la em termos hegemônicos, dando à aristocracia maior controle sobre a memória de César. Nesse contexto, um passo importante para o culto idealizado

²¹⁷ Válido lembrar que em Roma os cometas representavam maus presságios, enquanto as estrelas transmitiam um sinal mais positivo, segundo Koortbojian (2013, p. 28). Ademais, como reforça Pandey (2018, p. 44-45), enquanto são raras as figurações de cometas, a estrela era há muito reproduzida iconograficamente e carregava consigo uma ampla polissemia. Estrelas já eram estampadas em moedas no mundo helenístico, por exemplo, e, devido a crenças oriundas das tradições do estoicismo e evemerismo, estavam relacionadas à perenidade dos grandes homens que repousariam entre elas na eternidade. Em Roma, estrelas apareceram em moedas associadas a deuses, como Castor, Pólux, Roma, Marte, Mercúrio, Vitória, Júpiter e Apolo, daí sua utilização ser mais favorável que a imagem de um cometa para simbolizar a apoteose cesariana.

²¹⁸ O primeiro registro numismático do *sidus* provém de um denário de Antônio de 40 ou 39 a.C. (RRC 528/2a), batido após o Pacto de Brundísio com Otávio, no qual a estrela é estampada no anverso abaixo da efígie de Antônio. Nas moedas de Enobarbo, cunhadas após sua reconciliação com o partido cesariano em 40 a.C., encontramos um áureo (RRC 521/1) e um denário (RRC 521/2) que trazem Antônio no anverso e, no reverso, uma proa de navio sobre a qual paira a estrela (PANDEY, 2018, p. 47).

a partir de cima foi tomado em janeiro de 42 a.C., quando o Senado ratificou através de um decreto oficial a lei que aprovava a divinização de César (KOORTBOJIAN, 2013, p. 29). Nesse momento, os triúnviros juraram construir um templo ao Divino Júlio²¹⁹.

A partir daí o culto ganharia um enquadramento formal, com a delimitação de um *templum* através de rituais²²⁰, uma estrutura arquitetônica robusta que abrigasse um altar e uma estátua de culto oficialmente consagrada, o estabelecimento do sacerdócio regular ocupado por membros da classe dominante e a execução planejada de ritos e sacrifícios (KOORTBOJIAN, 2013, p. 29-30), uma série de protocolos que minava a prática religiosa popular. Pela relação familiar, Otávio tornou-se o principal responsável pela construção do templo, que seria dedicado apenas em 29 a.C. Sete anos antes, porém, já podia-se vislumbrar a forma do futuro templo em um denário cunhando sob sua autoridade, em 36 a.C. (Ficha 12, p. 238).

O primeiro elemento a se notar nesta peça é o retorno da barba na representação de Otávio (no anverso), marca do luto e demonstração de *pietas* por seu falecido pai (PANDEY, 2018, p. 48-49). Como vimos no tópico 2.1.3, esta insígnia foi muito reproduzida nas efígies monetárias dos cesarianos até a Batalha de Filipos, em 42, após a qual cairia em desuso. Recuperando a barba seis anos depois, Otávio sinalizava que César estava finalmente vingado, pois em 36²²¹ foi derrotado o último grande aliado dos cesaricidas, Sexto Pompeu. Com isso, a vingança dilatava-se em uma lacuna temporal de seis anos, de 42 a 36, fazendo de Filipos uma vitória inconclusa *a posteriori* a fim de dar a Otávio a chance de seu desfecho em Nauloco. Além disso, se a promessa do templo foi feita em conjunto pelos triúnviros, a marca do luto oferecia a Otávio a proeminência em concretizá-la, já que reforçava a ligação familiar com César. Não se tratava de um mero general parceiro, mestre de cavalaria ou magistrado que dividira o consulado com o ditador, mas sim do Filho do Divino, epíteto mencionado inclusive no anverso da moeda – nada mais justo que ser ele o eretor do templo.

No reverso, vemos a projeção do templo. Ocorre aqui a sedimentação de tradições diversas, a começar pela representação da estátua de culto: no centro do pequeno templo, entre

²¹⁹ No local da cremação, como pontua Dio Cássio (47.18.4).

²²⁰ A palavra latina *templum* não corresponde propriamente àquilo que definimos por “templo”, em português. Segundo da Cunha (2020, p. 134-135), ela deriva de *tempere*, isto é, “dividir”, e configura um espaço sagrado no céu (delimitado por áugures que observam o voo de pássaros, através do *lituus*) ou na terra (delimitado através de palavras sacramentais). Para a construção de um templo, era necessário primeiro que áugures realizassem o ritual da *effatio*, por meio do qual se definia um terreno em forma quadrilateral, e depois o da *liberatio*, em que se limpava o terreno de “indesejadas influências humanas ou sobrenaturais”. Feitos ambos os rituais, criava-se um *templum*, sobre o qual se poderia construir a seguir um templo em si, a edificação que abrigava as divindades – no latim, a palavra mais usada para designar tal construção era *aedes* (SARAIVA, 2019, p. 1187).

²²¹ Aliás, o período de treze anos (de 42 a 29 a.C.) é longo demais para a construção de qualquer templo. Gros (1976, p. 66) sugere que as obras foram aceleradas, se não iniciadas, somente em 36 a.C. quando Otávio colhia os louros do triunfo de Agripa sobre Sexto Pompeu na Batalha de Nauloco.

as quatro colunas, César veste-se como áugure, com a cabeça velada e um *lituus* em mãos. Refletindo sobre tal escolha, Koortbojian conclui que, na falta de atributos imagéticos para caracterizar o novo deus, a representação seguia na esteira da iconografia romúlea trabalhada durante a Ditadura Perpétua, uma vez que Rômulo também exercera tal sacerdócio, inspirando-se também na imagem do mítico áugure do reinado de Tarquínio Prisco, Ato Návio²²². Como o simulacro na moeda não traz marcas próprias de figuras divinas, foi preciso evocar outros símbolos que apontassem com mais clareza à deificação. Um deles localiza-se no frontão, acima da arquitrave do templo que ostenta o nome do divinizado: o *sidus Iulium*, remetendo ao símbolo da divinização oficial de César. O segundo, à esquerda, é um altar iluminado, rememorando tanto o monumento do culto espontâneo erguido no Fórum quanto a pira improvisada para a cremação (SUMI, 2011, p. 219).

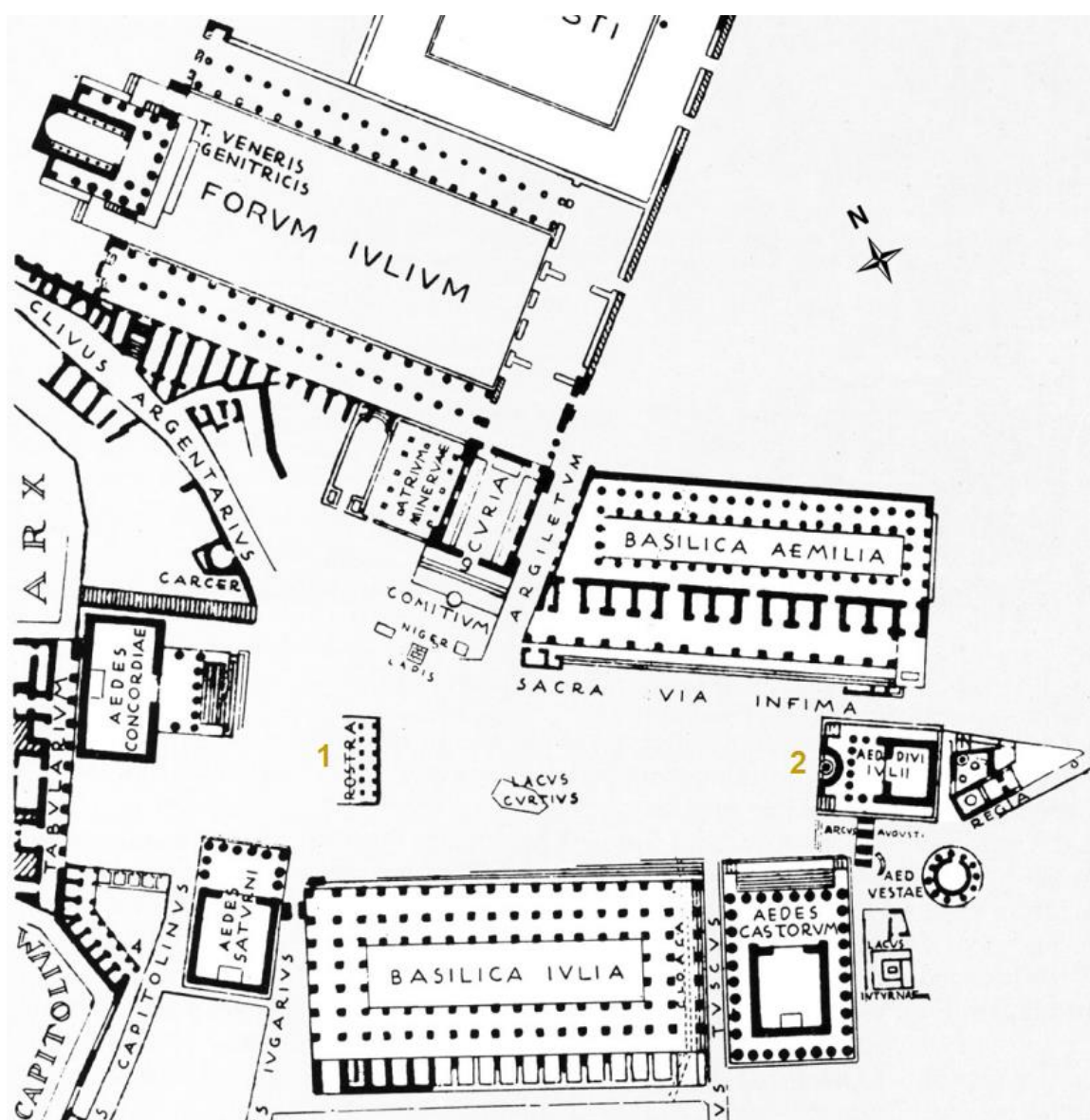
Assim, o denário divide a apoteose cesariana em dois ícones diferentes, sendo que um deles funde em si exéquias e culto plebeu como partes da mesma experiência popular, e os conjura lado a lado no mesmo plano iconográfico. Ao separá-los e ao mesmo tempo associá-los, as duas tradições oriundas de classes díspares dialogam entre si. O denário demarca as origens diferentes das duas memórias relacionadas à apoteose não para antagonizá-las, mas para entrelaçá-las como etapas distintas do mesmo processo: se César tornou-se deus, foi graças às ações coletivas de baixo e de cima. Mais do que isso, por agrupá-las, o templo coloca-se como articulador destas tradições, e seu eretor, nomeado no anverso, o mediador de ambas. Ou seja, a moeda faz de Otávio o responsável pela reconciliação entre plebe e aristocracia na disputa memorial sobre César. Tal foi o papel conferido ao Filho do Divino, não simplesmente gozar de sua posição como um mero privilégio dinástico, mas ouvir em sincronia tanto o reclame popular retumbado no Fórum quanto sua aprovação divina sinalizada nos céus, cuja prática divinatória cabia exclusivamente aos membros da elite. Note aqui a mesma dinâmica colocada em prática no Comício: o enxerto de um árbitro entre o SPQR.

Quanto ao templo do Divino Júlio, o primeiro elemento a ser discutido é sua localização: foi construído no mesmo local da cremação e do primeiro culto (Imagem 4.11, n. 2). Deve-se indagar o porquê desta escolha que está longe de ser óbvia, afinal o templo poderia ser erguido em qualquer outro lugar da *Urbs*, sobre a tumba cesariana ou adjacente ao Mausoléu de Augusto, por exemplo. A decisão de edificá-lo na lateral sudeste do Fórum lidava com dois

²²² Tratava-se, na verdade, de uma representação experimental, já que o ineditismo da divinização de um mortal colocou problemas aos romanos quanto à concepção de um novo simulacro, pois não havia precedentes como aquele que indicassem soluções óbvias ou imediatas, o que demandou tempo para a consolidação da imagem definitiva do *Divus Iulius* (a estátua do templo, portanto, não deveria ser como esta da moeda) (KOORTBOJIAN, 2013, p. 50-77).

problemas relacionados à memória. O primeiro é que, se fosse erguido alhures como forma de rechaçar a experiência popular, a memória subalterna enraizada naquele canto do Fórum permaneceria latente, levando à possibilidade da existência de dois cultos, um oficial e outro plebeu que talvez pudesse ser erradicado mediante uma nova operação repressiva. Isso, contudo, tensionaria novamente as relações hierárquicas tal como ocorrera outrora com Antônio e Dolabela, e no fim dos anos 30 a.C. o discurso mediador de Otávio era marcado pela restauração da paz com o fim dos conflitos civis.

Imagem 4.11. Planta do Fórum Romano depois das intervenções de César e Augusto, com os *Rostra Augusti* (1) e o Templo do Divino Júlio (2) demarcados por nós.



Fonte: POLLINI, John. **From Republic to Empire: Rhetoric, Religion, and Power in the Visual Culture of Ancient Rome.** Norman: University of Oklahoma Press, 2012, p. 134.

Evita-se, com isso, a cisão memorial relacionada ao Divino Júlio e, tal como o denário de 36, congrega todas as tradições em um mesmo culto, sob a égide de Otávio. Além disso, a escolha daquele local específico lidava com um segundo problema. O culto popular não estava sendo enterrado sobre os blocos de travertino do novo edifício, mas abonado pela classe dominante de acordo com a clássica lógica republicana do reconhecimento da soberania do povo romano pela elite política. Era como se a experiência popular da cremação/culto fosse reconhecida a ponto de ditar a Otávio o local mais apropriado ao novo templo. Assim, apesar da materialidade e da prática do culto estarem agora vinculadas à religião cívica de Roma, a práxis da plebe encontrava ainda representatividade nas decisões de Otávio.

Imagem 4.12. Ruínas do Fórum Romano nos dias de hoje, com as ruínas dos *Rostra* (1) e do pódio do templo do Divino Júlio (2) destacadas por nós.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Além disso, a construção fechou a lateral sudeste do Fórum com sua estrutura verticalizada que se assemelhava em altura às basílicas que conformavam as laterais cumpridas

da praça, a Emília e a Júlia. Segundo reconstituições atuais²²³ (Imagens 4.13 e 4.14), o templo era prostilo (isto é, possuía colunas que formavam um pórtico apenas na pronau, na antecâmara dianteira que precedia a cela, e não tinha outras colunas externas nas demais laterais), hexastilo (tal pórtico era formado por seis colunas alinhadas na dianteira) e, como menciona Vitruvius (*De arch.* 3.3.2), era picnostilo tal como o de Vênus Genetrix (quer dizer, os espaços intercolunares deste pórtico eram cerrados), o que conferia um perfil esguio ao edifício (DE STEFANO, 2019, p. 163) e destacava suas linhas verticais. Com a altura em evidência, o templo (Imagem 4.11, n. 2; Imagem 4.12, n. 2) dominava ao fundo a visão de quem se situava na lateral oposta do Fórum, ou seja, em cima dos *Rostra* erguidos por César e reformados por Augusto (Imagem 4.11, n. 1; Imagem 4.12, n. 1).

O paralelo criado nessa disposição espelhada era ainda reforçado pela existência de uma tribuna no templo do Divino Júlio: seu pódio elevado criava um espaço aberto diante da pronau a partir do qual oradores podiam tomar a palavra (SUMI, 2011, p. 222). Esta nova tribuna era também chamada de *Rostra*, pois abrigava em sua parte frontal esporões pilhados dos navios de Cleópatra capturados em Áccio (DE STEFANO, 2019, p. 164). Assim, face a face com a reconstituição cesariana dos antigos *Rostra* comiciais, buscava igualar o triunfo de Otávio com o de Mênio Públio: duas vitórias navais, uma contra os volscos no século IV a.C. e outra contra o Egito Ptolomaico em 31 a.C., impressas nos esporões das tribunas que se encaravam. Isto criava uma simetria que conectava passado e presente pelo signo da salvação da República, que uma vez livre da ameaça estrangeira poderia seguir funcionando com suas assembleias e *contiones* reunidas no entorno das marcas destes triunfos (SUMI, 2011, p. 222).

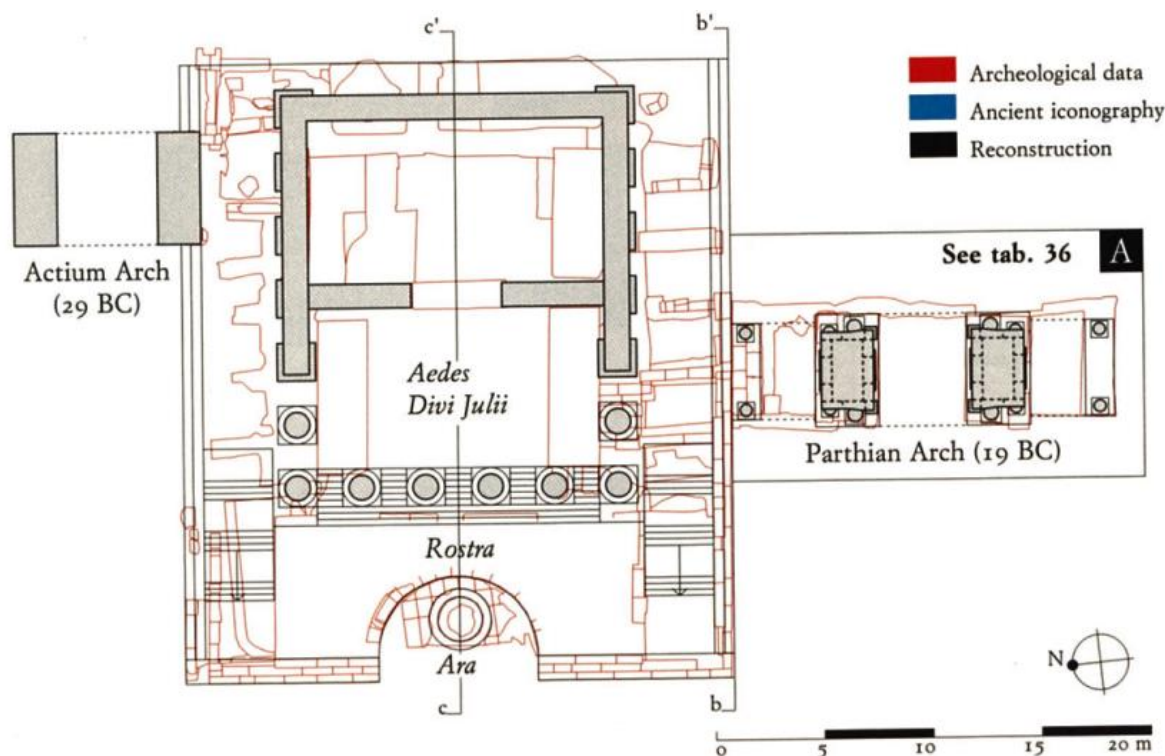
A partir de 29 a.C., o Fórum Romano, antes caracterizado pela pluralidade de tempos, conquistas passadas e memórias, referenciava em praticamente todos os seus cantos a *gens Iulia* que, se não apagou a memória de outras famílias de alguns edifícios, deixou minimante sua marca neles. Fechado ao sul pelo Divino Júlio, o Fórum ganhava uma homogeneidade inédita centrada em Otávio e sua família²²⁴ que visualmente não se podia ignorar. Sendo prática comum dos oradores aproveitar-se da visualidade ao seu redor para elogiar as figuras que construíram os monumentos visíveis, da mesma forma que se evitava indicá-los quando o intuito era criticar tais figuras (DAVID, 2000, p. 59-60), aqueles que tomavam a palavra a partir dos anos 20 não conseguiam escapar da presença de Augusto. Se utilizasse a tribuna do templo do Divino Júlio,

²²³ Como, por exemplo, a formulada por Zanker (2008, p. 103-106), reproduzida por Pollini (2012, p. 138) e Francesco De Stefano (2019, p. 162-165), este último contendo algumas adições iconográficas baseadas na documentação numismática. Hoje, resta apenas o pódio do templo nas ruínas do Fórum, alguns fragmentos do entablamento (da cornija e do friso) e de colunas (um pedaço de um fuste e partes do capitel).

²²⁴ Que não se compara, é verdade, aos fóruns imperiais, que tiveram a vantagem de serem construídos do zero.

discursava sob a sombra do pai divinizado do *princeps*; se falasse a partir dos *Rostra*, via diante de si uma multidão abraçada por ele ao fundo (Imagem 4.12), como um deus patrono a protegê-la (BUENO, 2021, p. 100). Inescapavelmente, o coração de Roma estava agora embebido em César e Augusto.

Imagem 4.13. Reconstituição da planta do Templo do Divino Júlio, com os arcos de Áccio na lateral esquerda e da Pártia na lateral direita.



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes.** Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 35.

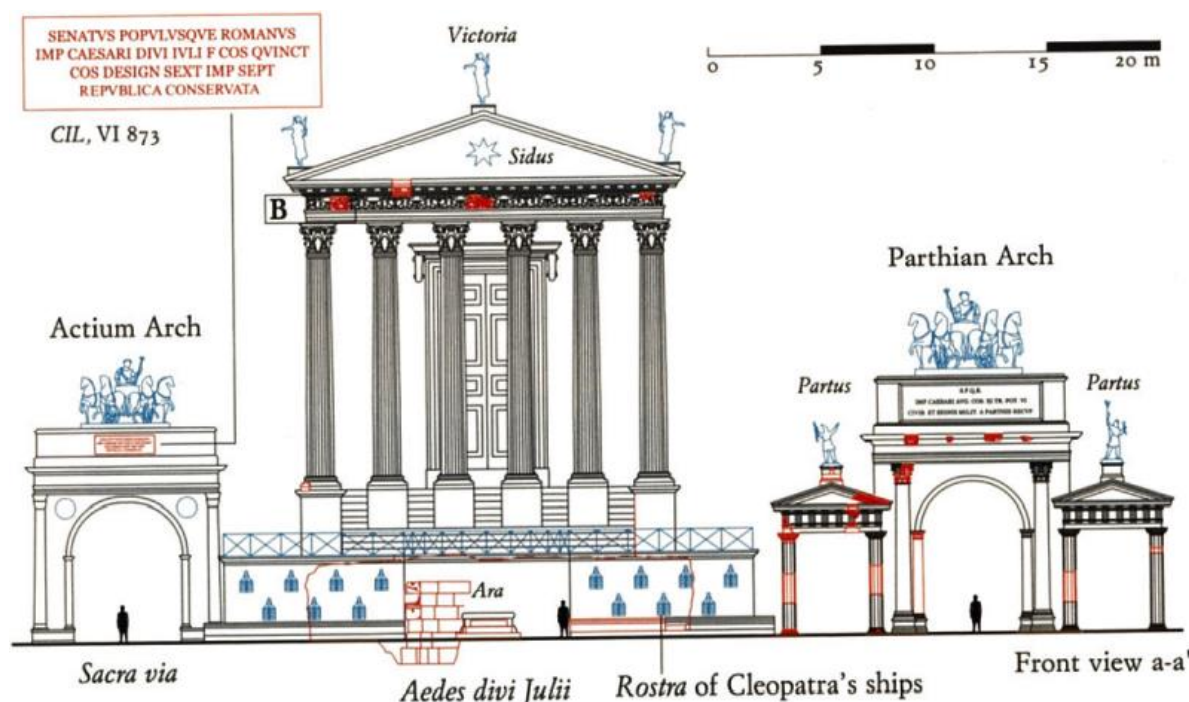
A onipresença de Otávio, sua origem familiar e conquistas também fazia-se notar na própria decoração do Templo do Divino Júlio. Além da semelhança com o templo de Vênus Genetrix do *Forum Iulium* no que diz respeito ao intercolúnio, sublinhada por Vitruvius no trecho citado há pouco, ele detinha em seu interior uma pintura célebre de Apeles de Cós da Afrodite *Anadyomenē*²²⁵ trazida a Roma por Otávio. Vale dizer também que a dedicação do templo coincidiu com o *Lusus Troiae*, uma apresentação equestre realizada por jovens aristocratas na qual celebrava-se as origens troianas de Roma²²⁶. Uma série de alusões, portanto, ao passado teucro da *gens* nascida da estirpe de Eneias que dividia espaço também com referências à vitória de Otávio em Áccio. Afora os já mencionados *rostra* dos navios de Cleópatra, a conquista do Egito materializava-se no tesouro trazido como butim e depositado

²²⁵ Referenciada em Ovídio (*Ars am.* 3.401-402; *Pont.* 4.1.29) e Estrabão em *Geographia* (14.2.19) (DE STEFANO, 2019, p. 164).

²²⁶ Como conta Dio Cássio (51.22.4).

no interior da cela²²⁷, no arco triunfal erguido no lado norte do templo sob o qual passava a Via Sacra (Imagem 4.14, esquerda) e na própria cerimônia de dedicação do templo ocorrida em 18 de agosto de 29 a.C., três dias após seu triplo triunfo (em Áccio, no Egito e na Ilíria) – a Cúria Júlia foi dedicada no mesmo momento (FILIPPI 2017, p. 169). Dez anos depois, o lado sul do templo veria a construção de um arco triunfal que comemorava o estabelecimento da paz com a Pártia²²⁸ (Imagem 4.14, direita) e fechava de vez a lateral sudeste do Fórum.

Imagem 4.14. Reconstituição da fachada do Templo do Divino Júlio, com os arcos de Áccio na lateral esquerda e da Pártia na lateral direita.



Fonte: CARANDINI, Andrea (ed.). **The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City – vol 2, tables and indexes.** Princeton: Princeton University Press, 2017, Tab. 35.

Assim, conforme Augusto alimentava seu capital político, mais referências pessoais ao *princeps* se reproduziam na visualidade de Roma. Isto não foi diferente com a lateral sudeste do Fórum e o templo de seu pai divinizado, que insinuavam cada vez mais méritos ligados à

²²⁷ O próprio Augusto cita os despojos que foram dedicados, além do templo do Divino Júlio, nos templos dos deuses capitolinos, no templo de Apolo, no de Vesta e no de Marte Vingador (RG 21.2) (DE STEFANO, 2019, p. 164).

²²⁸ Há um debate acerca da real existência do arco de Áccio, enquanto o da Pártia possui evidências arqueológicas que comprovam sua presença. Este arco era flanqueado por dois portais dóricos menores, continha nas laterais de suas paredes internas duas listas que enumeravam os côsules e generais triunfadores de Roma (desde o século VI a.C. até meados de 19 a.C.) e inovava na representação dos partas localizados na parte superior dos portais laterais, já que os retratava de pé, e não prostrados, além de não possuírem as mãos atadas como inimigos capturados. Enfim, defende Rose (2005, p. 29-36) que o projeto iconográfico do arco arquitetava em primeiro lugar a paz entre Roma e Pártia, uma aproximação pacífica baseada no tratado de amizade mais que na subjugação.

carreira política e militar de Augusto. Mas e quanto à experiência popular do culto que nascera naquele canto anos antes do Triunvirato ser formado e que Otávio se baseou muito, como vimos, no início de sua vida política? Restava apenas um elemento do templo que remetia a tal experiência primeva: centralizada na parte frontal do pódio havia uma êxedra (Imagem 4.15) que circundava um altar (Imagem 4.16; conferir a *ara* na planta da Imagem 4.13). De forma artificial, já que esta *ara* não era aquela primeira erguida e reerguida pela plebe, o derradeiro sinal físico do culto popular de antes subsistia voltado ao Fórum, atrás do qual a elevada tribuna se abria para recebê-lo, apequenado sob um imponente e alto templo. Contudo, este altar não ficaria visível por muito tempo, já que entre 14 e 9 a.C., momento em que grandes incêndios assolaram o Fórum, a êxedra seria tapada por um muro que esconderia a partir de então o último rastro material da luta memorial (DE STEFANO, 2019, p. 163).

Imagem 4.15. Êxedra no pódio do Templo do Divino Júlio, com parte da parede que o tapou.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Imagem 4.16. Restos do altar no interior da êxedra.



Fonte: Imagem do autor, outubro de 2022.

Todo o processo de quase quarenta anos, desde o momento em que a multidão improvisou uma pira para receber o finado ditador ao bloqueio da êxedra, configura-se como uma progressiva tomada de controle sobre a memória plebeia em torno de César por parte daquilo que se tornará o Principado. Esta gradual reorganização augustana do espaço de culto formataria ao longo dos anos “uma figura cesariana muito mais policiada”, nas palavras de Courier (2014, p. 597). Policiada, pois ao invés de ser apagada, a memória plebeia foi integrada ao espaço cívico dirigido pela classe dominante e, por consequência, teve seu potencial subversivo extraído. A ressignificação do culto em um recorte hegemônico, ditado de cima e com a presença cada vez mais imperativa de Augusto, reescreveu a história da divinização de César de modo a expropriar da plebe seu protagonismo até finalmente, com a ocultação do altar atrás de um muro, condenar ao esquecimento não propriamente o objeto da memória – isto é, César, que segue lembrado até hoje –, mas seu agente criador, aquele que primeiro insistiu em

recordar – a plebe –, o que relaciona de certa forma este último ato de Augusto às ações de Antônio e Dolabela em abril de 44 a.C. (COURRIER, 2014, p. 599).

Eu iria omitir o assassinio do príncipe,
quando do casto altar Vesta falou:
“Não hesites lembrá-lo: era meu sacerdote.
As sacrílegas mãos me apunhalaram.
O homem eu retirei; deixei u’ a inane imagem
- foi a sombra de César que morreu”.
No céu posto, ele vê os palácios de Júpiter,
e um templo dedicado tem no Fórum.
Mas os que ousaram – mesmo os deuses proibindo –
atingir a cabeça do pontífice
mereceram morrer: testemunha-o Filipos,
e a terra esbranquiçada pelos ossos.
Essa obra e reverência Augusto fez primeiro,
e, numa guerra justa, vingou o pai.
(*Fast.* 3.697-710; OVÍDIO, 2015, p. 171).

Em um trecho dos *Fastos* de Ovídio – composto na primeira década da Era Comum – dedicado aos Idos de Março de 44 a.C., o poeta escreve as palavras citadas acima. O eu-lírico relutante é desembaraçado pela deusa Vesta que insiste para que ele não se esqueça do assassinato de César, e, seguindo sua recomendação, ele se recorda da vingança que recaiu sobre seus assassinos, do templo que o ditador ganhou no Fórum, de sua posição no céu que garante a existência deste último (provavelmente uma dupla referência, à morada do novo deus e ao *sidus Iulium*) e da atuação de Augusto nisto tudo. “Não hesites lembrá-lo”, diz Vesta, mas o que não o foi, o que foi esquecido? A pira, Amácio, o altar com sua coluna consagrada “ao pai da pátria”, o monumento reerguido pelos legionários veteranos – nada disso faz parte da reprimenda de Vesta. Dito de outra forma, a vítima desta *damnatio memoriae* alargada em quarenta anos não foi a memória, mas seu processo de construção.

Assim, a crescente transferência do culto ao controle aristocrático retirou da plebe sua autonomia não somente sobre a práxis cotidiana das atividades de culto, mas também sobre seu passado, uma vez que as relações sociais desencadeadas ao redor daquela experiência mantinham vivo o compartilhamento da memória coletiva da plebe. Vimos que ao garantir a César a cremação e impedir sua condenação ao esquecimento por parte de seus inimigos políticos, tudo devidamente legitimado pelo próprio discurso hegemônico, a plebe preservava o controle sobre a imagem de César de forma a moldá-la de acordo com seus interesses, delineando contornos ao ditador que poderiam fazer dele um líder mais próximo das camadas subalternas do que o foi de fato em vida. A possibilidade da gerência sobre seu próprio passado, combinada à plasticidade típica da memória e ao respaldo na ideologia dominante, resultou no que chamamos aqui de uma memória orgânica da plebe sobre a figura César, pois dialogava de

certa forma com os dispositivos hierárquicos ditados pela hegemonia, mas provinha de uma realidade material outra que se apropriava do discurso hegemônico a partir de baixo.

Tal organicidade seria então desarticulada conforme a centralização do poder avançava com o Principado, através da incorporação da memória plebeia à conjuntura hegemônica, isto é, à estrutura da *res publica*. É preciso notar a decisão do Principado de ocultar o altar e não derrubá-lo, da mesma forma como o local escolhido para o templo era o mesmo do antigo culto popular. Trata-se essencialmente do mesmo processo transcorrido no Comício: como parte do *organismo* que conformava o Fórum (e que, logo, pressupunha o consenso sobre uma direção comum mediante a participação ativa de seus integrantes), a experiência primeira do culto não poderia ser simplesmente apagada. Caso o fosse, por meio de uma ação repressiva, por exemplo, o Fórum enquanto organismo cairia em contradição interna e se tornaria um fetiche às camadas populares que o frequentavam, pois elas não mais se identificariam com aquele espaço. Por outro lado, se a memória popular nascida na disputa contra um setor da hegemonia que se opunha a César seguisse funcional, alimentada cotidianamente pela plebe, o contexto de conflito que lhe deu origem jamais seria dissipado, o que poderia fomentar novos confrontos. César seria recordado pela plebe como uma liderança combativa em momentos de tensionamento social e eventualmente usado para reivindicar interesses materiais antagônicos aos da classe dominante.

Desse modo, a solução encontrada foi preservar a memória sobre César gestada no canto sudeste do Fórum hegemonizando-a, tornando-a parte da *res publica*. Para tanto, era necessário um poder centralizado com capilaridade suficiente a ponto de ser visto como representativo às diferentes camadas sociais de Roma. O Principado conduziu então suas reformas no Fórum, do Comício ao Templo do Divino Júlio, preservando as estruturas materiais que antes interpelavam politicamente os sujeitos, mas agora colocando entre estes a figura mediadora do *princeps*. Em síntese, a participação coletiva, típica do organismo, que antes possibilitava o consenso através do litígio, entregou agora o litígio nas mãos de Augusto, e a única participação que restou aos sujeitos no espaço do Fórum era o consenso sobre a autoridade do *princeps*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos alguns desdobramentos da correlação entre os conflitos sócio-políticos tardo-republicanos dentro de um quadro de tensionamento intra-hegemônico e a produção da memória social através de três esferas da visualidade romana em suas particularidades. Os resultados de todas essas interações, considerando as várias singularidades envolvidas (seja dos aportes viso-espaciais, seja das redes de sociabilidade em que tais aportes se inseriam, seja das classes e os interesses particulares que visavam resguardar nesse processo todo), são diversos. Claro, a pretensão desta abrangência foi, aos poucos, durante a pesquisa, encontrando seus limites e dando lugar a focalizações mais precisas, o que se deu tanto na escolha de três conjuntos documentais (como foi exposto na Introdução, a ideia original era incluir mais fontes), quanto no enquadramento maior sobre o grupo hegemônico.

Tratamos muito mais dos impactos deste processo de crise sobre a classe dominante/dirigente de Roma, emissora de moedas, representada em estátuas e reformadora do Fórum, que sobre outras classes (apenas no Item 4.3 nossa perspectiva volta-se mais à plebe urbana, mas pensando sempre pela chave da estrutura hegemônica), afinal, é preciso que se reconheça, partimos justamente da hipótese de uma crise intra-hegemônica, o que acabou pautando nosso interesse de análise. Apesar da abrangência e da multiplicidade de efeitos envolvidos neste tripé (conflito-memória-visualidade), cujas considerações específicas foram formuladas ao final de cada item dos capítulos 2, 3 e 4, inferências gerais podem ser feitas. Buscaremos, por fim, sintetizar os resultados integrais da pesquisa, extraídos de todos os itens e capítulos e aqui substanciados em três pontos.

O primeiro deles corresponde à aguda interdependência entre memória e materialidade – que de tão conectadas, beiram a continuidade. Quando falamos em memória, seja individual, seja coletiva, concebe-se erroneamente uma abstração, um conjunto de ideias organizadas que circunscreve o homem no tempo ao delimitar o passado e as relações do hoje com o ontem, mas que se apresenta essencial ou primeiramente no âmbito mental, enquanto entidade desencarnada. Pode-se eventualmente, para fins didáticos, decompor a memória nos componentes que lhe dão vida, como o conteúdo narrativo que representa o passado, os agentes

que a cultivam e os suportes através dos quais ela ganha forma e pode vetorizar o conteúdo. Na realidade, tudo isso se interconecta no mesmo processo, sendo difícil estabelecer um corte preciso entre eles quando se estuda um caso empírico. O mesmo ocorre entre memória e matéria.

Seria equivocado dizer, então, que a memória carece de corpo, já que isso pressuporia que ela é em primeiro lugar um fantasma do intelecto, fruto do onírico e da razão. A memória nasce, e Jones (2007) foi certo em reconhecê-lo a partir dos estudos de Andy Clark, do envolvimento corporificado com o mundo, em um modelo mental vazado no qual o entorno e o interno fluidificam-se a ponto de se tornarem indiscerníveis. Se não é somente ideia, a memória faz-se, também, pela matéria. A imagem, o artefato, a cultura material, o espaço, enfim, a visualidade, que coexistem junto ao homem, são fundamentais ao processo da memória já que lhe dão concretude e vivificam-na na realidade. É daí que advém a potência da memória: é fato que sem o fator humano não haveria memória, no entanto, quando esta se apresenta na matéria, afirmando sua presença enquanto ser diante dos sujeitos e devolvendo-lhes uma face física, a memória prova sua existência em uma demonstração ontológica de si que exagera sua real autonomia em relação aos homens. Caso fosse meramente mental, por exemplo, os indivíduos a controlariam com facilidade, pois lhes bastaria um simples esforço de pensamento para alterá-la; contudo, existindo em si na fisicalidade além do corpo humano, a memória ganha a força dos próprios homens. Da mesma forma e pelo sentido inverso, a visualidade tem seu valor na medida em que presentifica o passado, atravessando o fluxo do tempo para trazer ao aqui e ao agora o alhures e o outrora. Sem o sentido fornecido pela memória, a matéria seria vazia, alheia, estranha aos homens, que se fiam nela por poder construir a partir dela sua memória. Eis o vínculo memória-visualidade, com uma espalhando-se sobre o terreno da outra e lá se confundindo.

Nesta pesquisa, as moedas romanas foram, talvez, o maior exemplo disso. O amparo divino fornecido pela vigilância de Juno Moneta fazia da moeda um monumento, cuja veracidade era selada pela comunhão indissociável dos valores econômico e memorial. Isto é, a moeda em Roma só era o que era, tinha função social, circulava e se reproduzia, pois no momento da cunhagem zelava-se ao mesmo tempo por sua matéria (pela quantidade de metais necessária para confeccioná-la) e por sua capacidade de recordar (pela memória conjurada em suas imagens, que tornavam vivos e disseminavam os passados da *Urbs* pelo império). Da mesma forma, o Comício no norte do Fórum acolheu episódios de violência e turbulentas intervenções pois ele dava forma física à *res publica*, não como concepção abstrata de uma estrutura política, mas como ação conjunta e concreta fabricada ao longo dos séculos. Disputar

a República para modificá-la, assaltá-la ou preservá-la, implicava em disputar a espacialidade do Comício, uma vez que a memória coletiva que definia a identidade presente de Roma e a hierarquia de suas ordens estava encarnada nas pedras que lá se encontravam. O funcionamento da *res publica* tinha, portanto, uma memória, já que ela não foi concebida de uma vez por um acordo comum e seguiu incólume a partir de então, mas foi co-construída em atritos ocorridos ao longo de vários momentos diferentes que se manifestavam *concretamente*²²⁹ no Comício. Ele era o acúmulo de passados que definia a República, por isso nem as mais audazes reformas – de César e Augusto – ousaram banir os prédios que originalmente abrigava: fazê-lo implicaria em defenestrar a *res publica*.

O segundo ponto das considerações gerais diz respeito justamente à potência da memória que a realidade material é capaz de sustentar. A partir do momento em que as tradições impõem sua existência à coletividade, processo no qual a visualidade tem papel fundamental, também firmam limites e ditam orientações que restringem sua maleabilidade. Não que a memória se solidifique em um formato imutável, mas ela estabelece condições que orientam as possibilidades nas quais pode sofrer transformações, não se alterando de qualquer maneira, sob qualquer pretexto e segundo quaisquer vontades. A presença cotidiana da memória coletiva na visualidade torna-a uma força simbólica que age sobre os homens. Do mesmo modo, por ser gestada através da práxis social dos indivíduos, cultivada diariamente na convivência entre membros que compartilham as mesmas condições de classe, a memória coletiva agrega interesses materiais, sendo também, logo, uma força material. Sua potência, assim, reside nessas duas dimensões, simbólica e material. Vimos o caso do local de culto a César no sul do Fórum, em que a plebe consagrou um monumento improvisado em torno do qual semeava sua identidade comum. Tantas vezes foi demolido, outras tantas foi reerguido, pois pela materialidade do culto a plebe garantia vida à sua memória sobre a figura do falecido ditador. O pequeno monumento presentificava a força simbólica e material da memória orgânica da plebe, não à toa foi também pela materialidade que o controle hegemônico se impôs, quando o Principado tomou para si o culto erigindo naquele mesmo local o templo do Divino Júlio.

São precisamente as forças simbólicas e materiais que a visualidade assevera à memória coletiva que a tornam um dos meios de disposição das relações hegemônicas. A reprodução da

²²⁹ A palavra *concretude* que empregamos diversas vezes ao longo desta pesquisa em suas derivações adjetivas e adverbiais carrega um duplo sentido que muito nos é caro, pois pode tanto significar, em seu sentido mais geral, a qualidade daquilo que tem forma material, é sólido, quanto remeter à raiz etimológica da palavra latina *concretus* (particípio do verbo *concreresco*), ou seja, daquilo que age de forma concrecível, que cresce junto, que se forma “por agregação das partes” (SARAIVA, 2019, p. 271). Está imbuída, portanto, de uma acepção dialética que atravessa as categorias gramscianas de hegemonia, organicidade, consenso, etc.

hegemonia, das ações que a preservam às que a tensionam, ocorre também através da visualidade, que atua como *locus* de conformação hierárquica, de acerto de contas de interesses díspares e de antagonismos, muitas vezes escapando das intenções originais de seus idealizadores, tendo em vista que a visualidade possui suas próprias forças. Por exemplo, quando César tentou comparar-se a Rômulo em três conhecidas estátuas confeccionadas em seu último ano de vida, até como forma de se aproximar da identidade comum dos romanos e com isso angariar mais simpatia, o tiro saiu pela culatra.

A ideologia hegemônica repudiava a ideia de um monarca, ainda que César não almejasse de fato a monarquia, pois não havia espaço na *res publica* dos aristocratas para uma instituição acima das magistraturas eleitas e anuais, sem mencionar que a onipresença da imagem de Rômulo em Roma só ridicularizava o paralelo que os cesarianos tentavam traçar e passagens negativas da vida de Rômulo ainda prejudicavam a figura do ditador. Este caso demonstra a força da tradição, que não se sujeita livremente à manipulação e demarca barreiras àqueles que a evocam. Assim como Emílio Buca que em 44 a.C. apelou à emissão monetária para reclamar paz diante da pressão causada pelo assassinato de César, ou Marco Antônio que, após ordenar a demolição do monumento plebeu no Fórum, ergueu uma estátua de seu patrono político nos *Rostra*, imaginando que esta sanaria os ânimos acalorados dos plebeus urbanos que cultuavam César. Nos dois casos, a visualidade foi instrumentalizada para estabilizar a tensão política (interna ao grupo hegemônico, no primeiro exemplo, e entre subalternos e a classe dominante, no segundo) e falhou, pois aqueles que a encomendaram não detinham controle absoluto nem sobre a memória, nem sobre a recepção da visualidade. São exemplos de becos sem saída da disputa viso-memorial romana.

Finalmente, o último ponto destas considerações finais refere-se ao papel da memória e da visualidade na acomodação das novas figuras políticas centralizadoras de poder dentro da *res publica*. Vimos que a estrutura em que se assentava a classe hegemônica, politicamente integrada por meio do revezamento em cargos magisteriais e instituições políticas, conforme Winterling detalha (2009), não comportava a nova realidade material da grande concentração de recursos desencadeada pela expansão imperial. Foi do choque entre a forma como a disposição hierárquica se reproduzia e as novas condições materiais que uma crise hegemônica entrou em curso. Sendo *locus* das relações hegemônicas, a visualidade participou ativamente da inserção das grandes lideranças na conjuntura republicana, especialmente através da mobilização de seus vínculos com a memória. Neste processo, não se tratava simplesmente de apresentar o novo, representado nas posições excepcionais ocupadas por César e Augusto, mas de alinhar o novo a partir do antigo, afinal, devemos nos lembrar que a classe

dominante/dirigente e sua ideologia permaneceram hegemônicas, ou seja, não foram superadas ou substituídas em um processo revolucionário, mas tiveram de sanar suas contradições internas para que seguissem como tais.

Se a *res publica* era a estrutura que fundamentava as relações hegemônicas de Roma, ditador e *princeps* tiveram de ser nela enxertados de modo a preservá-la, o que envolvia preservar também a memória que a constituía. Assim, o Comício foi desmembrado, primeiro através das obras de César e depois com as de Augusto, e não eliminado. As estruturas físicas que o compunham foram derrubadas apenas para serem refeitas em outros locais do Fórum, estruturas antiquíssimas e que encarnavam a memória da *res publica*, cujas novas reproduções lhes eram fiéis, mas incorporavam também referências à *gens Iulia*. César e Augusto apelaram da mesma forma aos fundadores míticos de Roma para encontrar, na esfera das tradições, um lugar comum que abrigasse suas posições políticas exercidas no presente. Recorrer ao tema do passado fundante teve sua relevância na medida em que era anterior à formação da *res publica*, portanto seria uma forma de respaldar a concentração de poder do final do século I a.C. no germe da *Urbs*, sem esbarrar na estrutura republicana – algo que causaria problemas.

Augusto foi melhor sucedido nessa empreitada se comparado a César, afinal, atribuía-se a Rômulo, paradigmático ao ditador, a fundação de inúmeras instituições funcionais da República, enquanto Eneias, paradigmático ao *princeps*, provinha de tradições exógenas e, logo, não estava tão associado à *res publica*. No caso numismático, dar vazão às *gentes* interessadas em estampar nos reversos das moedas referências aos antepassados próprios, sem abrir mão, por outro lado, da efígie no anverso, fez Augusto advogar a favor da cultura memorial descentralizada da República. Consolidava com isso uma *koiné* imperial que sustentava a onipresença de sua imagem, de forma a garantir também as práticas republicanas de recordação aristocrática. Ele se punha acima da *res publica*, não para dobrá-la, mas para salvá-la das contradições internas que a tornavam cada vez mais insustentável e, com isso, conservar a hegemonia aristocrática. Em suma, não houve revolução alguma, mas uma renovação da estrutura de poder ajustada às novas condições materiais do estado imperial romano.

REFERÊNCIAS

Fontes textuais antigas:

- APIANO. **The Civil Wars**. Tradução e introdução de John Carter. Londres: Penguin Group, 1996.
- ASCÔNIO. **Commentaries on Speeches of Cicero**. Tradução e comentários de R. G. Lewis. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- AUGUSTO. Feitos do Divino Augusto. In: **A Vida e os Feitos do Divino Augusto** / textos de Suetônio e Augusto. Tradução de Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CATULO. **O Livro de Catulo**. Tradução comentada de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Edusp, 1996.
- CÍCERO. **Pro L. Fracco - oratio**. Introdução e notas de T. B. L. Webster. Oxford: Oxford University Press, 1931.
- _____. **Dos deveres (De officiis)**. Tradução, introdução, notas e bibliografia de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2000.
- _____. **The Republic and The Laws**. Tradução de Niall Rudd; introdução e notas de Jonathan Powell e Niall Rudd. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. **Da amizade**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza; notas de Homero Santiago; cronologia de Geraldo José Albino. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- _____. **Correspondance** : Lettres 1 à 954. Tradução de Léopold-Albert Constans, Jean Bayet e Jean Beaujeu; apresentação, notas e comentários de Jean-Noël Robert. Paris: Les Belles Lettres, 2021.
- _____. **Discursos contra Marco Antônio ou Filípicas**. Tradução de Gilson Charles dos Santos. Brasília: Editora Univeridade de Brasília, 2021.
- DIO CÁSSIO. **Roman History** (Books 36-40), vol. III. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1945.
- _____. **Roman History** (Books 41-45), vol. IV. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1945.
- _____. **Roman History** (Books 46-50), vol. V. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1955.

- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Roman Antiquities** (Books 1-2), vol. I. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1939.
- _____. **Roman Antiquities** (Books 3-4), vol. II. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1960.
- _____. **Roman Antiquities** (Books 5-6), vol. III. Tradução de Earnest Cary. Londres: William Heinemann Ltd, 1940.
- HORÁCIO. **The Complete Odes and Epodes**. Tradução, introdução e notas de David West. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JÚLIO CÉSAR. **Bellvm Civile, A Guerra Civil**. Tradução, introdução e notas de Antonio da Silva Mendonça. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- LUCANO. **Farsália**: cantos de I a V. Introdução, tradução e notas de Brunno V. G. Vieira. Campinas: Editora da Unicamp, 2011
- LUCRÉCIO. **Sobre a natureza das coisas, De rerum natura**. Tradução, notas e paratextos de Rodrigo Tadeu Gonçalves. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- OVÍDIO. **Fastos**. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior; revisão da tradução de Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PLÍNIO, O VELHO. **Storia Naturale**: antropologia e zoologia (libri 7-11), vol. II. Tradução e notas de Alberto Borghini, Elena Giannarelli, Arnaldo Marcone e Giuliano Ranucci. Turim: Giulio Einaudi editore, 1983.
- _____. **Storia Naturale**: mineralogia e storia dell'arte (libri 33-37), vol. V. Tradução e notas de Antonio Corso, Rossana Mugellesi e Gianpiero Rosati. Turim: Giulio Einaudi editore, 1988.
- PLUTARCO. **Parallel Lives**. In: Plutarch's Lives, vol. I: Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola. Tradução de Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann Ltd, 1967.
- _____. **Parallel Lives**. In: Plutarch's Lives, vol. V: Agesilaus and Pompey, Pelopidas and Marcellus. Tradução de Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann Ltd, 1955.
- _____. **Parallel Lives**. In: Plutarch's Lives, vol. VI: Dion and Brutus, Timoleon and Aemilius Paulus. Tradução de Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann Ltd, 1954.
- _____. **Parallel Lives**. In: Plutarch's Lives, vol. X: Agis and Cleomenes, Tiberius and Caius Gracchus, Philopoemen and Flamininus. Tradução de Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann Ltd, 1959.
- _____. César. In: **Vidas de César**. Tradução e notas de Antonio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

- POLÍBIO. **Le storie: libri V-XII** (vol. II). Tradução, introdução e notas de Carla Schick. Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 1955.
- PROPÉRCIO. **Elegias de Sexto Propércio**. Organização, tradução, introdução e notas de Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SUETÔNIO. O divino Júlio. In: **Vidas de César**. Tradução e notas de Antonio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- _____. Vida do Divino Augusto. In: **A Vida e os Feitos do Divino Augusto** / textos de Suetônio e Augusto. Tradução de Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- TITO LÍVIO. **The History of Rome** (books 1-5). Tradução, introdução e notas de Valerie M. Warrior. Indianápolis: Hackett Publishing Company, 2006.
- VALÉRIO MÁXIMO. **Memorable Deeds and Sayings: One Thousand Tales from Ancient Rome**. Tradução e introdução de Henry John Walker. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2004.
- VARRÃO. **Das coisas do campo**. Introdução, tradução e notas de Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- VÉRRIO FLACO; FESTO; PAULO DIÁCONO. *De Verborum Significatu*. In: RUY, Maria Lucilia. *De verborum significatu: análise e tradução – vol. I*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.
- VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

Dicionários:

- FARIA, Ernesto. **Dicionário latino-português**. Belo Horizonte: Garnier, 2021.
- OXFORD. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. **Dicionário latino-português**. 13. ed. Belo Horizonte: Garnier, 2019.

Referências bibliográficas modernas:

- ADAM, Jean-Pierre. **L'arte di costruire presso i Romani: materiali e tecniche**. Milão: Longanesi, 1988.

- ALDRETE, Gregory S. **Floods of the Tiber in Ancient Rome**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.
- ANGIUS, Andrea. La contio tardorepubblicana: il contributo delle istituzioni popolari alla soppressione della sovranità popolare. In: CONTE, Giampaolo. et al. **Imperia**. Lo spazio mediterraneo dal mondo antico all'età contemporanea. Roma: New Digital Frontiers, 2016, p. 39-52.
- ANTONINI, Francesca. 'Il vecchio muore e il nuovo non può nascere': cesarismo ed egemonia nel contesto della crisi organica. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 167-184, 2016.
- ARATA, Francesco Paolo. Osservazioni sulla topografia sacra dell'*Arx* capitolina. **Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité** [En ligne], 122-1 | 2010, mis en ligne le 05 juin 2013, consulté le 14 avril 2022. Disponível em <<http://journals.openedition.org/mefra/338>>. Acesso 14 abr. 2022.
- ARENA, Valentina. The Notion of *Bellum Civile* in the Last Century of the Republic. In: POLO, Francisco Pina (Org.). **The Triumviral Period: Civil War, Political Crisis and Socioeconomic Transformations**. Saragoça: Prensas de la Universidad de Zaragoza e Editorial Universidad de Sevilla, 2020, p. 101-126.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. **Religion and cultural memory: ten studies**. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- _____. **Cultural memory and early civilization**. Writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BALBO, Mattia. Plebeian tribunes and cosmopolitan intellectuals: Gramsci's approach to the late Roman Republic. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abingdon: Routledge, 2021, p. 183-200.
- BARROW, Rosemary. The Political Body: Prima Porta Augustus. In: BARROW, Rosemary; SILK, Michael (Org.). **Gender, Identity and the Body in Greek and Roman Sculpture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 89-109.
- BASCHET, Jérôme. Introdução: a imagem-objeto. Tradução de Maria Cristina C. L. Pereira. In: SCHMITT, Jean-Claude ; BASCHET, Jérôme (Org.). **L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval**. Paris: Le Léopard d'Or, 1996, p. 7-26.
- BELTING, Hans. **Antropologia da Imagem: Para uma ciência da imagem**. Lisboa: KKYM + EAUM, 2014.

- BELTRÃO, Claudia R. A religião na *Urbs*. In: MENDES, Norma Musco.; SILVA, Gilvan Ventura da. (Org.) **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 137-159.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOTHA, A. D. The stars as a theme in the *Aeneid*. **Akroterion**, v. 36, n. 1-2, p. 11-24, 1991.
- BOWERSOCK, Glen W. The pontificate of Augustus. In: RAAFLAUB, Kurt A., TOHER, Mark (Org.) **Between Republic and Empire**: interpretations on Augustus and his Principate. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 380-394.
- BRUNT, Peter A. **Conflictos sociales en la Republica Romana**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973.
- BUENO, Giovanni Pando. Desfazendo o consenso: lógica subalterna nos altares dos *Lares Augusti*. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 161-186, 2020.
- _____. Da ditadura à apoteose: César e a memória nos *fora* de Roma durante o final da República. **Codex - Revista de Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 87-104, 2021.
- CADARIO, Matteo. Le statue di Cesare a Roma tra il 46 e il 44 a.C.: la celebrazione della vittoria e il confronto con Alessandro e Romolo. **Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano**, Milão, v. 59, n. 3, p. 25-70, 2006.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARANDINI, Andrea; CARAFA, Paolo (Org.). **The Atlas of Ancient Rome**: biography and portraits of the City. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- CARANDINI, Andrea (Org.). **La Roma di Augusto in 100 monumenti**. Novara: UTET, 2019.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Pensando sobre a arte figurativa, lendo a obra de arte. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005, p. 231-254.
- CARLAN, Claudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo. **Moedas: a numismática e o estudo da história**. São Paulo: Annablume, 2012.
- CAVALLI, Ennio. **Libro Grosso (di grilli, di nani, di sillabe)**. Milão: Nino Aragno, 2009.
- CLARIDGE, Amanda. **Rome, an Oxford Archaeological Guide**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- COARELLI, Filippo. **Il foro romano**: periodo repubblicano e augusteo (vol. II). Roma: Quasar, 1985.
- _____. **Il foro romano**: periodo arcaico (vol. I). Roma: Quasar, 1986.

- _____. **Rome and Environs: an Archaeological Guide**. Los Angeles: University of California Press, 2007.
- COMMELIN, Pierre. **Mitologia grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CORNELL, Timothy. Rome: The History of an Anachronism. In: MOLHO, Anthony; RAAFLAUB, Kurt; EMLIN, Julia (Org.). **City-States in Classical Antiquity and Medieval Italy**. Stuttgart: University of Michigan Press, 1991, p. 53-69.
- _____. **The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 Be)**. Abingdon: Routledge, 1995.
- _____. Crisis and deformation in the Roman Republic: the example of the dictatorship. In: GOUSCHIN, Valerij; RHODES, Peter John (Org.). **Deformations and Crises of Ancient Civil Communities**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 2015, p. 101-125.
- CORNWELL, Hannah. **Pax and the Politics of Peace: Republic to Principate**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- COSPITO, Giuseppe. Egemonia. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (Org.). **Le parole di Gramsci: per un lessico dei *Quaderni del carcere***. Roma: Carocci editore, 2004, p. 74-92.
- COURRIER, Cyril. **La Plèbe de Rome et sa culture (fin du IIe siècle av. J.-C – fin du Ier siècle ap. J.-C.)**. Roma: École française de Rome, BEFAR 353, 2014.
- _____. Plebeian Culture in the City of Rome, from the Late Republic to the Early Empire. In: GRIG, Lucy (Org.). **Popular Culture in the Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 107-128.
- CRAWFORD, Michael H. **Coinage and Money under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean Economy**. Berkeley: University of California Press, 1985.
- _____. **Roman Republic Coinage**, vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. **Roman Republic Coinage**, vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CUNHA, Macsuelber de Cássio Barros da. A construção de templos: a arquitetura religiosa no período augustano. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 131-159, 2020.
- CZARSKI, Bartłomiej. *Respublica liberata*. The Coin of Brutus Commemorating the Ides of March in the Emblematic Interpretation of Alciatus. **Wiadomości Numizmatyczne**, v. 59, p. 249-284, 2015.
- DAVID, Jean-Michel. Rome : citoyenneté et espace politique. In: FIÉVET, Claude (Org.). **Invention et réinvention de la citoyenneté**. Aubertin: Colloque de Pau, 2000, p. 81-93.

- _____. I luoghi della politica dalla Repubblica all'Impero. In: ANDREA, Giardina (Org.). **Storia di Roma dall'antichità a oggi**. Laterza: Editori Laterza, 2000, p. 57-83.
- _____. Rome et l'Italie de la guerre sociale à la mort de César : une nouvelle citoyenneté. *État de la recherche*. **Pallas**, v. 96, p. 35-52, 2014.
- DAVIES, Penelope. **Architecture and politics in Republican Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- DEWITT, Norman W. Litigation in the Forum in Cicero's Time. **Classical Philology**, Chivago, v. 21, n. 3, p. 218-224, 1926.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2017.
- DRAYCOTT, Jane. The Symbol of Cleopatra Selene: Reading Crocodiles on Coins in the Late Republic and Early Principate. **Acta Classica**, v. 55, p. 43-56, 2012.
- DUPLÁ, Antonio. Interpretaciones de la crisis tardorrepblicana: del conflicto social a la articulación del consenso. **SHHA**, Salamanca, v. 25, p. 185-201, 2007.
- _____. Violencia política y desigualdades económicas em la crisis de la República Romana. **Devenires XII**, Morélia, v. 24, p. 43-63, 2011.
- EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl (Org.). **The Cambridge Companion to The Age Of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 13-32.
- EDMONDSON, Jonathan (Org.). **Augustus**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009.
- ELLIS, Robinson. **A Commentary on Catullus**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.
- EVANS, Jane DeRose. Statues of the Kings and Brutus on the Capitoline. **Opuscula Romana**, Roma, v. 18, n. 5, p. 99-105, 1990.
- FANTHAM, Elaine. Liberty and the People in Republican Rome. **Transactions of the American Philological Association**, v. 135, n. 2, p. 209-229, 2005.
- FAVERSANI, Fábio. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. **Mare Nostrum**. São Paulo, v. 4, p. 100-111, 2013.
- FAVRO, Diane. The Roman Forum and Roman History. **Places**, v. 1, n. 5, p. 17-24, 1988.
- _____. **The Urban Image of Augustan Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. Making Rome a World City. In: GALINSKY, Karl (Org.). **The Cambridge Companion to The Age Of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 234-263.

- FILIPPI, Dunia. Region VIII. *Forum Romanum Magnum*. In: CARANDINI, Andrea. (Org.). **The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City**. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- FLAIG, Egon. Repenser le politique dans la République romaine. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 105, p. 13-25, 1994.
- FLOWER, Harriet I. **The art of forgetting: disgrace & oblivion in Roman political culture**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- _____. **Roman republics**. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- FROSINI, Fabio. Organismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 589-590.
- GABRIELLI, Chantal. Violenza e giustificazione del delitto politico a partire dai Gracchi. **Klio**, v. 100, n. 3, p. 825-876, 2018.
- GALINSKY, Karl. **Augustan Culture: an interpretative introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- _____. Memory and Forgetting in the Age of Augustus. **Todd Memorial Lecture**. Sidney: Department of Classics and Ancient History, University of Sidney, p. 1-27, 2016.
- GILDENHARD, Ingo. et al (Org.). **Augustus and the Destruction of History**. The Politics of the Past in Early Imperial Rome. Cambridge: Cambridge Philological Society, 2019.
- GOLDMAN-PETRI, Megan. Acting “Republican” under Augustus: the Coin Types of the *Gens Antistia*. In: MORRELL, Kit; OSGOOD, Josiah; WELCH, Kathryn. **The Alternative Augustan Age**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 199-215.
- GOWING, Alain M. **Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916 – 1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRANDAZZI, Alexandre. **As origens de Roma**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GRAS, Michel. Le temple de Diane sur l'Aventin. **Revue des Études Anciennes**, v. 89, n. 1-2, p. 47-61, 1987.

- GRIMAL, Pierre. **Dictionário da mitologia grega e romana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **O século de Augusto**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- GROS, Pierre. *Aurea Templata*. Recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste. Roma: École française de Rome, 1976.
- GRUEN, S. Erich. Augustus and the Making of the Principate. In: GALINSKY, Karl (Org.). **The Cambridge Companion to The Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 33-54.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- HANNESTAD, Niels. **Roman art and imperial policy**. Aarhus: Aarhus University Press, 1988.
- HEKSTER, Olivier. Identifying tradition. Augustus and the constraint of formulating sole rule. **Politica Antica**, v. 7, p. 47-60, 2017.
- _____. When Was an Imperial Image? Some Reflections on Roman Art and Imagery. In: RUSSELL, Amy; HELLSTRÖM, Monica (Org.) **The Social Dynamics of Roman Imperial Imagery**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 275-288.
- HERKLOTZ, Friederike. *Aegypto Capta*: Augustus and the Annexation of Egypt. In: RIGGS, Christina (Org.). **The Oxford Handbook of Roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 11-21.
- HINARD, François. **Les proscriptions de la Rome républicaine**. Roma: École française de Rome, 1985.
- _____. La terreur comme mode de gouvernement (au cours des guerres civiles du I^{er} siècle a.C.). In: URSO, Gianpaolo (Org.). **Terror et pavor**: Violenza, intimidazione, clandestinità nel mondo antico. Cividale del Friuli, 2005, p. 247-264.
- HÖLKESKAMP, Karl-Joachim; BALBIANI, Laura. Rituals and Cerimonies 'Alla Romana'. Nuove Prospettive Sulla Cultura Politica Dell'età Repubblicana. **Studi Storici**, v. 47, n. 2, p. 319-363, 2006.
- HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. **Reconstructing the Roman Republic**: An Ancient Political Culture and Modern Research. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- _____. In Defense of Concepts, Categories, and Other Abstractions: Remarks on a Theory of Memory (in the Making). In: GALINSKY, Karl (Org.). **Memoria Romana**: Memory in Rome and Rome in memory. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014, p. 63-70.
- _____. Prestige en construction dans la République Romaine : la classe dirigeante et ses stratégies de représentation publique. In: BAUDRY, Robinson; HURLET, Frédéric; RIVOAL,

- Isabelle. **Le Prestige à Rome à la fin de la République et au début du Principat.** Collection colloque de la MAE. Paris: Éditions de Boccard, 2016, p. 21-37.
- HOLLAND, Louise Adams. Aeneas-Augustus of Prima Porta. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, Philadélfia, v. 78, p. 276-284, 1947.
- HÖLSCHER, Tonio. **Il linguaggio dell'arte romana.** Un sistema semantico. Turim: Piccola Biblioteca Einaudi, 2017.
- _____. **Visual power in ancient Greece and Rome: between art and social reality.** Oakland: University of California Press, 2018.
- HUTTON, Patrick H. **The Memory Phenomenon in Contemporary Historical Writing: How the Interest in Memory Has Influenced Our Understanding of History.** Vermont: Palgrave Macmillan, 2016.
- JEHNE, Martin. Feeding the Plebs with Words: The Significance of Senatorial Public Oratory in the Small World of Roman Politics” In: STEEL, Catherine; BLOM, Henriette von der (Org.). **Community and Communication: Oratory and Politics in Republican Rome.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 49-62.
- JONES, Andrew. **Memory and Material Culture.** Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- KELLUM, Barbara A. What we see and what we don't see. Narrative structure and the *Ara Pacis Augustae*. **Art History**, v. 17, n. 1, p. 26-45, 1994.
- KEMMERS, Fleur; MYRBERG, Nanouschka. Rethinking numismatics. The archaeology of coins. **Archaeological Dialogues**, v. 18, n. 1, p. 87-108, 2011.
- KONDRATIEFF, Eric J. Reading Rome’s Evolving Civic Landscape in Context: Tribunes of the Plebs and the Praetor’s Tribunal. **PHOENIX – Journal of the Classical Association of Canada**, v. 63, n. 3-4, p. 322-360, 2009.
- KOORTBOJIAN, Michael. **The divinization of Caesar and Augustus: precedents, consequences, implications.** Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- KRAAY, Colin M. Caesar’s *quattuorviri* of 44 BC: the arrangement of their issues. **The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society**, v. 14, n. 44, p. 18-31, 1954.
- KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana.** 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LE DOZE, Philippe. Auguste et la res publica : les implications pratiques d’une restauration. In: BENOIST, Stéphane (Org.). **Dialogues d'histoire ancienne**, Supplément 24 (S 24), Presses universitaires de Franche-Comté, 2021, p. 117-139.

- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LINDERSKI, Jerzy. Q. Scipio Imperator. In: LINDERSKI, Jerzy (ed.). **Imperium Sine Fine: T. Robert S. Broughton and the Roman Republic**. Estugarda: Historia Einzelschrift, 105, p. 145-185, 1996.
- LIVERANI, Paolo. Cesare urbanista. In: GENTILE, Giovanni (Org.). **Giulio Cesare: l'uomo, le imprese, il mito**. Milão: Silvana Editorale, 2008, p. 42-51.
- LUGLI, Giuseppe. **Il Foro Romano e il Palatino**. Roma: Bardi Editore, 1966.
- MARTIN, Paul Marius. D'un Brutus à l'autre : de la construction d'un mythe de liberté à sa confusion. In: BLANDENET, Maëlys; CHILLET, Clément; COURRIER, Cyril (Org.). **Figures de l'identité**. Naissance et destin des modèles communautaires dans la Rome antique. Lyon: ENS Éditions, 2010, p. 33-49.
- MARTINS, Paulo. **Imagem e Poder: Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto**. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. Os romanos, o direito, a imagem e a morte. In: JOLY, Fábio Duarte; FAVERSANI, Fábio (Org.). **As formas do Império Romano**. Mariana: UFOP, 2014, p. 81-93.
- _____. Artes, perenidade, novidade e memória sob Augusto. **Classica - Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 187-202, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MAŠKIN, Nikolaj Aleksandrovič. **Il Principato di Augusto: Il mondo mediterraneo, la società schiavista, la cultura e i traffici del mondo antico attraverso la vita e l'opera del primo imperatore di Roma – Volume II**. Sesto San Giovanni: IDUNA, 2018.
- MAYORGAS, Ana Rodríguez. Romulus, Aeneas and the cultural memory of the Roman Republic. **Athenaeum**, v. 98, n. 1, p. 89-109, 2010.
- _____. Memoria, espacio y religión em la República romana. In: MANJARRÉS, Julio Mangas; LÓPEZ, Miguel Ángel Novillo López. **Santuarios suburbanos y del territorio en las ciudades romanas**. ICCA: Madri, 2014, p. 31-52.
- MEADOWS, Andrew; WILLIAMS, Jonathan. Moneta and the monuments: coinage and politics in Republican Rome. **JRS**, v. 91, p. 27-49, 2001.

- MEIER, Christian. C. Caesar Divi filius and the formation of the alternative in Rome. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark (Org.). **Between Republic and Empire**. Interpretations of Augustus and his Principate. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 54-70.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.
- _____. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- _____. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012, p. 243-262.
- MILLAR, Fergus. **Rome, the Greek World and the East** – Vol. I, The Roman Republic and the Augustan Revolution. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Review R. Syme, *The Roman Revolution*. **JRS**, v. 30, p. 75-80, 1940.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Os gregos e seus vizinhos no mundo helenístico. In: **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 9-26.
- MOMMSEN, Theodor. **The History of Rome**: volume 4, part 2. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- MORAWIECKI, Leslaw. Pontificalia atque Auguralia Insignia and the Political Propaganda in the Coinage of the Roman Republic. **Notae Numismaticae**, v. 1, p. 37-57, 1996.
- MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MUSSI, Daniela; GÓES, Camila. Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. **International Gramsci Journal**, v. 2, p. 271-328, 2016.
- NOUSEK, Debra L. Turning points in Roman history: the case of Caesar's elephant denarius. **Phoenix**, v. 62, n. 3/4, p. 290-307, 2008.
- OMENA, Luciane Munhoz de; SILVA, Suiany Bueno. O *Pontifex Maximus*: uma leitura acerca do pontificado máximo de augusto (século I a.c.). **PHOENIX**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 124-141, 2018.
- ORLIN, Eric. Augustan Reconstruction and Roman Memory. In: GALINSKY, Karl (Org.). **Memory in Ancient Rome and Early Christianity**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 115-144.

- OSGOOD, Josiah. **Caesar's Legacy: Civil War and the Emergence of the Roman Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. Family History in Augustan Rome. In: GILDENHARD, Ingo. et al. (Org.). **Augustus and the Destruction of History**. The Politics of the Past in Early Imperial Rome. Cambridge: Cambridge Philological Society, 2019, p. 135-156.
- PANDEY, Nandini B. **The poetics of power in Augustan Rome: Latin poetic responses to early imperial iconography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte na Renascença. In: **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007, p. 47-88.
- PARENTI, Michael. **O assassinato de Júlio César: uma história popular da Roma Antiga**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PATERSON, Jeremy. Hegemony in the Roman Principate: Perceptions of power in Gramsci, Tacitus, and Luke. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abingdon: Routledge, 2021, p. 255-272.
- PAULINO DA SILVA, Camilla Ferreira. A modificação da imagem de Otávio por meio das fontes numismáticas (44-27 a.C.). **Revista Mundo Antigo**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 93-118, 2013.
- _____. Recuperando Marco Antônio e Cleópatra por meio das moedas. **Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos**, Vitória, v. 4, p. 50-74, 2014.
- PAULINO DA SILVA, Camilla Ferreira; ZARDINI, Thiago Brandão. O uso dos mitos nas moedas de Augusto e Constantino. **Roda da Fortuna**, v. 4, p. 83-106, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- POLLINI, John. The Augustus from Prima Porta and the Transformation of the Polykleitan Heroic Ideal. In: MOON, Warren G. (Org.). **Polykleitos, the Doryphoros, and Tradition**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995, p. 262-282.
- _____. **From Republic to Empire: Rhetoric, Religion, and Power in the Visual Culture of Ancient Rome**. Norman: University of Oklahoma Press, 2012.
- POLO, Francisco Pina. Mario Gratidiano, los *compita* y la religiosidad popular a fines de la República. **Klio**, v. 82, p. 154-170, 2000.
- _____. I Rostra come espressione di potere della aristocrazia romana. In: URSO, Gianpaolo (Org.). **Popolo e Potere nel Mondo Antico**. Pisa: Edizioni ETS, 2005, p. 141-155.

- _____. El pueblo, la aristocracia y la reconstrucción del recuerdo de los Gracos. **Ex Baetica Romam**: homenaje a José Remesal Rodríguez, Barcelona, p. 211-242, 2020.
- POUCET, Jacques. **Les origines de Rome**: tradition et histoire. Bruxelles: Presses de l'Université Saint-Louis, 1985.
- PRESTIPINO, Giuseppe. Orgânico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 588-589.
- PRICE, Hannah. Flooding the Roman Forum. In: In: GILDENHARD, Ingo; et al. (Org.). **Augustus and the Destruction of History**. The Politics of the Past in Early Imperial Rome. Cambridge: Cambridge Philological Society, 2019, p. 189-222.
- RAAFLAUB, Kurt. Caesar the Liberator? Factional politics, civil war, and ideology. In: CAIRNS, Francis; FANTHAM, Elaine. **Caesar against Liberty?** Perspectives on his Autocracy. Wiltshire: Francis Cairns, 2003, p. 35-67.
- REBUFFAT, François. **La monnaie dans l'Antiquité**. Paris: Picard éditeur, 1996.
- RICHARDSON JR., Lawrence. **A new topographical dictionary of ancient Rome**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289-327, 2018.
- ROSE, Charles Brian. The Parthians in Augustan Rome. **American Journal of Archaeology**, v. 109, n. 1, p. 21-75, 2005.
- ROSILLO-LÓPEZ, Cristina. **Public Opinion and Politics in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ROSSINI, Orietta. **Ara Pacis**: guide. Milão: Electa, 2012.
- ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14)**: using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- _____. Money, Media and Cultural Memory under Augustus. In: POWELL, Anton; BURNETT, Andrew. **Coins of the Roman Revolution, 49 BC – AD14**: evidence without hindsight. Swansea: The Classical Press of Wales, 2020, p. 175-192.
- RUDICH, Vasily. **Political Dissidence Under Nero**: The price of dissimulation. Abingdon: Routledge, 2005.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 163-209, 2009.

- RUSSELL, Amy; HELLSTRÖM, Monica (Org.) **The Social Dynamics of Roman Imperial Imagery**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- RUSSELL, Amy. Political space and the experience of citizenship in the city of Rome: architecture and interpellation. In: FLOHR, Miko (Org.). **Urban Space and Urban History in the Roman World**. Londres: Routledge, 2021, p. 19-38.
- SAN VICENTE, José Ignacio. El *Genius Populi Romani* en los emperadores del siglo IV y sus antecedentes. **ARYS: Antigüedad: religiones y sociedades**, Madrid, v. 8, p. 79-100, 2009-2010.
- SANTANGELO, Federico. Between Caesarism and Cosmopolitanism: Julius Caesar as an Historical Problem in Gramsci. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abingdon: Routledge, 2021, p. 201-221.
- SCOTT, James C. Hegemony and Consciousness: Everyday Forms of Ideological Struggle. In: **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. Cumberland: Yale University Press, 1985, p. 304-350.
- SELLA, Jérôme. *L'imperator* au secours de la *res publica* : un élément central du discours de légitimation du pouvoir impérial et ses origines républicaines. **Dialogues d'histoire ancienne**, Supplément 24 (S 24), Presses universitaires de Franche-Comté, 2021, p. 77-115.
- SILVA, Glaydson José da. Historicidade, memória e escrita da história: Augusto e o *Culto della Romanità* durante o Ventennio Fascista. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, Vitória, v. 12, p. 142-163, 2018.
- SIMPSON, Christopher J. Where is the Parthian? The Prima Porta Statue of Augustus Revisited. **Latomus**, T. 64, Fasc. 1, p. 82-90, 2005.
- SMITH, Christopher. Gramsci and the Roman Cultural Revolution. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abingdon: Routledge, 2021, p. 222-238.
- SOUZA, Alice Maria de. O processo de diferenciação das ordens senatorial e equestre no fim da República Romana. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**. Vitória, n. 4, p. 156-170, 2014.
- STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889.
- STEVENSON, T. R. Parens Patriae and Livy's Camillus. **Ramus**, Cambridge, v. 29, n. 1, p. 27-46, 2000.

- SUMI, Geoffrey S. Topography and Ideology: Caesar's monument and the *Aedes Divi Ivlii* in Augustan Rome. **The Classical Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 205-229, 2011.
- SYME, Ronald. **The Roman Revolution**. Oxford: Clarendon Press, 1939.
- TAYLOR, Lily Ross. **Roman Voting Assemblies: From the Hannibalic War to the Dictatorship of Caesar**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.
- TERRENATO, Nicola. The Romanization of Italy. Global acculturation or cultural bricolage? In: FORCEY, C.; HAWTHORNE, J.; WITCHER, R. (Org). **TRAC 97: Proceedings of the Seventh Annual Theoretical Roman Archaeology Conference, Nottingham 1997**. Oxford: Oxbow Books, 1998, p. 20-27.
- THOMMEN, Lukas. Les lieux de la plebe et de ses tribuns dans la Rome republicaine. **Klio**, v. 77, n. 1, p. 358-370, 1995.
- THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- UNGERN-STENBERG, Jurgen von. The Crisis of the Republic. In: FLOWER, Harriet I. (Org.). **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 89-112.
- VERSLUYS, Miguel John. Material Culture and Identity in the Late Roman Republic (c. 200–c. 20). In: EVANS, Jane DeRose (Org.). **A companion to the archaeology of the Roman Republic**. Chichester: Blackwell Publishing Ltd, 2013, p. 429-440.
- VLASSOPOULOS, Kostas. Marxism and Ancient History. In: ALLEN, Danielle; CHRISTESEN, Paul; MILLET, Paul (Org.). **How to Do Things with History: New Approaches to Ancient Greece**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 209-235.
- VOISIN, Jean-Louis. Les Romains, chasseurs de têtes. In: **Du Châtiment dans la cité: supplices corporels et peine de mort dans le Monde Antique**. Roma: École française de Rome, 1984, p. 241-293.
- VUKOVIC, Kresimir. Roman Myth and Ritual: Groups of Luperci and Epigraphic Evidence. **Epigraphica**, v. 78, p. 43-52, 2016.
- WEINSTOCK, Stefan. **Divus Julius**. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- WESTALL, Richard. The *Forum Iulium* as representation of *Imperator* Caesar. **Mitteilungen des deutschen archaologischen Instituts Roemische Abteilung**. Darmestadd, Verlag Philipp von Zabern, v. 103, p. 83-118, 1996.
- WINTERLING, Aloys. **Politics and Society in Imperial Rome**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2009.

- _____. Loucura Imperial na Roma Antiga. Tradução: Fábio Duarte Joly. **História (São Paulo)**, v. 31, n. 1, p. 4-26, 2012.
- WISEMAN, Timothy Peter. **Remus: a Roman myth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. Popular Memory. In: GALINSKY, Karl (Org.). **Memoria Romana: Memory in Rome and Rome in memory**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014, p. 43-62.
- WOLTERS, Reinhard. Bronze, silver or gold? Coin finds and the pay of the Roman army. **Zephyrus**, v. 53/54, p. 579-588, 2001.
- WOODS, David. Caesar the elephant against Juba the snake. **Numismatic Chronicle**, v. 169, p. 189-192, 2009.
- WOYTEK, Bernhard. **Arma et nummi**. Forschungen zur römischen Finanzgeschichte und Münzprägung der Jahre 49 bis 42 v. Chr. Viena: Verlag der österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2003.
- YAKOBSON, Alexander. Petitio et Largitio: Popular Participation in the Centuriate Assembly of the Late Republic. **The Journal of Roman Studies**, v. 82, p. 32-52, 1992.
- _____. Il popolo romano, il sistema e l'“Élite”: il dibattito continua. **Studi Storici**, v. 47, n. 2, p. 377-393, 2006.
- _____. Traditional political culture and the people's role in the roman Republic. **Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte** 59, v. 30, n. 3, p. 282-302, 2010.
- _____. Optimates, populares. **Oxford Classical Dictionary**. 4. ed. online, 2017.
- YAVETZ, Zvi. **Plebs and Princeps**. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- _____. The Irritating Statues and Contradictory Portraits of Julius Caesar. In: GRIFFIN, Miriam (Org.). **A companion to Julius Caesar**. Chichester: Blackwell Publishing Ltd, 2009, p. 288-314.
- _____. **Roman Art**. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 2010.
- ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abingdon: Routledge, 2021.

APÊNDICE: CATÁLOGO DOCUMENTAL

A documentação imagética discutida e analisada principalmente nos Capítulos 2 e 3 encontra-se aqui catalogada. Foram organizadas fichas catalográficas que contém imagens das fontes, bem como informações descritivas. Estas informações são:

- Nome: o nome popular, quando for o caso, e o número de identificação da peça fornecido pela catalogação do museu/acervo em que se encontra.
- Datação: a datação comumente aceita da fonte.
- Origem: a região onde foi originalmente encontrado através de pesquisas arqueológicas.
- Técnica: o material do qual é feito o documento.
- Dimensões: a descrição das dimensões varia com o tipo de documento tratado (eixo de rotação, por exemplo, é uma informação própria da documentação numismática; dependendo do caso, menciona-se peso, diâmetro, altura, largura, comprimento, etc.).
- Descrição: breve descrição de suas formas, temas retratados e inscrições (caso contenha).
- Localização atual: o acervo do qual faz parte o documento atualmente, seja de um museu, seja de coleção privada (geralmente com um link anexado que dá acesso às informações disponibilizadas pelo museu sobre o documento em questão).
- Bibliografia: utilizada para descrever a peça, em que foram encontradas as informações mencionadas nas fichas.

FICHA 1

Nome: RRC²³⁰ 443/1 (número de identificação do acervo: 2004.14.71).

Datação: 49 – 48 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto. Rowan sugere que, pela incidência de achados deste tipo na Gália e na Hispânia, talvez tenha sido cunhada em uma dessas províncias. De acordo com o RRC, também foram encontradas em quantidade significativa em toda a Península Itálica, especialmente na Gália Cisalpina, além da Dácia e da região norte da Mésia.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 3,85 gramas.

Descrição: denário de prata emitido por Júlio César.

Anverso: conjunto de utensílios litúrgicos associados ao colégio sacerdotal dos pontífices, do qual César fez parte. Da esquerda para a direita: *culullus* (púcaro utilizado em cerimônias por sacerdotes e pelas Vestais); *aspergillum* (espécie de vara com crinas de cavalo em uma extremidade, usada pelos sacerdotes para aspergir água lustral sobre os auxiliares dos sacrifícios e sobre o altar); *securis* (machado sacrificial); e *apex* (chapéu com esporão pontiagudo de madeira no topo e dois filetes de tecido que eram amarrados no queixo, comum entre os flâmines e usado também pelo *Pontifex Maximus*). Borda pontilhada.

Reverso: elefante representado de perfil, com a cabeça na parte direita, pisoteando algo que se especula ser um dragão, uma cobra ou ainda um *carnyx* (espécie de trombeta militar celta). Abaixo do elefante, a única inscrição da moeda na horizontal: CAESAR. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 24-27.

OXFORD. **Oxford Latin Dictionary.** Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 1722.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Dicionário latino-português.** 13 ed. Belo Horizonte: Editora Garnier, 2019, p. 324.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins,** Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 62, 91.

²³⁰ Sigla de *Roman Republican Coinage*, tipologia organizada por Michael Crawford em 1974 que é ainda umas das principais na classificação das peças numismáticas do período republicano romano. Da mesma forma que a *Roman Imperial Coinage* (RIC), dedicada à classificação das moedas a partir de 31 a.C., a RRC passou por revisões que alteraram datações e outras informações e acrescentaram novas moedas descobertas. Hoje, ambos os catálogos encontram-se disponíveis online graças a projetos conduzidos pelo Museu Britânico, no caso da RRC, e pela American Numismatic Society e Institute for the Study of the Ancient World, da Universidade de Nova York, no caso da RIC, podendo ser acessados, respectivamente, através dos seguintes links: <<http://numismatics.org/crro/>>; <<http://numismatics.org/ocre/>>.

Figura 1. Denário de prata de César (RRC 443/1).



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/2004.14.71>>. Acesso 14 fev. 2022

© ANS 2004.14.71

FICHA 2

Nome: RRC 448/3 (número de identificação: 1944.100.3279).

Datação: 48 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 240° ou 8 horas; peso: 4,03 gramas.

Descrição: denário de prata de L. Hostilius Saserna.

Anverso: cabeça feminina de perfil, voltada para o lado direito, com cabelos compridos. *Carnyx* no lado esquerdo, atrás da cabeça. Associação da figura feminina com *carnyx* compõe a representação de uma mulher gaulesa. Borda pontilhada.

Reverso: Deusa Diana em posição frontal, segurando uma lança com a mão esquerda e com a mão direita sobre a cabeça de um cervo. Na lateral direita do reverso, seguindo a linha da borda da moeda e em sentido horário, a inscrição L·HOSTILIVS; na lateral esquerda, com a mesma disposição em relação à borda, a inscrição SASERNA. As inscrições compõem o nome do responsável pela emissão da moeda, “L. Hostilius Saserna”. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 29-30.

SEAR, David R. **Roman Coins and Their Values.** Volume I. Londres: Spink, 2000, p. 153.

Figura 2. Denário de prata de Saserna (RRC 448/3)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3279>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.3279

FICHA 3

Nome: RRC 473/1 (número de identificação do acervo: 1944.100.3528).

Datação: 45 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 3,87 gramas.

Descrição: denário de prata de Lollius Palicanus.

Anverso: cabeça feminina de perfil, voltada para o lado direito e portando diadema, colar e brinco. Na lateral esquerda, atrás da cabeça e seguindo a linha da borda da moeda em sentido anti-horário, a inscrição LIBERTATIS (genitivo de *Libertas*) indica ser a personificação divina da deusa Liberdade. Borda pontilhada.

Reverso: representação dos *Rostra*, tribuna sobre a qual os magistrados discursavam no Fórum Romano, com três arcos contendo cada um o esporão de um navio (*rostrum*). Acima da tribuna, um *subsellium* (assento baixo, tomado como assento oficial pelos tribunos da plebe). Acima do *subsellium*, na horizontal, a inscrição PALIKANVS, que remete à *gens Lollia*, família de origem plebeia. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

CADARIO, Matteo. Le statue di Cesare a Roma tra il 46 e il 44 a. C. In: **Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano**, Milano, vol. 59.3, p. 52, 2006.

OXFORD. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 1848.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 521.

Figura 3. Denário de prata de Palicano (RRC 473/1)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3528>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.3528

FICHA 4

Nome: RRC 480/24 (número de identificação do acervo: 1897,0202.1).

Datação: 44 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 1,73 gramas.

Descrição: quinário de prata de L. Aemilius Buca.

Anverso: cabeça feminina de perfil, voltada para o lado direito, portando diadema. Na lateral esquerda, seguindo a linha da borda da moeda em sentido horário, a inscrição PAXS (forma arcaica de *pax*, “paz”), indicando ser a representação da deusa *Pax*. Trata-se da primeira representação de *Pax* em uma moeda, que tudo indica ter sido emitida logo após os Idos de Março. Borda pontilhada.

Reverso: no centro, duas mãos entrelaçadas, remetendo à conciliação. Contornando toda a borda do reverso em sentido horário, a inscrição L·AEMILIVS·BVCA·III·VIR (*Lucius Aemilius Buca, tresuir*, isto é, o nome do emissor do quinário e seu cargo de emissor monetário). Borda pontilhada.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 197.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 614.

Figura 4. Quinário de prata de Buca (RRC 480/24)



Fonte: Imagem disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1897-0202-1>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 5

Nome: RRC 480/21 (número de identificação do acervo: 1937.158.296).

Datação: 44 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 90° ou 3 horas; peso: 3,81 gramas.

Descrição: denário de prata de P. Sepullius Macer.

Anverso: No centro, um templo tetrastilo com um globo em seu frontão. Iniciando na borda esquerda, descendo na parte inferior da moeda em sentido anti-horário e chegando à borda direita, há a inscrição CLEMENTIAE CAESARIS (no dativo, “à Clemência de César”), remetendo ao culto à *Clementia* de César, aprovado após seu assassinato e cujo templo prometido aparece aqui estampado. Borda pontilhada.

Reverso: Da esquerda para a direita, um *desultor* (atleta que, no circo, pulava de um cavalo para o outro) avança em um cavalo com um chicote na mão direita, ao lado de outro cavalo. Atrás, na parte esquerda, uma coroa de louros. Acima, quase na horizontal em sentido horário, a inscrição P·SEPVLLIVS (*Publius Sepullius*) e, abaixo, na horizontal, a inscrição MACER (*Macer*), completam o nome do emissor do denário. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

OXFORD. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 529.

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14): using coins as sources**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 58-59.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins, Republican and Imperial**. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 215.

Figura 5. Denário de prata de Macer (RRC 480/21)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1937.158.296>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1937.158.296

FICHA 6

Nome: RRC 480/22 (número de identificação do acervo: 1937.158.297).

Datação: 44 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 4,31 gramas.

Descrição: denário de prata de P. Sepullius Macer.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito, velada e barbada, em sinal de luto. Na lateral direita, um *lituus*; na esquerda, um *culullus*. A indicação dada por RRC aponta ser Marco Antônio, que fazia parte do colégio dos *luperci Iulii* e foi nomeado sacerdote do novo culto a César. Borda pontilhada.

Reverso: No centro, da esquerda para a direita, um *desultor* avança em um cavalo com um chicote na mão direita, ao lado de outro cavalo. Atrás, na parte esquerda, uma coroa de louros. Acima, quase na horizontal em sentido horário, a inscrição P·SEPVLLIVS (*Publius Sepullius*) e, abaixo, na horizontal, a inscrição MACER (*Macer*), completam o nome do emissor do denário. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

OXFORD. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 529.

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14): using coins as sources**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 58-59.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins, Republican and Imperial**. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 215.

Figura 6. Denário de prata de Macer (RRC 480/22)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1937.158.297>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1937.158.297

FICHA 7

Nome: RRC 490/1 (número de identificação do acervo: 1867,0101.1270).

Datação: 43 a.C.

Origem: cunhada na Gália Cisalpina.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 180° ou 6 horas; peso: 4,06 gramas.

Descrição: denário de prata de Otávio.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e barbada, em sinal de luto. Na lateral direita, seguindo a linha da borda da moeda em sentido horário, a inscrição C·CAESAR (*Gaius Caesar*); e na lateral esquerda, disposta com a mesma orientação, a inscrição IMP (*imperator*). Ambas designam tanto o falecido Júlio César quanto seu filho adotivo, aqui representado em luto, Otávio. Borda pontilhada.

Reverso: no centro, voltado para a esquerda, estátua equestre de Otávio com a mão erguida em gesto de *adlocutio*. Abaixo da estátua, a inscrição S·C (abreviação de *senatus consultum*, “decreto senatorial”), remetendo à estátua equestre de Otávio aprovada pelo Senado em janeiro de 43 a.C. Borda pontilhada.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14): using coins as sources.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 59-60.

Figura 7. Denário de prata de Otávio (RRC 490/1)



Fonte: Imagem disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_2002-0102-4719>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 8

Nome: RRC 506/1 (número de identificação do acervo: 1864,1128.226).

Datação: 43 – 42 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto.

Técnica: moeda de ouro batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 8,07 gramas.

Descrição: áureo de Marco Júnio Bruto e (Pedanius) Costa.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e barbada. Iniciando na lateral esquerda e seguindo a linha da borda da moeda em sentido horário, a inscrição L·BRVTVS·PRIM·COS (abreviação de *Lucius Brutus primus consul*), associando a figura a Lúcio Júnio Bruto, primeiro cônsul da República romana. Em toda a borda, uma *corona ciuica* (coroa constituída por folhas de carvalho e bolotas, honra concedida àquele responsável por salvar a vida de outro cidadão romano).

Reverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito, barbada e com traços mais joviais que a do anverso. Iniciando na lateral esquerda e seguindo em sentido horário a linha da borda superior da moeda, a inscrição M·BRVTVS·IMP (abreviação de *Marcus Brutus imperator*). Na parte inferior, seguindo a mesma orientação, a inscrição COSTA·LEG (abreviação de *Costa legatus*, funcionário provincial responsável pelas finanças locais). Em toda a borda, uma *corona ciuica*.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 68-69.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 290.

Figura 8. Áureo de Bruto e Costa (RRC 506/1)



Fonte: Imagem disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1864-1128-226>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 9

Nome: RRC 508/3 (número de identificação do acervo: 1944.100.4554).

Datação: 43 – 42 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 30° ou 1 hora; peso: 3,79 gramas.

Descrição: denário de prata de Marco Júnio Bruto e L. Plaetorius Cestianus.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e barbada. Iniciando na lateral esquerda, atrás da cabeça, e seguindo a linha da borda da moeda em sentido anti-horário, a inscrição L·PLAET·CEST (abreviação de *Lucius Plaetorius Cestianus*, responsável pela emissão da moeda). Acima da cabeça, seguindo a borda da moeda em sentido horário, a inscrição BRVT·IMP (abreviação de *Brutus imperator*). Borda pontilhada.

Reverso: no centro, um *pileus* (barrete frígio, espécie de chapéu usado por ex-escravos para demarcar seu status de liberto), cercado por dois punhais, um na esquerda e outro na direita, com a lâmina voltada para baixo. Abaixo, na horizontal, a inscrição EID·MAR (abreviação de *Idibus Martii*, “Idos de Março”, com o ditongo EI acrescentado no início), fazendo referência ao tiranicídio de César em 44 a.C. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14): using coins as sources.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 69-70.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins, Republican and Imperial.** Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 355.

Figura 9. Denário de prata de Bruto e Cestiano (RRC 508/3)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.4554>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.4554

FICHA 10

Nome: RRC 494/41 (número de identificação do acervo: 1944.100.4524).

Datação: 42 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 240° ou 8 horas; peso: 3,51 gramas.

Descrição: denário de prata de Lúcio Mussídio Longo.

Anverso: cabeça feminina de perfil, voltada para o lado direito, portando diadema abaixo de um véu. Na lateral esquerda, seguindo a linha da borda da moeda em sentido horário, a inscrição CONCORDIA, indicando se tratar da representação da deusa Concórdia. A moeda de Longo foi cunhada em comemoração à *lex Titia*, que firmou o Segundo Triunvirato entre Marco Antônio, Otávio e Lépido. Borda pontilhada.

Reverso: no centro, duas mãos entrelaçadas, remetendo à conciliação, na frente de um caduceu (vara cuja extremidade é formada por duas serpentes entrelaçadas, atributo típico do deus Mercúrio e muito associado à prudência, paz e concórdia). Abaixo, iniciando na lateral esquerda e seguindo em sentido anti-horário até a lateral direita, a inscrição L·MVSSIDIUS·LONGVS (*Lucius Mussidius Longus*), responsável pela emissão da peça. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

SEAR, David R. **Roman Coins and Their Values**. Volume I. Londres: Spink, 2000, p. 303.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 149.

Figura 10. Denário de prata de Longo (RRC 494/41)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.4524>>. Acesso em 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.4524

FICHA 11

Nome: RRC 529/4b (número de identificação do acervo: 1944.100.5956).

Datação: 39 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto. Talvez na Gália.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 90° ou 3 horas; peso: 1,65 grama.

Descrição: quinário de prata de Otávio e Marco Antônio.

Anverso: cabeça feminina de perfil, voltada para o lado direito, velada e portando um diadema. Interpretada como a personificação da *Concordia*, devido ao contexto do Tratado de Brundísio firmado entre os dois generais em outubro de 40 a.C. Na lateral esquerda, atrás da cabeça, seguindo a linha da borda da moeda em sentido horário, a inscrição III·VIR; e, na lateral direita, em sentido anti-horário, a inscrição R·P·C. III·VIR·R·P·C. Ambas formam a abreviação de *trimiuri rei publicae constituendae [consulari potestate]* (“triúnviros da República constituída com poderes consulares”). Borda pontilhada.

Reverso: no centro, duas mãos entrelaçadas, remetendo à conciliação, na frente de um caduceu. Na lateral esquerda, seguindo a linha da borda da moeda em sentido anti-horário, a inscrição M·ANTON (abreviação de *Marcus Antonius*). Na lateral direita, seguindo a linha da borda da moeda na mesma orientação, a inscrição C·CAESAR (abreviação de *Gaius Caesar*). Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

SEAR, David R. **Roman Coins and Their Values**. Volume I. Londres: Spink, 2000, p. 303.

STEVENSON, Seth William. **A Dictionary of Roman Coins**, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 149.

Figura 11. Quinário de prata de Otávio e Marco Antônio (RRC 529/4b)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.5956>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.5956

FICHA 12

Nome: RRC 540/2 (número de identificação do acervo: 2002,0102.4858)

Datação: 36 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 150° ou 5 horas; peso: 3,99 gramas.

Descrição: denário de prata de Otávio.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e barbada. Iniciando na lateral superior esquerda, atrás da cabeça, e seguindo em sentido horário a linha da borda da moeda para lateral inferior direita, a inscrição IMP·CAESAR·DIVI·F·III·VIR·ITER·R·P·C (abreviação de *imperator Caesar Diui filius trimuir iterum rei publicae constituendae [consulari potestate]*, “imperador César, filho do Divino [Júlio], triúnviro pela segunda vez da República constituída com poderes consulares”). Borda pontilhada.

Reverso: no centro, templo tetrastilo com uma figura de cabeça velada entre as quatro colunas, segurando um *lituus* com a mão direita. Na arquitrave do templo, a inscrição DIVO·IVL (no dativo, abreviação de *Diuo Iulio*, “ao Divino Júlio”), indicando se tratar do templo de César divinizado que seria construído no Fórum. No frontão, uma estrela (*sidus Iulium*). No canto inferior esquerdo, um altar com chamas na parte superior. Iniciando na lateral esquerda e seguindo em sentido horário a linha da borda da moeda para lateral direita, a inscrição COS·ITER·ET·TER·DESIG (abreviação de *consul iterum et tertium designatus*, “cônsul pela segunda vez e designado pela terceira”). Borda pontilhada.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

STEVENSON, Seth William. *A Dictionary of Roman Coins*, Republican and Imperial. Londres: G. Bell and Sons, 1889, p. 335.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imágenes*. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 54-57.

Figura 12. Denário de prata de Otávio (RRC 540/2)



Fonte: Disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_2002-0102-4858>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 13

Nome: RIC I (segunda edição) *Augustus* 545 (número de identificação do acervo: 1860,0328.115).

Datação: 28 a.C.

Origem: local de cunhagem incerto. Talvez em Pérgamo, na Ásia Menor.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 330° ou 11 horas; peso: 3,81 gramas.

Descrição: denário de prata de Otávio.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e sem barba. Pequeno capricórnio no canto inferior da moeda, abaixo da cabeça. Iniciando na lateral superior direita, na frente da cabeça, e continuando em sentido horário na lateral esquerda, atrás da cabeça, a inscrição CAESAR·DIVI·F·COS·VI (abreviação de *Caesar Divi filius consul VI*, “César, filho do Divino, cônsul pela sexta vez”). Pela inscrição, a figura corresponde a Otávio.

Reverso: crocodilo em perfil disposto na horizontal, com sua cabeça voltada para o lado direito. Acima dele, a inscrição AEGVPTO; abaixo, a inscrição CAPTA; somadas, formam *Aegypto Capta*, “Egito capturado”.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

MARTINS, Paulo. **Imagem e Poder:** considerações sobre a Representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011, p. 184-185.

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 123-124.

Figura 13. Denário de prata de Otávio (RIC 545)



Fonte: Imagem disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1860-0328-115>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 14

Nome: *Aureus* de Otávio (número de identificação do acervo: 1995,0401.1).

Datação: 28 a.C.

Origem: cunhada provavelmente na Ásia Menor, a oeste da atual Turquia.

Técnica: moeda de ouro batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: não consta; peso: 7,95 gramas.

Descrição: áureo de Otávio.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e sem barba. Na lateral direita, atrás da cabeça e seguindo sentido horário, a inscrição IMP·CAESAR; na lateral direita, na frente da cabeça e seguindo o mesmo sentido, a inscrição DIVI·F·COS·VI. Juntas, as inscrições formam *imperator Caesar Diui filius consul VI*, “imperador César, filho do Divino, cônsul pela sexta vez”. Figura é identificada como Otávio. Borda pontilhada.

Reverso: figura masculina ligeiramente inclinada para a direita, sentada em uma *sella curulis* (cadeira curul, usada por magistrados), segurando um rolo de pergaminho com a mão direita e, à sua frente, uma caixa de pergaminhos. Iniciando na lateral esquerda e seguindo em sentido horário, a inscrição LEGES·ET·IVRA·P·R·RESTITVIT (abreviação de *leges et iura populo Romano restituit*, “[Otávio] restituiu as leis e os direitos ao Povo Romano”). Figura é identificada como Otávio. Borda pontilhada.

Localização atual: British Museum.

Bibliografia:

MARTINS, Paulo. **Imagem e Poder:** considerações sobre a Representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011, p. 146-147.

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 125-126.

Figura 14. Áureo de Otávio



Fonte: Imagem disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1995-0401-1>. Acesso 14 fev. 2022.

© The Trustees of the British Museum

FICHA 15

Nome: RIC I (segunda edição) *Augustus* 310 (número de identificação do acervo: 1944.100.38321).

Datação: 19 – 4 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 300° ou 10 horas; peso: 3,89 gramas.

Descrição: denário de prata de Augusto e Lúcio Aquílio Floro.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e sem barba. Na lateral esquerda, atrás da cabeça e seguindo sentido anti-horário, a inscrição CAESAR; na lateral direita, na frente da cabeça e seguindo o mesmo sentido, a inscrição AVGVSTVS. Juntas, as inscrições formam *Caesar Augustus*, “César Augusto”. Figura é identificada como Augusto. Borda pontilhada.

Reverso: figura masculina em pé e posição frontal, com a cabeça voltada para a direita, trajado com vestes militares, metade de um escudo atrás do braço esquerdo e segurando, com a mão direita, o braço de uma mulher. Esta tem seu corpo disposto na horizontal, com a perna esquerda esticada e a direita retraída, apoiando-se por meio do joelho direito e do braço direito. Iniciando no canto esquerdo e seguindo sentido horário, a inscrição L·AQVILLIVS·FLORVS·III·VIR (abreviação de *Lucius Aquillius Florus tresuir*, “Lúcio Aquílio Floro, triúnviro monetário”). Abaixo da figura feminina, a inscrição SICIL (abreviação de *Sicilia*, “Sicília”). Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14):** using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 132-134.

Figura 15. Denário de Augusto e Floro (RIC 310)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.38321>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.38321

FICHA 16

Nome: RIC I (segunda edição) *Augustus* 299 (número de identificação do acervo: 1937.158.380).

Datação: 19 a.C. – 4 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 0° ou 12 horas; peso: 3,62 gramas.

Descrição: denário de prata de Augusto e P. Petronius Turpilianus.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e sem barba. Iniciando na lateral esquerda, atrás da cabeça, e continuando em sentido anti-horário na lateral direita, na frente da cabeça, a inscrição CAESAR·AVGVSTVS (*Caesar Augustus*, “César Augusto”). Pela inscrição, figura identificada como Augusto.

Reverso: figura feminina em posição frontal com cabeça velada e as duas mãos erguidas. Seu corpo só é representado do tronco para cima, pois da cintura para baixo encontra-se soterrada em uma pilha de escudos (dez representados). A figura é identificada como Tarpeia, a antiga virgem vestal que traía Roma na guerra contra os sabinos e por isso foi condenada à morte. Iniciando no canto esquerdo e seguindo em sentido horário, a inscrição III·VIR·TVRPILIANVS (abreviação de *tresuir Turpilianus*, “autoridade monetária [Públio Pretônio] Turpiliano”).

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 195-196.

Figura 16. Denário de Augusto e Turpiliano (RIC 299)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1937.158.380>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1937.158.380

FICHA 17

Nome: RIC I (segunda edição) *Augustus* 415 (número de identificação do acervo: 1944.100.38345).

Datação: 12 a.C.

Origem: cunhada em Roma.

Técnica: moeda de prata batida.

Dimensões: eixo vertical de rotação: 30° ou 1 hora; peso: 3,82 gramas.

Descrição: denário de prata de Augusto e L. Lentulus.

Anverso: cabeça masculina de perfil, voltada para o lado direito e sem barba. Na lateral direita, na frente da cabeça e seguindo sentido anti-horário, a inscrição AVGVSTVS (*Augustus*). Figura identificada como Augusto. Borda pontilhada.

Reverso: duas figuras masculinas em posição frontal. A maior, da direita, que está togada e laureada, se apoia com a mão esquerda em um escudo com a inscrição C·V (abreviação de *Clipeus Virtutis*, “Escudo da Virtude”) e com a direita erguida coloca uma estrela (*sidus Iulium*) no topo da cabeça da segunda figura. Esta, seminua, segura uma lança com a mão esquerda e com a direita ergue *Victoriola* de pé sobre um globo. No canto esquerdo, seguindo em sentido horário, a inscrição L·LENTVLVS·FLAMEN; no inferior, em sentido anti-horário, a inscrição MARTIALIS; somadas, formam *Lucius Lentulus, flamen Martialis*, “Lúcio Lêntulo, flâmine de Marte”. A figura togada é identificada como Augusto e a seminua como Júlio César divinizado. Borda pontilhada.

Localização atual: American Numismatic Society.

Bibliografia:

ROWAN, Clare. **From Caesar to Augustus (c. 49 BC - AD 14): using coins as sources.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 127-128.

ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes.** Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 195-196.

Figura 17. Denário de Augusto e Lêntulo (RIC 415)



Fonte: Imagem disponível em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.38345>>. Acesso 14 fev. 2022.

© ANS 1944.100.38345

FICHA 18

Nome: Augusto da Via Labicana, ou Augusto como *pontifex maximus* (n° inv. 56230).

Datação: próximo ao ano 12 a.C.

Origem: encontrada em 1910 nas fundações de uma casa próxima à Via Labicana, Roma.

Técnica: mármore itálico esculpido para o corpo, mármore grego para cabeça e antebraço direito.

Dimensões: com o plinto, 2,17 metros; apenas a estátua, 2,07 metros.

Descrição: a estátua advém de um contexto específico na trajetória de Augusto durante seu Principado. Em 12 a.C., com a morte de Lépido, então *pontifex maximus* (o mais alto sacerdócio de Roma), Augusto assumiu seu posto.

Os detalhes e a forma geral desta estátua (Figura 23), contudo, não são totalmente inéditos nas representações de Augusto, vide que desde os Jogos Seculares o *princeps* mostrava-se mais apto a se retratar de forma a exaltar os signos religiosos. Togado, o que em si não remete necessariamente a uma postura religiosa, mas sim cidadã, já que a toga romana é símbolo tanto daqueles que ocupam magistraturas quanto dos cidadãos que frequentam espaços públicos (dessa forma, a toga realça sua cidadania, seu pertencimento à *res publica*). E com a cabeça velada, o que indica tanto o exercício de algum cargo sacerdotal quanto a participação em uma prática sacrificial (já que os sacerdotes velavam suas cabeças durante rituais).

As características faciais familiares do imperador são descritas com precisão pelo verismo. A tez é disposta em grandes planos sobre a estrutura óssea emergente nos pontos mais expostos do rosto, enquanto os sinais de envelhecimento são escrupulosamente notados nas rugas finas, que marcam horizontalmente a testa e definem as maçãs do rosto na raiz do nariz. Destaca-se também a combinação entre referências às estátuas de Policleto e a fisionomia própria do *princeps*. Pela posição do antebraço direito, acredita-se que sua mão originalmente portava uma *patera*, em um gesto de realização de sacrifício sobre um altar, enquanto sua mão esquerda poderia portar um *lituus*, como nas antigas representações de Júlio César como *pontifex maximus*, ou um *uolumen*, rolo de pergaminho que geralmente é associado à escritura das leis. Esta segunda hipótese se deve ao recipiente atrás de seu pé esquerdo, utilizado para guardar pergaminhos.

Vale enfatizar, por fim, que esta peça foi montada separadamente, devido às diferenças de tamanho da cabeça em relação ao corpo (a cabeça é ligeiramente desproporcional ao corpo) e da qualidade de mármore empregado (o mármore da cabeça é de qualidade superior ao do corpo). Sabe-se também que a mão esquerda e o antebraço direito foram adicionados separadamente. Isso demonstra uma produção “em massa” (com todas as ressalvas possíveis ao termo) deste tipo de estatuária de Augusto naquele momento, forçando as oficinas a contratarem escultores especializados para as diferentes partes.

Localização atual: Palazzo Massimo alle Terme, Museo Nazionale Romano, Roma.

Bibliografia:

MARTINS, Paulo. **Imagem e Poder:** considerações sobre a Representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011, p.193-197.

ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes.** Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 157-156.

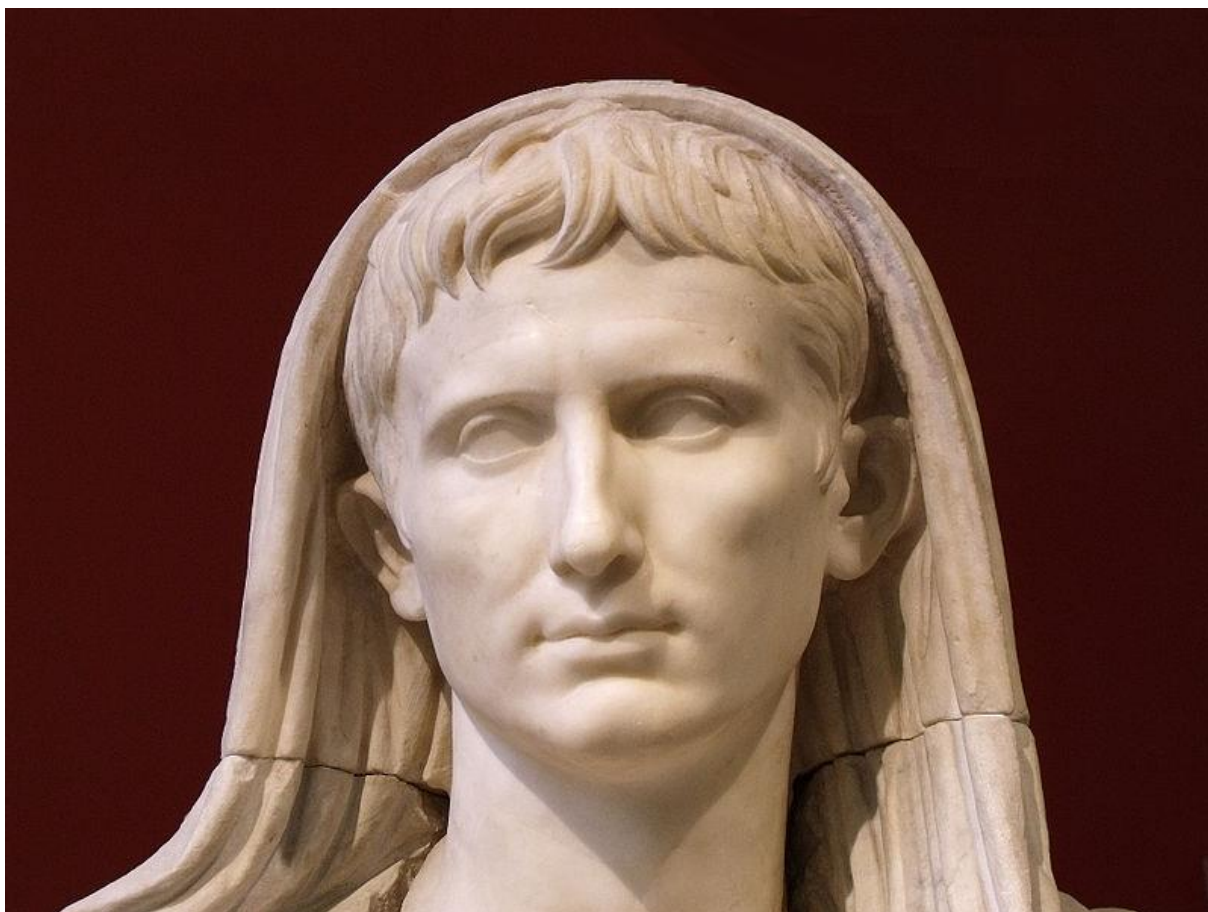
ZANKER, Paul. **Roman Art.** Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 2010, p. 68.



Figura 18.1. Augusto da Via Labicana

Fonte: Imagem disponível em
em
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_da_Via_Labicana#/media/Ficheiro:Augustus_Labicana_Massimo_Inventario_Inv56230.jpg>. Acesso 18 abr. 2022.
© Marie-Lan Nguyen

Figura 18.2. Cabeça de Augusto da Via Labicana



Fonte: Imagem disponível em
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:August_Labicana_Massimo_Inv56230_n2.jpg>. Acesso 20 mai.
2022.
© Alphanidon

FICHA 19

Nome: Augusto de Prima Porta (MV, n° inv. 2290.0.0)

Datação: provavelmente de 15 d.C., durante o Principado de Tibério (14-37).

Origem: encontrada na Villa de Lúvia, na região de Prima Porta, norte de Roma.

Técnica: mármore de Paros esculpido, com traços de policromia.

Dimensões: cerca de 2,17 metros de altura.

Descrição: trata-se de uma cópia em mármore feita a partir de um original em bronze, por sua vez datado por volta do ano 20 a.C. e concedido pelo Senado após a recuperação dos estandartes romanos na Pártia. A cópia na Villa de Lúvia demonstra que a estátua foi bem recebida dentro da *domus* imperial e, provavelmente, foi reproduzida mais de uma vez.

A postura da estátua com o braço direito erguido (Figura 24.1), a projeção da perna direita à frente com o pé firmemente apoiado na base, enquanto a esquerda encontra-se retraída com o calcanhar do pé erguido e a posição da cabeça levemente voltada para o lado direito (Figura 24.2) são inspiradas tanto na estátua grega de Doríforo, esculpida por Policeto, quanto na estátua etrusca tardia do orador (*Arringatore*). A composição de Prima Porta, por seu turno, mobiliza tais referências para enquadrar Augusto na posição de comando militar: a mão direita erguida se configura como um gesto de *adlocutio*, feito pelo general antes de dirigir a palavra às suas tropas; o paludamento (*paludamentum*) enrolado na cintura e no braço esquerdo era um manto usado por comandantes militares; e originalmente a mão esquerda portava uma lança. Ademais, próximo à perna direita, uma criança nua com o braço esquerdo erguido aparece montada em um golfinho (Figura 24.3) – trata-se provavelmente do deus Cupido, filho de Vênus.

A couraça da estátua porta uma rica iconografia (Figura 24.4). Na parte superior do peitoral (Figura 24.5) encontra-se, à esquerda, o deus solar Hélio montado em uma quadriga que parte para o lado direito, em direção à personificação da deusa Aurora alada, segurando um vaso com a mão esquerda utilizado para derramar orvalho nas manhãs, e a deusa Luna ou Vênus atrás de suas asas. Acima da quadriga, o deus *Caelus* estende seu manto sobre a cena. Cada ombreira da estátua porta uma esfinge apotropaica.

No nível intermediário (Figura 24.6) ocorre a devolução dos estandartes militares. Um parta à direita, em pé, barbado e com indumentária típica, ergue o estandarte com uma águia na extremidade, entregando-o à figura da esquerda que estende os braços para pegá-lo. Esta porta uma couraça militar, capacete e paludamento, e possui um cachorro a seus pés: alguns autores a identificam como o próprio Augusto ou o deus Marte Vingador; outros afirmam se tratar de uma figura feminina, sendo talvez a personificação de Roma. Esta cena central é flanqueada pela representação de duas mulheres portando trajes masculinos em posição de luto. À esquerda (Figura 24.7), há a personificação da Hispânia sobre o deus Apolo montado em um grifo. À direita (Figura 24.8), há a personificação da Gália sobre a deusa Diana com uma corça. Finalmente, na parte inferior (Figura 24.9), com o olhar voltado para a devolução do estandarte, a personificação de *Terra Mater* encontra-se deitada, segurando uma cornucópia.

Localização atual: Musei Vaticani, Braccio Nuovo.

Disponível em <<https://catalogo.museivaticani.va/index.php/Detail/objects/MV.2290.0.0>>.

Acesso em 23 fev. 2022.

Bibliografia:

GALINSKY, Karl. **Augustan Culture: an interpretative introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 24-27, 155-164.

ROSE, Charles Brian. The Parthians in Augustan Rome. In: **American Journal of Archaeology**, vol. 109, no. 1, 2005, p. 24-28.

ZANKER, Paul. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 225-229.

ZANKER, Paul. **Roman Art**. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 2010, p. 91-93.



Figura 19.1.
Augusto de Prima
Porta

Fonte: Imagem
disponível em
<<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev.
2022

© Steven Zucker,
CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.2. Cabeça e braço de Augusto de Prima Porta

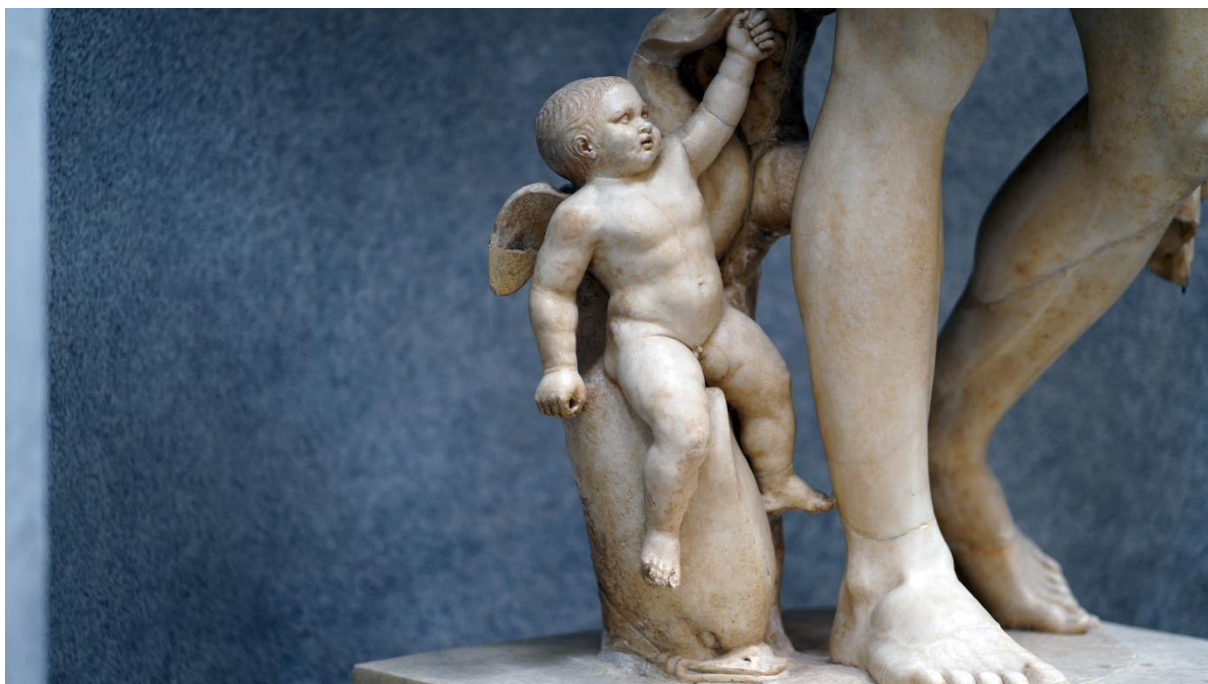


Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.3. Cupido aos pés de Augusto de Prima Porta

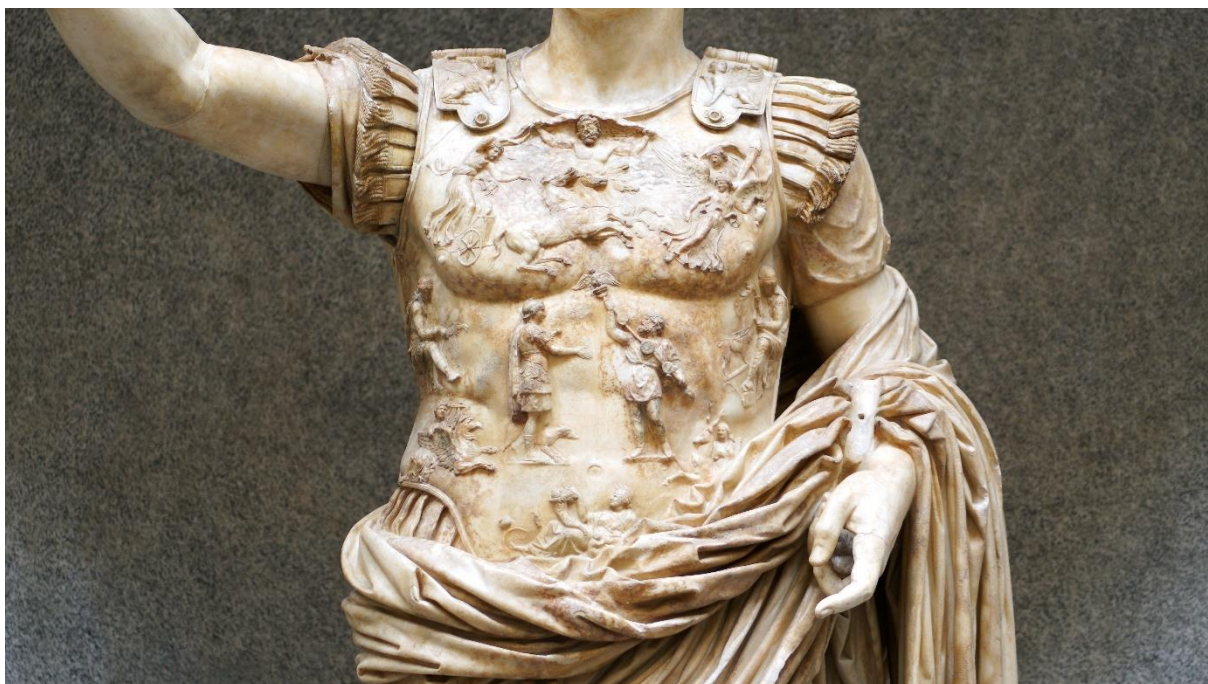


Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.4. Couraça de Augusto de Prima Porta

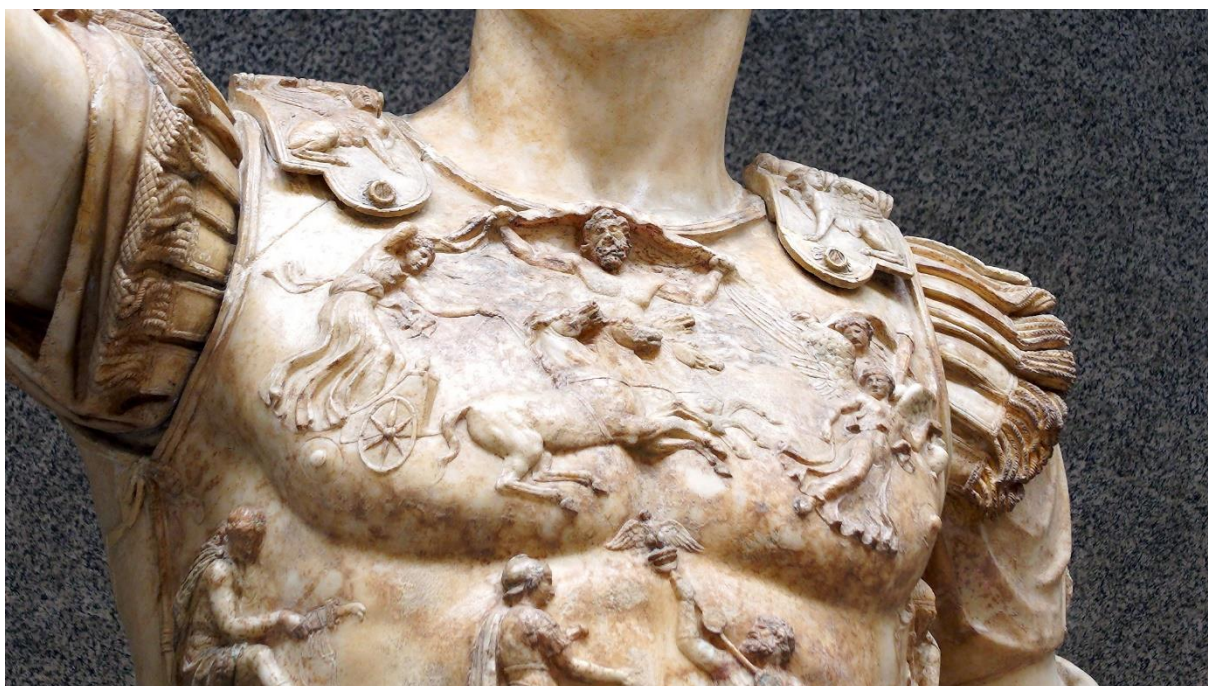


Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.5. Parte superior da couraça de Augusto de Prima Porta

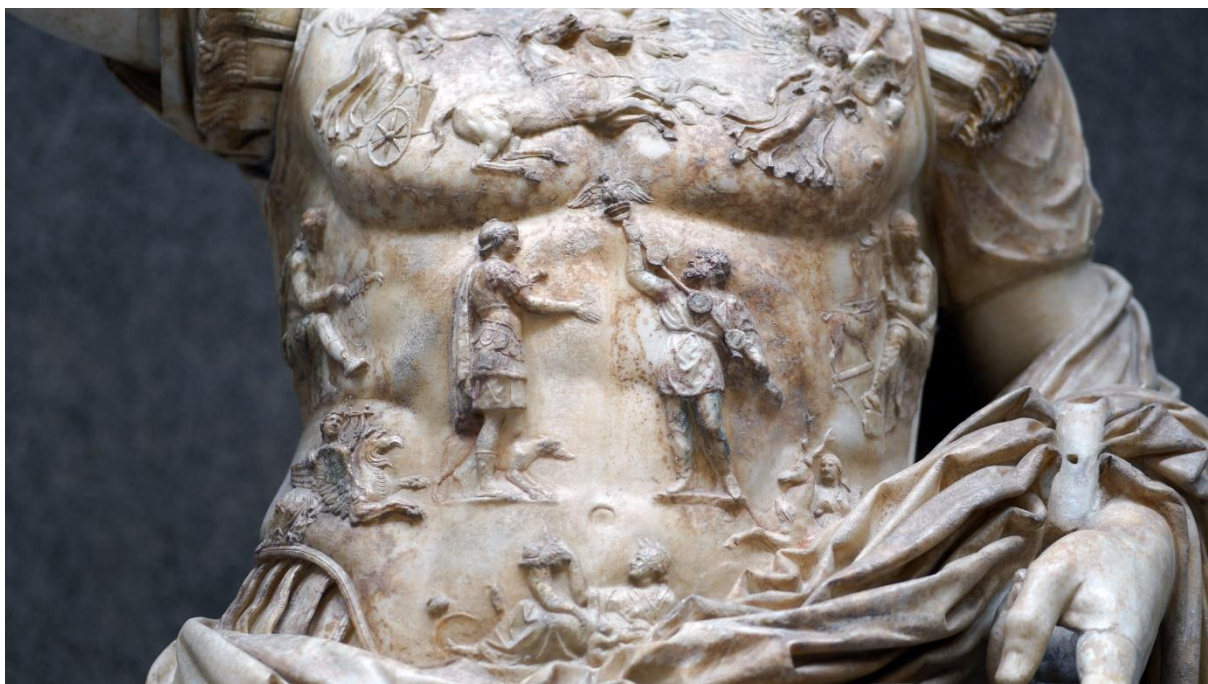


Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.6. Parte central da couraça de Augusto de Prima Porta



Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.7. Lateral esquerda da couraça de Augusto de Prima Porta

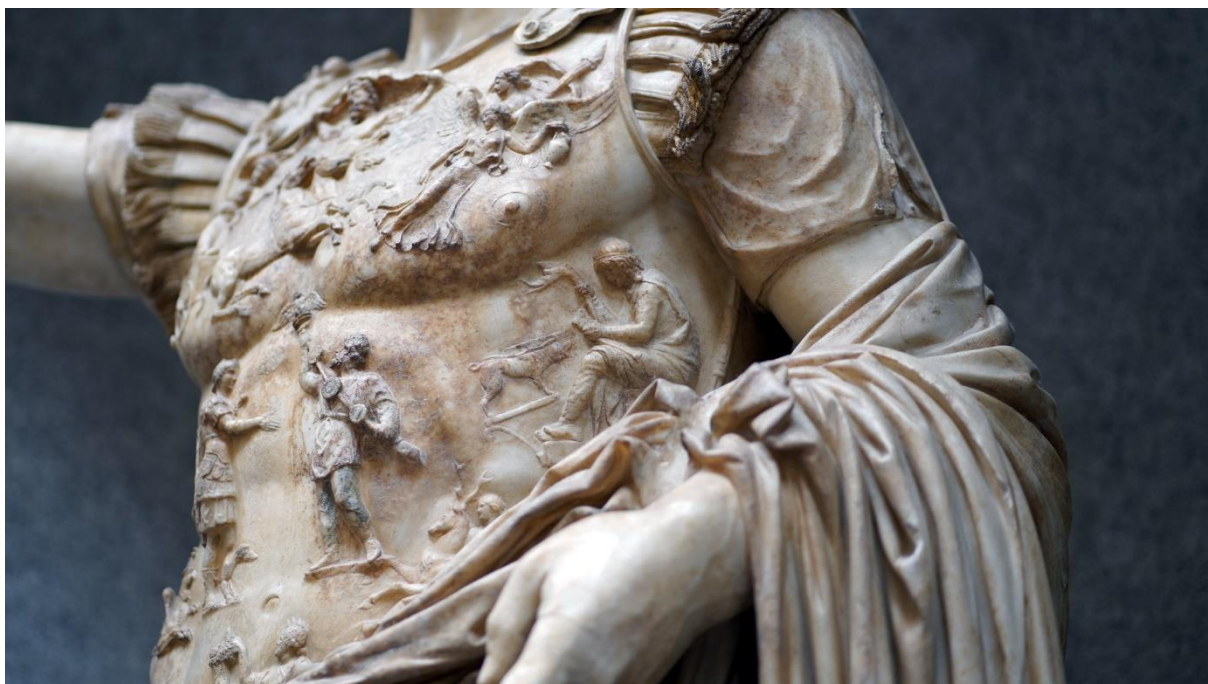


Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.8. Lateral direita da couraça de Augusto de Prima Porta



Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0

Figura 19.9. Detalhe da lateral direita da couraça de Augusto de Prima Porta



Fonte: Imagem disponível em <<https://www.flickr.com/photos/profzucker/49763418841/in/photostream/>>.

Acesso 23 fev. 2022

© Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0